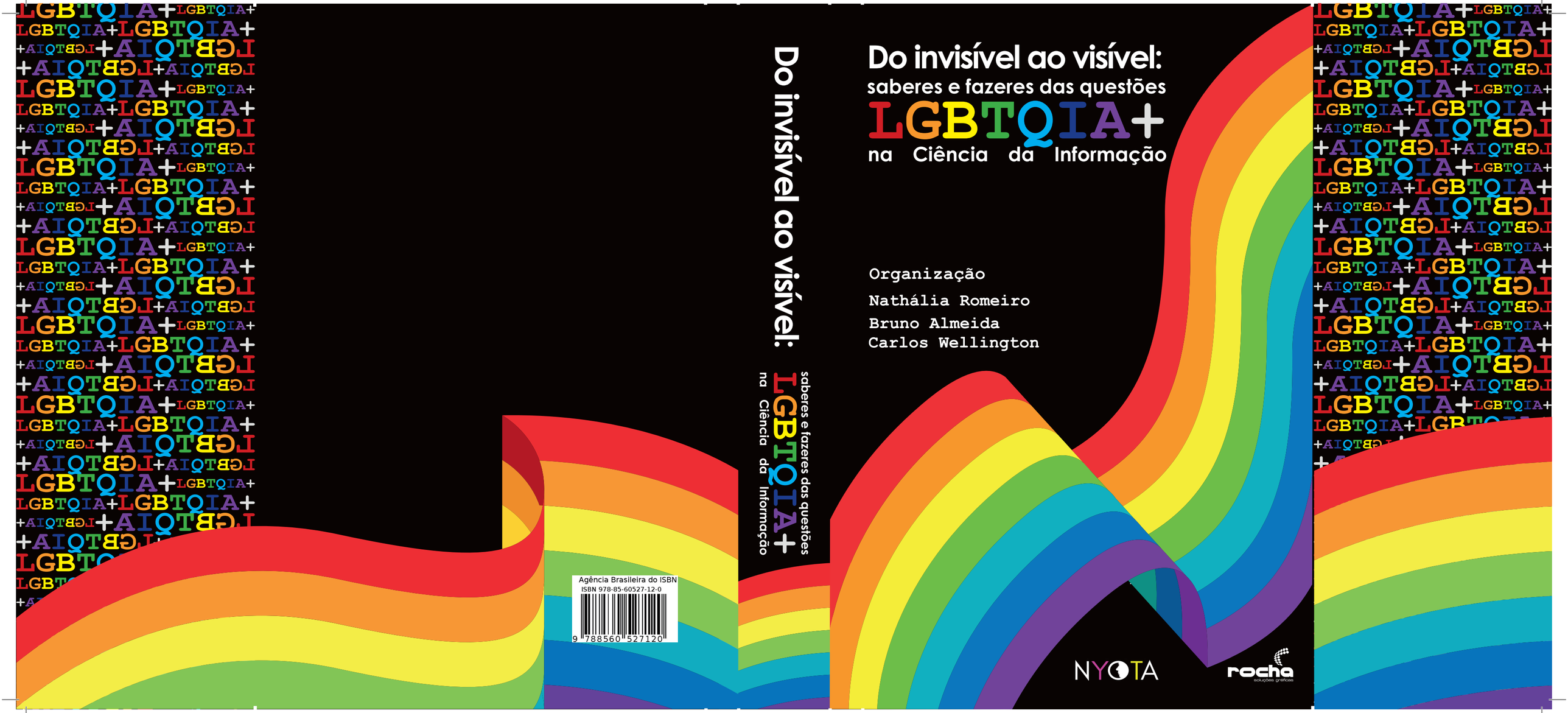


Do invisível ao visível:
saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação

Organização
Nathália Romeiro
Bruno Almeida
Carlos Wellington

NYOTA
rocha soluções gráficas

Do invisível ao visível:
saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-60527-12-0
9 788560 527120

Nathália Lima Romeiro
Carlos Wellington Martins
Bruno Almeida dos Santos
Organizadoras (es)

DO INVISÍVEL AO VISÍVEL: SABERES E FAZERES DAS QUESTÕES LGBTQIA+ NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.
2019

Selo Nyota

Coordenação do Selo
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Site: https://www.nyota.com.br/

Comitê Científico
Andreia Sousa da Silva (UDESC)
Graziela dos Santos Lima (UNESP)
Nathália Lima Romeiro (UFMG)
Franciéle Carneiro Garcês da Silva (UFMG)
Ingrid Paixão (UFBA)
Carlos Wellington Martins (UFMA)
Bruno Almeida dos Santos (UFBA)

Diagramação: Nathália Lima Romeiro, Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Arte da Capa: Carlos Victor da Silva Pereira
Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva
Ficha Catalográfica: Priscila Rufino Fevrier – CRB 7-6678

I162

Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação / Nathália Lima Romeiro, Carlos Wellington Martins, Bruno Almeida dos Santos (Org.). - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota)
566 p.

Inclui Bibliografia.
Disponível em: https://www.nyota.com.br/
ISBN: 978-85-60527-12-0 (Impresso)
ISBN: 978-85-60527-13-7 (E-book)

1. LGBTQIA+. 2. Ciência da Informação. 3. Bibliotecários(as). I. Romeiro, Nathália Lima. (Org.). II. Martins, Carlos Wellington. III. Santos, Bruno Almeida dos. (Org.). I. Título.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*



Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil[1]

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



NÃO-COMERCIAL

Você não pode usar esta obra para fins comerciais.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença[2] que este original.

[1] Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 01 jun. 2019.

[2] Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 01 jun. 2019.

INFORMES SOBRE A PUBLICAÇÃO

Conforme a proposta do livro, os textos que o compõem estão publicados seguindo as visões epistemológicas de cada autor ou autora. Desta forma, alguns capítulos contêm flexão de gênero, outros não; assim como, alguns não seguem o formato acadêmico tradicional.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PREFÁCIO 13
Zuleide Paiva da Silva

INFORMAÇÃO E VISIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO DESIDERATIVA DA APRENDIZAGEM: PROSPECÇÕES ACERCA DA POPULAÇÃO LGBTQI+ 19
Ismaelly Batista dos Santos Silva

O CAMPO DA INFORMAÇÃO NO ORDENAMENTO POLÍTICO DE GÊNERO..... 41
Gláucio Barreto de Lima
Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos

A DIVERSIDADE NOS ESTUDOS DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS: POSSIBILIDADES TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA ABORDAGEM DE SUJEITOS LGBTQI+ 71
Laelson Felipe da Silva
Gisele Rocha Côrtes
Henry Poncio Cruz de Oliveira

MINHA VOZ IMPORTA: TRAÇANDO ORIENTAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE TESAUROS PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+..... 97
Pablo Gomes

BIBLIOTECÁRIA, PROFESSORA E ESCRITORA: UM ESTUDO SOBRE AUDRE LORDE E A VISIBILIDADE LÉSBICA..... 125
Nathália Lima Romeiro

A INVISIBILIDADE DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA: NÓS EXISTIMOS, *TAH, KIRIDAN*! 155
Thayron Rodrigues Rangel
Ramon Maciel Ferreira

MAS AFINAL, QUEM CRIOU O MARGINAL? DIÁLOGOS POSSÍVEIS COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 185
Asy Pepe Sanches Neto

O MOVIMENTO INTERDISCIPLINAR DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CONJECTURANDO DIÁLOGOS SOBRE E PARA AS PESSOAS TRANS 221
Guilherme Goulart Righetto

AÇÕES E ATIVIDADES CULTURAIS COMO INSTRUMENTOS DE VISIBILIDADE DAS QUESTÕES LGBTQIA+ EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO 251
Bruno Almeida dos Santos

A LITERATURA QUE NÃO OUSA DIZER O SEU NOME: PERCEPÇÕES DAS BIBLIOTECÁRIAS DA REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS (RNBC) ACERCA DA MEDIAÇÃO DE LEITURA COM TEMÁTICA LGBT 279
Carlos Wellington Soares Martins
Thais dos Santos Rodrigues

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA: UM ACERVO RELEVANTE PARA A CULTURA LGBTQ+ NA BIBLIOTECA PÚBLICA 303
Luís Fernando Vanin
Ana Claudia Perpétuo de Oliveira

PRÁTICAS INFORMACIONAIS NOS ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO PARA A COMUNIDADE LGBTQI+: REALIDADES DE FORTALEZA E JOÃO PESSOA 347
Denise Braga Sampaio
Izabel Lima dos Santos
Maria Cleide Rodrigues Bernardino

DESARQUIVANDO PRECONCEITOS, REVELANDO RESISTÊNCIAS: REPRESENTAÇÕES E REPRESENTATIVIDADES LGBTQIA+ NOS ARQUIVOS E NA ARQUIVOLOGIA 385
Jacqueline Ribeiro Cabral

MULHERES TRANS E ESPAÇO LGBT: INFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA 417
Gisele Rocha Côrtes
Gilberta Santos Soares
Amanda Lara Ferreira Nobre
Marizele Coutinho Santos

O PODER DE NOMEAR E A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE MASCULINIDADES EM APLICATIVOS DE INTERAÇÃO AFETIVO-SEXUAL NO BRASIL 447
Francisco Arrais Nascimento
Luis Fernando Herbert Massoni
Daniel Martínez-Ávila
Fábio Assis Pinho

DESINFORMAÇÃO EM IDENTIDADE DE GÊNERO: ANÁLISE DE CONTEÚDO NO *TWITTER*..... 479
Gabriel Teixeira

VIVÊNCIAS COTIDIANAS DE HOMENS TRANS NO *FACEBOOK*: QUAIS NARRATIVAS? 501
Jean Fernandes Brito
Daniel Martínez-Ávila

POR UMA VISIBILIDADE TRANS: DINÂMICAS DE PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO *YOUTUBE*, UM ESTUDO A PARTIR DO CANAL DE LUCCA NAJAR..... 519
Anna Luiza Werkema
Fabrício José Nascimento da Silveira

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES 553

APRESENTAÇÃO

Este livro tem como essência e missão dar visibilidade às questões LGBTQIA+ no âmbito da Ciência da Informação. Assim, para destacarmos o protagonismo dessa população, as autoras e autores dos capítulos que compõem esta obra são pesquisadoras/es e profissionais da informação pertencentes à comunidade LGBTQIA+. As/Os co-autoras/es, quando existentes, pertencem tanto a essa população quanto a outros grupos anti LGBTQIA+fobia.

A ideia para elaboração desta obra se deu a partir da inquietação de nós (uma mulher lésbica e dois homens gays), que apesar de inseridos na Ciência da Informação (CI), sentíamos falta de discussões e estudos que abordassem o universo das dissidências de gênero e sexualidade. Sendo assim, dialogamos através das redes sociais (digitais e não digitais) e de encontros em eventos acadêmicos, e resolvemos fazer uma ação que elevasse a voz da população LGBTQIA+ na CI.

Para dar início ao planejamento deste livro, nos inspiramos em outros projetos que traziam abordagens sobre grupos historicamente silenciados, tais como, a Biblioteconomia negra através dos livros: "**Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política**" organizado por Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Graziela dos Santos Lima (2018); e, "**Epistemologias negras: relações raciais na Biblioteconomia**" organizado por Daniele Barroso, Elizângela Gomes, Erinaldo Dias Valério, Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Graziela dos Santos Lima (2019). Em relação à visibilidade de mulheres na Biblioteconomia e Ciência da Informação, nos inspiramos na obra "**O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e**

Ciência da Informação" organizado por Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Nathália Lima Romeiro (2018) e também no engajamento político e profissional da Biblioteconomia através de textos da obra "**Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI**" organizado por Daniela Spudeit e Marielle de Moraes (2018).

A partir da leitura e análise dessas obras, enfatizamos que é essencial refletir sobre a produção e disseminação do conhecimento dessas chamadas "minorias" políticas e sociais, principalmente se pensarmos na construção e desenvolvimento da CI como uma ciência que também reflete a existência de grupos socialmente oprimidos. Sendo assim, reconhecemos a importância de incluir esses grupos como protagonistas nos espaços acadêmicos.

Após refletirmos sobre a visibilidade de grupos subalternizados, sentimos ser a hora de organizar um livro, no qual tornamos visível as pesquisas, pesquisadoras e pesquisadores pertencentes à população LGBTQIA+ na CI.

Este livro foi organizado em torno de um pressuposto de que há uma invisibilidade das questões LGBTQIA+ nos saberes e fazeres da CI brasileira e isso é percebido de várias maneiras, como, por exemplo, nos corredores dos programas de pós-graduação, nos eventos da área e nos grupos de pesquisa. Para exemplificar a incipiência de produções, realizamos um levantamento na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI, 2019), que atualmente disponibiliza 19.255 trabalhos em revistas científicas, publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área da CI, e encontramos apenas 26 resultados, ou seja, nem um por cento (1% dos resultados recuperados a

partir das palavras-chave “LGBT”, “LGBTQIA+”, “gênero”, e “sexualidade”.

Entendemos que a CI se trata de uma ciência recente (emergiu em meados do século XX), que reflete e revisa as linhas teóricas e epistemológicas utilizadas, o objeto de estudo (a informação), bem como também desenvolve novas teorias e práticas para a sociedade. Apesar disso, identificamos que ainda é necessário ampliar discussões e visibilizar sujeitos informacionais. Acreditamos que através dos diálogos, do ativismo, da ciência e da prática profissional, será possível desconstruir estereótipos, preconceitos, ódio e discriminação direcionados à população LGBTQIA+.

Para tanto, convidamos todas e todos a estimular o debate cada vez mais, investir na formação profissional e promover práticas plurais no exercício profissional para a visibilização da diversidade. Percebemos que ainda há um estranhamento ou distanciamento entre diferentes grupos e cabe a nós convidar para o diálogo quem ainda desconhece as vivências LGBTQIA+.

A reunião dos estudos que compõem esta obra vem, de certo modo, minimizar essa invisibilidade e incentivar a produção de conhecimento sobre a temática LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Reunimos aqui, 18 capítulos para impulsionar essa reflexão. Destacamos que priorizamos a linguagem adotada pelas/os autoras/es a fim de tornar esse debate mais inclusivo e identitário. Assim, quem ler este material poderá encontrar variações da sigla LGBTQIA+, bem como a escolha de palavras ou expressões comuns destes grupos.

Por falar em identidade, faz-se necessário explicar o motivo da adoção da sigla LGBTQIA+ no título desta obra. Tal sigla foi escolhida por representar diversas identidades de gênero e sexualidade tais como lésbicas, gays, bissexuais,

travestis, transgêneros, *queer,* intersexuais, assexuais e possibilitar a inclusão de outras identidades como pessoas pansexuais e demissexuais, por exemplo.

Destacamos que além de ser uma obra científica, esta obra representa um posicionamento político de enfrentamento ao atual cenário de retrocesso político brasileiro.

Por fim, encerramos esta apresentação com uma frase que representa a voz das nossas populações nas ruas durante as muitas paradas LGBTQIA+ espalhadas pelo Brasil: "**As Gays, as Bi, as Travas e as Sapatão, tão tudo organizadas pra fazer revolução**".

Desejamos que a revolução se inicie pela leitura. Leitura de livros, leitura de mundo, leitura baseada na empatia, na equidade e no respeito à diversidade. Para que esta e outras revoluções também se manifestem na Ciência da Informação, LUTAREMOS!

Boa leitura e avante resistência!

Nathália Romeiro
Carlos Wellington Martins
Bruno Almeida dos Santos
(Organizadoras/es)

PREFÁCIO

NOSSO PENSAMENTO É RESISTÊNCIA

Zuleide Paiva da Silva[3]

Com alegria recebi o convite para prefaciar o livro "**Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação**", uma política de visibilidade LGBTQIA+ (Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Transqênero, Queer, Intersexo, Assexual, e outras possibilidades de orientação sexual e/ou diversidade de gênero) que altera, no âmbito da Ciência da Informação e fora dela, o regime de informação que nega a existência de pessoas que se reconhecem e/ou são socialmente reconhecidas pela sigla LGBTQIA+. Assim percebido, este livro é um rasgo na cortina da invisibilidade que historicamente cerca a referida comunidade, na qual me insiro como professora pesquisadora bibliotecária lésbica feminista branca anitirracista, um corpo em movimento.

Percebidas como práticas sociais que articulam uma proposta política e se posicionam frente a um contexto afetado por uma crise econômica e política, as políticas de visibilidade LGBTQIA+ surgem em diferentes lugares e épocas após a rebelião ocorrida no bar *Stonewall Inn*, em Nova York, em 28 junho de 1969, quando gays, lésbicas, transexuais, dentre outros/as frequentadores/as do bar que viviam sem a liberdade para expressar seu jeito de ser e viver a sexualidade não

[3] Professora do Departamento de Educação Campus XIV-UNEB, Coordenadora do CEGRES-DIADORIM-Centro de Estudos de Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade da Universidade do Estado da Bahia, Ativista da Liga Brasileira de Lésbicas.

heterossexual, e/ou vivenciar o gênero não conformado, se uniram e reagiram pela primeira vez aos frequentes ataques que sofriam da polícia. A revolta ocorrida no *Stonewall Inn* é o marco histórico da política LGBTQIA+. Depois dela, a palavra de ordem do então movimento homossexual no ocidente, hoje movimento LGBTQI+, passou a ser **visibilidade**, e um conjunto de informações passou a ser produzido e disseminado dando visibilidade à vida fora da heterossexualidade obrigatória aos sujeitos/as esquisitos/as.

No Brasil, vale ressaltar que as lutas por visibilidade LGBTQIA+ têm início nos tempos da ditadura, mais precisamente em 1978, quando foi criado em São Paulo o **Grupo Somos** de Afirmação Homossexual, a primeira organização de homossexuais a reivindicar um espaço de respeitabilidade pública para a homossexualidade. Reconhecendo que a luta por libertação homossexual deve se opor ao autoritarismo alienante que oprime pessoas LGBTQIA+, e reprime toda e qualquer manifestação sexual ou política que vá contra os padrões patriarcais machistas, sexistas e reacionários da nossa sociedade, o Grupo "Somos" fez ecoar em todo o país a palavra de ordem do movimento gay norte americano: "**saia da gaveta**", "**saia do armário**".

Um ano depois da criação do **Grupo Somos** (SP), a ordem de visibilizar o invisibilizado foi colocada em prática em todo o país, tencionando o regime de informação que nega o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, dando início a um longo e contínuo movimento de recriação da existência do ser que ama fora da heterossexualidade.

É na esteira desse movimento que o livro organizado por Nathália Romeiro, Carlos Wellington e Bruno Almeida emerge

como ato de resistência, uma potência que coloca em questão a responsabilidade social da Ciência da Informação.

Mostrando, em diferentes capítulos, que as pessoas LGBTQIA+, assim como as questões que são relevantes para as suas/nossas lutas, possuem pouca ou nenhuma representatividade na Ciência da Informação, o livro para além de visibilizar o invisibilizado, revela que é imprescindível que a Ciência da Informação, enquanto Ciência Social e Aplicada, produza pesquisas que enfrentam o androcentrismo da ciência para melhor compreensão da comunidade LGBTQIA+ em sua dimensão histórica, cultural, econômica, política, ética. Só dessa forma a Ciência da Informação pode contribuir com a solução de problemas cada vez mais complexos que emergem cotidianamente na vida das pessoas LGBTQIA+, cumprindo assim com a sua responsabilidade social, sobretudo nesse contexto imperialista, capitalista, racista, sexista, de negação de direitos, evangelização do mundo e precarização da vida. Essa crença leva em conta que a informação, como objeto da Ciência da Informação, é elemento-chave para a inclusão, conscientização e qualidade de vida.

Desde a experiência militante, reconhecendo que a informação é bem preciso, matéria-prima do processo de construção da identidade, e que essa matéria prima é proveniente da cultura obtida, processada e reorganizada de acordo com a sociedade, é fundamental que nós, pessoas LGBTQIA+ que sentimos no corpo o quanto a carência de informação ou a disseminação de informações errôneas favorecem o preconceito, a aversão e a negação do que é diferente, possamos nos organizar para romper a política de silêncio em torno da nossa existência dentro e fora da Ciência da Informação, pois longe da visibilidade, sabemos, não há direitos, não há vida legítima.

Assim, desejo que este livro seja um chamado, um apelo: se você é LGBTQIA+ da Ciência da Informação, diga que é e se junte ao movimento produtor de políticas de visibilidade para a nossa comunidade. A leitura e a disseminação desse livro em grupos de estudo, sala de aula, roda de conversa entre amigas/os, dentre outros espaços de difusão do conhecimento, é um ponto de partida potente para esse movimento.

Desejo que este livro seja lido e compartilhado muitas vezes. Que a leitura dele desperte a consciência de que nós, pessoas LGBTQIA+, existimos e resistimos. Nosso pensamento é resistência!

> Acredito no prazer todo poderoso.
> Acredito em meus desejos.
> Acredito no meu corpo portador de todas minhas criatividades.
> Acredito no que eu ainda não imagino que poder ser belo.
> Acredito em muitos feminismos, em muitos orgasmos.
> Acredito na beleza da monstruosidade.
> Acredito nos meus pensamentos, acredito na minha intimidade.
> Acredito em todas as felicidades.
> Acredito no corpo atravessado pelo prazer, a injúria, a diversão, e o riso.
> Acredito no feminino com sentido do humor, por piedade, com sentido de humor.
> Acredito nas dores da história porque se me serve para um riso gigantesco.
> Acredito no corpo do cabaré, bêbado de vida e transgressão.

Acredito no riso porque me enche de oxigênio meus feminismos.
Acredito no riso porque faz meus órgãos e meus orgasmos mais grandes.
Pelo riso, pelo riso, pelo meu grande riso.
Acredito na arte porque revoluciona os corpos.
Acredito nas contradições porque elas me fazem imaginar o que eu ainda não imaginei.
Acredito que imaginar o inimaginável é a coisa mais próxima de voar. [...]
(MANIFESTO VENIR AL SUR, 2012, *online*, tradução livre).

INFORMAÇÃO E VISIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO DESIDERATIVA DA APRENDIZAGEM: PROSPECÇÕES ACERCA DA POPULAÇÃO LGBTQI+

Ismaelly Batista dos Santos Silva

1 PROLUSÃO DAS FACETAS TEMÁTICAS DE INFORMAÇÃO, VISIBILIDADE E CONSTRUÇÃO DESIDERATIVA NA APREDIZAGEM

A informação como produto da linguagem humana que sedimenta os processos informacionais e de comunicação emerge do aparato social a partir da apreensão de conceitos e significados que atuam como dispositivos passíveis de interpretação e rearranjo com base no contexto de intencionalidade dos sujeitos de modo que estes se apropriam do conhecimento como mecanismo de construção de novos saberes que atuarão como possíveis agentes de transformação do pensamento em cenários cotidianos, pautando-se na linguagem.

Nos múltiplos e plurais cenários sociais, os sistemas de informação, em virtude do avanço tecnológico, desenvolveram-se de tal modo a acompanhar os aspectos e necessidades da sociedade, bem como visando cumprir seu papel de mediação da informação em ambientes que se deslocam de um caráter geral para o especializado. Este contexto informacional possui inferência nos aspectos de inovação e aprimoramento da ciência e tecnologia presentes na cultura e acabam por influenciar na construção do conhecimento gerando impacto nos referidos cenários de interações sociais.

A aprendizagem que diz respeito à aquisição do conhecimento também acaba sendo afetada pela dinâmica social. Os aspectos de cultura e sociedade que, de forma sistêmica, promovem uma série de discursos no contexto de informação e que, através de um movimento formativo não dialógico, acabam por condicionar os sujeitos a elementos presentes na própria aprendizagem, que, por vezes, são descontextualizados e pautados em generalidades ou repertórios de saberes hegemônicos desconsiderando aspectos como a regionalidade, cultura ou mesmo preceitos específicos de seus grupos de vivência em sociedade.

Isso posto, a abordagem das temáticas aqui apresentadas parte de um olhar sistematizado de teorias alusivas à Ciência da Informação em eixo de aproximação às questões sociais com implicação a aspectos formativos e de aprendizagem, dos quais a informação possui papel preponderante e atua na perspectiva da ação informativa, hoje, expressa em sistemas oficiais e não oficiais voltados à informação e que cumprem o papel mediador dos valores e necessidades observados no amplo contexto de sociedade e dirigidos aos sujeitos cognoscentes.

Ao passo que contextualizamos informação, faz-se necessário frisar o seu papel ante a construção dos saberes que partem de um lugar de aprendizagem e, que, por sua vez, suscitam elementos dialógicos que levam os sujeitos que buscam apreender (cognoscente) uma propriedade do discurso e, consequentemente, sedimentação de seu "lugar de fala", ou seja, a partir dos conhecimentos apreendidos de forma mediada (direta ou indiretamente), o sujeito cognoscente se vale de um sistema de signos e significações que o mune da linguagem e interação para representar a si e suas ideias de forma consciente.

A visibilidade e, principalmente, o amplo e indiscriminado acesso ao conhecimento registrado geram no contexto sociocultural uma noção de pertencimento e valorização dos discursos construídos de forma coletiva sob a égide não apenas das narrativas homogêneas ou predominantes, mas passam a considerar válidos todos os discursos existentes e que justificam o processo de interação social que visa à comunicação e transgeracionalização dos saberes construídos no seio social tomando por base vivências heterogêneas, ou seja, que não se enquadram ao modelo típico de construção do saber e 'código' social.

Nesse sentido, propomo-nos a descrever possíveis interações para o contexto de visibilidade na construção desiderativa da aprendizagem tomando por base o recorte dos grupos minoritários e, em especial, a população de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transgêneros (travestis e transexuais), pessoas *Queer* e Intersexo, ou seja, representantes da sigla LGBTQI+. Como resultados, traçamos prospecções, com base no exposto, acerca dos processos de (in)visibilidade da informação sobre a população LGBTQI+ no contexto institucionalizado da aprendizagem com foco na informação. Por conseguinte, isso leva à observância de um processo de (des)informação na construção desiderativa desses sujeitos mediante seus referenciais socioculturais na formulação de suas identidades e narrativas culturais de representação, empatia e significação.

2 IMBRICAMENTO TEÓRICO NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE VISIBILIDADE NA ERA DA INFORMAÇÃO

Conhecimento e identidade são pilares do pensamento humano desde a era de autodescoberta do ser que habita o

corpo no qual se vive e sente, transitando pela era das revoluções e guerras da globalização, bem como em tempos atuais no contexto de era da informação (SILVA, 2017). Eis que tal ambiência resvala de forma crítica na capacidade de construção das identidades dos sujeitos a partir do conhecimento que permeia a esfera social e retroalimenta as narrativas que justapõem a individualidade em meio a grupos segmentados que compõem de forma maioritária ou minoritária o caráter de sociedade (ENRIQUEZ, 1997).

As instituições e os grupos em meio ao contexto sociocultural atuam como organização social de forma a agregar indivíduos e sistematizar suas ideias, que, uma vez assimiladas e convertidas em ações cotidianas desses grupos e instituições, passam também a simbolizar por meio dos artefatos e rituais a sua cultura e modos de vida em comunidade. Muitos desses atos e ações construídos e pactuados nos grupos e instituições tomam proporção de atos culturais que, por sua vez, são representativos de suas tradições, valores e expressões intimamente ligados às relações sociais deliberadas em seu contexto a partir dos indivíduos que as compõem (ENRIQUEZ, 1997).

O papel dos artefatos e ritos que imperam no contexto social tem ora a objetividade de informar, ora a intencionalidade de reafirmar comportamentos e condutas como recurso à manutenção da cultura ou mesmo sua construção e transformação (BOURDIEU, 1998). A este ponto, o papel informacional dos artefatos representa o pluralismo de linguagens empregadas de modo a compor repertórios capazes de comunicar aos membros dos grupos ou a outros sujeitos a força de suas crenças, assim como pode significar o próprio movimento de imposição do conhecimento e valores daqueles

que impetram as leis e possuem maior articulação e força no contexto político e cultural, em outras palavras, dominação e superioridade a partir das representações sociais (BOURDIEU, 2002).

No campo social, percebemos de forma difusa ações que geram discursos e padrões de comportamento, em que, por vezes, sequer temos a dimensão concreta do fato ou movimento que atuou como gatilho e até que ponto tais articulações, providas das interações sociais, nos envolvem e nos tornam parte de um sistema perpetuador de crenças hegemônicas e pouco familiarizadas com a criticidade do pensamento ante o que está posto como verdade. Em grande parte, os discursos e atos, no contexto da cultura se fazem por meio da linguagem repleta de intencionalidade e potencial comunicativo transformador gerando elos de significado atribuídos de forma individual, mas que promovem impacto e influência no coletivo, visto que os elementos constitutivos da língua têm natureza sociocultural e são capazes de construir significação a partir do intento de seu articulador (ROUSSEAU, 1998).

Uma vez entendida a linguagem como produto do social e que é por meio das interações profícuas no campo sociocultural que apreendemo-la (VYGOTSKY, 1993), é, pois, de fato que a instrução acerca do que vem a ser a língua e suas variações é um processo realizado de forma intermediada por sujeitos que já possuem um acervo linguístico, ou seja, "o conjunto de hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender" (ROUSSEAU, 1998, p. 92). Neste sentido, os artefatos e saberes a serem informados possuem de forma evidente a intencionalidade de quem os media, comunica, informa ou os transmite ao sujeito cognoscente.

Pensar na comunicação e transmissão da informação e saberes aos sujeitos cognoscentes nos remete a instâncias próprias de diálogo e formação desses indivíduos, em que o contexto institucional é uma delas (BOSSA, 2007), deslocando-se, assim, da organização do núcleo familiar à estrutura de grupos mais articulados e com aparato organizacional constitutivo de séculos e pouco remodelados ao longo do tempo.

O ambiente escolar, a empresa, a igreja, associações e organizações não governamentais (ONGs) são exemplos típicos de dispositivos geradores de discursos e promotores de informação e assim o fazem pautados nos conhecimentos transmitidos ao longo do tempo e materializados por meio de seus acervos documentais que congregam múltiplos suportes, sua informação e o potencial informacional e de memória. Isso implica, necessariamente, a representatividade de ideais e de um discurso construído e aprimorado ao longo do tempo pelos indivíduos que congregam, afinal, a "comunicação é o processo por meio do qual se colocam em comum os saberes e conhecimentos produzidos e/ou instituídos socialmente, gerando informação[...]" (GOMES, 2016, p. 104).

Nesse contexto, o discurso que emana das instituições tem nitidamente um caráter formativo e até mesmo impositivo de seu posicionamento no mundo não sendo este ingênuo, mas articulado de modo a transformar os sujeitos em um produto coeso às perspectivas de quem o forma ou transmite a informação, e desta maneira, molda o pensamento ante o contexto desejado (FOUCAULT, 2009). Ou seja, o papel de informar implica posição de poder e há intencionalidade no ato de formação. Desta maneira, a mediação informacional deve assegurar a imparcialidade daquilo que se informa em um

movimento de revelar até mesmo o que se encontra oculto como artifício empregado na emolduração da estrutura do conhecimento (GOMES, 2016).

As forças difusas, mas não implícitas na construção dos discursos socioinstitucionais caminham na mesma ordem da orientação de comportamentos típicos. O desejo de dominação e hegemonia requer um jogo ardiloso de silenciamento de desejos e inquietações no outro, pois se torna dócil o corpo que é passível de ser dominado e, dessa forma, condicionado ao bel-prazer daquele que detém a informação (neste contexto) como unidade de força e tem a capacidade de transmiti-la, ou seja, fazendo ecoar sua perspectiva em detrimento de outrem que não ocupa mesma posição no sistema social (FOUCAULT, 2009).

As instâncias de poder são múltiplas, assim como a capacidade de articulação dos discursos proferidos sem considerar a vontade dos indivíduos de forma geral, visto que "estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do 'assistente-social'–juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra [...]". Esta ótica de normativismo aponta para o que é típico e coloca em segundo plano ou mesmo à beira da exclusão tudo aquilo que não o é (típico), e, dessa maneira, passa a ser condicionado pelos interesses de dominação, "[...] aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos" (FOUCAULT, 2009, p. 288).

Nesta seara de orquestração do indivíduo e em que pesa ao plano socioinformacional, pode-se inferir que as instituições através de seus regimes de informação cumprem papel relevante na construção das ideias e da comunicação acerca do próprio contexto social. Nessa perspectiva, pensar a informação e seu caráter social através dos registros produzidos em um

patamar institucionalizado significa dizer que os saberes, os discursos e as intencionalidades podem ser medidas de tal forma que seja possível identificar o comportamento e os discursos produzidos pelos membros da instituição a partir de seus registros documentais (FROHMANN, 2008). Ou seja, o documento fruto da perspectiva normativa ganha nuances de narrativa dos atos sociais dos sujeitos, não apenas como testemunho ou prova, mas como elemento de identificação da articulação e intencionalidade nas relações sociais estabelecidas no âmbito da instituição (GOMES, 2016).

O próprio contexto de política e economia pode ser analisado por meio dos documentos institucionais que, de forma orgânica, refletem as relações e finalidades de forma expressa, bem como de maneira subjetiva endossam os discursos vigentes no contexto das relações de poder e intencionalidade. O documento em si passa a ter seu valor social, pois através dele os sujeitos no contexto de sociedade podem refletir acerca da informação que é produto da dinâmica institucional, suas particularidades e posicionamento (CAPURRO, 2003). Pois "a informação carrega em si duas potências: o compartilhamento da diversidade de conhecimentos e o estímulo ao debate" (GOMES, 2016, p. 105).

A informação como pressuposto constituído no meio social é ao mesmo tempo força de transformação e elemento de construção dos discursos e narrativas que compõem o aparato social. Registrada, ela ganha materialidade através dos documentos, em que pese às ideias de normatividade e força em prol da visibilidade de pontos de vista e posicionamentos arraigados a grupos dominantes ou de maior articulação no âmbito social.

Isso posto, o papel fomentador de ideias condicionantes dos saberes aprendentes e que se alinham às demandas e necessidades políticas, econômicas e culturais na esfera mercadológica implicam a própria configuração da informação que é construída e compartilhada com os indivíduos, uma vez que a informação em sua era é ao mesmo tempo capital e força socioinstitucional sobre as relações sociais (SILVA, 2017).

Na era da informação, por conseguinte, os documentos e o conteúdo desses registros ganham um olhar secundário, ou seja, extrapolam os atos que os produziram. Isto se dá pela relevância do conhecimento subjetivo que nos leva a conhecer as potencialidades de uma instituição, por exemplo, no que diz respeito aos atos de dominação e influência a partir dos cenários político e econômico que retroalimentam os discursos e posicionamentos das instituições como manutenção do poder e hegemonia de grupos maiores sobre grupos menores.

O que consideramos nesta análise não é a intencionalidade ou mesmo o caráter autoritário e articulador de grupos na manutenção do poder, mas a particularidade de supressão de contextos informacionais que leva ao ofuscamento de informações passíveis de informar e visibilizar outros pontos de vista capazes de reproduzir saberes e criticidade. Necessariamente, isso não está em pauta nos sistemas de dominação, pois leva ao questionamento e dificultaria o condicionamento dos sujeitos a ideias preestabelecidas com o intento de manipulação e controle.

3 O CONTEXTO DE APRENDIZAGEM EM BASE DESIDERATIVA E INFORMACIONAL ANTE A (IN)VISIBILIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQI+

Parte-se do entendimento de que na era da informação os documentos que são fruto das relações socio-institucionais passam a ter seu caráter e valor redimensionados por reproduzirem as intencionalidades e forças que regem as instituições e seu caráter disciplinar na geração e propagação de discursos hegemônicos presentes em grupos típicos, com poder articulador e influência no aparato político-social. É de se perceber que a informação institucionalizada cumpre o papel de visibilidade e até mesmo invisibilidade de narrativas que remontam às trajetórias de sujeitos no contexto social e que a forma com a qual esta informação circula ou deixa de circular subsidia a manutenção do pensamento dos sujeitos e implica os aspectos econômicos, políticos e as relações entre os indivíduos no contexto da sociedade reforçando arranjos de protagonismo e seus antagonismos.

A instituição como mecanismo gerador de informação e narrativas sociais ganha o *status* de promotora do conhecimento a partir da configuração de espaços destinados à formação e disciplina dos indivíduos no cenário de aprendizagem que visa, de forma geral, reproduzir nos sujeitos as habilidades necessárias ao convívio social, mas principalmente no que tange à ocupação de cargos e papéis sociais dentro do que rege a economia e a expectativa do mercado de trabalho (FREIRE, 1997).

Com base em tal entendimento, a instituição escolar (entendida não apenas no enquadramento de ensino pré-escolar, fundamental e médio, mas em suas nuances de ensino

profissionalizante, as próprias universidades e outros lugares ou espaços onde é possível aprender sobre ou acerca de algo) ocupa papel de mediadora dos saberes, mas de forma cátedra tem agido como frente coesa com os interesses mercadológicos em detrimento da promoção dos saberes na perspectiva de mundo e desenvolvimento humano dos sujeitos (FREIRE, 1997).

A apropriação dos sujeitos pelas instituições transpassa a qualidade, desta última, de facilitadora do conhecimento, em que, por vezes, age mediante a intencionalidade da informação tomada como mecanismo regulador do pensamento nos sujeitos, visto que até mesmo a maneira com a qual se aprende compõe parte do jogo de interesse no contexto das instituições em perpetuar suas ideologias disciplinares.

> A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. (FOUCAULT, 2009, p. 106).

O contexto institucional como engrenagem do pensamento social também prevê os mecanismos de coerção que atuam na perspectiva de controle e condicionamento dos sujeitos às lentes e perspectivas filosóficas dos grupos que assinalam as narrativas de poder, em que a dominação dá-se ainda nos conteúdos que podem ser acessados pelos sujeitos mediante os preceitos e discursos que partem da base formativa para emoldurar ideias e compor o pensamento conforme as premissas normativas vigentes.

É natural que o ser humano aprenda a partir das suas interações sociais e passe a reproduzir comportamentos que lhe são apreendidos por meio da vivência em sociedade. Para tanto, os estímulos do ambiente cumprem de forma efetiva o desencadeamento de posturas nos sujeitos capazes de caracterizar suas habilidades como típicas ou fora deste limiar, inclusive, no que diz respeito à categoria de pensamento social (VYGOTSKY, 1993). A instituição de aprendizagem, comumente atrelada à escola, cumpre seu papel na estimulação dos sujeitos e reafirma o protagonismo dos saberes ante a retórica qualificadora dos sujeitos para o cenário social (FREIRE, 1997).

A compreensão do papel da estimulação, da aprendizagem e do próprio contexto sociocultural eleva a necessidade crítica das ideias que são propagadas no contexto escolar, pois elas se tornam mecanismos reguladores das narrativas que irão compor o pensamento dos sujeitos nas relações sociais. Uma vez que a aprendizagem e os saberes ditados pelo processo de educação (ensino e aprendizagem) são de cunho hegemônico, sem a possibilidade de diálogo com outros olhares de contraponto ou mesmo os discursos não típicos e considerados periféricos ou marginais, o papel da aprendizagem está a desinformar e criar uma cultura de pensamento não crítico, mas ideológico e excludente.

Aprender efetivamente implica condições necessárias e estimulação adequada que permitam aos sujeitos criar significação do que lhes é apresentado a partir de suas realidades sociais, ou seja, os referenciais de cultura e vivências (FREIRE, 1997). Aprender de forma significativa requer uma postura dialógica nos espaços de aprendizagem e que estes estejam alinhados às necessidades dos sujeitos de modo flexível

às suas particularidades e assegurando o amplo contexto de saberes reflexivos (MOREIRA, 1999). A informação impetrada no âmbito da aprendizagem não deve ser limitada ao desejo de intencionalidade de quem forma, pelo contrário, deve se configurar de estratégias que promovam a visibilidade de olhares plurais como método do pensamento crítico na composição do sujeito cognoscente e que o situe em seu papel cidadão.

A informação que irá compor os saberes aprendentes dos sujeitos e advinda do contexto das instituições promotoras de aprendizagem cumpre a função desiderativa de educar para a vida em sociedade. A função desiderativa no contexto escolar emana das responsabilidades e importância do seu papel na confluência do desenvolvimento dos sujeitos aprendentes, pois é no ambiente de aprendizagem que também são concebidas as ideias e habilidades para o aparato social (BOSSA, 2007).

Caso a aprendizagem não ocorra de forma desiderativa, compreendendo as múltiplas narrativas e perspectivas de interação social, e recaia sobre um discurso hegemônico e excludente, sem a possibilidade de enxergar conexões entre o que se aprende e a realidade experienciada, o sujeito não terá despertada a identidade com o que lhe é apresentado como conhecimento, ficando o processo em um ponto superficial e pouco significativo levando, muitas vezes, ao desinteresse, fracasso ou evasão daquele que busca apreender (MOREIRA, 1999). Sem as devidas conexões entre sujeito e instituição (escola), o vínculo e principalmente o desejo de aprender são cerceados, pois não há empatia e reconhecimento de valor que justifique a necessidade de aprender (BOSSA, 2007).

Todavia no amplo contexto de sociedade e sua segmentação em grupos populacionais organizados por suas ideias e relações estabelecidas, emergem as particularidades

dos sujeitos significados por meio de manifestações, objetos, crenças e formas diferenciadas de expressões (ENRIQUEZ, 2007). Ou seja, mediante as configurações culturais, é nato da sociedade o fator plural de comportamento de identidades. No entanto, o papel das instituições tem figurado de modo a buscar uma ótica hegemônica e desenvolver comportamentos típicos como recurso à manutenção das estruturas de poder (FOUCAULT, 2009, p. 106). Nesse sentido, o ambiente escolar tem sido recorrentemente utilizado como espaço de aprendizagem coercitiva o que implica formar sujeitos para reproduzirem discursos preconcebidos por quem lhes 'forma'.

Outrossim, pensar na conjuntura de grupos minoritários, a exemplo da população de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transgêneros (travestis e transexuais), pessoas *Queer* e Intersexo, ou seja, representantes da sigla LGBTQI+, nos leva a refletir as condições de aprendizagem e representatividade perante os discursos impetrados de forma normativa e que excluem os processos identitários de suas vivências em meio às intuições de aprendizagem e educação que, como já dito, articulam ideais hegemônicos. Como população marginal ou minoria organizada na sociedade, seus comportamentos, expressões culturais e valores até então jamais compuseram tal ótica e, portanto, não se inserem de maneira justaposta às narrativas das instituições (AGUIÃO, 2014).

A este ponto analisamos que o conteúdo informacional que sedimenta o discurso das instituições tem teor de invisibilidade da diversidade nos aspectos de sociedade, uma vez que situa os sujeitos ante as narrativas e identidades de ordem que a moral e os costumes das 'elites' têm se sobreposto às expressões e vivências de sujeitos enquadrados de forma marginal com comportamentos a serem silenciados em prol do

interesse das ideologias e cultura de quem detém o poder (AGUIÃO, 2014). Dando continuidade a essas considerações, mencionamos que inclusive se sobrepõem aos aspectos de ensino e aprendizagem que se encontram à revelia de instituições, compostas por sujeitos de cultura e pensamento opressores das necessidades e particulares das populações menos privilegiadas visando à manutenção da hierarquia nas camadas sociais (FREIRE, 1997).

Tendo em vista esse panorama, temos a pluralidade de expressões e a necessidade eminente de aprender por parte de indivíduos que mesmo considerados minoritários possuem os mesmos pilares de direitos como cidadãos e sujeitos sociais. Por outro lado, contamos com um sistema de aprendizagem que reflete crenças e valores hegemônicos de cultura e que oprimem como mecanismo de ajuste as condições atuais de suas narrativas e interesses que não partem de um viés coletivo, mas sob a égide da dominação e subalternização do outro e principalmente no que diz respeito à sua cultura, identidade e afeto.

Os sujeitos da população LGBTQI+, assim como qualquer outro cognoscente, requerem uma formação diversificada que tome como princípios os ideais de suas culturas e respeito às suas expressões sociais que, por sua vez, compõem a multiplicidade de signos e significações nas expressões humanas e refletem as relações sociais independentemente de influências típicas ou globais que padronizam o comportamento e que contam suas narrativas sobre o outro sob o viés da indiferença e marginalidade, pois os artefatos e expressões produzidos por esta população também são passíveis de contextualização nos múltiplos documentos que compõem os registros sociais e fonte de informação desiderativa e que podem ser mediados como teor para a

aprendizagem na formação dos valores humanos com base no respeito e na dignidade humana.

O olhar dentro da universalidade da aprendizagem não pode restringir ou coagir a expressão do outro como artifício à invisibilidade, mas congregar saberes como forma de dignificar o conhecimento que é fruto da construção coletiva a partir das relações humanas profícuas, em que pese à informação assumir papel de protagonismo no compartilhamento das bases para construção e respeito às identidades culturais dos múltiplos grupos inseridos no contexto de sociedade.

4 PROSPECÇÕES ANTE OS PROCESSOS DE (DES)INFORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DESIDERATIVA DE IDENTIDADES E NARRATIVAS CULTURAIS NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL

Na função desiderativa, aprendemos quando nos relacionamos com os indivíduos e, no contexto destas relações, despertamos cognitivamente o interesse por suas ideias e nos munimos do produto dessas conexões que são tidas no cenário social como recurso a compor nossas narrativas e discursos de identidade que nos levam à construção do sujeito individual a partir da empatia, mas capaz de refletir acerca dos contextos que nos cercam enquanto ambiente plural.

O fruto das nossas relações humanas e também das nossas expressões é a informação. Passível de ser compartilhada, ela carrega consigo o potencial informativo que comunica nossas intencionalidades e representa nossos olhares do mundo e valores sociais. Quando nos organizamos em grupos específicos e temos nossa identidade associada à dos

outros sujeitos, tornamos institucionalizadas nossas crenças por meio de um pacto no âmbito da organização social.

Ao nos voltarmos para o contexto das instituições de poder ou mesmo para aquelas instituições de caráter formal, temos a confluência de ideias e posicionamentos políticos que desencadeiam discursos próprios, uma vez que tendo por base essa fundamentação foi que se deu o seu desenvolvimento como instituição, ou seja, valores e normas que fortalecem os pilares de sustentação de um grupo. Em conformidade com esse pensamento, as instituições que acolhem novos sujeitos com a finalidade de "educar" acabam por transmitir a eles seus valores a partir dos referenciais de informação que os constituem, mas que se põem necessariamente pouco abertas a modificações dos códigos vigentes, uma vez que foi pautado nesses dogmas que se constituíram e mantêm seu papel e referencial social.

Diante dessa visão, cabe refletir que sujeitos que compõem minorias ou grupos diferentes dos que tipicamente se inserem em determinadas instituições se encontram na contramão dos discursos hegemônicos impetrados pelas instituições e seus referenciais de cultura e expressão. Por vezes, esses sujeitos acabam se portando como conflitantes aos valores dos membros da instituição. Nesse sentido, podem passar por um processo de coerção como disciplina e imersão ou adaptação ao contexto cultural da instituição.

Os processos de coerção institucional são promovidos como meio de manter regulado o estado de controle e referencial identitário dos que compõem e possuem o poder de decisão no contexto institucional. Aqui cabe considerar que a incapacidade dialógica e a abertura para novos cenários sociais por parte dos que compõem a instituição os levam a infringir sanções na liberdade e possibilidade de estabelecimento do

referencial desiderativo dos sujeitos não típicos, que, mesmo dispostos a transpor os costumes dogmáticos, acabam ora desligando-se do referencial identitário em prol dos valores institucionalizados e incorporando o discurso hegemônico, ora passam a ser excluídos em um mecanismo de marginalização e invisibilidade não apenas do ponto de vista dos sujeitos, mas do próprio teor informacional que é referencial de cultura e expressão social.

Sujeitos da população LGBTQI+ enfrentam cotidianamente processos disciplinares, coerção e invisibilidade por grupos que possuem capital social e poder articulatório no seio institucional, ou seja, a menos que haja um enfrentamento das ideologias hegemônicas em prol dos discursos, narrativas e valores identitários dessa população, eles não chegarão sequer a figurar nos registros institucionais oficiais e nas narrativas de conhecimento, pois serão silenciados como meio de neutralizar posicionamentos que atuam contra o discurso formal e, dessa forma, asseguram-se a parcialidade e controle nos sistemas de dominação.

Os saberes advindos da cultura e expressão LGBTQI+ representam uma das múltiplas perspectivas ante as relações sociais. Nesses termos, elas são passíveis de compor referencial de aprendizagem perante si, mas principalmente para o outro. Com os recursos informacionais da era da informação e o poder político alcançado por grupos minoritários, é possível vislumbrar o potencial de construção dialógica nos sujeitos criando novos cenários e espaços de abertura social, em que as narrativas hegemônicas não deixarão de existir, mas passem a flexibilizar e oportunizar aos indivíduos diferentes expressões culturais, com base no referencial de informação, para compor saberes e fortalecer os sujeitos cognoscentes na construção

desiderativa de sua aprendizagem como, por exemplo, para a própria população LGBTQI+.

Os ambientes de aprendizagem deixariam, pois, de atuar de modo hostil e passariam a integrar de forma inclusiva a perspectiva da cultura LGBTQI+, visto que seu papel de construção da sociedade possui relevância identitária e representação social, mas que em razão dos discursos hegemônicos, as figuras sociais desse contexto social são invisibilizadas como artifício à desconstrução de seu valor e contribuição socioinstitucional na arte, comunicação, economia, educação, filosofia, política, dentre outros cenários.

Por fim, é de se perceber que a informação gerada no contexto sociocultural implica a institucionalização dos saberes assim como em ordem inversa. A partir de um movimento dialógico capaz de romper narrativas ideológicas e gerador de visibilidade às narrativas e valorização da expressão cultural das minorias, em que pese à população LGBTQI+, podemos pensar em transpor o posicionamento hegemônico de poder das instituições que geram violência de todas as ordens.

Trabalhemos então na perspectiva de aprendizagem pautada no referencial identitário e representatividade nos espaços de saber e registros informacionais, pois gerar empatia e envolvimento desiderativo em um movimento de aceitação da diversidade e inclusão dos sujeitos cognoscentes, independentemente do grupo ao qual façam parte, é oportunizar a transformação dos cenários emergentes na sociedade.

Nessa vertente, a informação pode ser apontada como insumo moderador desse novo momento social referenciando o que temos e subsidiando a articulação ante o que se pretende construir socialmente. Por conseguinte, isso implica o papel social da Ciência da Informação por meio dos processos de

mediação informacional gerando visibilidade às narrativas plurais e propiciando o amplo acesso à informação por meio de mecanismos de aprimoramento dos sistemas de informação como recurso dirigido aos saberes referenciais no contexto de aprendizagem plural acerca da própria sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, S. **Fazer-se no "Estado"**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. 2014. 316 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2014.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAPURRO, R. **Epistemologia e Ciência da Informação**. In: ENANCIB, 5., 10 de Novembro de 2003, Belo Horizonte. **Conferência...** Belo Horizonte, 2003.

ENRIQUEZ, E. O vínculo grupal. *In*: ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. São Paulo: Vozes, 1997.

ENRIQUEZ, E. **As figuras do poder**. São Paulo: Via Lettera, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. *In*: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

GOMES, H. F. Comunicação e Informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, V.; JACKS, N.; GOLIN, C. **Epistemologia, comunicação e informação.** Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Guia da Diversidade LGBT**: saúde atendimento e legislação. Cidade do Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2lUXBLu>. Acesso em: 23 maio 2019.

ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SILVA, J. L. C. Caracterizando a era da informação. *In*: SILVA, J. L. C. **Fundamentos da informação I**: perspectivas em Ciência da Informação. São Paulo: ABECIN Editora, 2017. (Coleção Estudos ABECIN; 02).

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

O CAMPO DA INFORMAÇÃO NO ORDENAMENTO POLÍTICO DE GÊNERO

Gláucio Barreto de Lima
Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos

1 INTRODUÇÃO

A temática LGBT é uma questão de natureza social que envolve aspectos da cultura, da política e da ciência, fazendo parte dos temas que são pesquisados nos Estudos de Gênero sobre diversidade sexual. É também um tema de relevância para a discussão na Biblioteconomia e Ciência da Informação, tendo em vista fatos históricos e principalmente os atuais, que comprovam uma intenção de bloquear para esse público, o direito de livre acesso às informações.

Os noticiários têm sido referência para a comprovação desse tipo de problema no Brasil e em outros países. Cotidianamente, surgem manchetes alardeando que determinados tipos de informação (como as que tratam sobre questões de gênero, sexualidade ou temas LGBT), são ameaçadas ou simplesmente retiradas de circulação, de forma que seja impedida sua disponibilização pelo instrumento da censura.

Existe uma intencionalidade em não se permitir que a informação sobre LGBTs seja oferecida nas bibliotecas. Essa questão envolve uma reflexão mais profunda quanto aos conflitos que surgem nas disputas entre as identidades dominantes e as identidades subjugadas. Esse aspecto simboliza um dos elementos da crise humanitária, onde ainda se projeta politicamente um modelo de exclusão, dominação e exploração baseado na lógica do capital.

A importância de trazer esta reflexão para a Biblioteconomia se deve à imprescindível necessidade de que seja problematizado o espaço da biblioteca como um espaço de discursos e que deve pautar sobre a diversidade humana. A educação para a diversidade precisa ser uma das linhas de atuação das bibliotecas. São lugares do conhecimento, da informação e do entretenimento, portanto, um espaço de socialização dos saberes, das culturas e das memórias, contribuindo assim para a melhoria na transformação social.

A justificativa para abordar esta temática se deve à necessidade de uma contrapartida de enfrentamento por parte da classe bibliotecária ao neoconservadorismo brasileiro, presente em muitos discursos políticos que têm boicotado a pluralidade de pensamentos. Tais discursos criam uma 'nova censura', provocando o impedimento de acesso às publicações que abordem a pauta da diversidade sexual, o qual não permite que sejam incorporadas aos acervos públicos, principalmente no âmbito escolar. Assim, como trabalhar o estímulo ao respeito às diferenças, se as estatísticas de violências contra a comunidade LGBT apontam que existe uma forte reação ultraconservadora, machista, racista, homofóbica, transfóbica, misógina, classista, sexista, interferindo contrariamente nos avanços para as discussões de gênero nos mais variados tipos de bibliotecas e suportes de informação?

Para tentar compreender esta questão, delineia-se uma aproximação entre os campos da Biblioteconomia com os Estudos de Gênero. A perspectiva dos Estudos Culturais e da corrente pós-estruturalista (a exemplo de teóricas como Judith Butler e Guacira Lopes Louro) faz com que seja feita uma análise do contexto nos dois campos científicos e as explicações encontradas para entender a problemática. A abordagem do

paradigma da Biblioteconomia Crítica e também das correntes contemporâneas, trouxeram a exemplo do multiculturalismo nas bibliotecas, a possibilidade de ousar na aplicação de uma metodologia que pudesse envolver a Biblioteconomia e o Gênero no intuito de produzir um conhecimento comum para as áreas.

Quanto à pergunta anterior, é imprescindível a compreensão da seguinte questão: o surgimento de bibliotecas especializadas nas organizações não governamentais (ONGs) é reflexo do silenciamento da temática da diversidade sexual nos demais tipos de bibliotecas? Seria a criação de bibliotecas nas ONGs LGBTs uma forma de escapar da negação do direito à informação? As possíveis respostas para essas perguntas envolvem a contextualização política da questão e envolvem a aproximação do problema com a atividade e o papel social de bibliotecárias e bibliotecários.

O objetivo deste capítulo é problematizar como as questões de gênero, diversidade e informação perpassam pelo campo político de ordenamentos e que existem pressões que incidem na forma como a sociedade organiza, produz, dissemina, oferta e exclui determinados temas da pauta de informações disponíveis. A metodologia se baseia na pesquisa bibliográfica para a produção textual sobre o assunto.

Este estudo inicia contextualizando a crise civilizatória e constatando que grupos socialmente discriminados, como o das pessoas LGBTs, são mais vulneráveis ao sistema de opressões. Avança na discussão, afirmando que os Estudos de Gênero possibilitaram um repensar das situações cotidianas e um olhar diferenciado dos conflitos sociais. As rupturas com as estruturas e modelos condicionantes da vida social permitiram reflexões sobre os papéis dos indivíduos na sociedade. Esses rompimentos escancaram a crise e permitem questionar a quem

interessa silenciar as pesquisas e publicações sobre gênero. Também faz a ligação entre Gênero e Biblioteconomia, ao ser constatado que o campo da informação também é influenciado pelo ordenamento político de gênero e apresenta alguns questionamentos sobre a participação da classe bibliotecária nos movimentos sociais. Discute a constatação da responsabilidade da categoria diante de comunidades desfavorecidas, tendo em vista que outras demandas pela sobrevivência são mais urgentes de serem atendidas do que a necessidade de informação.

Sinaliza ainda para o envolvimento da classe bibliotecária com a temática de Gênero e que para isso acontecer é necessário o entendimento de duas noções primordiais: a primeira, que gênero é diferente de sexo biológico; sendo assim, gênero é uma construção social; e a segunda, que os conceitos de sexo, identidade de gênero e orientação sexual são diferentes e não existe necessariamente uma coerência e continuidade entre esses conceitos, contrariando assim a lógica da normatividade.

Outro ponto relevante abordado é a percepção de que as bibliotecas, por possuírem o potencial de ser instrumento de transformação da realidade, vêm sofrendo cerceamentos para que não seja possível a disponibilização de informações sobre gênero e diversidade sexual. Sendo assim, o estudo conclama que a classe bibliotecária faça um posicionamento enquanto categoria profissional e tome atitudes frente ao retrocesso que vem acontecendo, que compromete o direito de livre acesso à informação. Para o enfrentamento da crise que atinge a Biblioteconomia e a área de Gênero, as saídas propostas são: enfrentamento do cerceamento oficial e institucionalizado e o uso das prerrogativas legais na esfera da Organização das

Nações Unidas (ONU) que garantem o acesso à informação como um direito humano.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO

A atualidade é constantemente associada como uma era que simboliza a crise civilizatória que acontece em proporção mundial e que envolve desde a economia ao jogo da política, assim como está presente na cultura e faz parte da sociedade global. Aspectos da vida cotidiana são impactados pela crise, principalmente para as pessoas que vivem à margem da pobreza, que estão inseridas num ciclo de desigualdades que as impedem de ter acesso a bens culturais ou bens de consumo, reforçando a violência e práticas políticas de exclusão, impossibilitando que grande parte da população mundial tenha condições mínimas para sobreviver, como ter acesso à alimentação e ao emprego e renda. Neste sentido, são pessoas que dificilmente terão respeitadas a condição de cidadania. Lembrando que 'cidadania', enquanto conceito, é algo muito complexo e variável. Pensa-se em cidadania no Brasil diretamente ao que consta na Constituição Federal e que ampara os direitos e obrigações dos indivíduos. Com o avanço do reconhecimento dos direitos no estado 'democrático', o conceito é ampliado e é possível alguns teóricos falarem no conceito de forma segmentada. Por exemplo, é comum ler em vários textos a expressão cidadania LGBT.

É preciso ter cuidado com o uso da palavra crise, pois ela tem formas diferentes de sentido, dependendo do contexto e que tipo de pessoa adota o termo, como forma de expressar uma mudança, um rompimento ou um choque entre polos antagônicos. Para conservadores, a crise está vinculada ao sentido de transformação de comportamentos na sociedade que

já não permite mais os abusos praticados pela dominação patriarcal, machista e exploradora. O que de certo modo, põe em xeque os padrões estabelecidos e atinge mesmo que minimamente as estruturas de poder. Já para os teóricos dos Estudos de Gênero, a crise está justamente na posição contrária, quando em pleno século XXI a humanidade não se desvencilhou de práticas culturais machistas, racistas, 'homolesbobitransfóbicas' e que insistem em perpetuar formas de exploração e esmagamento da diversidade humana. Este termo é uma forma como alguns autores fazem contração de várias palavras que expressam medo, aversão e repulsa, direcionado às pessoas identificadas como gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. É o mesmo que se designa por LGBTfobia.

Mas a crise recai com maior força sobre o segundo grupo. As pressões para conter a crise – no sentido dos conservadores – tiveram o neoconservadorismo, o neoliberalismo e o neofundamentalismo como resposta. Estes termos representam o retrocesso em montar um tripé de alienação e subordinação, em que as pessoas são categorizadas entre as que merecem ter direitos e outras não. Há um programa político desenvolvido e implementado para a dissolução de direitos conquistados, apelando ao uso incoerente da palavra 'reformas', sinalizada pelos políticos do Brasil, sendo um exemplo inquestionável disso. Desmanche das políticas públicas que foram criadas e que mesmo sendo pauta mínima permitiram um avanço em uma estrutura engessada como a brasileira, para lidar com questões sérias como a injustiça social, a pobreza extrema, o racismo, o machismo, as homofobias. A inviabilização e o deboche ao Programa Brasil Sem Homofobia pela classe política

e com apoio de uma parcela da população brasileira é uma ilustração desse retrocesso.

O Programa citado foi um esforço do Governo Federal, na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, e representou avanços na tentativa de implementar políticas públicas que promovessem a cidadania LGBT.

> O Programa Brasil Sem Homofobia foi criado em 2003, a partir de uma série de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil, com o intuito de promover a cidadania de lésbicas, gays, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas (KOTLINSKI, 2007, p. 16).

Cabe aqui, explicar que também foi no governo do Presidente Lula que aconteceram eventos primordiais para um diálogo entre o Governo do Brasil e a população LGBT, ouvindo as demandas específicas solicitadas por esta população através da realização da I Conferência Nacional GLBT, no qual inclusive, foi sugerida a mudança da sigla GLBT para LGBT, tendo em vista que o movimento homossexual não poderia repetir as hierarquias de inferiorização e subalternização das mulheres, havendo a necessidade de sim, posicionar as lésbicas em primeiro plano, reconhecendo a importância das mulheres, lésbicas ou não, e do movimento feminista para a consolidação da pauta LGBT como um movimento social que atua politicamente na busca de mudanças. Foi no governo do Presidente Lula que também foi possível a realização do Encontro Brasileiro de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e

Transexuais – EBLGBT. Ambos os eventos ocorreram no ano de 2008.

As questões de gênero que foram apontadas pelos Estudos de Gênero[4] possibilitaram um rompante, ou seja, uma ruptura com estruturas que naturalizam cenas cotidianas, desde a ocupação de gerência e cargos de liderança exclusivamente por homens ao uso da imagem de mulheres seminuas para estimular a venda de cerveja em propagandas. Situações que passam 'despercebidas' pela maioria das pessoas, mas que de fato são questões de gênero que precisam de uma explicação. As distinções sociais implicadas pela diferenciação binária entre gêneros passam longe da reflexão, por grande parte da população, do que faz as coisas serem assim estabelecidas.

A diferenciação binária como algo dado no cotidiano, revela fatos que se interligam e que comprovam como existem estruturas socialmente estabelecidas e que interferem nas relações de gênero. É a "ordem de gênero" na sociedade atual, pois "a crença de que distinções de gênero são 'naturais' faz as pessoas se escandalizarem quando alguém não segue o padrão" (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 37). Por isso, uma força reacionária age no campo político e fora dele, fazendo ligações

[4] Existe uma produção considerável de artigos e publicações. Gênero é um campo do saber: "temos uma grande riqueza de conhecimentos sobre gênero, advinda de décadas de pesquisa, e um repositório de experiências práticas do que constitui uma reforma no gênero. Temos uma base melhor do que qualquer geração anterior jamais teve para compreendermos as questões de gênero" (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 36). A publicação das autoras citadas apresenta no capítulo 2 exemplos de pesquisas realizadas, com o gênero como epistemologia e como método de pesquisa/produção científica. No capítulo 4 apresenta Teorias do Gênero. Para ter acesso à publicação, consulte a referência bibliográfica.

com as instâncias mais conservadoras das diversas esferas (religiosa, por exemplo) para propor uma barreira aos avanços nos direitos conquistados.

A ação antagonista se inicia na anulação das diversidades de gênero, das múltiplas formas de organização familiar, das orientações sexuais deslocadas da heteronormatividade, das múltiplas identidades e diferenças humanas. É preciso questionar: a quem interessa o fim das pesquisas de gênero e o silenciamento delas? Que privilégios serão atingidos pelas mudanças propostas por esses estudos? São múltiplas vertentes que os estudos de gênero têm se dedicado a pesquisar e, cada vez mais, nota-se a complexidade das questões e como estão relacionadas a várias temáticas, pois:

> De fato, vemos emergir na política do gênero um novo domínio, com questões afiadas sobre direitos humanos, injustiça econômica global, mudança ambiental, relações intergeracionais, violência (tanto em âmbito militar quanto na esfera pessoal) e condições para um bem viver (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 26).

Percebe-se que as pautas desses estudos fogem da visão preconceituosa e machista que muitas pessoas imaginam quanto aos Estudos de Gênero, que seja exclusivamente uma temática sobre o universo feminino e termine aí. Enganam-se, pois além dos tópicos relacionados na citação acima, uma das pautas tem sido discutir as masculinidades e como se constrói essa identidade, inclusive os efeitos da violência e padrões de riscos que as masculinidades têm exercido sobre homens e o sofrimento que isso possa causar.

Interessante notar também, que além da discussão entre o universo feminino e masculino, os estudos de gênero têm atuado de forma ampla sobre as questões atuais da humanidade. Hoje, pautas como a destruição da natureza e a má distribuição econômica são recorrentes nas pesquisas em Gênero, denunciando inclusive, quais populações são mais vulneráveis nos conflitos gerados por esses problemas.

A ordem de gênero, conceito estabelecido pelas autoras Connell e Pearse (2015), foi expresso tanto no sentido das forças reacionárias (em uma oposição odiosa aos movimentos sociais que têm pautado pela justiça de gênero, visando, por exemplo, o combate às desigualdades salariais entre homens e mulheres que exercem uma mesma função), como também, pelo posicionamento do gênero como campo político de ordenamentos (ou seja, o questionamento se ser homem, mulher, *gay*, trans, etc., seria uma construção flexível e se existe a possibilidade de sair de um discurso naturalizado e enrijecido das identidades). A politização do gênero é uma inovação, pois traz para a cena do debate as pautas de ordenamento das vidas humanas, conforme analisa as autoras:

> Logo, os arranjos de gênero são, ao mesmo tempo, fontes de prazer, reconhecimento e identidade, mas fontes de injustiça e dano. Isso significa que o gênero é inerentemente político – mas também significa que essa política pode ser complicada e difícil. Na ordem de gênero, a desigualdade e a opressão têm levado repetidamente a demandas por reformas. Movimentos que buscam essa mudança incluem campanhas pelo voto feminino, pela presença das

> mulheres em movimentos anticoloniais e na representação de governos independentes. Há campanhas por salários iguais, pelo direito das mulheres à propriedade de terras e bens, por reformas da legislação que regula os direitos e práticas homossexuais, pelo sindicalismo feminino, por oportunidades iguais de emprego, por direitos reprodutivos, por direitos humanos para homens e mulheres transexuais e pessoas transgênero, contra a discriminação na educação, contra o machismo na mídia de massas, contra estupros e violência doméstica (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 43).

A amplitude dessas questões perpassa por várias áreas e vertentes do conhecimento. O campo da informação também é influenciado pelo ordenamento político de gênero, seja no controle e repressão da pauta dos Estudos de Gênero ou na possibilidade de contemplação desse discurso nos acervos das bibliotecas e na oferta de serviços e ações que discutam essas questões. Não apenas na forma da representação da informação, mas no cuidado com que a classe bibliotecária avalia os recursos informacionais, no processo de seleção da informação.

A contribuição da Biblioteconomia para os Estudos de Gênero está na problematização dos arranjos de gênero institucionalizados, na seleção de informações que não apenas representem a imagem de mundo sob a ótica do homem branco, heterossexual, rico e do eixo centro europeu. A informação parece ser uma das saídas para a superação de definições superficiais e reducionistas que têm sido publicadas para rebaterem os resultados das pesquisas em Gênero, como um

campo de saber científico. Superar, por exemplo, limitações estabelecidas e propositalmente disseminadas de diferenças entre machos e fêmeas, uma naturalização dissimulada, que anula a existência de diversas identidades de gênero. No campo da cultura e da informação, é como se houvesse um pêndulo: hora repousando a favor dos avanços dos Estudos de Gênero, hora retrocedendo no que já foi transformado para melhorar a vida das pessoas que encaram romper com os padrões da normatividade.

Ao mesmo tempo é preciso refletir sobre o papel da Biblioteconomia no contexto de enfrentamento da crise pelo viés da proposta das Teorias de Gênero. A Biblioteconomia ainda representaria o paradigma do eu cartesiano, que prevalece na lógica do sistema que rege as ciências, as profissões, as vidas humanas de modo geral.

Esta constatação tem fundamento se pensarmos exclusivamente em dois modelos paradigmáticos da Biblioteconomia: o Tecnicista e o Funcionalista. Segundo Araújo (2014, p. 15-20), no modelo Tecnicista o foco está centrado em três questões: "na instituição, nos acervos e coleções, e nas regras de tratamento destes acervos". Nele, não existe preocupação com as/os usuárias/os da informação, mas apenas na salvaguarda dos documentos e com as atividades internas da instituição biblioteca. É também chamado de modelo tradicional. No paradigma Funcionalista, as bibliotecas seriam comparadas ao modelo de um organismo vivo, "que desempenham determinadas funções para a manutenção do equilíbrio do todo" social. Nesse modelo, a biblioteca continua com as mesmas funções do modelo tecnicista, mas ampliadas, pois suas atividades estariam agora relacionadas com a

sociedade em que estão inseridas e outras instituições do seu entorno.

Escapar às amarras normativas tem sido um desafio para a categoria bibliotecária. Historicamente, a Biblioteconomia tem servido aos interesses de uma classe dominante. No Brasil não seria diferente. Alguns teóricos da Biblioteconomia relatam o desinteresse pelas lutas sociais:

> A questão social está ainda mais em nível retórico, com a classe bibliotecária pouco participativa nas lutas pela democracia nos períodos ditatoriais. Na pauta de nosso corporativismo aparecem mais as questões técnicas, as administrativas, as legais, e raramente, o engajamento com os grandes movimentos sociais que lutaram pela universalização do ensino, contra a censura à imprensa e às artes em geral, pela defesa da cultura nacional e outras bandeiras que, todos nós sabemos, afetam o nosso desempenho e comprometem os nossos objetivos profissionais. Sem deixar de reconhecer que, como indivíduos, muitos de nossos líderes foram combativos e esclarecidos (MIRANDA, 1981 *apud* CASTRO, 2000, p. 13-14).

Nesta obra de Castro (2000), além do olhar histórico sobre a memória da profissão, o autor trouxe contribuições importantíssimas para a aproximação da prática bibliotecária com o contexto social em que sua atuação está inserida. Faz-nos refletir sobre duas perguntas essenciais: como os bibliotecários atuam no âmbito social, participando das lutas de classes e movimentos sociais? De que forma essas ações se concretizam?

Essas perguntas precisam ser debatidas por toda a classe bibliotecária. O embate que a crise nos revela, envolve sim a Biblioteconomia, pois aparentemente todas as instituições são LGBTfóbicas, inclusive as bibliotecas. Mesmo com a abertura política que os movimentos sociais permitiram, e a crise dar visibilidade de que há uma colisão entre forças antagônicas, ainda assim é preciso entender que sempre houve o silenciamento das 'minorias' sexuais, e que inclusive, grupos sociais estigmatizados cansaram de não serem respeitados em sua dignidade humana. A biblioteca como parte integrante da lógica binária e cartesiana, salvaguarda e disponibiliza – embora existam exceções – um discurso que representa todo o conjunto de regras, controles, aprovações e reprovações, legitima um discurso higienizador, homogêneo, de uma produção cultural prioritariamente masculina, branca, ocidentalizada, capitalista e heterosexista.

A preocupação com grupos estigmatizados e como as unidades de informação ofertam serviços apropriados para demandas específicas, tem sido uma temática relativamente exposta nas últimas décadas. Encarar as disparidades que existem entre os países, entre as culturas, entre grupos sociais distintos, vem sendo um desafio para que bibliotecárias/bibliotecários e outros profissionais da informação, estabeleçam categorias de análises em suas pesquisas, que considerem discrepâncias de gênero por exemplo.

Gênero e informação, mesmo sendo campos intrínsecos, parecem isolados. Da informação, muitos pensam ser item supérfluo quando necessidades mais emergenciais precisam ser supridas, como foi identificado em uma pesquisa feita em

comunidades desfavorecidas[5]. Embora não tenha sido direcionada ao público LGBT, a pesquisa possibilita entender como acontece essa exclusão e para associar às pessoas que representam 'minorias' sexuais, basta ampliar o espectro:

> A exclusão social mostra uma variedade de características e intensidades através de tempos e lugares. A característica principal dos que são afetados é a privação, social e econômica, que mina inclusive a dignidade humana mais básica. Nas instâncias mais críticas, a vida de pessoas desfavorecidas é de luta diária pela sobrevivência. (MENOU; MCHOMBU, 2006, p. 131).

Além do complexo jogo de limitações, marginalização, discriminação a que pessoas LGBT estão expostas diariamente, toda essa exclusão direciona esse grupo social para situações de subalternização, dominação e exploração. Além da pouca ou inexistente presença de serviços públicos, incluindo os serviços de informação.

Quando pessoas estão em situação de vulnerabilidade social, uma espécie de barreira invisível faz com que essas pessoas não percebam o valor que a informação pode ter em suas vidas. Noções sobre os direitos assegurados por lei, serviços públicos aos quais podem recorrer, ou como proceder

[5] As comunidades desfavorecidas da pesquisa citada correspondem a comunidades rurais e urbanas nas periferias de cidades do considerado 'Terceiro Mundo'. Os autores fizeram questão de colocar o termo entre aspas, pois explicam que a expressão pode significar diferentes coisas, dependendo do olhar e posição de quem se direciona para esse 'mundo' e que apesar de existir um padrão de subdesenvolvimento, esquecemos que parte dessa situação de miséria e escassez de recursos deve-se muito à exploração injusta do chamado 'mundo desenvolvido'.

para efetuar uma denúncia de violação de direitos, são exemplos de como a informação pode ser útil e que faz parte do cotidiano e, muitas vezes, passa despercebida. "Em face da natureza abstrata da informação e do conhecimento, sugere-se que os provedores de informação para as comunidades deveriam preocupar-se com o provimento de informação apropriada" (MENOU; MCHOMBU, 2006, p. 135-136). Cabe ao/à bibliotecário/a conhecer bem o público de usuários e usuárias, compreender suas necessidades de informação e estabelecer estratégias de atendimento, oferecendo as potenciais fontes de informação que atendam aos interesses dessas comunidades.

O/a bibliotecário/a que se aproxima da comunidade e de seus usuários começa a entender o desestímulo, pois às vezes, ter condições para realizar ações básicas como se alimentar, tomar banho, ter um lugar para dormir, ter apoio familiar, são fatores que impactam diretamente na forma como as pessoas lidam com as estruturas de informação formais. É importante ressaltar que uma parte significativa de pessoas LGBT tem sido seguidamente direcionada para esse grupo desfavorecido, diante da falta de perspectivas, oportunidades, desamparo familiar e exclusão social sob as mais diversas formas de impacto sobre essas vidas.

Mas como a Biblioteconomia pode formar bibliotecárias e bibliotecários como agentes de mudança, se os próprios teóricos da área dos Estudos de Gênero alertam para o nível de desinformação geral quanto à perspectiva de gênero? O primeiro passo seria a classe bibliotecária entender o que é gênero. A maioria das pessoas não sabe fazer a distinção entre sexo e gênero e, muitas vezes, repetem o discurso discriminatório do consenso superficial, desconsiderando a

complexidade da diversidade sexual e reforçando estigmas, cristalizados por uma esfera de desinformação que vai sendo disseminada na sociedade e sendo repassada de uma geração para outra. Portanto, é imprescindível entender que:

> Gênero não é um conceito biológico, é um conceito mais subjetivo, podemos dizer que é uma questão cultural, social. Gênero é um empreendimento realizado pela sociedade para transformar o ser nascido com vagina ou pênis em mulher ou homem. Nesse sentido, gênero é uma construção social, é preciso um investimento, a influência direta da família e da sociedade para transformar um bebê em 'mulher' ou 'homem'. Essa construção é realizada, reforçada, e também fiscalizada ao longo do tempo, principalmente, pelas instituições sociais, são elas: a igreja, a família e a escola (KOTLINSKI, 2007, p. 37).

Nota-se que a biblioteca, enquanto instituição formal na sociedade, também opera como agente controlador das normatividades estabelecidas. Os discursos nos conteúdos dos acervos refletem, em geral, as hierarquias, a história, o esquema de como tudo está posto e organizado no mundo sob uma determinada lógica de exposição. A biblioteca participa, mesmo sem saber (ou conscientemente), desse ajustamento de condutas. Um exemplo para esta afirmação pode ser comprovado na repetição da compulsória divisão binária de sexo entre masculino e feminino nas fichas de inscrição de usuários da biblioteca. Ela é uma arena de formação das individualidades e das coletividades. Romper com as barreiras de uma lógica dominante não é tarefa fácil, mas é

preciso reconhecer que a crise, sob as duas óticas apresentadas aqui, atua como força de influência sobre os trabalhos desenvolvidos por bibliotecários/bibliotecárias.

O segundo passo para que bibliotecárias e bibliotecários não reforcem os estigmas proporcionados pela desinformação, seria compreender que sexo, identidade de gênero e orientação sexual são conceitos diferentes. O campo é de pluralidade e não atende às expectativas de alinhamentos direcionados pela normatividade:

> Sexo, identidade de gênero e orientação sexual são três âmbitos distintos de expressão ou vivência social de uma pessoa. E são várias as possibilidades de entendimento e expressão dentro de cada âmbito. Assim como o sexo não define necessariamente a identidade de gênero, a identidade de gênero não define a orientação sexual de uma pessoa (KOTLINSKI, 2007, p. 38).

É importante entender que sexo, identidade de gênero e orientação sexual são temas que não seguem a lógica estabelecida pela normatividade. Algumas publicações têm apresentado arranjos de gênero que mostram a diversidade humana[6]. Existem exemplos tanto de obras literárias, desde a

[6] Um exemplo ilustrativo para entender melhor a questão da diversidade humana seria o caso de uma travesti, que se identifica como uma pessoa transgênero. Sua expressão de gênero se dá no feminino, mas sua orientação sexual pode ser diferente da esperada pela sociedade, ou seja, que ela sinta atração afetiva e sexual por homens. Existem casos em que a travesti pode sentir desejo e afetividade por mulheres, então sua orientação seria homossexual lésbica já que seu desejo afetivo e sexual é por mulheres, ou seja,

literatura infanto-juvenil até a literatura homoerótica, assim como as publicações dos resultados de pesquisas científicas em Gênero, que mostram como a identidade de gênero e a orientação sexual estão mais inclinadas para abarcar a diversidade de pessoas que existem nas mais variadas culturas do que se limitar a normatividade binária imposta na sociedade. Essas obras, que ousam revelar, que outras formas de viver a vida são possíveis, têm sido alvo de censura por parte da ala conservadora da política, forçando que o setor executivo da governabilidade não permita a inserção dessas publicações nas bibliotecas públicas.

A censura que as bibliotecas estão passivas de sofrerem nos faz refletir que elas são sim instrumentos de transformação da realidade. Se não houvesse essa possibilidade, dificilmente a ala conservadora iria tê-las como objeto de atenção e controle sobre que tipo de informação pode ser disponibilizada para a comunidade. As bibliotecas, de certa forma, partilham da lógica dominante, pois:

> Neste sentido, sexo, identidade de gênero e orientação sexual são valores ou conceitos fechados, pré-construídos e compartilhados pelas instituições sociais. De tal forma que, se uma pessoa ousar questionar seu próprio sexo, ou tiver outra identidade de gênero além daquela pré-estabelecida, ou ainda que se expresse sexualmente fora do padrão heterossexual, esta pessoa estará, no mínimo, convidando a sociedade a uma

a relação entre uma mulher transgênero e uma mulher cisgênero. Deste exemplo, percebemos o quanto é complexo e impossível limitar a diversidade da sexualidade humana. Fica a sugestão de filme para entender esta situação: 'Elvis & Madona', filme de Marcelo Laffitte de 2010.

> "revolução de valores". Pode-se dizer que esta pessoa está pondo em questão, ou problematizando o sistema dominante (KOTLINSKI, 2007, p. 38).

Sair da estrutura condicionante que oprime a liberdade humana deveria também estar em consonância com os princípios da liberdade de informação, cuja formação bibliotecária preza em seus princípios e regulamentações. A Biblioteconomia precisa estabelecer um posicionamento frente aos retrocessos no tocante ao direito de acesso à informação. Não é possível que não haja um posicionamento de embate da classe profissional com o que está sendo proposto pela classe política (representantes do conservadorismo).

O princípio da liberdade da informação é uma das garantias de que o trabalho da classe bibliotecária precisa estar alinhado com os ideais de liberdade e dignidade da vida humana e que embora existam críticas ao trabalho do bibliotecário (enquanto ser uma forma de censura prévia e de controle), tendo em vista que existem escolhas no processo de seleção da informação e que suas atitudes, mesmo transmitindo um esforço de imparcialidade, podem sim, tender ao silenciamento de determinadas temáticas que 'arriscam' inclusive sua segurança profissional, a garantia do emprego[7].

Dependendo do contexto em que se trabalha, é complicado o/a bibliotecário/a atuar como um/uma profissional

[7] Bibliotecárias e bibliotecários que atuam em instituições religiosas e de outras instituições que representam fidedignamente a estrutura secular de hierarquização das identidades, sexualidades e gêneros, dificilmente permitiriam a disponibilização de informações e acervos que contestem à normatização das vidas e que problematizem a lógica que cerceia a liberdade humana.

que permita a liberdade de acesso a informações consideradas 'tabus' pela sociedade repleta de hipocrisia em que vivemos. Mas não pode ser esquecido que antes do interesse de determinada ideologia, como a dos conservadores de plantão, à prática bibliotecária cumpre "[...] preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana" (CONSELHO..., 2012, *folder*). Essa recomendação, proposta na Seção II do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, de certa forma atribui certa imparcialidade, embora seja sabido que nenhuma profissão e nenhum profissional escape da interferência que suas convicções pessoais, de sua formação, da cultura e do meio social em que se vive, atinjam a forma como essa pessoa lida com a diversidade no seu ambiente de trabalho.

O que tem sido constatado, inclusive pelo que vem sendo propagado na imprensa brasileira, é um retrocesso que atinge diretamente o trabalho da classe bibliotecária, com o cerceamento de publicações que poderiam chegar a fazer parte das coleções de diversas bibliotecas, mas são impedidas porque abordam as temáticas e questionamentos propostos pelos Estudos de Gênero e da diversidade sexual.

A crise civilizatória impacta diretamente as produções culturais, não permitindo que os modelos tradicionais sejam questionados e problematizados. A reflexão e a liberdade de informação são comprometidas por uma tentativa de alinhar a homogeneização das individualidades e diferenças para um modelo padronizado de pessoas. Essa estrutura de bloqueio e eliminação das diferenças vem dizer que:

> O novo fundamentalismo é diferente. Não nutre simpatias por um passado medieval e encontra seu lugar, preferencialmente, nas igrejas evangélicas, as quais abraçaram os

> valores da sociedade capitalista e fazem do empreendedorismo e da prosperidade sua teologia. Mas assim como seu predecessor enaltece a ordem e a hierarquia, vê na família a célula fundamental da sociedade e considera a civilização ocidental ameaçada pela secularização dos valores. Organizado politicamente e com efetiva representação parlamentar desde o final da década de 1980, o neofundamentalismo tornou-se protagonista de forte reação cultural em defesa de uma visão de mundo considerada ameaçada por uma frente única formada por comunistas, feministas, *gays* e umbandistas. Defendem a "escola sem partido", contestam o ensino da "ideologia de gênero", atacam a adoção do "kit-*gay*" e advogam contra as religiões de matriz africana. Às políticas de reconhecimento contrapõem o discurso da negação das diferenças (BIANCHI, 2016, p. 20).

Fica evidente, a partir dessa citação, ver que há um intuito de negar a possibilidade de autonomia das pessoas. O modelo proposto faz perceber que a crise representa o antagonismo, entre a vontade de formatação das pessoas de acordo com os anseios de controle que a ala conservadora no cenário da política deseja, alienando em nome de um 'Deus' repressor, que amortece os impulsos de liberdade e de contraposição a um mundo de explorações e subjugamentos. Na outra ponta, estão os movimentos libertários e de emancipação individual e coletiva como as marchas, as passeatas, as paradas e as greves, que subvertem a lógica imposta pelo tripé Estado – Igreja –

Justiça, de controle e coerção sobre os corpos, mas que essas lutas forçam novas possibilidades de construção das relações entre as pessoas.

Talvez o maior desafio da Biblioteconomia atual seja buscar saídas para lidar com a crise que enfrenta a área, entre o cerceamento oficial e institucionalizado e as prerrogativas legais que garantem o acesso à informação, como um direito humano. O acesso à informação tem sido o aspecto mais relevante que a Biblioteconomia tem pautado em suas ações, fortalecendo o amplo direito e liberdade de escolha dos indivíduos na busca por informações e estimulando a participação das pessoas na transparência governamental e desenvolvendo a conscientização de que a informação é uma ferramenta de poder e influencia diretamente no desenvolvimento dos países.

O retrocesso implicado pela censura às temáticas de gênero e diversidade sexual nas bibliotecas vai à contramão dos dispositivos internacionais de defesa dos direitos humanos. "Essas disposições visam, em sua maioria, assegurar o acesso à informação de posse do Estado em relação a direitos humanos e evitar o abuso destes direitos, bem como o direito de divulgar este tipo de informação" (MENDEL, 2009, p. 21). A promoção e proteção dos direitos humanos, incluindo das pessoas LGBT, perpassa pelas políticas de acesso à informação.

Essa perspectiva mostra um dos pontos de fortalecimento das ONGs, que surgiram a partir dos movimentos de luta por direitos, nas décadas anteriores, que atuam em várias vertentes, uma delas sendo a informação, a partir da iniciativa de criarem bibliotecas ou centros de documentação, visando a memória, organização e divulgação de informações de interesse específico dessa comunidade.

O Estado não garante os direitos fundamentais e quando

age no intuito de proibir o acesso às informações, nota-se que existe uma intenção de prestigiar determinados grupos em detrimento do direito alheio. Por conta disso, em 1998, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos e Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Reconhecidos Universalmente e orientou que o acesso:

> Todos têm direito, individualmente e em associação: (a) de saber, buscar, obter, receber e deter informações sobre todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, inclusive o acesso à informação relativa ao modo como esses direitos e liberdades são efetivados nos sistemas legislativos, judiciários e administrativos nacionais; (b) conforme o disposto nos instrumentos sobre direitos humanos e outros instrumentos internacionais aplicáveis, de publicar, transmitir ou divulgar livremente informações e conhecimento sobre todos os direitos humanos e liberdades fundamentais [...] (MENDEL, 2009, p. 21).

Certamente, essa orientação é um dos principais instrumentos que a classe bibliotecária pode recorrer para impedir que o cerceamento das informações sobre gênero e diversidade sexual aconteça de maneira impositiva, como tem sido recorrente no Brasil. Essas informações correspondem legitimamente a informações sobre direitos humanos fundamentais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da emergência de se pautar essas questões, faz-se necessário entender que além do preconceito social sobre a pauta da diversidade sexual e de gênero, o mais grave tem sido a disseminação do discurso de ódio e anulação de vidas LGBTs. O cenário político tem sido o mais desafiador para a discussão dessa temática, quando se percebe explicitamente a intenção de políticos conservadores em depreciar e deturpar no imaginário social a conceituação dessas pautas.

Os discursos negativos são disseminados com a intenção de prejudicar a educação para a diversidade e os direitos humanos. Além disso, o cerceamento institucional e a censura têm tomado proporções que só aumentam a discriminação e a desinformação, além de incitar o aumento de atos violentos nas mais diversas formas, da violência verbal à violência física, no campo virtual e no mundo real.

Considera-se que a classe bibliotecária não pode negligenciar e omitir sua responsabilidade em problematizar essas questões. É preciso forçar que governos e instituições se comprometam em combater preconceitos nas mais diversas áreas e instâncias e mostrar que a informação é uma das ferramentas que podem ser utilizadas para erradicar formas de discriminação e tentar estimular uma cultura mais humanista, baseada na equidade, alicerçada no princípio do respeito à diversidade humana.

Ressalta-se que esse compromisso só é possível se a classe bibliotecária tiver na sua formação curricular diretrizes que prezem pela responsabilidade social. Não que isso seja uma garantia, pois se nota que o engajamento em pautas sociais tem mais relação com o interesse particular de cada um do que propriamente com uma bandeira levantada pela categoria.

Assim, cabe aqui concordar com a reflexão das pesquisadoras Marielle de Moraes e Elaine Lucas (2012), que vêm pesquisando sobre a responsabilidade social da classe bibliotecária. Para as autoras, a responsabilidade da categoria deve estar relacionada com os interesses das usuárias e usuários da informação e não como um mero discurso hipócrita incorporado pela administração e empreendedorismo, que se vale desses discursos mais como um recurso mercadológico e de conquista de potenciais clientes ou para passar uma 'imagem de visibilidade' com temas sociais emergentes do que como um compromisso real com as tentativas de soluções dos problemas sociais que nos afligem no cotidiano.

O posicionamento de bibliotecárias e bibliotecários devem seguir as normativas dos princípios de liberdade de informação e dignidade humana, pautados no que os Direitos Humanos asseguram em escala global, assim como o que está assegurado pela Ética Bibliotecária no Brasil. Denunciar a arrogância e os desmandos do que está acontecendo no nosso País é mais do que um ato de rebeldia é um ato de solidariedade para com preceitos universais de dignidade humana e tentativa de manutenção de um mínimo de estado democrático e de direitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014. 200 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de comunicação LGBT**. [Belo Horizonte]: ABGLT, [2010]. 48 p.

BIANCHI, Alvaro. Neoconservadorismo, neoliberalismo e neofundamentalismo: não é das velhas esquerdas que poderá vir a resistência às novas direitas. **Revista Cult,** São Paulo, v. 19, n. 219, p. 18-20, dez. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 287 p. (Coleção Sujeito e História).

CARLOS, Jeferson. Prefeitura manda tirar trechos de livros escolares com união entre *gays*. **G1 Ariquemes e Vale do Jamari**, [Ariquemes, RO], 23 jan. 2017. Disponível em: http://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2017/01/prefeitura-manda- arrancar-paginas-de-livros-escolares-sobre-homossexuais.html. Acesso em: 23 jan. 2017.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000. 287 p.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015. 335 p.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Código de Ética Profissional do Bibliotecário**. Brasília: CFB, 2002. [*Folder*].

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007. 152 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008. 79 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis; ALMEIDA, Carlos Cândido de; MILANI, Suellen Oliveira. Aspectos éticos da organização da informação: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. *In*: CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Comissão de Ética Profissional. **A ética na**

sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília: CFB, 2009. p. 94-129.

KOTLINSKI, Kelly (Org.). **Legislação e jurisprudência LGBTTT**. Brasília: Letras Livres, 2007. 319 p.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras? *In*: LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. **De bibliotecas e biblioteconomias**: percursos. Brasília: Briquet de Lemos, 2015. p. 181-190.

LIMA, Gláucio Barreto de. A Biblioteconomia na representação fílmica de gênero. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, CE, v. 2, n. esp., p. 50-57, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 179 p.

MANCILLA, Carolina Maillard; et al. **Guía para la incorporación del enfoque de género en bibliotecas**. Santiago de Chile: DIBAM, 2012. 94 p.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação**: um estudo de direito comparado. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009. p. 15-19.

MENOU, Michel J.; MCHOMBU, Kingo. Os profissionais da informação em comunidades desfavorecidas. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Atuação profissional na área de informação.** São Paulo: Polis, 2006. Cap. 8, p. 129-150. (Coleção Palavra-Chave, 14).

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine Oliveira. A responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 109-124, jan./jun. 2012.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Judith Butler, condições de vida e o horizonte do representável. **Revista Cult**, São Paulo, v. 18, n. 205, p.

28-31, set. 2015.

PREFEITO vai tirar páginas de livros que falem de ideologia de gênero. **UOL Educação**, São Paulo, 24 jan. 2017. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/01/24/prefeito- decide-tirar-paginas-de-livros-que-falem-sobre-ideologia-de-genero.htm. Acesso em: 24 jan. 2017.

A DIVERSIDADE NOS ESTUDOS DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS: POSSIBILIDADES TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA ABORDAGEM DE SUJEITOS LGBTQI+

Laelson Felipe da Silva
Gisele Rocha Côrtes
Henry Poncio Cruz de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

As formas de produção de informação e conhecimento em nossa sociedade têm influenciado as relações dos sujeitos com estruturas historicamente construídas, questionando noções e percepções comumente aceitas até então. Essas dissidências dos padrões hegemônicos vêm sendo possibilitadas, mesmo que de forma não uniforme, em distintos grupos sociais, pela reivindicação contínua de direitos por parte de grupos subalternizados. O acesso e apropriação desses sujeitos a recursos informacionais têm sido fundamental na dinâmica de resistências (SILVA, 2019; AQUINO, 2011).

Nesse processo de construção e disponibilização de conteúdos informacionais com potencial de ressignificar concepções hegemônicas, a Ciência da Informação (CI) assume uma ação preponderante à medida que problematiza questões inerentes à organização, disseminação, acesso e uso da informação. Assim, seus esforços implicam também na democratização de recursos informacionais e na compreensão de problemas informacionais oriundos, por exemplo, da

heterogeneidade nas formas de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) (SILVA; GARCIA, 2016).

Sob esses aspectos, pesquisadoras/es da CI têm se dedicado à compreensão de problemas informacionais relacionados aos sujeitos e sua relação com a informação, especificamente no contexto dos Estudos de Usuárias/os. Esses estudos, ao longo do seu desenvolvimento, e do próprio desenvolvimento da CI, vêm gradativamente utilizando abordagens e conceitos que auxiliam na compreensão das diversas dimensões envolvidas na relação dos sujeitos e informação.

A priori, o escopo dos Estudos de Usuárias/os se consistiu basicamente em duas abordagens, a tradicional e a alternativa:

> A primeira, com sustentação empírica e pouco teórica, historicamente associada aos primeiros estudos de usuários, e que, em termos metodológicos, tomam o usuário como objeto de estudo de uma perspectiva objetivificante, trans-situacional, descontextualizada e desistoricizada (objetividade positivista) e normalmente lançam mão de técnicas quantitativas de coleta de dados para mensurar seu perfil e seu comportamento. A segunda, ao contrário da tradicional, propõe modelos teóricos para o comportamento informacional – como os modelos ISP de Khulthau (1991); a abordagem do *sense-making* de Dervin (1992) e os modelos de comportamento informacional de Wilson (1997, 1999, 2000) – e toma o usuário como um sujeito, com seus estados cognitivos,

> afetivos e situacionais envolvidos no contato com a informação (abordagem subjetivista), mas sem considerar profundamente o papel constitutivo do contexto em seus estudos. (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017, p. 97).

Dada a necessidade de se abordar o contexto das/dos usuárias/os, propõem-se abordagens metodológicas outras que se dedicam à compreensão das particularidades inerentes ao contexto histórico, social e cultural dos sujeitos informacionais (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017). Desta maneira, oriundo das reflexões acerca dos Estudos de Usuárias/as e como resultado da inserção de uma perspectiva social a respeito do contexto no qual os sujeitos agem e interagem, pensando ainda como essas relações refletem em suas ações ligadas à informação, utiliza-se, nesta pesquisa, o conceito de Práticas Informacionais.

Tal conceito tem proporcionado estudos cujas abordagens empíricas contemplam sujeitos informacionais diversos, incluindo indivíduos pertencentes a grupos subalternizados socialmente, e sobretudo, nesses estudos estão comtempladas também as problemáticas ligadas a esses indivíduos. No campo científico, em especial na CI, o delineamento de tais pesquisas promove o exercício de análise crítica de quais grupos sociais vêm sendo contemplados e, por sua vez, quais problemáticas vêm sendo discutidas ao longo do desenvolvimento da área.

Assim, empreendemos uma revisão sistemática de literatura dos textos recuperados de busca na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e também na Biblioteca de Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com o objetivo de apresentar quais temáticas e sujeitos informacionais vêm sendo abordados nos Estudos de Práticas Informacionais.

No que concerne à tipologia que caracteriza o presente levantamento, considerando os procedimentos adotados, sua natureza é bibliográfica; no que tange à abordagem adotada, caracteriza-se como qualitativa; quanto aos objetivos, sua natureza é descritiva (MORESI, 2003).

Por conseguinte, organizamos este texto de forma a contemplar os Estudos de Usuários, as Práticas Informacionais, como também os procedimentos metodológicos utilizados para obtenção das informações necessárias às reflexões propostas. Em seguida, são apresentados os resultados obtidos, a discussão desses resultados e as considerações finais. Assim, acreditamos orientar o/a leitor/a a uma compreensão da necessidade de discutir a temática apresentada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentação teórica, consideramos pertinente, abordar Estudos de Usuárias/os, suas concepções iniciais e abordagens como também seu desenvolvimento. Assim, pudemos inserir também o conceito de Práticas Informacionais, seus alargamentos teóricos conceituas e as possibilidades de uma abordagem que considera sujeitos informacionais contextualizados.

2.1 ESTUDOS DE USUÁRIAS/OS

Os Estudos de Usuárias/os consistem numa importante categoria dos estudos empreendidos no campo da Ciência da Informação. O desenvolvimento desta área da CI possibilitou a composição de um denso arcabouço teórico da mesma maneira

que o desenvolvimento de inúmeros estudos empíricos (ARAÚJO, 2012; BAPTISTA; CUNHA, 2007; PINHEIRO, 1982).

Gasque e Costa (2010), em revisão de literatura sobre a produção sobre Estudos de Usuárias/os, tratam dos paradigmas e abordagens que foram aplicados ao longo do desenvolvimento histórico da área. Desse modo, seu levantamento, que compreendeu o que fora produzido de 1950 até os anos 2000, revelou quais deslocamentos e avanços teórico-metodológicos foram gradativamente consolidando as bases nas quais, atualmente, sustentam-se os estudos de Práticas Informacionais.

Diante da historicização do campo dos Estudos de Usuárias/os, antes que o foco destes estudos estivesse de fato centralizado nos sujeitos informacionais, empenharam-se em analisar, basicamente, a partir de perspectivas behavioristas e funcionalistas, como os sujeitos avaliavam "fontes de informação disponíveis" e "serviços oferecidos pelas bibliotecas" (ARAÚJO, 2012, p. 146).

Esse tipo de abordagem está ligado ao início da realização dessas pesquisas. Na Universidade de Chicago, por volta de 1930, esses estudos foram, inicialmente, realizados com usuárias/os de bibliotecas, visando avaliar o acervo dessas instituições; o que, por sua vez, colocava o uso das coleções no cerne dessas pesquisas (ARAÚJO, 2012; FIGUEIREDO, 1979).

Posteriormente, por volta de 1940, as investigações se corporificam mediante a institucionalização materializada pela Conferência de Informação Científica da Sociedade Real, em 1948, no Reino Unido e pela Conferência Internacional de Informação Científica, em Washington, Estados Unidos, em 1958 (GASQUE; COSTA, 2010), proporcionando o desenvolvimento do que Gasque e Costa (2010) nomeiam como primeira fase dos Estudos de Usuárias/os, período

compreendido dos anos 1950 aos anos 1960. Por volta de uma década, os estudos se dedicaram a assuntos estritamente ligados a contextos científicos e tecnológicos, ambientes nos quais os assuntos se restringiam à comunidade abordada (GASQUE; COSTA, 2010).

Segundo Martyn (1974), foi também no início dos anos 1960 que estudos mais generalistas começaram a "rarear", estimulando as/os pesquisadoras/es a utilizarem "métodos sociológicos mais refinados [...] possibilitando a descrição de colégios invisíveis e nomeação de *gatekeepers* [...]. Todavia, esses estudos tiveram pouco impacto sobre os *designers* de sistemas de informação" (GASQUE; COSTA, 2010, p. 24).

Na década de 1970, já era possível observar um deslocamento das bases teóricas dos estudos realizados até então, e que passavam a conceber as/os usuárias/os. Tal fato provocou a distinção entre pesquisadoras/es que se dedicavam ao uso de unidades informacionais e aquelas/es que se empenhavam em estudar o comportamento de certos grupos sociais (WILSON, 2010). Assim, essas pesquisas que tratavam do estudo de comportamento possuíam cunho exploratório e buscavam descrever os hábitos das/os usuárias/os com a finalidade de aperfeiçoar sistemas para suprirem necessidades de busca de informação (GASQUE; COSTA, 2010; MARTYN, 1974).

Com o desenvolvimento desse campo de estudos, percebeu-se também a existência de sistemas informacionais e centros de informacionais outros, e que o comportamento pode ser compreendido como um processo no qual meios distintos podem estar envolvidos (PETTIGREW; FIDEL; BRUCE, 2001; WILSON, 2000). Gasque e Costa (2010) buscaram caracterizar o novo paradigma que surge em resposta aos questionamentos e

limitações do paradigma tradicional, o qual começa a ser estruturado reconhecendo a subjetividade humana, sobretudo, por explicitar usuários como sujeitos ativos. Esse paradigma emergente passa a considerar ação dos sujeitos e as estruturas significantes ligadas à sua cognição. Dessa forma, proporcionam também a análise do modo como as pessoas agem diante das situações nas quais seu conhecimento se mostra incompleto.

Por volta dos anos 1990, intensificam-se os questionamentos sobre o aporte conceitual dos Estudos de Usuárias/os empreendidos a partir do paradigma alternativo. E isto se expressa por meio dos seguintes eventos: a conferência *Information Seeking in Context* realizada em 1996; a instituição do grupo de estudos *Information Needs, Seeking and Use* (Siguse) pela *American Society for Information Science* (Asis), atual *American Society for Information Science and Technology* (Asist); e a edição do periódico *Information Processing & Management* sobre *Information Seeking in Context* (PETTIGREW; FIDEL; BRUCE, 2001). Como resultado das reflexões empreendias nesses eventos, e mediante posteriores levantamentos, identificaram-se, a partir de pesquisas de trabalhos na abordagem alternativa, estudos cognitivistas, estudos de escopo social, e estudos multifacetados que reconhecem a integração de diversos posicionamentos para melhor compreender o comportamento informacional (PETTIGREW; FIDEL; BRUCE, 2001).

Este parece ter sido o início da constatação da necessidade de dedicar esforços para evidenciar as distintas realidades e os complexos contextos nos quais os indivíduos existem, se relacionam e inter-relacionam, o que demanda metodologias igualmente complexas e métodos diversos, pois é neste contexto hermético que se dá e é constituída a prática

informacional (GASQUE; COSTA, 2010). Este ponto de vista compreende essencialmente as relações histórico-culturais sob as quais os sujeitos acessam, utilizam, produzem informação e agem transformando sua situação social concreta. Diante destes aspectos, potencializa-se a/o usuária/o da informação concebida/o de forma contextualizada.

2.2 ESTUDOS DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Desde a origem dos Estudos de Usuárias/os, a área tem passado por sistemáticos alargamentos teórico-conceituais, mediante a necessidade de se analisar um objeto complexo como é o fenômeno informacional em uma sociedade "permeada por matrizes de significações diferentes e conflitivas e ainda múltiplas, concorrentes ou superpostas" (MARTELETO, 1995, p. 7).

Merece destaque o fato de que gradativamente se tem associado os Estudos de Usuárias/os a teorias e conceitos oriundos de outras áreas como das Ciências Sociais. Desta maneira, possibilita-se, dentre outros aspectos, analisar sujeitos contextualizados considerando suas estruturas mentais, tornando possível compreender instâncias interacionais das relações de sujeitos que agem não apenas para responder estímulos externos (BLUMER, 1969). Neste sentido, um dos conceitos que vem sendo trabalhado no campo da CI é o de Práticas Informacionais, que passa a orientar estudos outrora de necessidades informacionais e agora direcionados a compreensão de sujeitos informacionais contextualizados (ARAÚJO, 2016; GONZÁLEZ-TERUEL, 2005).

A utilização do conceito de Práticas Informacionais representa um esforço para contemplar os sujeitos de maneira

historicizada, contextualizada, visto que todas suas múltiplas e distintas interações ocorrem em um dado contexto social (BERTI; ARAÚJO, 2017). Assim, os autores consideram que o estudo das Práticas Informacionais se configura como um empreendimento em busca da compreensão do fenômeno informacional considerando que este está intrinsecamente ligado às interações sociais, o que, consequentemente, possibilita observar características distintas e inerentes aos espaços nos quais cada grupo social ou indivíduo age e interage.

A abordagem alternativa dos Estudos de Usuárias/as, *a priori*, não considerou o conceito de Práticas Informacionais; isto só ocorreu posteriormente, mas ainda assim, sem significativa influência na área (BERTI; ARAÚJO, 2017). Todavia, antes de tratar de Práticas Informacionais Rocha, Gandra e Rocha (2017) discorrem sobre a necessidade de se considerar primeiramente o conceito de Práticas Sociais, para que assim se possa chegar a uma compreensão satisfatória do conceito. Isso corrobora as concepções de Savolainen (2007), que pressupõe que toda prática que envolve a informação é antes de tudo uma prática social, o que mais adiante se insere também na perspectiva da "*práxis* da informação".

Na área da CI, as primeiras aplicações do conceito de Práticas Informacionais foram realizadas em países diversos e empregaram aportes teóricos distintos. Entretanto, ambos convergem ao socioconstrucionismo contemplando abordagens etnográficas, fenomenológicas, abordagem da prática, entre outras (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017). Isto permitiu contemplar instâncias não abordadas em outros momentos históricos do desenvolvimento dos Estudos de Usuárias/os. Este avanço teórico foi possibilitado graças ao caminhar em direção a uma abordagem social da informação, o que de fato se tornou um

marco que distingue esses estudos dos de cunho cognitivista (DUARTE; ARAÚJO; PAULA 2017).

Silva (2008) trata dessa distinção ao abordar os estudos de comportamento informacional como aqueles se dedicam a apreender o que é externo e observável, utilizando "quantificações e padronizações", "variáveis pré-estabelecidas" o que implica na não observância do que o autor denomina como "atos encobertos". O conceito de Práticas Informacionais pressupõe indivíduos "como protagonistas das ações, e busca compreender os atos encobertos das interações e a atividade de dar significado aos objetos e símbolos informacionais" (SILVA, 2008, p. 58-59).

De acordo com Pinto e Araújo (2012), as abordagens possíveis mediante à aplicação do conceito de Práticas Informacionais, possibilita abranger significativamente a complexidade da composição dos sujeitos no tocante aos aspectos sociais que fazem parte da constituição dos mesmos. Complementarmente, Marteleto (1995, p. 91) enfatiza a relação entre os sujeitos com os "espaços constituídos e concretos", nos quais estes realizam suas práticas, de maneira que o individual e o social são considerados como interdependentes (DUARTE; ARAÚJO; DE PAULA, 2017).

Neste sentido, pode-se considerar que, oriundo dos Estudos de Usuárias/os, o conceito de Práticas Informacionais possibilita pensar em uma nova abordagem dada a essa área que se expressa atualmente no campo da CI pelos Estudos de Práticas Informacionais, compreendendo que os estudos desenvolvidos, nesta perspectiva, concebem que não só o sujeito sofre interferência do meio, mas que há uma reação dialógica que também o permite interferir no mundo no qual se insere (BRITO *et al*., 2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossas concepções de metodologia se alinham às concepções de Minayo (1993), quando afirma que este é o caminho trilhado pelo/a pesquisador/a como prática desenvolvida na abordagem da realidade, contemplando as concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas que proporcionam a construção da realidade dos sujeitos.

Considerando os procedimentos adotados para obtenção dos dados que subsidiaram as discussões e reflexões, bem como os resultados aqui apresentados, a natureza deste trabalho é, desde sua fase exploratória à obtenção dos dados necessários às nossas análises, bibliográfica. A abordagem que lhe é inerente é qualitativa, visto que se atém a aspectos qualitativos da questão da abordagem de sujeitos LGBTQI+ a partir de estudos de Práticas Informacionais. Quanto aos objetivos, configura-se como uma pesquisa descritiva, visto que busca descrever diversas situações e relações que ocorrem nas múltiplas instâncias da ação humana.

Os procedimentos metodológicos consistiram na pesquisa em artigos, teses e dissertações com o intuito de recuperar aqueles que abordassem o tema aqui abordado. Para tal, realizamos nossa busca utilizando o descritor "práticas informacionais" e suas variações, na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Incluímos está última base (DBTD) para contemplar os trabalhos considerados "literatura cinzenta", pois acreditamos que as problematizações suscitadas nestes também representam aspectos significantes do estado da arte da Ciência da Informação, revelando suas aproximações teóricas e empíricas. Para evitar duplicidade, descartamos os trabalhos duplicados.

Os resultados do levantamento ora realizado, compreendem os trabalhos recuperados após pesquisa na BRAPCI e na BDTD utilizando o descritor "práticas informacionais" e suas devidas variações, a pesquisa foi realizada no dia 15 de julho de 2019.

Na BRAPCI, foram recuperados 40 trabalhos, na BDTD foram localizados 28 dissertações e 13 teses. Após a exclusão de estudos duplicados, prosseguimos para a segunda etapa desse processo de seleção que consistiu na minuciosa leitura do referencial teórico das pesquisas para identificar se de fato esses estudos tratavam de aplicações empíricas do conceito de Práticas Informacionais e se poderiam ser caraterizados como Estudos de Práticas Informacionais.

4 RESULTADOS

Os dados que subsidiaram a nossa análise foram oriundos de 19 artigos recuperados na BRAPCI, 6 dissertações e 5 teses, estes últimos advindos da BDTD. No total foram utilizados 30 textos para composição dos dados que apresentaremos em seguida.

O ano que concentrou o maior número de estudos foi o ano de 2018. Porém, desde 2016 tem havido um incremento nessa produção. É interessante verificar também que mesmo em 2004, 2005 e 2006, quando Savolainen (2007) ainda não conceituara Práticas Informacionais como fizera em seu trabalho denominado "*Information behavior and information practice: reviewing the "umbrella concepts" of information-seeking studies*" publicado em 2007, alguns estudos já consideravam aspectos sociais da informação percebendo os sujeitos de modo contextualizado.

Quadro 1 – Produção de artigos sobre Práticas informacionais por ano.

Ano	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2008	2006	2005	2004
Produção	7	6	3	1	1	3	3	1	1	1	2	1

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os estudos são diversificados em suas abordagens teóricas, partem sobretudo, do conceito de Práticas Informacionais abordado por Savolainen, da percepção de informação como fenômeno social de Marteleto, dos conceitos de Bourdieu, do modelo bidimensional de práticas informacionais de Mckenzie e da teoria das representações sociais de Moscovici. Essa relação de autoras/es utilizadas/os para fundamentação teórica desses trabalhos está representada na "nuvem de palavras" apresentada a seguir (Figura 1). Percebe-se a recorrência da utilização dos conceitos oriundos de Savolainen, representando assim grande contribuição para elaboração dos Estudos de Práticas Informacionais.

Figura 1 – Autoras/es utilizadas/os para fundamentação teórica da pesquisa.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os sujeitos informacionais abordados nos estudos analisados são diversos e incluem indivíduos, grupos sociais, organizações não-governamentais, profissionais de áreas distintas, professoras/es, estudantes, etc. O Quadro 2 apresenta o ano de publicação de cada trabalho, as/os autoras/es, o título, a instituição, e os sujeitos informacionais contemplados nos estudos recuperados nesta pesquisa. Este quadro auxilia na visualização da diversidade dos sujeitos contemplados nos Estudos de Práticas Informacionais. Apenas dois sujeitos informacionais foram abordados em mais de um estudo; estes foram: dirigentes sindicais e usuárias/os de redes sociais.

Quadro 2 – Produção científicas sobre Práticas Informacionais encontradas na BRAPCI.

Ano de Publicação	Autor/a	Título	Instituição	Sujeitos Informacionais
2018	Andreza Gonçalves Barbosa; Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	Práticas informacionais de presas grávidas	Universidade Federal de Minas Gerais	Gestantes Privadas de Liberdade
2018	Eliane Pawlowski Oliveira Araújo; Claudio Paixão Anastácio de Paula	Dimensão simbólica do uso da informação por gestores em processos decisórios estratégicos	Universidade Federal de Minas Gerais	Gestoras/es de diferentes organizações
2018	Ellen Suely Dantas da Costa; Marianna Zattar	Competência em informação na terceira idade: um estudo da prática informacional	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Idosas/os
2018	Laelson Felipe da Silva; Gisele Rocha Côrtes	Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis do Espaço LGBT	Universidade Federal da Paraíba	Mulheres transexuais e travestis
2018	Maria Aparecida Moura; André Fagundes Faria	Consumo e informação: análise de práticas informacionais no contexto do comércio móvel a partir de aplicativos e redes sociais on-line	Universidade Federal de Minas Gerais	Organizações e consumidoras/es no âmbito do m-commerce

2018	Priscila das Graças Perpétua Saraiva; Cláudio Paixão Anastácio Paula	Necessidades e práticas informacionais de telespectadores católicos	Universidades Federal de Minas Gerais	Telespectadores de programas religiosos
2018	Ruleandson do Carmo Cruz	Proposta teórico-metodológica para o estudo de sujeitos informacionais usuários de sites de redes sociais virtuais	Universidade Federal de Minas Gerais	Usuárias/os de redes sociais.
2017	Andrea Goulart; Ivette Kafure.	Adolescência internet e práticas informacionais	Universidade de Brasília	Adolescentes
2017	Mariana de Souza Alves	Práticas leitoras e informacionais nas bibliotecas comunitárias em rede da releitura - PE	Universidade Federal de Pernambuco	Funcionárias/os de bibliotecas
2017	Adriana Bogliolo Sirihal Duarte; Flávia Moraes Moreira Barros	Práticas informacionais das mães de crianças alérgicas	Universidade Federal de Minas Gerais	Mães de crianças com alergias alimentárias
2017	Fellipe Sá Brasileiro	Resiliência informacional: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais	Universidade Federal da Paraíba	Mulheres que vivenciam a experiência da maternidade pela primeira vez
2017	Marianna Zattar	Prática informacional em redes no domínio da governança da água:	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/	Pesquisadoras/es

		um estudo sobre o processo de produção do conhecimento	Universidade Federal do Rio de Janeiro	
2017	Mariana de Souza Alves; Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia; Diego André Salcedo	Práticas leitoras e informacionais: mediação e apropriação	Universidade Federal de Pernambuco	Usuárias/os de bibliotecas comunitárias
2016	Phillipe Derwich Silva Zaidan; Mário Moreira; Hallini Jardim; Julianna Dias	O Comportamento Informacional dos Jogadores de League of Legends	Universidade Federal de Minas Gerais	Jogadoras/es de vídeo game
2016	Carlos Araújo Alberto Ávila Araújo	Estudos de usuárias/os da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica	Universidades Federal de Minas Gerais	Usuárias/as reais e potencias da biblioteca de uma casa de apoio para pacientes em tratamento médico relacionado a uma doença específica
2016	Tatiane Krempser Gandra; Carlos Alberto Ávila Araújo	Práticas informacionais dos visitantes do Museu Itinerante Ponto UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Visitantes de museu

2015	Fernanda Teixeira Brito; Karina Pinto de Jesus Aganette; Fernanda Resende Sobreira; Ruth Almeida Nonato; Paula Ferraz dos Anjos; Filipi Miranda Soares; Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	Processos de Busca de Informação Política dos Estudantes de Graduação da UFMG: uma abordagem qualitativa	Universidades Federal de Minas Gerais	Universitárias/os
2014	Jefferson Veras Nunes	Uma etnografia das práticas sociais de informação dos usuários de redes sociais na internet	Universidade Estadual Paulista	Usuárias/os de redes sociais.
2013	Dalgiza Andrade Oliveira; Maria Aparecida Moura	Práticas informacionais dos dirigentes do sindicato dos bancários de BH e região	Universidade Federal de Minas Gerais	Dirigentes de sindicato
2013	Tahis Virgínia Gomes da Silva; Azevedo Netto, Carlos Xavier Azevedo Netto	Práticas informacionais expositivas: um estudo sobre o Museu Casa de José Américo	Universidade Federal da Paraíba	Exposição permanente do Museu Casa José Américo
2013	Ana Luisa de Vasconcelos Terto;	A prática informacional dos usuários de um sistema de	Universidade Federal de Minas Gerais	Usuárias/os de um sistema de informações

	Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	informação a partir de uma perspectiva compreensiva		
2012	Alejandra Aguilar	Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no Brasil	Universidade de Brasília	Indígenas
2012	Valdir Jose Morigi; Luciana Monteiro Krebs	Redes de mobilização social: as práticas informacionais do Greenpeace	Universidades Federal do Rio Grande do Sul	Organização não-governamental
2012	Flávia Virgínia Melo Pinto	Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte	Universidades Federal de Minas Gerais	Professoras/es
2011	Joseiel Ferreira Gomes	Práticas informacionais e velhice: análise do fluxo informacional dentro de asilo na cidade de Cuité e sua contribuição para inclusão de pessoa idosa	Universidade Federal da Paraíba	Idosos que vivem em asilo
2008	Ronaldo alves da Silva	As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte	Universidades Federal de Minas Gerais	Profissionais do sexo

2006	Marco Antônio de Azevedo	Informação e segurança pública: a construção social em um ambiente comunitário	Universidade Federal de Minas Gerais	Conselheiras/os comunitários
2005	Denise Morado Nascimento	A edificação urbana como expressão da prática informacional: análise do campo tectônico de Belo Horizonte	Universidade Federal de Minas Gerais	Arquitetas/os
2005	Manoela Martins Medeiros	Informação e representações sociais: estudos exploratórios com familiares de portadores de sofrimento mental	Universidade Federal de Minas Gerais	Familiares de portadores de sofrimento mental
2004	Meyke Vilas Boas Pinto	Prática informacionais para construção da cidadania: um estudo de caso sobre os atores sindicais da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte	Universidade Federal de Minas Gerais	Dirigentes de sindicato

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Mesmo contemplando sujeitos informacionais tão diversos, apenas um dos estudos apresentado abordou especificamente sujeitos LGBTQI+; neste caso, o artigo se dedicou à análise das práticas informacionais de travestis e mulheres transexuais usuárias do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e Enfrentamento à Homofobia da Paraíba.

Outro ponto a ser abordado sobre a produção dos Estudos de Práticas Informacionais são as instituições das quais se originam os trabalhos. Cerca de 40% das pesquisas, o que representa em números absolutos 12 estudos, são da Universidade Federal de Minas Gerais.

5 DISCUSSÃO

A CI se empenha, historicamente, em abordar problemas informacionais de modo a melhor compreendê-los, seja por meio da organização, disseminação ou recuperação da informação. Dessa maneira, busca disponibilizar conteúdos informacionais com o intuído de sanar discrepâncias sociais oriundas, dentre outros aspectos, da heterogeneidade do acesso à informação. A informação consiste, também, num recurso que se associado a outros bens materiais e simbólicos tem o potencial de viabilizar o processo de ressignificação de mentalidades e realidades, levando sujeitos de lugares subalternizados a lugares de protagonismo social (FARIAS; VARELA, 2016). Neste sentido, os Estudos de Práticas Informacionais têm tornado possível visibilizar questões e sujeitos historicamente pouco estudados até então no campo da CI, visto que visibilizar os problemas informacionais desses

sujeitos consiste num importante passo no processo de inclusão social de sujeitos silenciados por décadas.

Mesmo que em 14 anos apenas 30 estudos de Práticas Informacionais tenham sido desenvolvidos, este é um terreno promissor no que diz respeito à visibilização de sujeitos ainda não contemplados, tanto pelo crescimento da produção na área, como pelo alargamento conceitual que permite contemplar aspectos interacionais, simbólicos e sociais das questões inerentes aos sujeitos abordados.

Na produção aqui apresentada, 28 sujeitos informacionais tiveram suas práticas analisadas; dentre estes, estão, mesmo que ainda em número reduzido, indivíduos socialmente considerados "desviantes", como é o caso das profissionais do sexo, travestis e mulheres transexuais (BECKER, 2008). Este "desvio", segundo Becker (2008), não é inerente ao sujeito em si; não há nele nada de reprovável ou algo que o desmereça, o que ocorre é que essas pessoas irrompem com normas sociais estabelecidas arbitrariamente que favorecem grupos hegemônicos. Assim, o "desviante" nada mais é que alguém a quem se aplica tal rótulo.

A produção da CI, com os estudos aqui apresentados e com outros tantos estudos, tem se distanciado gradativamente de percepções preconcebidas e superficiais, incluindo em suas pesquisas tanto sujeitos quanto conceitos. Isto vem acontecendo, inclusive com sujeitos LGBTQI+, e de maneira ainda mais significativa nos anos de 2017 e 2018 (SILVA, 2019).

Percebe-se, então, que sujeitos LGBTQI+, tanto na produção da CI quanto especificamente nos Estudos de Práticas Informacionais, têm sido gradativamente visibilizados, o que traz à luz da Ciência problemas informacionais específicos dessa população e potenciais compreensões a esses problemas, haja vista o complexo prisma sob o qual suas práticas sociais

podem ser analisadas, considerando-se as diversas abordagens teóricas dos estudos aqui trazidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos de Práticas Informacionais têm se configurado como estudos estratégicos no campo da CI, pois a medida que trazem alargamento teórico-conceituais, permitem também a visibilização de sujeitos informacionais ainda não contemplados de forma mais contundente pela área. Esta posição é estratégica, pois ao considerar o atual contexto de conservadorismo, perda de direitos e as insistentes tentativas de silenciamento de sujeitos subalternizados, a CI e os Estudos de Práticas Informacionais dão voz aos que antes não tiveram direito de falar e põem em evidência questões urgentes.

Pesquisas mais aprofundadas necessitam ser realizadas. O presente capítulo propõe uma revisão a respeito do tema, mas podemos afirmar que a abrangência do contexto social dos sujeitos nas análises informacionais destes estudos empíricos materializa na academia problemáticas até então não consideradas pelo campo científico. Vê-se que a CI vem, gradativamente, realizando essa tarefa de tocar em assuntos ainda não tratados e dar voz a indivíduos considerados abjetos.

É sob essa perspectiva que o conceito de Práticas Informacionais se apresenta como um elemento preponderante na abordagem de sujeitos informacionais LGBTQI+. Visibilizar sujeitos informacionais LGBTQI+ resulta em tratar questões sociais profundas, historicamente cultivadas que resultam em preconceitos, discriminações e, muitas vezes, na morte. Porém, tais problemáticas necessitam de uma abordagem complexa que busque se aprofundar nas múltiplas camadas e expor as

intersecções que compõem percepções e estruturas sociais excludentes.

Acreditamos que os Estudos de Práticas Informacionais têm o potencial de abordar e visibilizar sujeitos informacionais LGBTQI+ de modo a proporcionar a estes e a toda a sociedade meios pelos quais acessem e se apropriem de conteúdo informacional com potencial emancipatório e educacional, de modo que se promova a igualdade, liberdade e respeito.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Uma introdução à segunda edição. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2011. p. 9-13.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, v. 1, n. 1, p. 61-78, 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 22, n. 1, p. 145-159, 2012.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 168-184, 2007.

BECKER, Howard S**. Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de Usuários e Práticas Informacionais: do que estamos falando? **Informação & Informação**, v. 22, n. 2, p. 389-401, 2017.

BLUMER, Herbert. **Symbolic interactionism**: Perspective and method. Berkeley: University of California Press, 1969.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; DE PAULA, Claudio Paixão Anastácio. Práticas Informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. **Informação em Pauta**, v. 2, p. 111-135, 2017.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aida. A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira. **Investigación bibliotecológica**, v. 31, n. 73, p. 91-110, 2017.

FIGUEIREDO, Nice. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 9-25, 1979.

GASQUE, Kelley Cristine; COSTA, Sely Maria. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 1, p. 21-32, 2010.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da informação**, v. 24, n. 1, p. 1-8, 1995.

MARTYN, John. Information need and use studies. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 9, p. 3-23, 1974.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MORESI, Eduardo. (Org.). **Metodologia de Pesquisa**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2003.

PETTIGREW, Karen E.; FIDEL, Raya; BRUCE, Harry. Conceptual frameworks in information behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 35, p. 43-78, 2001.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Usuário – Informação**: o contexto da ciência e da tecnologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.; IBICT, 1982.

PINTO, Flávia Virgínia Melo; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais. **Transinformação**, v. 24, n. 3, p. 219-226, 2012.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; et al. Práticas informacionais: nova abordagem para os estudos de usuários da informação. **Biblios**, n. 68, p. 96-109, 2017.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the "umbrella concepts" of information-seeking studies. **The Library Quarterly**, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SILVA, Edilene Maria da; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Política de Informação e Memória-Sandra Braman. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 26, n. 3, p. 241-245, 2016.

SILVA, Ronaldo Alves da. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

TERUEL, Aurora González. **Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales**. Gijón, Asturias: Ed. Trea, 2005.

WILSON, Tom D. Human information behavior. **Informing Science Research**, v. 3, n. 2, p. 49-55, 2010.

MINHA VOZ IMPORTA: TRAÇANDO ORIENTAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE TESAUROS PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+

Pablo Gomes

1 INTRODUÇÃO

A informação e o conhecimento sempre foram protagonistas nas relações humanas e sociais. Entretanto, pouco se pensou nos estudos informacionais, até pouco tempo atrás, sobre o papel de poder desempenhado pela informação e pelo conhecimento. Os estudos relativos à Sociedade da Informação, também conhecida como Sociedade do Conhecimento, estiveram inicialmente focados em entender o protagonismo econômico que a informação incitava, principalmente no setor de serviços. O destaque estava no perfil provocado pelas mudanças e nas estruturas e possibilidades de emprego da informação. Eram, em suma, estudos em sentido amplo e pouco se considerava sobre o papel de poder e impacto desempenhado pela informação na sociedade (ALBAGLI; MACIEL, 2011).

Por seu papel de poder, a informação e o conhecimento geram impactos no campo social, seja por meio da redução de desigualdades ou da reafirmação e manutenção de desigualdades e discursos. Deixa-se, então, de se pensar a informação como algo unicamente ao bem social, mas possível de ser utilizado como forma de dominação. Essas formas de dominação vão muito além de somente o uso dado às informações e aos conhecimentos, mas também aos

instrumentos que acabam por tornar possível o exercício do poder.

As consequências do uso indiscriminado desses instrumentos são geralmente advindas do que Guimarães e Pinho (2007) colocam como visões de mundo, ideologias e preconceitos de seus idealizadores no momento da construção. Isso pode provocar o que relata Garcia Gutiérrez (2014, p. 2):

> Como arma de dominação, a classificação sempre acompanhou os projetos de colonização territorial e, sobretudo, cultural e cognitiva, e esteve nos bastidores de numerosos atos de violência simbólica, atingindo seu clímax paranóico na ideologia e nos arquivos classificados do nazismo. Como qualquer outra instituição humana (línguas, organizações, crenças, ciência ...), a classificação se dobra instintiva ou racionalmente em si mesma para defender sua ação colonizadora, revelando estruturas e objetivos totalitários (mesmo dos "autores" um "autoritarismo" natural emergiria). Em uma direção, ou em outra, a classificação usurpa, distorce, sobrepõe, subordina, coloniza o fluxo ilimitado de significado (a semiose), tornando praticamente impossível a livre circulação no mundo que controla suas categorias[8].

[8] *como arma de dominación, la clasificación siempre acompañó los proyectos de colonización territorial y, sobre todo, cultural y cognitiva, y estuvo em la trastienda de numerosos actos de violencia simbólica alcanzando su clímax paranoico en el ideario y em los archivos clasificados del Nazismo. Como cualquiera otra institución humana (lenguas, organizaciones, creencias, ciencia…), la clasificación se pliega*

A interação do usuário frente aos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), com desvios e visões muito particulares de mundo, projetarão um não reconhecimento frente ao sistema, isso por apresentar ao usuário termos ou notações com uma imagem discriminatória, desvalorizante e, por vezes, até mesmo agressiva daquilo que ele é (MILANI *et al.*, 2009), por exemplo, as questões de gênero. Nesse caso, os SOCs não refletem a realidade, mas sim uma ideologia daqueles que o construíram e que, por vezes, tentam impor essa visão àqueles que irão fazer a representação.

Esse também é o entendimento de Barité (2011, p. 7), que aponta que "os sistemas de organização do conhecimento fortemente impregnados com os valores de uma cultura resultam sendo excludentes em assuntos importantes para uma comunidade em relação aos de outras"[9]. Como forma de evitar essas exclusões, principalmente de minorias ou grupos socialmente excluídos, é que se faz necessário uma abertura cultural dos SOCs. Essa abertura é chamada por Beghtol de "hospitalidade cultural". Conceitualmente essa hospitalidade

> Implica a necessidade dos sistemas de organização do conhecimento serem permeáveis a diferentes percepções e concepções culturais. Trata-se de uma

instintiva o racionalmente sobre sí misma para defender su acción colonizante, desvelando estructuras y objetivos totalitarios (hasta de los "autores" brotaría un natural "autoritarismo"). Em una dirección, o en otra, la clasificación usurpa, tergiversa, solapa, subordina, coloniza el flujo ilimitado de sentido (la semiosis), haciendo prácticamente imposible el libre movimiento em el mundo que controla sus categorías.

[9] *"los sistemas de organización del conocimiento fuertemente impregnados de los valores de una cultura resultan siendo excluyentes en cuestiones importantes para una comunidad respecto a los de otras".*

> noção que pretende contribuir para um mar conceitual que privilegie as particularidades de certas culturas, seja ela cultural nacional, étnica de um domínio ou disciplinar, em um ambiente que tende a acessar e recuperar informações em forma globalizada[10]. (BARITÉ, 2011, p. 7).

É inegável que os SOCs são instrumentos de poder. Eles agem por meio dos discursos tendenciosos em visões de mundo particulares que colocam em evidência algumas informações e levam à obscuridade outras. Todo esse processo de construção de um sistema hospitaleiro à cultura depende profundamente do posicionamento ético do profissional da informação.

Para tanto, surge como pergunta problema deste estudo: como tornar os modelos de construção de tesauros mais dinâmicos e permitir o rompimento de estruturas opressoras contra homossexuais e que poderiam estar presentes nesses instrumentos de Organização da Informação? O objetivo deste estudo é propor orientações para a construção de um tesauro específico à comunidade LGBTQIA+ que seja inclusivo.

[10] *implica la necesidad de que los sistemas de organización del conocimiento sean permeables a diferentes percepciones y concepciones culturales. Se trata de una noción que pretende aportar a un mar co conceptual que privilegie las particularidades de ciertas culturas, tanto si se trata de culturales nacionales, étnicas de un dominio o disciplinarias, en un entorno que tiende al acceso y a la recuperación de la información en forma globalizada.*

2 DIVERSIDADE EM TESAUROS E MULTICULTURALIDADE

No âmbito informacional, a diversidade cultural tem demandado discussões da Ciência da Informação que colocam em perspectiva desde a função das instituições portadoras de informação – bibliotecas, arquivos, museus e outras unidades de informação – como também a atuação dessas para a redução das desigualdades, até as questões de mediação, de memória, de estudos de usuários, das práticas informacionais, da organização da informação e do conhecimento e outras tantas impossíveis de descrever neste estudo. Um exemplo notório são as pesquisas que estão analisando questões de intolerância religiosa na Classificação Decimal Universal (TRIVELATO; MOURA, 2017).

Por serem representações da realidade conceitual de uma área é imprescindível que os tesauros não sejam excludentes ou discriminatórios com pessoas, comunidades e culturas por suas formas de ver o mundo. No instante em que o tesauro faz a escolha por determinado termo e conceito ele assume uma perspectiva sobre o mundo. Nessa ação, ele pode ser excludente de uma ou mais comunidades de usuários que não conseguirão se comunicar com o sistema de informação, seja por não se identificar com a linguagem de recuperação da informação ou simplesmente por não entender tal linguagem.

Para tanto, é necessário focar na construção e uso dos tesauros com intuito de abrigar os pontos de vista de uma diversidade de pessoas, comunidades e culturas, isto é, permitir a hospitalidade cultural (BEGHTOL, 2002). Para se chegar a essa hospitalidade apontada pela autora é necessário que se pensem estratégias de incorporação de várias vozes que estão em torno de uma determinada área do conhecimento da qual se

busca representar conceitualmente. Isso implica em tornar o processo mais inclusivo em suas orientações de construção.

Na busca pela inclusão e diversidade no contexto informacional e das bibliotecas, encontra-se o uso do termo "multiculturalidade", este, envolvido em diversos níveis dos sistemas de informação. Uma das referências é o Manifesto pela Biblioteca Multicultural[11] onde a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias[12] (IFLA) identifica que as práticas da multiculturalidade "se referem a convivência e interação harmoniosa de diferentes culturas [...] são a base de nossa força coletiva, tanto em nossas comunidades locais como em nossa sociedade global"[13] (INTERNATIONAL, [2006], p. 1).

Quanto ao uso do termo "multiculturalidade", é necessário fazer a apreensão da diferença entre "multiculturalidade" e "multiculturalismo" que é abordada por Hall (2003). O autor interpõe que o primeiro termo se refere conceitualmente a um adjetivo, ou, como chamado por ele, a um "termo qualificador". Ele é usado para descrever as características e problemas sociais que o convívio de diferentes comunidades culturais apresenta na tentativa de convívio. Já o segundo, o multiculturalismo, é um substantivo usado para conceituar as estratégias e as políticas governamentais implementadas para tentar solucionar os problemas da multiculturalidade que advêm das sociedades multiculturais.

Nesse contexto, a IFLA usa o termo "multiculturalidade" para qualificar a nova forma com a qual as bibliotecas devem ser. Por outro lado, o multiculturalismo são as estratégias e as

---

[11] Manifesto pela Biblioteca Multicultural.

[12] *International Federation of Library Associations and Institutions*.

[13] *se refieren a la coexistencia e interacción armónica de culturas diferentes [...] son la base de nuestra fuerza colectiva, tanto en nuestras comunidades locales como en nuestra sociedad global.*

políticas que precisam ser adotadas para que a biblioteca se qualifique como multicultural. Todo o contexto de uso desses dois termos parte do entendimento de que a convivência cultural é conflitiva (HALL, 2003) e que levam em consideração questões como a globalização, que provocou uma maior interação e convívio de culturas diferentes.

Muito pautada na necessidade de um respeito à diversidade, a IFLA, no mesmo manifesto supracitado, indica alguns princípios básicos relativos a bibliotecas, que servem para pensar tanto essa instituição milenar como qualquer outro sistema de informação mais recente. Tais princípios são:

> - Servir todos os membros da comunidade sem qualquer discriminação devido a origem cultural ou linguística;
> - Oferecer informações em idiomas e alfabetos apropriados;
> - Fornecer acesso a uma ampla gama de materiais e serviços que reflitam todas as comunidades e suas necessidades;
> - Ter pessoal que reflita a diversidade da comunidade, treinado para trabalhar e servir diversas comunidades[14]. (INTERNATIONAL, [2006], p. 1).

Há uma preocupação dos organismos de representação internacional em inclusão e diversidade na biblioteca, nesse caso específico. Percebe-se que a questão cultural, de uma

[14] *Servir a todos los miembros de la comunidad sin discriminación alguna por origen cultural o lingüístico; Ofrecer información en lenguas y alfabetos apropiados; Dar acceso a un amplio rango de materiales y servicios que reflejen a todas las comunidades y sus necesidades; Disponer de personal que refleje la diversidad de la comunidad, formados para trabajar y dar servicio a comunidades diversas.*

diversidade, assim como a questão linguística, é o primeiro princípio colocado pela IFLA. Em seguida, volta-se novamente à intervenção da questão linguística com disponibilização de informação em diversas línguas e alfabetos. Tem-se uma preocupação com a seleção de materiais e serviços que reflitam toda a diversidade cultural da comunidade de usuários. Por fim, a disponibilidade de pessoal, para o trabalho, que esteja preocupado e atento em tornar possível os outros três princípios.

Com isso é necessário pensar os tesauros a partir de uma visão de inclusão da diversidade. As orientações dadas pela IFLA apontam para a necessidade de se criar estratégias, multiculturalismo, para que a biblioteca cumpra um papel de aceitação das diferenças. Não se pode pensar essa instituição promovendo formas simbólicas ou diretas de opressão sobre determinadas comunidades ou culturas, como é o caso dos LGBTQIA+. Para isso, é necessário que os tesauros sejam revistos para uma possível retirada ou correção de formas opressoras (homofobia, machismo, misoginia, racismo, etc.) na sua estrutura conceitual. Nesse ponto, a garantia cultural pode ser um elemento importante a ser incluído nos modelos de construção de tesauros.

2.1 GARANTIA CULTURAL

Por trabalhar com a linguagem, que mesmo especializada, possui uma diversidade terminológica, os SOCs precisam assegurar que ela seja entendida e aceita pela comunidade de usuários. Para tanto, foram criadas garantias que dessem validade semântica para a construção desses Sistemas, como por exemplo, os tesauros. Algumas dessas garantias ganham destaque na literatura de Ciência da

Informação e Biblioteconomia, são elas as garantias literária, filosófica e de uso.

A garantia cultural, mesmo tendo sido proposta por Clare Begthol há mais de três décadas, não ganhou tanto destaque dentro dos modelos de construção de SOCs. Contudo, seu estudo e aplicação ganha destaque nos últimos anos com pesquisas que demonstram que os SOCs podem ser causadores de uma opressão social e cultural, como apontado nas seções anteriores. Importa, então, a necessidade de uma rápida apresentação sobre essa garantia. A garantia cultural aponta que

> qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser maximamente conveniente e útil para as pessoas de uma cultura apenas se estiver baseado nos pressupostos, valores e predisposições da mesma cultura (GUEDES; MOURA, 2016, p. 13).

Isso significa dizer que um determinado SOC para ser reconhecido e aceito por determinada cultura precisará estar baseado nos pontos de vista valorizados pela mesma. Os autores ainda completam ressaltando que

> a perspectiva da garantia cultural é um modo de alcançar noções e ideias de difícil reconhecimento por demais parâmetros semânticos em que, tanto as comunidades de usuários possam se identificar como os SOCs sejam capazes de representar abstrações destas ideias (GUEDES; MOURA, 2016, p. 14).

É então compreensível apontar que um SOC construído com base também na garantia cultural poderá ser mais representativo na forma de organização se for baseado na compreensão que um grupo de pessoas tem de uma área específica. É uma forma de buscar no usuário o significado que ele dá aos elementos simbólicos e que estarão presentes no SOC e no próprio sistema de informação. Esse entendimento é reforçado por Guedes (2016, p. 86) que diz que "um sistema será mais representativo e útil para as pessoas de uma determinada cultura se se basear nos pressupostos, valores e predisposições daquela cultura na qual estão inseridas".

Se as opressões sociais e culturais são, em parte, fruto das visões de mundo e valores de determinadas comunidades ou sociedades, a garantia cultural ganha importância como um elemento descontinuador da perpetuação dessas opressões. Beghtol (2002 *apud* PINHO, 2006, p. 64) diz que a garantia cultural é uma "forma de flexibilizar os sistemas de organização e representação do conhecimento a abrangerem aspectos relativos à diversidade cultural a serem representados". Se os SOCs puderem agregar essas especificidades culturais se tornarão, como coloca a autora, mais flexíveis, pois darão ao usuário uma localização de uma perspectiva conhecida e compartilhada por ele.

2.2 REPRESENTAÇÃO, REPRESENTATIVIDADE E LUGAR DE FALA

Para tratar de tesauros que objetivam ser inclusivos e preocupados com a não perpetuação de formas de opressão social presentes em nossa sociedade é necessário entender três elementos que surgem no campo dos estudos das ciências humanas e sociais e que se envolvem na complexidade dos

SOCs, são eles, a representação, a representatividade e, mais recentemente, o lugar de fala. É fundamental, então, demonstrar como esses elementos formam base estruturante de um pensamento adequado à composição de orientações para construção de um tesauro apropriado à indexação de informações acerca da comunidade LGBTQIA+.

Para começar, e seguindo a ordem proposta para o título desta seção, tem-se a representação. Ela compreende um campo de estudo que abrange várias áreas dentro das ciências. Entretanto, ganha destaque principalmente na Filosofia, Ciência Política e Artes. Conceitualmente, podemos recorrer a Palmer (1978, p. 62, tradução nossa) quando diz que a representação "é, primeiro e antes de mais nada, algo que está no lugar de outra coisa. Em outras palavras, é algum tipo de modelo da coisa (ou coisas) que ela representa". É possível entender que ela, a representação, é algo, concreto ou abstrato, que assume a forma, física ou de conteúdo, de outra coisa, ou alguém, com o objetivo de apresentá-la de uma nova forma, quase sempre buscando a maior aproximação possível.

Na Ciência da Informação (CI) os estudos sobre representação estão mais voltados à Organização da Informação e do Conhecimento. Nesse âmbito, entendemos que a construção de tesauros constitui um meio de representação do conhecimento. De forma a evidenciar melhor o que é a representação do conhecimento, Brascher e Café (2008, p. 6), apontam que essa

> representação construída não se restringe ao conhecimento expresso por um autor, ela é fruto de um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar. A representação do

> conhecimento reflete um modelo de abstração do mundo real, construído para determinada finalidade.

Aproximando o conceito de Palmer (1978) e de Brascher e Café (2008), pode-se dizer que a representação do conhecimento é algo que se coloca com o intuito de apresentar um domínio ou área do conhecimento. As próprias autoras fazem uma apreensão próxima à de Palmer ao entender que a representação do conhecimento seria um "modelo de abstração do mundo real". Por ser uma substituição, uma recolocação, uma apresentação de algo, a representação e, consequentemente, a representação do conhecimento não seriam perfeitas, pois não são a coisa em si. Alguns trabalhos do próprio campo da CI como os de Mai (2013), Trivelato e Moura (2017) e Fox (2016) vêm apontando desvios sobre a forma como o conhecimento tem sido representado e que geram formas de opressão.

Adjunta ao conceito de representação, temos a representatividade. Entende-se que representação e representatividade se referem a questões complementares, portanto, com conceitos distintos. A compreensão da representatividade no contexto de construção de tesauros pode ser encontrada em pelo menos duas dimensões: a) em sentido explícito, com os termos e os conceitos a qual faz referência; b) em sentido implícito, com a participação de pessoas e uso de materiais que sejam representativos do domínio ou área do conhecimento que se busca representar.

Numa conceituação ampla do que vem a ser a representatividade, temos que essa é "1 Qualidade ou característica de representativo 2 Qualidade ou característica de um indivíduo ou entidade (partido, sindicato etc.) cujas

relações com a população fazem com que expresse os verdadeiros anseios desta [...]" (GEIGUER, 2012, p. 1189). Portanto, temos como parte da importância desse elemento o entendimento de que as comunidades, grupos e sociedades possuem necessidades, seja ela qual for, e que pode ser alcançada por meio da representatividade.

No contexto de amostras de pesquisa, Biber (1993, p. 243), afirma que a "representatividade refere-se à medida em que uma amostra inclui toda a variabilidade de uma população"[15]. Mesmo sendo um conceito advindo do contexto de pesquisas científicas, Biber inclui uma questão que é afetiva à construção de tesauros, a seleção de materiais terminológicos e de pessoas que sejam representativas do domínio, em especial a sua diversidade. Essa inclusão na discussão é importante ao ponto que está relacionado ao sentido implícito na representatividade dos tesauros e que influencia fortemente e diretamente no sentido explícito. São escolhas que vão influenciar na terminologia a ser coletada dos materiais e das acepções de mundo desses materiais e das pessoas consultadas.

Em síntese, a representatividade estaria em uma relação de qualidade dos termos presentes no tesauro e que representam uma área em suas especificidades e também em relação à presença de pessoas e materiais que sejam representativos. Sabendo que os SOCs não são portadores de uma neutralidade, é importante apontar que as pessoas e materiais darão ao tesauro suas visões de mundo, principalmente em relação a questões culturais. Isso implica que as escolhas devem estar alinhadas para evitar visões de

[15] *representativeness refers to the extent to which a sample includes the full range of variability in a population.*

mundo distorcidas e que acabem por perpetuar e reafirmar opressões sociais.

Por fim, e como apontado anteriormente, a mais recente, temos o lugar de fala. Em busca de encontrar um meio de romper com essas opressões que vêm muito pela falta de representatividade de minorias, àqueles socialmente excluídos, em vários setores da sociedade, não só nos tesauros, que surge nos últimos anos um novo conceito, o lugar de fala. Conceitualmente,

> [...] trata-se de uma resposta que emerge como contraposição ao silenciamento sistemático dos grupos sociais que sofrem opressão por parte daqueles que usufruem dos privilégios na sociedade. Assim, aqueles que historicamente tiveram (e continuam tendo) sua fala negada deveriam ter reconhecido esse direito e a legitimidade para falar sobre as opressões pelas quais sofrem. (CHAGAS, 2018, p. 1).

No entendimento do lugar de fala, temos que este vem com intuito de dar voz aos grupos que o autor coloca como sofredores de opressão por parte daqueles que são socialmente privilegiados. Por isso a reivindicação de voz e de ser ouvido também. Essa reivindicação parte em direção de várias partes da sociedade, seja na política, na escola, na ciência, no trabalho e tantos outros. Os SOCs não podem, então, ficar alheios às formas opressoras que podem perpetuar e devem se abrirem às vozes desses grupos minoritários.

Quando os três elementos são pensando ao mesmo tempo em relação à construção de um tesauro, é possível pensar que a representação do conhecimento precisa ser a mais próxima da

realidade, mas evitar as opressões sociais advindas de sua redução semântica e contextual. Já a representatividade importa que é necessário a participação de pessoas e materiais que sejam representativos da área que se quer representar. Por fim, o lugar de fala que vai apoiar a representatividade apontando àqueles que possuem legitimidade para falar naquele lugar, por aquelas pessoas, por apontar suas demandas sociais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As estratégias metodológicas foram estruturadas com o intuito de proporcionar a indicação de recomendações, dentro do processo de construção de tesauros, que fossem pertinentes à elaboração de um instrumento mais dinâmico e aberto à diversidade, elementos essenciais quando o ponto de discussão é a comunidade LGBTQIA+.

Para obter uma base de análise sobre os procedimentos de construção de tesauros, optou-se pelo Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesauros (MMICT) proposto pela professora Brígida Cervantes, em 2009, na sua tese de doutorado em CI. A escolha por tal modelo no contexto da pesquisa empírica se deu em função de sua estrutura partir da consolidação e sistematização de vários outros instrumentos e autores que se dedicam à construção desses instrumentos de Organização da Informação.

Por ter reunido e compilado as várias etapas de construção de tesauros em um único instrumento foi possível a redução e facilitação dos esforços da pesquisa. Contudo, foi necessário recorrer às fontes originais usadas pela autora para elaboração do MMICT com objetivo de entender mais

profundamente a proposta de instruções da prática sobre os tesauros.

Seguindo com os procedimentos metodológicos, ocorreu a leitura crítica do MMICT, com suas instruções, e do material teórico sobre garantia cultural para que pudessem ser elaboradas apreciações sobre o modelo atual de construção de tesauros e recomendações para inclusão da garantia cultural, com finalidade de torná-lo mais dinâmico e evitar o aparecimento de formas opressoras consolidadas na sociedade. Por fim, todas as informações coletadas foram categorizadas para permitir a análise dos resultados dessa pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise inicial do modelo permitiu a identificação de quatro elementos que são estruturantes no processo de construção de tesauros. Esses elementos foram agrupados com o objetivo de possibilitar uma melhor compreensão dos dados provenientes da leitura crítica do MMICT e das orientações de cada uma de suas etapas. As categorias identificadas são: a) as pessoas; b) os materiais; c) os métodos; e d) os processos.

Em seguida, foram acrescentados elementos dentro dessas quatro categorias que permitissem uma hospitalidade cultural, como proposto por Beghtol (2002), e a presença da diversidade de identidades de gênero presentes em um tesauro com uma redução de fundamentos opressores que gerem menosprezo de LGBTQIA+, seja de fora da comunidade para dentro e também dentro da própria comunidade. Para isso foram pensadas estratégias que permitissem a presença da voz dos membros pertencentes à comunidade.

Partindo do entendimento que a Linguagem Especializada (LE) de um domínio ou área, dentro das ciências

humanas e sociais, não se constitui somente dentro do campo científico, mas com vários atores sociais. Portanto, limitar a construção de um tesauro somente com a LE compartilhada dentro da ciência seria excluir de forma indireta a participação de todos os outros atores, abrir espaço para a ocorrência de formações terminológicas opressoras e a manutenção de continuidade dessas formas opressoras. Com isso, a análise dos dados seguiu com base na divisão entre os quatro elementos supracitados.

4.1 PESSOAS

Pelo menos dois grupos de pessoas são identificados no MMICT como participantes no processo de construção de Tesauros. O primeiro é composto pela equipe de elaboração do tesauro. São os gestores do projeto e os técnicos, profissionais da informação, responsáveis pela aplicação do modelo de construção de tesauros. O segundo grupo é formado pelos consultores do domínio ao qual o tesauro busca cobrir e que possuem a atribuição de orientar o primeiro grupo em questões relativas, principalmente, a escolha dos materiais terminológicos e a qualidade semântica para que o tesauro represente o mais próximo possível à estrutura conceitual do domínio.

No grupo formado pelos profissionais responsáveis pela construção do tesauro, as orientações necessárias para proporcionar uma hospitalidade cultural são guiadas à formação de uma equipe multidisciplinar. O posicionamento crítico direcionado a uma visão de mundo que entende as relações de gênero que serão tratadas no processo de construção do tesauro. Espera-se que essa equipe não busque um enquadramento do tesauro como um instrumento neutro, mas

sim uma postura ética para que sejam capazes de reconhecer situações de opressão que possam surgir no processo, sejam pelas proposições terminológicas, mas também pela relação entre os membros da equipe de trabalho com os consultores e de consultores com consultores.

Já o segundo grupo de pessoas, formado pelos consultores, percebeu-se que a orientação inicial contida no MMICT era de uma formação de uma equipe de especialistas, ou seja, aqueles com formação acadêmica e científica que lhes outorgue a utilização de tal título. Contudo, entende-se que a terminologia que envolve a comunidade LGBTQIA+ em sua busca de informação e conhecimento envolve muito mais que a ciência e a academia. Há que se perceber a força que os movimentos sociais possuem sobre a terminologia, as ONGs que mantêm trabalhos voltados a essa comunidade, os profissionais que trabalham diariamente com questões que envolvem a complexidade de uma série de assuntos, os próprios membros dessa comunidade civil não organizada entre outros.

A escolha dessa equipe será fundamental para a qualidade final do tesauro perante sua comunidade de usuários. Uma das principais atividades propostas a essa equipe é a de indicar os materiais terminológicos para a coleta dos termos representativos dos conceitos mais relevantes. Para que ocorra uma coesão entre as duas equipes, é importante que esses consultores mantenham, também, pontos de vista próximos ao que o tesauro busca ter, no caso específico para a comunidade LGBTQIA+, seria a presença de pessoas pertencentes à comunidade ou simpatizantes das demandas sociais desta.

Quanto à presença de membro da comunidade LGBTQIA+ dentro da equipe de consultores, mas não só nela, é

importante recordar que essa orientação se faz baseada no entendimento de local de fala, pois quem melhor para representar essa área que os próprios membros. Faz-se necessário lembrar também da representatividade. Portanto, é desejável que haja a participação dos diversos membros da comunidade, Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/ Arromântiques/Agênero, Pan/Poli e outros; pois cada um desses formam um grupo específico com demandas específicas e que nem sempre são entendidas por toda a comunidade.

A diversidade de vozes contribuindo para a construção do tesauro irá proporcionar uma interação e troca de informações, conhecimentos e experiências que poderia não ser percebida, recorrendo-se somente a uma equipe de cientistas e acadêmicos. Essa troca será importante para que a equipe de consultores, ao tentar chegar em consensos, encontre as formações, indiquem os melhores tipos de materiais para coleta terminológica e que percebam terminologias que sejam discriminatórias.

4.2 MATERIAIS

Os modelos tradicionais de construção de tesauros levam em consideração que a terminologia de uma determinada área, por ser parte do processo comunicacional, está registrada em algum suporte. Essas informações registradas são conhecidas, então, como os materiais terminológicos. Esses materiais são bem conhecidos pelo seu caráter bibliográfico, ou seja, por ser registrado em livros e revistas científicas.

A caracterização do material terminológico com a limitação nos livros e revistas científicas é uma noção que foi incluída pelas garantias filosófica e literária. A primeira,

indicando que a terminologia de uma área deve ser encontrada dentro da ciência e da academia. A segunda, apontando que para a coleta terminológica se deve usar os materiais presentes na literatura, ou melhor, aqueles que estão registrados na forma escrita textual (livros, revistas, dicionários, periódicos, jornais e outros).

Para a inclusão da garantia cultural foi necessária a inclusão de outros materiais, pois a LE de uma área não se faz somente na academia e na ciência, mas com todos atores sociais que contribuem para a produção de informação e conhecimento. Limitar-se à garantia filosófica e literária seria omitir a complexidade de uma área e de seus atores nos diversos campos de atuação. Para quebrar com a perpetuação da ciência como a única detentora da LE, fez-se a indicação de uso de materiais terminológicos produzidos fora da ciência e com fontes de informação as mais diversas possíveis.

Há uma grande produção de informações e conhecimento sobre e por LGBTQIA+ que subsidiaria a utilização de outras fontes de informação que as tradicionais já utilizadas. Existem vários grupos organizados, movimentos sociais, ONGs e a própria sociedade civil não organizada produzindo conteúdo. Importante comentar a importância da escolha de materiais que sejam produzidos por LGBTQIA+ para dar representatividade ao processo de construção do tesauro.

Nos últimos anos, com o avanço e acessibilidade à internet e de tecnologias como os equipamentos de registro audiovisual (vídeo, foto e áudio), houve um crescimento dos possíveis materiais para a coleta terminológica. Os grupos LGBTQIA+ possuem uma grande quantidade de materiais impressos como cartilhas, revistas e documentos, além de outros materiais. Já a sociedade civil não organizada tem produzido muito conteúdo nas redes sociais. O *Facebook*,

Twitter, *YouTube* e outros possuem uma dinâmica da linguagem que é interessante não somente para a construção do tesauro, mas para o acompanhamento de revisão sistemática dos termos.

Faz-se necessário apontar que o intuito da inclusão desses novos materiais e fontes não foi a exclusão da ciência e academia, mas a possibilidade de conversa entre vários atores para que o tesauro possa ressoar mais de uma voz, pois a diversidade, quando falamos de LGBTQIA+, é fundamental.

4.3 MÉTODOS

Para sistematização de construção do tesauro podem ser utilizadas uma série de métodos que auxiliarão desde a coleta dos termos até a sua apresentação, forma de exibição para os usuários. Esses métodos compõem orientações para o andamento de cada etapa do processo e refletirão as escolhas feitas pela equipe de construção. Cada método escolhido poderá resultar um tesauro diferente. Para tanto, indica-se o estudo prévio para a escolha dos melhores em relação à visão de mundo que se projeta para o tesauro.

Os métodos tradicionais compreendem alguns a tempos conhecidos pela Ciência da Informação e Biblioteconomia. O MMICT propõe a utilização de métodos como a análise documentária ou análise de assunto, leitura técnica das obras, indexação e outras. Esses três exemplos são de amplo conhecimento de profissionais da informação que trabalham com a representação descritiva e temática de informações, sejam elas físicas ou digitais.

Contudo, a utilização desses métodos não alcança a totalidade da leitura da obra, como o caso da análise documentária, que tem como objetivo a identificação de

conceitos e termos relevantes sem que ocorra a leitura completa da obra. Esse e outros métodos permitem que certos conceitos que são importantes para a comunidade LGBTQIA+ não sejam percebidos pelo profissional da informação.

Mesmo entendendo que nenhum método será totalmente eficaz na identificação de tais conceitos e termos, é preciso adotar métodos que não sejam tão simplistas e padronizados, já que os materiais e as pessoas que estarão envolvidas na construção do tesauro são as mais diversas possíveis. Os métodos acima comentados como tradicionais são de forma ampla, mas não restrita, desenhados para materiais bibliográficos na forma de textos.

Beghtol (2002), quando tratando da hospitalidade e garantia cultural, deixa como orientação a utilização de métodos de coletas de dados das ciências humanas e sociais, como por exemplo, sociologia e antropologia social. Esses métodos seriam utilizados em várias etapas do processo de construção do tesauro, não somente na coleta dos termos. Algumas técnicas que seriam importantes para o trabalho para a proposta elaborada neste texto são: as entrevistas, observação, grupos focais e outros.

A inclusão dos dois grupos de pessoas em todas as etapas é desejável, para que haja um controle sistêmico sobre a terminologia. Assim, a coleta de conceitos e termos que antes era só uma atribuição da equipe de construção, passa a ser permeada por todos. A leitura das obras que era restrita à primeira equipe e simplista por não ser lida por completo, pode, nessa nova formulação, contar com métodos mais eficientes e exaustivos.

Como os métodos de leitura não poderão ser aplicados de forma tão fácil, por conta do uso de uma diversidade de fontes e materiais, precisará da formulação de estratégias para cada

tipo de fonte e material. É necessário pensar, para as fontes não convencionais (vídeos e áudios), estratégias abertas para que a equipe possa se movimentar durante a leitura sem perder conceitos e termos relevantes.

4.4. PROCEDIMENTOS

O MMICT apresenta processos bem padronizados, pois remontam a instrumentos anteriores que tinham como base de formulação as garantias filosófica e literária. Essa característica dos modelos tradicionais, em teoria, é uma possível causa para que os tesauros se expandam tão rapidamente. Com processos tão padronizados, era possível a replicação dos mesmos processos para várias áreas do conhecimento, sem perceber as especificidades intrínsecas a cada uma dessas áreas. Isso, em teoria novamente, pode ter contribuído para que encontrássemos hoje não só tesauros, mas outros tipos de SOCs com problemas terminológicos que permitem a perpetuação de discursos opressores.

Para a inclusão da garantia cultural é necessário que os processos sejam pensados a partir das especificidades de cada área. Áreas que estão inseridas dentro das ciências humanas e sociais, como é o caso das demandas da comunidade LGBTQIA+, são difíceis de utilização em processos padronizados. Algumas das especificidades dessa área que podemos citar como relevantes à construção de um tesauro é o dinamismo terminológico, os estudos mais aprofundados ainda em construção, as disputas sociais por representação, além de várias outras.

É preciso também que os processos e suas várias etapas sejam permeadas por uma postura ética e crítica dos dois grupos de pessoas envolvidas. Assim, a diversidade de vozes

poderá coexistir durante a construção e depois no tesauro finalizado. A postura crítica será necessária para que sempre haja um questionamento sobre as formações terminológicas e a perpetuação de opressão contra LGBTQI+.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva de pensar a construção de um tesauro para a indexação de informações sobre LGBTQIA+ fora dos modelos, normas e diretrizes convencionais permitirá uma integração entre equipe de construção de tesauros e os consultores chamados para orientar o trabalho da primeira equipe. A inserção de vários atores no processo permitirá que o tesauro ressoe uma diversidade de vozes com representatividade.

O dinamismo terminológico presente na comunicação do campo de observação LGBTQIA+ aponta que o processo de construção necessita de uma vigilância sobre a terminologia. E após o tesauro finalizado, precisará de revisões periódicas para verificação de termos que passaram a não ser mais usados e que possam ter ganhado conotações pejorativas que acabam inferiorizando membros específicos ou a comunidade LGBTQIA+ como um todo. A possibilidade de representatividade e a tomada do lugar de fala por LGBTQIA+ na construção de um tesauro é importante para dar visibilidade às demandas sociais dessa comunidade e também para que os usuários se identifiquem com o tesauro.

O MMICT serviu de base para pensar as orientações de inclusão da garantia cultural para uma maior hospitalidade. É necessário destacar que não era objetivo deste trabalho desqualificar o modelo criado por Cervantes (2009), mas a partir dele perceber formas de inclusão cultural que permitisse o rompimento com formações opressoras contra LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação, poder e política: a partir do Sul, para além do Sul. *In*: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. (Org.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BARITÉ, Mario. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave**, La Plata, v. 1, n. 1, p. 2-11, 2011.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BIBER, Douglas. Representativeness in corpus design. **Literary and Linguistic Computing**, v. 8, n. 4, p. 243-257, 1993.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesauros com a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

CHAGAS, Juary. O "lugar de fala" nos movimentos: pressupostos teóricos pós-modernos, materialização prática fragmentária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2018.

FOX, Melodie J. Legal Discourse's Epistemic Interplay with Sex and Gender Classification in the Dewey Decimal Classification System. **Library Trends**, v. 64, n. 4, p. 687-713, 2016.

GARCIA GUTIÉRREZ, Antonio. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la oc como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science**: Research Trends, v. 8, n. 1/2, p. 1-19, 2014.

GEIGUER, Paulo (Org.). **Novíssimo Aulete**: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Lexikon: Rio de Janeiro, 2012.

GUEDES, Roger de Miranda. **O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem**. 2016. 155 f. Tese (Doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, p. 1-21, 2016.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, p. 1-21, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

INTERNATIONAL Federation of Library Associations and Institutions. **Manifiesto IFLA por la Biblioteca multicultural: La biblioteca multicultural**: portal de acceso a una Sociedad de culturas diversas en diálogo. s.l.: IFLA, [2006].

MAI, Jens-Erik. Ethics, values and morality in contemporary library classifications. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 4, p. 241-253, 2013.

MILANI, Suellen Oliveira. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. *In*: LLORET ROMERO, Nuria. **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento**: actas del IX Congreso ISKO España. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, Servicio de Publicaciones, 2009.

PALMER, Stephen E. Fundamental aspects of cognitive representation. *In*: ROSCH, Eleanor; LLOYD, Barbara B. (Ed.). **Cognition and categorization**. Hillsdale, N.J.: Erlbaum, 1978.

PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva; MOURA, Maria Aparecida. A diversidade cultural e os Sistemas de Representação da Informação. *In*: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017.

BIBLIOTECÁRIA, PROFESSORA E ESCRITORA: UM ESTUDO SOBRE AUDRE LORDE E A VISIBILIDADE LÉSBICA

Nathália Lima Romeiro

1 INTRODUÇÃO

As vivências de mulheres lésbicas foram durante, muito tempo, silenciadas e negligenciadas na arte, literatura, ciência, psicologia, medicina e outras áreas do conhecimento e cultura. Isso ocorreu por diversos fatores que possuem como elo comum: a cultura patriarcal. Tal cultura atua na sociedade de maneira colonizadora e/ou imperialista, induzindo a construção de um espectro de rejeição, solidão e silenciamento da história e protagonismo de mulheres lésbicas (BRANDÃO, 2010; RICH, 2010).

Se trouxermos o cenário narrado no parágrafo anterior para o contexto da Biblioteconomia, podemos perceber e questionar a invisibilidade de profissionais e pesquisadoras lésbicas na área. Pensando nisso, trouxemos, neste ensaio, a temática da visibilidade lésbica e a trajetória de Audre Lorde enquanto representante da população lésbica e negra na Biblioteconomia e, assim, tentar minimizar a sua invizibilização.

Antes de dar continuidade a este texto, precisamos destacar alguns pontos importantes: o primeiro é referente à escolha do tema. A escolha de falar sobre Audre Lorde se deu porque quem assina esse texto é uma mulher lésbica à procura de referências com essa identidade de gênero e sexualidade na Biblioteconomia, que viveu, durante muito tempo, assim como ela, com a sensação de não-lugar, de não me conhecer e

reconhecer a ancestralidade e latinidade que compõe a minha existência nesta vida. A cada dia que passa descubro e reforço minha identidade como mulher lésbica latino-americana, branca, antirracista e que luta para descolonizar o pensamento. Assim, convido outras pessoas para ver, sentir, tocar e experenciar o mundo para além do idealismo padronizado, patriarcal, colonizador, branco, racista e heterossexual (LUGONES, 2014).

Descolonizar o pensamento e a forma de ver a Biblioteconomia e outras ciências tomam aqui um ponto de partida. Este é o início de uma caminhada em busca do que não foi dito, uma outra maneira de pesquisar e produzir conhecimento priorizando a visibilização dos saberes das mulheres, da população negra, indígena, ribeirinha, periférica, dos países do hemisfério sul e da população LGBTQIA+.

Outro ponto a ser destacado é que este ensaio foi construído a partir do diálogo entre diversas mulheres e homens. Calma, você não está errada/o, assino o capítulo sozinha, mas construo o texto coletivamente (exceto, em breves momentos). Isso se manifesta no discurso a partir da compreensão de que vieram pesquisadoras e pesquisadores antes de mim e surgirão outras a partir da leitura deste ensaio. Aqui escrevo as nossas vozes (das atoras/es e minha) em comunhão, escrevo em primeira pessoa do plural. Este é um texto de "nós".

O objetivo deste estudo é visibilizar a lesbiandade, na tentativa de desconstruir preconceitos sobre essa população e visibilizar Audre Lorde como uma representante lésbica, negra, com raízes latinas e como uma mulher que lutou (na Biblioteconomia e fora dela) pela justiça social. Desejamos que este texto tenha som, que cause incômodo, conflito e desconforto a quem ainda não percebeu a necessidade da

descolonização dos saberes. Desejamos que o texto tenha voz, pois queremos que a partir deste ensaio, outras narrativas de mulheres lésbicas sejam inseridas e referenciadas nas bibliotecas e na Biblioteconomia. Isso é importante para não sucumbirmos ao perigo da história única, da história imposta, branqueada, falocentrada e do norte (hemisfério) (ADICHIE, 2019).

Este ensaio foi organizado em duas seções: a primeira para refletirmos as existências e resistências lésbicas chamando para a conversa acadêmica contribuições de mulheres, homens, pessoas LGBTQIA+, negras, pardas, indígenas e brancas. E, na segunda seção você encontrará a trajetória de Audre Lorde baseada nos seus textos autobiográficos e em contribuições de outras pessoas que pesquisam, (d)escrevem e admiram uma das mais importantes pensadoras do século XX.

2 REFLETINDO A EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DE MULHERES LÉSBICAS

Quando falamos em lesbiandade, nos referimos à orientação sexual de mulheres cisgêneras ou transgêneras que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres (cisgêneras ou transgêneras). Essas mulheres, ao longo do tempo, enfrentaram - e ainda enfrentam - diversos problemas relacionados à expressão da sua sexualidade. Problemas estes que representam a não aceitação e opressão de mulheres que se relacionam com mulheres, chamada lesbofobia.

Para compreender o que é a lesbofobia, é necessário que se conheça a palavra que origina o termo. Sabemos que a representação dos sujeitos e relações sociais são apresentadas na literatura, religião e filosofia desde que as pessoas começaram a contar estórias e histórias. Sendo assim, foram

encontrados escritos sobre relacionamentos lésbicos desde a Antiguidade. Estima-se que Safo, uma poetisa que viveu na ilha grega de Lesbos no século VII a.C. foi uma das primeiras pessoas a escrever sobre o amor e o sexo entre mulheres. Por causa disso, as palavras "lesbiandade" e "safismo" foram utilizadas para representar as relações afetivas e sexuais desse grupo (BRANDÃO, 2010).

Apesar de terem tido essa representação na Antiguidade, o relacionamento entre mulheres não foi bem aceito pelas sociedades ocidentais. Desde que as sociedades e culturas passaram a privilegiar os homens e o capital, os relacionamentos entre mulheres foram classificados como inadequados. Isso ocorreu, pois essas relações subverteriam três "normas" do sistema patriarcal capitalista essenciais para a sua existência: a exaltação fálica, a heterossexualidade compulsória e a geração de herdeiros para o capital (BUTLER, 2003; KRISTEVA, 2004; ROMEIRO, 2019).

No que se refere à idealização dos relacionamentos românticos, essenciais para pensarmos as normas do sistema patriarcal, trazemos a contribuição de Júlia Kristeva através de seu livro "Historias de amor" (2004). Este livro fala sobre como as sociedades lidaram com o amor romântico, baseando a sua construção erótica na filosofia, literatura e nas religiões judaico-cristãs. Para a autora, a construção de uma erótica que privilegia a heterossexualidade foi consolidada culturalmente como a forma correta e natural de se relacionar.

Em relação à homossexualidade, Kristeva (2004) comenta que a expressão da sexualidade entre homens homossexuais não apresenta as mesmas expressões vividas por mulheres lésbicas. Esta afirmação está aqui inserida porque essencialmente nos ajuda a entender as desigualdades em

relação a questões de gênero e sexualidade através da reflexão sobre poder, patriarcado, misoginia e feminismos.

Michel Foucault (1979) nos aponta um conceito essencial para analisarmos o poder. De acordo com o autor, em todas as relações sociais existe o poder e onde há poder, ele é manifestado. Sendo assim, para compreender de forma aprofundada a manifestação do poder em determinados cenários, trazemos o conceito de interseccionalidade, defendido por Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), no qual a autora diz que "[a] interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação". Podemos entender esses eixos percebendo, por exemplo, que há diferenças na representação de homens e mulheres, entre pessoas de classes sociais diferentes, entre pessoas de pertencimento étnico-raciais distintos, entre diferentes expressões de gênero e sexualidade, localização geográfica, idade, etc.

Em relação ao patriarcado, compreendemos que este é um sistema social estrutural e estruturante no qual a figura do homem – especialmente o branco, cisgênero, heterossexual, cristão – ocupa centralidade nas estruturas de poder familiar, político, econômico e/ou intelectual (SOUZA, 2016). O poder central figurado nesses sujeitos é um dos fatores que mais contribui para as desigualdades tanto de classe, quanto raça/etnia, gênero e sexualidade.

O patriarcado oprimiu, ao longo de séculos, a vida das mulheres. Até que houvesse questionamento a esse sistema, percepção sobre quem eram os sujeitos de direito e união entre mulheres para lutar por direitos civis, foram vividos séculos de subordinação. Essas e diversas outras reivindicações como o direito ao voto, ao estudo, ao divórcio, à guarda dos filhos e aos

corpos (libertação sexual e direitos reprodutivos) foram pautas do movimento feminista, especialmente durante a primeira e segunda onda (BEAUVOIR, 2014).

Evidentemente, reconhecemos as lutas do movimento feminista como essenciais para a redução das desigualdades. Entretanto, é necessário analisar criticamente essa estrutura, uma vez que ela também apresenta diferentes eixos de subordinação. Para entender um desses eixos, apresentamos o recorte "mulheres lésbicas", inserido na categoria "mulheres" através da problemática da violência sexual.

De acordo com Kristeva (2000) e Foucault (1985), durante muito tempo houve uma erotização exacerbada da mulher e uma imposição à heterossexualidade baseada no desejo masculino. Durante a elaboração de sua tese "História da Sexualidade", Foucault (1985) leu diversos romances eróticos populares durante o século XIX e XX para compreender como os estímulos literários influenciam a formação e valorização da cultura heterossexual. Na percepção do autor, a ideia da virilidade masculina e da mulher sempre à espera (do homem) muito contribuíram para a construção de uma erótica baseada na exploração do corpo da mulher.

Kristeva (2004, p. 69, tradução nossa) também aponta que a mulher, "à medida que se apaixona, é levada à mesma dialética de enfrentamento ao falo, com todo cortejo de imagens, ideais e provas de dominação-submissão que supõem". Para a autora, o poder fálico é um poder simbólico e entendemos que este impacta diretamente no comportamento sexual violento.

O fenômeno social de exaltação fálica é um ponto que precisa de mais diálogo, principalmente se relacionado a violências sexuais sofridas por mulheres lésbicas. Não é de hoje que a prática do estupro corretivo é um problema social.

Kristeva (2004) aponta que a homossexualidade feminina é percebida como uma afronta em um mundo que gira em torno do falo. A ausência de desejo de uma mulher por um homem pode ser entendida como uma subversão social, e esta não pode ser comparada com a homossexualidade masculina, uma vez que o homem, principalmente o homem branco, ocupa o topo dos privilégios sociais.

O comportamento sexual masculino, no contexto da heterossexualidade, há tempos é compreendido como violento. Como consta nos escritos de Bourdieu (2010), a dominação masculina é uma violência (simbólica e/ou física). O autor fala que desde os textos mitológicos existe uma exaltação à virilidade masculina, ao falo e a uma estética do sexo que privilegia o prazer do homem. Ainda que os autores não partilhem de uma estrutura de pensamento e escolas parecidas (Bourdieu pertence à escola estruturalista e construtivista), cabe chamar para essa conversa Foucault e Butler (considerados pós-estruturalistas). Tal ousadia de unir pontos de vista tão diferentes tem o propósito de compreender os estupros corretivos como uma das outras expressões de violência que mais acatam, cerceiam e machucam mulheres lésbicas.

As pesquisadoras Tatiana Santos, Bruna Araújo e Luiza Rabelo (2014) definem estupros corretivos como aqueles

> [...] ocorridos quando um ou mais homens, geralmente da família, estupram uma mulher por acharem que ela é ou parece lésbica e que tal prática vai "corrigir" sua orientação afetivo-sexual. Nos assombrosos casos de estupros corretivos em ambientes intrafamiliares, incluem-se também aqueles cometidos em congregações religiosas, por líderes fiéis que pretendem "exorcizar"

> lésbicas ou bissexuais (SANTOS; ARAÚJO; RABELO, 2014, p. 109).

Sendo assim, destacamos a obra "*Sister Outsider*" de Audre Lorde (2012). Nesse livro, a autora escreveu sobre a opressão vivida pelas mulheres, pelas lésbicas e pelas mulheres negras lésbicas, principalmente na sujeição dos corpos e invisibilização de sua identidade sexual.

A partir dessa problemática encontrada na obra de Lorde (2012), voltamos ao dispositivo da sexualidade de Foucault (1985) e no conceito de heterossexualidade compulsória de Butler (2003). O autor fala que este dispositivo determina o comportamento sexual das pessoas e essa determinação cultural de comportamento foi reforçada tanto pela religiosidade quanto pela lógica econômica das condutas de procriação. Na medida em que a sociedade precisa de herdeiros, são estimulados casamento, monogamia e heterossexualidade. Isso ocorre porque a homossexualidade não gera, num contexto biológico e biopolítico, herdeiros para o capital (FOUCAULT, 1979, 1985).

Assim, ao compreendermos os dispositivos de poder em relação ao comportamento sexual, foi percebido que se propagou culturalmente uma verdade sobre o erotismo. Esse, por sua vez, sedimentou a heterossexualidade como padrão primeiramente nos romances literários e, posteriormente, no teatro, cinema, radionovelas, telenovelas, séries, músicas, etc. Majoritariamente, essa estrutura pôs o homem na condição de viril e a mulher à espera dele, ou subserviente aos seus desejos, destinada a saciá-los. Essa perspectiva também criou uma ideia de que homens estão a todo o tempo querendo satisfazer suas "necessidades" sexuais propagando-se, assim, o mito do instinto selvagem, de um comportamento sexual incapaz de ser

contido. Esse privilégio, nada mais é do que uma justificativa para reforçar a vantagem masculina, especialmente no que diz respeito à liberdade que homens heterossexuais têm de expressar sua sexualidade (BEAUVOIR, 2014; FOUCAULT, 1985).

O privilégio masculino, diante da erótica da verdade, moldou uma cultura do sexo violenta, e não apenas simbolicamente violenta. A afirmação forçada da heterossexualidade é considerada por Butler (2003) como uma das maiores formas de violência de gênero e sexualidade. A autora diz que a "heterossexualidade compulsória e o falocentrismo são compreendidos como regime de poder/discurso" (BUTLER, 2003, p. 10) e, por isso, estabelecem um regime de verdade sobre o exercício da sexualidade.

Esse regime impôs e ainda estimula uma heterossexualidade compulsória nas sociedades, na medida em que ser heterossexual é considerado um padrão de normalidade, e não ser, um antipadrão, um erro, um outro. Comparando tal perspectiva à anteriormente mencionada no texto de Kristeva (2004) e Foucault (1985) sobre o culto ao falo e sobre a homossexualidade masculina e feminina, notamos que ambas retratam uma vida precária, mas, ainda assim, a homossexualidade feminina é a mais atacada nas microfísicas do poder relacionadas à sexualidade.

Sobre precariedade, Butler diz que

> a ideia de 'precariedade' determina o que politicamente induz uma condição na qual uma determinada parcela da população sofre com a falta de redes de apoio social e econômica, sendo marginalmente exposta a danos, violência e morte. (BUTLER, 2009, p. 323, tradução nossa).

No contexto da livre expressão da sexualidade, são as chamadas minorias sociais, a classe que mais se enquadra no conceito de vida precária, pois tem, constantemente sua liberdade de ser e vida ameaçadas. Cabe lembrar que as categorias sexo, classe e raça/etnia têm impactos diferentes na identificação de um sujeito que representa uma determinada minoria social.

Como o objetivo central deste ensaio é focar na existência e resistência de mulheres lésbicas, direcionamos a análise para este grupo. Sabemos que o movimento feminista foi e ainda é um movimento importante para enfrentar o machismo, combater o patriarcado, visibilizar mulheres e estimular a empatia entre todos os gêneros. Entretanto, quando falamos em vivências e resistências lésbicas, percebemos que o assunto, dentro do feminismo ainda precisa de mais diálogo.

Isto ocorre porque as dinâmicas de gênero e expressão da sexualidade não são lineares, ou seja, são eixos de subordinação que apresentam diferentes conflitos. Quando pensamos a dinâmica do sistema patriarcal, estrutural e estruturante, percebemos o quanto esse sistema contribuiu para a formação e construção de regimes de verdade em relação ao que significa ser homem e mulher na sociedade. Durante muito tempo, foi majoritariamente aceito que o sexo biológico definiria o gênero da pessoa. Sendo assim, a criança nascida com vagina naturalmente seria lida como mulher, e com pênis, homem (SCOTT, 1995; CONNEL; PIERCE, 2015).

Essa dinâmica referente a sexo e gênero serem construções sociais compulsórias também direcionou para que a sexualidade mais aceita pela sociedade fosse a heterossexual. Nessa perspectiva, a cultura na qual uma pessoa está inserida contribui dia a dia para que um cenário seja aceito como normal, como padrão e outros não. Sendo assim, unindo as

contribuições de Crenshaw (2002) e Butler (2003), entendemos que mulheres cisgêneros que performam feminilidade e se reconhecem como heterossexuais têm privilégios sociais ou apresentam categorias de análise diferentes de mulheres bissexuais e lésbicas performando feminilidade. Estas, por sua vez, vivem realidades diferentes das mulheres lésbicas que não performam feminilidade e em todos os casos, quando analisamos os eixos de subordinação referentes à classe e pertencimento étnico, é necessário analisar também esses eixos. Assim, será possível entender porque não confrontamos essas percepções hegemônicas e porque precisamos questionar os padrões de normalidade.

No caso das mulheres lésbicas, percebemos que a cultura heteronormativa contribuiu para a formação de estereótipos em relação às suas vivências. O primeiro aspecto para o qual chamamos a atenção é o fato de um relacionamento sem homem ser considerado uma subversão à norma (KRISTEVA, 2004). O segundo aspecto percebido é o vínculo naturalizado da performatividade feminina (de esposa, mãe, heterossexual, etc.). Esta performatividade é imposta na vida das pessoas antes mesmo da descoberta da sexualidade (BUTLER, 2003; KRISTEVA, 2004).

A lógica de mercado e consumo usam o entretenimento como estratégia para definir performances sociais (BUTLER, 2003). Por isso, quando falamos em uma visão estereotipada e lesbofóbica, queremos dizer que a cultura e a indústria impactam na construção desses estereótipos. A indústria da moda, da música, estética, cinema, entre outras, podem estabelecer representações sociais excludentes, uma vez que estão inseridas na cultura patriarcal. Assim, a exclusão de mulheres lésbicas pode ser percebida através de alguns mecanismos, tais como: a linguagem (palavras ou termos

utilizados para representar e também oprimir mulheres lésbicas); a exaltação fálica (que invisibiliza relações onde não há homens); a erotização de relações entre mulheres (percebida majoritariamente na pornografia voltada para o entretenimento do homem heterossexual); e o fundamentalismo religioso (especialmente nas religiões judaico-cristãs).

Compreendemos que a linguagem é um importante mecanismo de construção e desconstrução de estereótipos. A maneira como as pessoas se referem a determinada pessoa ou grupo pode ser respeitosa ou opressora. É respeitoso quando as pessoas chamam as outras pelo nome, ou pela forma que determinada pessoa deseja ser chamada. Falar sobre isso é importante, pois durante muito tempo a incompreensão ou preconceito em relação à homossexualidade ocasionou no aparecimento e popularização de termos pejorativos em relação à diversidade de gênero e sexualidade, como, por exemplo, o uso da palavra invertida/o referindo-se a pessoas homossexuais.

Outra expressão utilizada de forma pejorativa é a referência "passiva" ou "ativa" direcionada a casais lésbicos e *gays*. De acordo com Ana Maria Brandão (2010), essas expressões refletem um imaginário social sobre a prática sexual de mulheres lésbicas supostamente serem baseadas em uma erótica das práticas sexuais heterossexuais. Segundo a autora, popularmente difundiu-se que existia essencialmente mulher "ativa" e outra "passiva" durante a prática sexual. Essa visão incitou a propagação do estereótipo da lésbica masculina insinuando que ela representaria o "homem" da relação. Nessa percepção, uma mulher do casal seria considerada a lésbica "verdadeira" e a outra a "falsa". Assim, o imaginário social sobre mulheres lésbicas foi relacionado ao desejo reprimido de mulheres em ser homens e o desejo de viver com uma mulher

(como seria natural dos homens). Esta seria a lésbica "verdadeira", a "ativa". Nessa conjuntura, a mulher que performa feminilidade, que supostamente é "passiva" foi lida socialmente como uma falsa lésbica (RICH, 2010).

Brandão (2010) também explica a relação entre prostituição e homossexualidade entre mulheres. De acordo com a autora, houve períodos em que a invisibilidade dessa população era tão grande que as falsas lésbicas seriam as prostitutas e somente manteriam relações sexuais como uma oferta, um serviço prestado às lésbicas "verdadeiras", uma vez que, no pensamento heterossexual cisgênero, essas mulheres não seriam dignas do amor e das relações consensuais sem que houvesse pagamento por serviços sexuais.

A mulher lésbica foi representada também como solitária, obsessiva e infeliz no cinema e literatura. Um exemplo está no filme juvenil "Assunto de meninas" (*Lost and delirious*) de 2001 em que relacionamentos entre mulheres foram considerados motivo de vergonha, obsessão, solidão e suicídio. Por mais que o filme aparente retratar experiências sexuais entre adolescentes na descoberta da sua sexualidade, esse filme também apresenta um discurso de que não há felicidade para uma mulher lésbica, nem relacionamentos saudáveis ou mesmo relacionamentos. Este tipo de representação cultural negativa impacta na vida de pessoas, especialmente se ainda em fase de descoberta da sexualidade. Podemos entender que é uma estratégia biopolítica de opressão.

Adriana Ibiti (2019, *online*) aponta que nos anos 1980 a representação da mulher lésbica no cinema e literatura quase sempre a qualificava como "louca, vampiresca, estranha, perigosa, neurótica, criminosa, masculina ou predatória". Segundo a autora, apenas nos anos 1990 que as lésbicas passaram a ser representadas de maneira mais positiva. Sendo

assim, é fácil perceber porque expressões como "mulher macho", "caminhoneira", "fancha", "sapatão, "machorra", "sapa", "racha", "cola velcro" "chupa charque", "sapatilha", "mal-comida" se popularizaram no vocabulário brasileiro.

Em relação à exaltação fálica e à construção de uma erótica lésbica voltada para o prazer do homem, é possível perceber como os discursos literários e cinematográficos também direcionaram o imaginário sexual no qual a relação entre mulheres representaria um convite para a participação de homem(s). Podemos observar isso para além dos filmes pornográficos onde essas práticas são naturalizadas, tal como no filme "Procurando Amy" de 2001, no qual um homem consegue se relacionar com uma lésbica por insistência e no filme "Minhas mães e meu pai" de 2010 que sugere que mulheres lésbicas quando em conflito no relacionamento buscam uma relação sexual com um homem para "superar".

Por mais que Ibiti (2019) tenha dito sobre representações positivas de mulheres no cinema, podemos ver que ainda existem representações que inserem a perspectiva falocentrada nas histórias. São por causa de representações como essas e sobre preconceitos vividos por mulheres lésbicas que este grupo luta por visibilidade, reconhecimento e respeito (RICH, 2010). Alguns exemplos de filmes que discutem a lesbiandade com representações sadias desses relacionamentos podem ser vistos na categoria "lesbiandade" do catálogo de filmes da rede social *filmow*[16] criada pela mídia Uol.

As pautas das mulheres lésbicas negligenciadas durante muito tempo: se por um lado mulheres lésbicas não se reconheciam ou eram reconhecidas no movimento *gay*, por

[16] Disponível em: https://filmow.com/listas/lesbianidade-l16739/. Acesso em: jun. 2019.

outro também se sentiam distanciadas de pautas feministas, pois majoritariamente se voltavam para discutir a dinâmica heterossexual. Por isso existem autoras e ativistas lésbicas como Audre Lorde (2012) que questionaram o movimento feminista, pois entendiam que sua existência lésbica não tinha voz no movimento.

As pautas feministas passaram a incluir problemas e vivências de mulheres lésbicas apenas durante a terceira e quarta onda do movimento, especialmente quando os conceitos de gênero e sexualidade se tornaram categorias de análise nas ciências sociais (SCOTT, 1995)

Nos anos 1990, as lutas das mulheres lésbicas passaram a caminhar com as pautas de homens homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais, especialmente após reivindicações dos movimentos sociais referentes à identidade de gênero e à sexualidade (movimentos *gay*, GLS, LGB, LGBT, LGBTQIA+). Nessa perspectiva, para dar visibilidade e destaque às vivências lésbicas, a letra L abriu a sigla, passando a representar a população LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais). À medida em que o movimento foi ganhando visibilidade tanto nas discussões sociais quanto na indústria, outras vivências também ganharam representatividade, como por exemplo, as letras I e A, representando pessoas intersexuais e assexuadas. Atualmente, o termo mais inclusivo utilizado para representar essas populações é LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis. Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais entre outras representações)[17] (BRABO; SILVA; MACIEL, 2019).

Nesta seção, discutimos sobre a construção social das relações entre homens e mulheres, poder, patriarcado,

[17] Como por exemplo pessoas pansexuais, demissexuais, etc.

feminismo, cultura heterossexual compulsória, interseccionalidade e representação de mulheres lésbicas na cultura (discurso), violência sexual e hipersexualização de mulheres lésbicas, e movimento LGBTQIA+. Na próxima seção, apresentaremos uma breve biografia da bibliotecária, professora, escritora e ativista, Audre Lorde.

3 AUDRE LORDE: UM SÍMBOLO DA RESISTÊNCIA LÉSBICA NEGRA E ATIVISTA PELA JUSTIÇA SOCIAL

Mulher, negra, lésbica, socialista, ativista, guerreira, mãe, poeta, feminista, bibliotecária, sobrevivente ao câncer e uma das maiores pensadoras do século XX, todas essas características descrevem Audrey Geraldine Lorde, ou Audre Lorde, como preferia ser chamada. Conhecemos a autora como Audre, pois ela retirou a letra "y", pois gostaria que a sonoridade do seu prenome e sobrenome constituíssem uma musicalidade. Audre Lorde nasceu em 18 de fevereiro de 1934, era descendente de uma família de imigrantes caribenhos que se instalou no Harlem, bairro popularizado como um centro comercial e cultural afro-americano da cidade de Nova York. Desde jovem olhava o lugar onde vivia criticamente. Na infância conviveu com sentimentos de não pertencimento ao perceber as diferenças sociais entre brancos e negros, estadunidenses e imigrantes, e, homens e mulheres. (DEVEAUX, 2004; BIRD, 2009).

Audre Lorde viveu sua infância e adolescência em um período de intensos conflitos nos Estados Unidos da América (EUA). Enquanto nos anos 1930, o país lutava contra a Grande Depressão, nos anos 1940, protagonizava a Segunda Guerra Mundial. Ambos os períodos foram significativos para analisarmos os eventos que influenciaram a jovem poeta na

afirmação de sua existência como mulher negra e lésbica. Isso ocorreu porque períodos de crise econômica e guerra são considerados importantes para analisarmos os eixos de violência e subordinação entre gêneros, raça/etnia e classe social, tanto nas relações de trabalho quanto nas relações familiares, afetivas e sexuais (MAGALHÃES, 2009; ROMEIRO, 2019).

Antes de apresentar mais informações sobre a vida de Lorde, é preciso explicar alguns aspectos terminológicos sobre as identidades dela. O uso das palavras "negra" e "lésbica" junto à palavra mulher é proposital para se assemelhar com a forma que a autora se apresentava quando se tornou uma referência no movimento lésbico. Para Audre Lorde, a sua existência enquanto mulher lésbica no movimento lésbico e *gay* era indissociável à sua existência como mulher negra; assim como no movimento negro, sua existência era indissociável à sua orientação sexual, uma vez que segundo a autora, não existem hierarquias de opressão (BIRD, 2009). De acordo com Lorde, qualquer ataque à população negra e à população homossexual devem ser tratados como questões das duas comunidades. Com base nisso, percebemos que por mais que não tivesse conhecimento sobre o termo interseccionalidade (surgiu nos anos 2000), Audre já defendia essas questões sociais. pois compreendia a existência de mais de um eixo de subordinação.

Retomando à vida de Audre Lorde, desde a adolescência já era possível perceber sua visão não padronizada sobre o mundo. Bird (2009, p. 4, tradução nossa) afirmou que desde a juventude Audre era considerada "tímida, [porém] rebelde e experimentalista", especialmente por se permitir viver relações homoafetivas na juventude e perceber os problemas da desigualdade social. Apesar dessas experiências, Audre Lorde

se reconheceu como bissexual até o fim de seu casamento com Edwin Rollings durante oito anos (1962-1970). Desse relacionamento nasceram seus dois filhos: Elizabeth Lorde Rollings e Jonathan Lorde Rollings. Após seu divórcio, Audre Lorde assumiu publicamente apenas relacionamentos com mulheres, passando a se definir como lésbica.

Para ampliar o debate sobre sexo, sexualidade e poder nos relacionamentos, adentraremos no pensamento de Audre Lorde (2012), especialmente relacionados às vivências sadomasoquistas nas relações. De acordo com Lorde, as relações entre homens e mulheres são socialmente construídas com base no pensamento liberal de subordinação no qual uma pessoa representa o papel de dominador e a outra de subordinada. A autora vincula essas relações ao sadomasoquismo, pois de acordo com a sua percepção, o sexo e as práticas sexuais são influenciados por relações de poder sociais sedimentados através do consumo. Nesse sentido, as práticas e orientação sexuais estão diretamente ligadas à complexidade e subjetividade de cada pessoa, uma vez que as dinâmicas das práticas sexuais refletem outras formas de relacionamentos sociais entre homens e mulheres, homens e homens e mulheres e mulheres. Segundo a autora, por não ter a exaltação ao falo, nem um homem performando masculinidade na relação, as vivências entre mulheres lésbicas tenderiam a ser mais igualitárias, respeitosas e afetuosas (BIRD, 2009).

No que diz respeito à sua vida escolar e acadêmica, Lorde estudou parte de sua trajetória escolar nas escolas paroquiais do Harlem. Formou-se no ensino médio na escola pública para meninas intelectualmente talentosas "*Hunter High School*" em 1951, na qual foi a primeira estudante negra. Em 1951, após o ensino médio, ela se matriculou na "*Hunter College*", uma

universidade pública da cidade de Nova York. Apesar do seu comprometimento com os estudos, Lorde teve de interrompê-los por motivos financeiros e políticos, concluindo sua graduação apenas no ano de 1959. Durante o período em que Audre cursou a graduação, esteve envolvida com os ideais socialistas e, por isso, em dado momento precisou se exilar dos EUA (DEVEAUX, 2004; BIRD, 2009).

Cabe lembrar que na década de 1950, os EUA lutavam contra a "ameaça vermelha", termo utilizado para caracterizar grupos de esquerda como, por exemplo, os comunistas e socialistas. Devido à identificação com o movimento socialista, Audre Lorde fugiu das ameaças a comunistas da era McCarthy buscando asilo no México. No México, o contato com os ideais da esquerda política se ampliou, a autora se sentiu pertencente àquela comunidade, especialmente por ambientar entre expatriados, ativistas antirracistas e outras mulheres esquerdistas lésbicas. Quando regressou aos EUA, Lorde estava mais engajada politicamente com as pautas esquerdistas, antirracista e lésbicas. Audre Lorde regressou ao seu país de nascimento com uma nova voz: mais combativa e com respostas aos sentimentos de não pertencimento encontrados na infância (MCDONALD, 20-?).

Em 1959, ela se matriculou no mestrado em Biblioteconomia da Universidade *Columbia* e atuou como bibliotecária de referência no sistema de bibliotecas públicas da cidade de Nova York, atividade que realizava por acreditar na biblioteca como um espaço de promoção da justiça social. Em 1968 atuou como bibliotecária de referência na *Town School* em Nova York. Neste emprego, Audre Lorde fez a sua transição de bibliotecária para escritora e ativista lésbica. Acredita-se que o ambiente privilegiado e tradicional da última biblioteca que trabalhou, somado à sua nova perspectiva (não idealizada) de

que a biblioteca também funcionava como um aparelho ideológico do Estado, tenham feito com que ela buscasse outros caminhos. Sua vontade de viver para a escrita, justiça social e o desejo de assumir publicamente a sua sexualidade também podem ter contribuído para a sua mudança de carreira (BIRD, 2009; SMITH-CRUZ, 2018).

Durante sua atuação como bibliotecária de referência, Lorde lutava para inserir na biblioteca conteúdos relacionados a gênero, classe, raça/etnia e decolonialidade. Seu ideal progressista fez com que ela saísse de uma função que, com o tempo, tornara-se administrativa para atuar em outras frentes nas quais sua voz fosse ouvida (SMITH-CRUZ, 2018).

Durante sua vida visitou diversos países do Continente Africano e do Caribe e foram nessas visitas que a autora fortaleceu sua identidade como mulher negra e lésbica e também refletiu sobre a localização geográfica ser um dos fatores a serem analisados nas condições que determinam as experiências de opressão, semelhante ao que hoje conhecemos como definição do conceito de interseccionalidade (DEVAUX, 2004).

Após encerrar sua carreira como bibliotecária, Audre também atuou como professora na *Tougaloo College*, na *Herbert H. Lehman College*, na faculdade de justiça criminal *John Jay College* e no *Hunter College*. Ao mesmo tempo em que se dedicava à carreira docente, era reconhecida como uma potente voz em movimentos feministas, nos movimentos pela ampliação dos direitos civis da população negra e no movimento de *gays* e lésbicas, sendo reconhecida por ambos como uma representante negra, lésbica, radical e progressista (BIRD, 2009).

Cabe ressaltar, que neste período, os movimentos sociais que incluem a identidade de gênero e diversidade de

sexualidade não tinham a mesma representatividade que conhecemos hoje. Por isso, a autora era reconhecida como ativista do movimento de *gays* e lésbicas. Atualmente, podemos dizer que Audre Lorde representa uma potente voz no movimento LGBTQIA+.

De acordo com Shawn(ta) Smith-Cruz (2018), a decisão de Audre Lorde de deixar a Biblioteconomia deve ser compreendida como um ponto de atenção e reflexão para bibliotecárias/os, uma vez que devemos refletir sobre a atuação profissional e a interação com usuárias/os, característica do serviço de referência. É um ponto de atenção, pois devemos perceber o contexto político e formação destes profissionais, e, um ponto de reflexão, pois é preciso que profissionais da Biblioteconomia reflitam sobre seu fazer profissional e sobre a importância das bibliotecas e da profissão para a sociedade.

Smith-Cruz (2018) relata que o próprio fetiche do silêncio nas bibliotecas estadunidenses representaria uma forma de se manifestar a branquitude, algo que Lorde combatia com veemência. Esse silêncio era contrário aos ideais de Audre Lorde, pois ela acreditava que o silêncio era uma forma de prisão, uma forma de aprisionar um discurso, de romper com a ideia de ensino-aprendizagem e de impossibilitar uma perspectiva educacional emancipadora.

Smith-Cruz (2018) também destaca que devemos perceber a branquitude nas bibliotecas. Devemos compreender que isso é um problema e que precisa ser enfrentado para que bibliotecas não funcionem como uma instituição imperialista nas comunidades. Uma ação apontada pela autora que representaria o enfrentamento à branquitude seria a contratação de profissionais que representassem a diversidade de gênero, raça/etnia e sexualidade nas bibliotecas.

Encerrada sua vivência na Biblioteconomia, Audre Lorde expandiu sua voz, conquistando as salas de aula em diversas instituições. Cabe reforçar que durante toda sua vida Lorde publicou diversas obras em prosa, biografia e poesia, ora refletindo as pautas feministas, engajando-se a favor do movimento de *gays* e lésbicas; ora voltada para as pautas do movimento negro. Acredita-se que em seu segundo livro, ela havia revelado sua lesbiandade. Entretanto, por buscar a inclusão em círculos literários negros, Lorde teria excluído um poema dedicado às mulheres lésbicas do seu terceiro livro intitulado "De uma terra onde outras pessoas vivem"[18]. Aqui podemos perceber o quanto poderia ser conflituoso para sua construção identitária lidar com o silêncio e com a separação enquanto mulher negra e enquanto mulher lésbica. Isso pode ter contribuído para o sentimento de não-lugar, de forasteira e/ou estrangeira (*outsider*) dentro dos grupos que fazia parte. Apesar disso, esse livro marcou seu posicionamento radical de enfrentamento às opressões racistas e sexistas sendo indicado à premiação literária "*National Book Award*" (LORDE, 1973; SMITH-CRUZ, 2018).

Nas décadas de 1970 e 1980, o problema identitário entre sua negritude e lesbiandade parecia ter sido superado. Lorde participou ativamente dos movimentos sociais negros, feminista e homossexual. Destacamos sua participação na marcha e conferência pelos direitos dos *gays* e lésbicas que aconteceu em Washington no ano de 1979. Foi nesse cenário que a escritora e poeta se tornou uma das pensadoras negras, feminista e lésbica mais conhecidas do mundo (MCDONALD, 20-?).

---

[18] *From a land where other people live* (LORDE, 1973).

Em 1978, Audre Lorde foi diagnosticada com câncer de mama. Nesse período, assumiu mais uma identidade: a de sobrevivente ao câncer. Essa vivência também foi desabafada em sua produção literária, tornando sua escrita mais urgente, imediata. A autora escreveu sobre a teoria da diferença, na qual explica que é nas diferenças que as pessoas se tornam mais poderosas ou mais vulneráveis. Junto a isso, Audre Lorde se posicionou contra o feminismo branco racista, pois acreditava que cada pessoa deve definir suas diferenças e alertou sobre o perigo de se abdicar dessa função, deixando que uma outra pessoa a realize (BIRD, 2009).

Durante o enfrentamento ao câncer, Lorde escreveu duas obras autobiográficas que tratava, além da narrativa de suas vivências, de temas como sexismo, sexualidade, feminismo e racismo. Tais títulos eram: "*Zami: A New Spelling of My Name*" de 1982 e "*Sister Outsider*" publicado em 1984. Em "*sister outsider*" que pode ser traduzido como "irmã estrangeira" ou "irmã forasteira", Lorde reforçou a importância de visibilizar existências lésbicas. A autora acreditava que ao falar da sua existência como mulher lésbica negra, possibilitaria que outras mulheres lésbicas e/ou negras não se sentissem solitárias.

Em 1984, foi professora visitante na Universidade Livre de Berlim, uma instituição especialmente voltada para as humanidades. Em seu período na Alemanha, inspirou e participou da criação de um movimento afro-alemão, convidando mulheres brancas a reconhecerem seus privilégios e ouvirem outras vivências (AUDRE..., 2012).

Em 1985, foi diagnosticada com câncer no fígado. A poetisa e ativista viveu com a doença durante 14 anos. Essa vivência desencadeou em desabafos concretizados na escrita do "*The cancer Journals*", um livro no qual a autora relatou suas experiências como sobrevivente ao câncer. Esse livro fez com

que em 1981, Audre Lorde ganhasse o prêmio "*Gay Caucus Book of the Year Award*" da *American Library Association*. Em 2010, foi reconhecida pelo "*Stonewall Honor Books in non fiction*" pela sua obra "*I am your sister*" (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2019).

Até o fim de sua vida, Audre Lorde escreveu seus pensamentos e se manteve fiel aos seus ideais na luta por justiça social. Em 17 de novembro de 1992, a poetisa sucumbiu ao câncer, deixando filhos, saudade e exemplo de força, protagonismo, desconstrução e luta. Após sua morte, as cinzas foram espalhadas em diversos cantos dos EUA, Caribe e países do Continente Africano, fazendo-a repousar nos lugares que construíram e ressignificaram sua existência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, apresentamos as temáticas que envolvem a invisibilização e visibilidade das mulheres lésbicas. Também apresentamos e discutimos a trajetória de Audre Lorde, uma representante negra, lésbica e feminista na Biblioteconomia americana (do continente). No que diz respeito à visibilização e desconstrução de estereótipos pejorativos em relação às mulheres lésbicas, foi possível elaborar uma narrativa que apontou o quanto a cultura patriarcal domina, violenta e silencia estes grupos.

Percebemos também a necessidade de ampliar a discussão em relação ao movimento feminista que por sua vez, manteve-se, durante muito tempo, preocupado apenas em discutir as vivências brancas, heteronormativas e de classe social abastada. É necessário que cada vez mais as pessoas busquem dialogar e construir um feminismo interseccional e decolonial. Estes termos, apesar de significarem a inserção da

pluralidade não devem ser interpretados como sinônimos porque a interseccionalidade foi construída com base no saber ocidental do hemisfério norte.

A decolonialidade reflete os saberes do sul e do ocidente e apresenta muitos desafios. Especialmente, se trouxermos a realidade dos povos sul americanos, pois reflete a dificuldade de contar as raízes históricas que originaram determinados povos. Compreendemos que é desafiador estudar essa trajetória na América do Sul, haja vista o genocídio da população indígena praticado desde que homens portugueses e espanhóis invadiram o Brasil. Além do genocídio, percebemos o quanto é desafiador construir um olhar decolonial a partir da trajetória de populações que se comunicavam com o passado e presente através da oralidade, na interação com a natureza e espiritualidade. Entretanto, apesar de desafiador é importante, para entendermos e nos sentirmos pertencentes ao nosso lugar, como apontou María Lugones (2014).

No que se refere à Biblioteconomia, é preciso destacar que a representação da diversidade em relação aos sujeitos que atuaram ou atuam na área contribui para que profissionais e estudantes se identifiquem e se sintam pertencentes à profissão. Tal inclusão da diversidade de pessoas na profissão e na pesquisa em Biblioteconomia é importante para que se construam olhares plurais nos saberes e fazeres, fazendo com que as pessoas que frequentam as bibliotecas se sintam cada vez mais acolhidas e possam, assim, se identificar mais com esse espaço de educação e promoção da autonomia social.

Ao estudar a trajetória de Audre Lorde na Biblioteconomia através da escrita de Shawn(ta) Smith Cruz (2018), percebemos que existem muitas lacunas a enfrentarmos na área. Dentre elas, o reconhecimento de que os modelos de bibliotecas, por vezes, refletem práticas colonizadoras, ou seja,

seguem modelos de bibliotecas criados e organizados por representantes da cultura hegemônica (patriarcal) representada pelo sujeito homem, branco, heterossexual, ocidental, cristão e norte hemisférico.

Diante de todo o aprendizado durante a escrita deste ensaio, destacamos que o maior desafio foi a busca por referências que falassem sobre a Audre Lorde bibliotecária. Apesar de percebermos que a autora é referenciada em pesquisas de Biblioteconomia, não encontramos documentos, textos ou discursos em relação à profissão. Torcemos para que, depois deste ensaio, outras pessoas pesquisem sobre a trajetória desta autora na área para que possamos ampliar ainda mais nossa admiração por ela que tanto fez pela justiça social. Aprendemos com esta pesquisa, que nem Audre Lorde, nem nenhuma pessoa LGBTQIA+ deve ser silenciada. Por uma Biblioteconomia combativa e que luta pela justiça social, lutaremos!

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **A Stonewall books awards**. s.l., 2019 Disponível em: http://www.ala.org/rt/glbtrt/award/stonewall/honored. Acesso em: 10 jul. 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

AUDRE LORDE: **The Berlin Years 1984 to 1992**. Direção de Dagmar Schultz. Berlim: Dagmar Schultz, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BIRD, Rudolph. Create on your fire: Audre Lorde and the tradition of black radical thought. In: BIRD, Rudolph; COLE, Johnneta Betsch; GUY-SHEFTALL, Beverly.(Org.). **I am your sister:** collected and

unpublished writings of Audre Lorde. New York: Oxford University Press, 2009. p. 3-36.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; DA SILVA, Matheus Estevão Ferreira; MACIEL, Talita Santana. Gênero, sexualidades e educação: cenário das políticas educacionais sobre os direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes. **Práxis Educativa**. v. 15, n. 1, p. 1-21, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

BUTLER, Judith. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. **AIBR**: Revista de Antropología Iberoamericana, v. 4, n. 3, 2009.

BRANDÃO, Ana Maria. Da sodomita à lésbica: o género nas representações do homo-erotismo feminino. **Análise social**, n. 195, p. 307-327, 2010.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. A questão do gênero. In: CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero uma perspectiva global**: compreendendo o gênero da esfera pessoal à política no mundo contemporâneo. São Paulo: nVersos, 2015. p. 29-50.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188 2002.

DEVEAUX, Alexis. **Warrior Poet**: A Biography of Audre Lorde. New York: WW Norton, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. v. 1. A vontade de saber. In: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. v. 1. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

KRISTEVA, Julia. **Histórias de amor**. Madrid: Siglo XXI, 2004.

IBITI, Adriana. **Representação lésbica nos anos 90:** categorização da mulher homossexual no audiovisual. s.l., 2019. Disponível em: <https://deliriumnerd.com/2019/05/15/r epresentacao-lesbica-audiovisual-anos-90/>. Acesso em: 06 out. 2019.

LORDE, Audre. **From a land where other people live**. [s. l.]: Broadside, 1973.

LORDE, Audre. **Zami**: a new spelling of my name. London: Persephone books, 1982.

LORDE, Audre. **Sister outsider: Essays and speeches**. Berkeley: Crossing Press, 2012.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. Poder, guerra e violência: mero esboço para uma des-re-construção da política. In: CATTONI, Marcelo; MACHADO, Felipe (Orgs.). **Constituição e Processo**: a resposta do constitucionalismo à banalização do terror. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009. p. 411-424.

MCDONALD, Dion. **Audre Lorde.** s.l., 20-?. Disponível em: <http://outhistory.org/exhibits/show/aa-history-month-bios/audre-lorde>. Acesso em: 06 out. 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas:** Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, p. 18-44, 2010.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Vamos fazer um escândalo**: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Tatiana Nascimento dos; ARAUJO, Bruna Pinheiro de; RABELLO, Luiza Rocha. Percepções de lésbicas e não-lésbicas sobre

a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica. **Bagoas**: Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 8, n. 11, p. 101-120, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-95, jul. 1995

SMITH-CRUZ, Shawn(ta). Referencing Audre Lorde. In: ADLER, Kate; BEILIN, Ian; TEWELL, Eamon (Eds.). **Reference librarianship and justice**. Sacramento: Library Juice Press, p. 279-292, 2018.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 475-494, 2016.

A INVISIBILIDADE DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA: NÓS EXISTIMOS, *TAH, KIRIDAN*!

Thayron Rodrigues Rangel
Ramon Maciel Ferreira

1 INTRODUÇÃO

O interesse para esta pesquisa partiu de dois fatores, um de ordem acadêmica e outro de ordem pessoal. O primeiro adveio da hipótese da inexistência de discussões sobre gênero e sexualidade nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. Cabe ressaltar que não há nesse capítulo a pretensão de esgotar a temática e tampouco delimitar as fronteiras de discussão, mas apresentar algumas inquietações sobre a existência de preocupações com os estudos de gênero nas agendas de pesquisa dos docentes vinculados às Escolas de Arquivologia. A motivação de cunho pessoal dos autores buscou por uma significância subjetiva do local de fala e construção do conhecimento sobre o objeto de estudo em questão.

O segundo fator surgiu por meio de indagações etnográficas sobre o tema e suas principais propostas de produção do conhecimento no âmbito das Escolas de Arquivologia. Essa busca pelo local de fala possibilitou novos questionamentos quanto à pesquisa sobre gênero e sexualidade, embora o ponto de partida apresente características subjetivas. Durante o desenvolvimento metodológico, buscou-se estabelecer o distanciamento necessário para uma análise

condizente com a realidade e representatividade dos movimentos LGBTQ16, estabelecendo um diálogo entre seus anseios sociais e as metas da pesquisa.

Um dos papéis fundamentais da educação superior é a produção, integração e desenvolvimento social através do conhecimento. No entanto, ainda se observa pouca atenção à temática gênero e sexualidade, no âmbito da Arquivologia, sendo um número pequeno de pesquisas e poucos profissionais na carreira docente abordando tais temas em seus trabalhos. Por reflexo da produção deixam, também, pouco espaço para este debate em suas aulas o que dificulta o empoderamento e legitimação de fala.

> Grupos minoritários sofrem uma força coercitiva sobre suas ações, necessidades e indagações, por meio de uma construção midiática, social e comportamental que rege o que é ou não habitual, comercial e ou aplaudível. Este código de conduta, nem sempre é seguido e, em muitos casos, é corrompido por novas gerações ou comunidades antes em situação de exclusão, como é o caso da população LGBTT, vítima da desconstrução e da deslegitimação do Ser e de sua cidadania. (FERREIRA, 2016, p.11)

Os procedimentos metodológicos auxiliam no percurso da escrita científica e aferem os elementos de cientificidade da pesquisa, quando bem realizados. Esta pesquisa pode ser compreendida em três momentos: (a) levantamento e revisão bibliográfica; (b) coleta dos dados e (c) discussão dos resultados.

Delimitar quais autores e correntes teóricas serão preteridas em razão de outras sempre foi e ainda é uma escolha complexa, que possui relação intrínseca com a jornada pessoal, profissional e acadêmica dos autores. No momento inicial dessa pesquisa (a), foram utilizadas como fonte de informação as plataformas e bases de dados: *Google* Acadêmico, o Portal de Periódico da Capes, além dos trabalhos de pesquisadores e teóricos de eventos científicos da área de Ciência da Informação (CI).

Também foi preciso definir e controlar os conceitos utilizados relacionados a gênero e sexualidade em sistemas de organização do conhecimento, durante a fase da coleta e levantamentos dos dados. Buscou-se identificar os conceitos utilizando o tesauro do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia – IBICT (PINHEIRO; FERREZ, 2014). Os métodos de busca foram a pesquisa textual e a análise dos conceitos relacionados e subordinados ao campo das Ciências Sociais. Ainda nessa fase, já foi possível identificar a ausência dos conceitos que circundam e estruturam os estudos de gênero e sexualidade, de forma direta, na Ciência da Informação.

No Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação, os conceitos de gênero e sexualidade não foram recuperados na busca textual e tampouco identificados conceitos relacionados na subordinação do campo científico das Ciências Sociais. Nessa busca, foram identificadas as seguintes subordinações de relação hierárquico todo-parte espécie (TE): administração (área do conhecimento), arquitetura e urbanismo, ciência da informação, comunicação (área do conhecimento), demografia, desenho industrial, direito, economia, museologia, planejamento urbano e regional, serviço social e turismo.

Nesse tesauro, destacam-se duas palavras-chave, "gênero" e "sexualidade". Esses termos apontaram para termos

específicos e relacionados ao serem pesquisados, o que permitiu a construção de um grupo específico de termos utilizados nessa pesquisa. Dessa forma, devido à ausência dos conceitos relacionados com a temática, no tesauro da CI, optou-se pela utilização do Tesauro para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (BRUSCHINI; ARDAILLON; UNBEHAUM, 1998) como fonte de informação. Trata-se de um esforço acadêmico com o intuito de cobrir lacunas dos tesauros do campo da CI na temática. Inicialmente, foram pesquisados os dois termos gerais, conforme escolha anterior.

Com a relação de subordinação e associação dos termos foram elencados um total de 15 termos que serão utilizados para a análise e coleta dos dados: bissexualidade, heterossexualidade, homossexualidade, sexualidade feminina, sexualidade masculina, transexualidade, construção social da realidade, divisão sexual do trabalho, estudos de gênero, estrutura social, ideologia de gênero, organização social, relações de gênero, sexo e socialização.

O segundo momento (b) é composto pela coleta de dados apresentados nas temáticas das plenárias e comunicações orais da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ). Ao todo, foram realizadas cinco edições do evento e para o levantamento se utilizaram os sites e anais dos eventos como fonte de informação. Por fim, a terceira etapa (c) se trata da análise dos resultados obtidos.

2 O PAPEL SOCIAL DO ARQUIVO

Desde a concepção do ideal de arquivo enquanto instituição, o atendimento às necessidades do Estado é latente, não obstante a atual representatividade social envolvida na salvaguarda e gestão de documentos e informações. A história

dos arquivos pode ser compreendida através de quatro períodos: (a) antiguidade; (b) títulos comprobatórios; (c) arsenais de autoridade e (e) laboratórios da história (BAUTIER, 1968 *apud* MARQUES; RODRIGUES; NOUGARET, 2018). Após a criação do primeiro arquivo nacional, foi possível identificar a mudança ocorrida no paradigma ou no mote de ser das instituições arquivísticas (arquivos).

É possível dizer que anteriormente à data de criação do Arquivo Nacional Francês, no ano de 1790, a Arquivologia se deteve a um modelo que se voltou às técnicas e métodos de organização de documentos que comprovavam as posses, terras ou ainda bens. E após o seu surgimento, essas preocupações se direcionaram ao atendimento das necessidades administrativas do Estado.

A criação do Arquivo Nacional Francês teve como intuito salvaguardar a memória nacional. Vale ressaltar que sua criação está inserida no período da Revolução Francesa.

> Durante a Revolução Francesa foram destruídas as instituições que se haviam desenvolvido gradativamente desde os campos feudais. Atingidas as instituições do Estado posteriormente outras, como as religiosas e econômicas, foram igualmente exterminadas. Desapareceram os direitos de propriedade e os privilégios. Tentou-se apagar qualquer vestígio do odiado antigo regime. [...] No fervor inicial da Revolução, em 1789, a Assembleia Nacional criou um arquivo no qual deveriam ser guardados e exibidos os seus atos. Um ano depois, por decreto de 12 de setembro de 1790, esse arquivo tornou-se os Archives Nationales de Paris (SCHELLENBERG, 2006, p. 26).

Os arquivos, quando compreendidos em sua dimensão social, corroboram para a construção da cidadania e para a preservação da memória. Isto se deve ao atendimento aos dispositivos legais e políticas nacionais de informação que têm como intuito dar transparência e acesso aos documentos e informações produzidas e/ou custodiadas pelo Estado. Os documentos arquivísticos ou como podemos também qualificar "de arquivo", são aqueles documentos produzidos ou recebidos por um agente físico ou jurídico no decorrer de suas atividades. Podemos dizer que eles são os registros fixados em algum suporte (podendo ser não-digital ou digital) e representações das ações e atividades desses profissionais e instituições. E daí, vem a importância da preservação e difusão dos documentos arquivísticos.

Grupos minoritários têm por primazia dificuldades de representação social e acadêmica enquanto em posição de falantes. Sua representação tem sido alvo de diversas pesquisas realizadas por grupos mantenedores do "poder" ou do discurso hegemônico; dentre essas pesquisas, algumas fogem desse formato. Estas, almejam retratar também grupos minorotários em posição de falante e construtores do conhecimento, estimular a luta contra a privação de direitos constitucionais, em busca da plena cidadania e formação do Ser.

Desde 1789, esforços são direcionados em prol da defesa da diversidade cultural após a publicação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França; 'humanos' como indissociável à dignidade humana e sua formação e construção social. No artigo 15º já é possível notar a relevância dada ao acesso à informação governamental: "a sociedade tem o direito de pedir contas a todo o agente público pela sua administração". Esses esforços hoje também são realizados

pelos arquivistas no desenrolar de suas atividades, garantindo a salvaguarda, o acesso e a difusão de informações.

Para isso, os arquivos surgem como as funções de *e*ndossar juridicamente os direitos dos indivíduos por meio do seu valor de evidência e do seu caráter e autenticidade, de **lembrar** dos acontecimentos, do que foi feito e da experiência adquirida para agir, de **compreender** as ações e descobertas por meio dos arquivos, e **identificar** os arquivos como órgão de promoção às relações sociais, justificando assim a sua existência (DELMAS, 2010).

No Brasil é possível descrever alguns dispositivos legais que dão ao Arquivo esse papel de importante ator social. Essa compreensão surge com a Constituição de 1988 que no artigo 5º, parágrafo XIV, aponta que "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional" e imputa ao documento arquivístico, no artigo 216, o valor de patrimônio cultural brasileiro, sendo esses "portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (BRASIL, 1988). Ainda descreve, neste último artigo (216º), que cabe ao Estado a gestão dos documentos públicos com fins de dar acesso às informações.

Outro marco legal que fundamenta a Arquivologia no país foi a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro, de 1991. Também conhecida como a Lei dos Arquivos, reitera o dever da gestão e do acesso ao Estado. Dez anos depois, surge a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 11 de novembro de 2001, com objetivo de regrar e sistematizar o fornecimento de acesso às informações contidas nos documentos arquivísticos, custodiados por instituições públicas. Essa Lei apresenta como um dos principais fatores o direito ao acesso, sendo a publicidade um preceito geral e o sigilo a exceção.

A partir de então, pode-se dizer que houve uma transformação no fazer arquivístico e a ampliação da percepção sobre o valor dos documentos. As funções mais mecanizadas e técnicas não foram abandonadas, embora o agir sempre estivesse integrado aos anseios e demandas sociais, ainda não aparentava ser uma característica evidenciada inicialmente.

3 A DIVERSIDADE DE GÊNERO NA AGENDA DA PESQUISA ARQUIVÍSTICA

O Arquivo exerce a função de meio material garantidor do acesso e prestação de serviços públicos; o modo operante dentro das instituições é pautado por processos burocráticos e normatizado por legislações e manuais operacionais. No entanto, vale ressaltar a peculiaridade humana que transcende esta barreira, incentivando novos meios de agir social e também o agir institucionalizado.

> [...] os arquivos são resultantes das atividades públicas ou privadas que acompanham a vida cotidiana dos indivíduos, das administrações públicas, das empresas. São definidos pela legislação, com base, sobretudo, no Código Civil [...]. Tais documentos são padronizados e normalizados, pois devem comportar certo número de informações precisas e especificar que as fornece, quem as estabelece e quem as atesta. (DELMAS, 2010, p. 57).

Assim, se todos os Arquivos são consecuções das atividades dos agentes públicos ou privados, é possível

compreender que a produção e a padronização das espécies e tipologias documentais[19] sempre estará imersa no que esses agentes conhecem das legislações vigentes e ainda, do próprio caráter de pessoalidade e interesse na padronização dos formatos documentais. Ou seja, se o agente não conhece alguma lei ou se há o interesse político em agir de certa forma, isso poderá impactar na produção dos documentos de arquivo da instituição, construindo um efeito cascata de erros e incoerências informacionais. Não esquecendo do fator humano, o usuário deixará de ter sua solicitação atendida com eficiência, além de eventuais transtornos relacionados diretamente com o propósito fim da documentação produzida.

Tratando-se do tema gênero e sexualidade, é muito comum observarmos um processo reducionista ou não abrangente em documentos públicos, como em prontuários médicos que apontam uma ou duas orientações afetivas ou até mesmo registros de instituições de ensino, os quais nomeiam gênero por sexo ou que não disponibilizam acesso direto ao nome social, como determinado por decretos estaduais e até mesmo lei federal.

Embora o agir possa ser controlado, a natureza do sentimento não; no caso da sexualidade ou orientação afetiva, ainda existem tabus e dificuldades sociais a serem combatidas para que a cidadania da pessoa com sexualidade divergente da imposta heteronormativa.

O gênero socialmente constituído vai além do binarismo estabelecido por conceitos biológicos que distinguiria macho e fêmea, sendo um termo amplo e resultante de características

---

[19] Para conhecimento dessa temática sugerimos a leitura de: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo**. São Paulo: Arquivo Do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 120 p. (Projeto Como Fazer, 8).

subjetivas, construção social e cultural que transcendem aspectos limítrofes do corpo que dão base para o conceito de Identidade de gênero, podendo o indivíduo ser Cis gênero (quando a identificação biológica e social coincide) ou Transgênero (quando não coincidem). Essa foi tratada como uma enfermidade mental até dia 18 de junho de 2018, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) excluindo o "transtorno de identidade de gênero" e incluindo como "incongruência de gênero".

O uso do nome social no âmbito federal teve sua legitimidade assegurada pelo Decreto presidencial nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal. Alguns estados, por sua vez, já têm sua própria legislação, muitas vezes anterior ao decreto, que foi o meio pelo o qual Beatriz Pagliarini Bagagli, doutoranda em letras da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), conseguiu ter seu direito atendido.

> "Foram alguns meses de luta. Até então, os professores faziam a chamada e falavam alto meu nome de registro. Eu respondia, constrangida. Alguns chegavam a fazer comentários. Uma vez, um deles disse: 'Nossa, não sabia que esse nome era feminino'. Outra professora ficava me perguntando: 'Ué, mas qual a origem desse nome da chamada?', como se tivesse algum problema, no meio da sala inteira. Eu ficava besta, sem nem saber o que responder".

Como resposta à reportagem, a instituição informou que desde 2012 oferece a possibilidade de os alunos optarem pelo nome social. Entretanto, de acordo com a discente, no ato da solicitação de realização do registro, no mesmo ano, ninguém sabia como fazer o processo na UNICAMP. Para a resolução do problema, foi necessário recorrer ao Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010, o qual "dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas". Esse Decreto exige que pessoas transexuais e travestis sejam chamadas pelos nomes sociais nos órgãos públicos do estado de São Paulo, bastando a apresentação de um pedido.

Situações como o caso acima reafirmam a necessidade de que a gestão de documentos e informações seja algo cultural na organização, estando o Arquivista incubido de fomentar o debate e incentivar institucionalmente o processo de capacitação estabelecido pelo artigo terceiro "[o]s órgãos da Administração direta e as entidades da Administração indireta capacitarão seus servidores para o cumprimento deste decreto" (SÃO PAULO, 2010, s.p.).

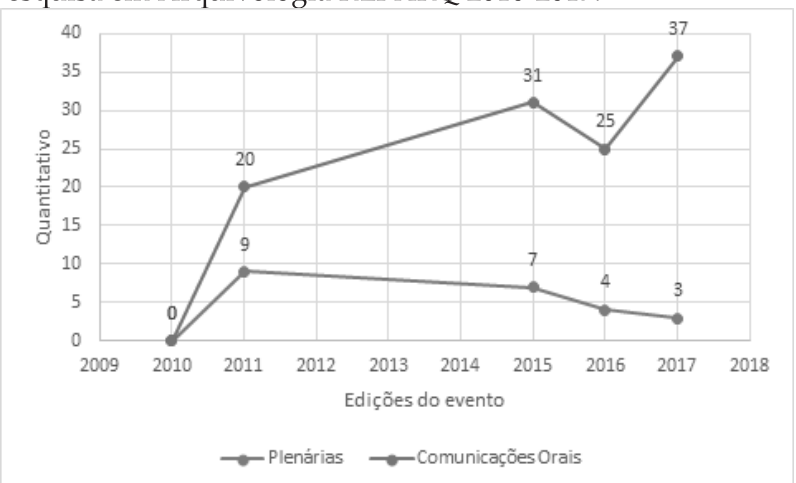
O desafio social e profissional do Arquivista engloba uma complexa atualização de conteúdo, métodos, legislações e entendimento contextualizado dos documentos e informações, características que irão garantir que esse profissional enquanto modificador de cultura organizacional seja também um agente de eficiência na garantia de direitos e plena cidadania através da promoção do seu saber no cotidiano do usuário.

4 RESULTADOS

Com objetivo de mapear o interesse pelas discussões de gênero e sexualidade nas agendas de pesquisa dos docentes e

pesquisadores de Arquivologia no Brasil, foram realizados dois levantamentos. Como representante desse recorte a REPARQ tem como objetivo fomentar discussões sobre o campo arquivístico no Brasil. Inicialmente, foram levantados o quantitativo de plenárias e artigos apresentados, a partir dos anais das cinco edições já realizadas (Figura 1).

Figura 1 – Produção Científica Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia REPARQ 2010-2017.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Na primeira edição da REPARQ, realizada no ano de 2010, na cidade de Brasília, não foi localizada a relação das plenárias e das comunicações orais. Acredita-se que nessa edição, não houve apresentação e exposição científica, por se tratar do evento de criação da reunião. Já na segunda edição, em 2011, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, foram realizadas nove plenárias e 20 apresentações de comunicação oral. É possível notar o crescimento de 85% de artigos apresentados e uma queda de 66,67% nas plenárias.

Os quantitativos apresentados acima não têm como objetivo mensurar a qualidade do evento, mas demonstrar em números a produção científica nesse relevante espaço de construção e discussão da ciência arquivística, apontando como característica contínua a maior integração e diversidade temática alinhados às perspectivas das plenárias dispostas em seus editais.

Após a coleta dos dados, passamos para a segunda etapa do levantamento proposto para este estudo. Com a consolidação de todos os títulos da plenárias e também das comunicações orais disponibilizadas nos anais das cinco edições da REPARQ, foi possível realizar a busca textual dos conceitos gerais e correlatos aos estudos de gênero e sexualidade: bissexualidade, heterossexualidade, homossexualidade, sexualidade feminina, sexualidade masculina, transexualidade, construção social da realidade, divisão sexual do trabalho, estudos de gênero, estrutura social, ideologia de gênero, organização social, relações de gênero, sexo e socialização.

Utilizou-se os 15 conceitos apresentados anteriormente para a busca e nesta etapa não foi localizado nenhum trabalho que aborde ou transversalize os conceitos definidos para o processo de recuperação da informação. O estudo das temáticas apresentadas nas Plenárias das edições da REPARQ pode ser dividido em três grandes grupos: Ensino; Pesquisa; e Gestão e Instituições, apresentando plena integração e possibilidade de inserção de estudos sobre Gênero e Sexualidade, conforme Quadro 1.

Tratando-se de Ensino, foram abordados aspectos curriculares, seu mapeamento e uma proposta de diálogo com objetivo de harmonização dos currículos dos cursos de graduação. No âmbito da pós-graduação, também propuseram

um fluxo e mapeamento dos cursos, *lato* e *stricto sensu*, avaliação dos programas de Ciência da Informação enquanto integrante do campo das Ciências Sociais Aplicadas e um estudo de caso específico sobre o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, o primeiro da área oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Sob características correlatas e inter-relacionais, o Grupo Pesquisa desenvolvido durante as edições construiu, ao levantar aspectos da comunicação científica, tanto na graduação quanto na pós-graduação, um panorama de prospecção e perspectiva da pesquisa, apontando desafios e olhares futuros a serem alcançados.

O terceiro grupo, com abordagem sobre instituições e concepções em gestão, iniciada pela análise sobre a REPARQ, uma associação de ensino e pesquisa em Arquivologia, que de forma múltipla e com representação nacional vem incentivando debates e construção do conhecimento. Com foco em políticas públicas foram elencadas duas vertentes: impactos do Reuni na estruturação e formação do profissional Arquivista e finalizando com a apreciação do regulamento do Conselho Nacional de Arquivos por uma representação docente.

Quadro 1 – Relação das plenárias e artigos completos apresentados nas edições do REPARQ.

Edição	Plenárias	Comunicações orais
I 2010	0	0
II 2011	A pesquisa na Arquivologia contemporânea	Websites de instituições arquivísticas públicas estaduais e municipais no Brasil: estudo de caso da utilização das ferramentas web 2.0
	Desafios na pesquisa em Arquivologia	Acervos de artistas: fontes documentais do processo de criação nas artes visuais
	Panorama dos cursos de formação em Arquivologia no Brasil	Possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos da memória: o caso de Darcy Ribeiro
	Impactos da lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) e do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI) na formação de arquivistas no Brasil	O patrimônio documental e a memória da universidade: a difusão dos atos legais e normativos da UFSM
	Desafios e perspectiva da pós-graduação stricto	O enfoque arquivístico de um banco de dados de projetos

	sensu em Arquivologia no Brasil	
	Por uma associação brasileira de ensino e pesquisa em Arquivologia	Grupo cultura documental, religião e movimentos sociais: experiência de diálogo interdisciplinar entre arquivologia, ciências humanas e sociais
	Institucionalização da Arquivologia no Brasil: notas para um debate	Em torno uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011)
	A pesquisa nos cursos de Arquivologia no Brasil	Diplomática contemporânea como metodologia para organização de arquivos de arquitetura
	Prospectiva arquivística: perspectivas teóricas e metodológicas	O conceito de identificação no âmbito da arquivística espanhola e brasileira
		Identificação arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira
		Arquivologia e pedagogia arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista educar
		A imagem do curso de Arquivologia da UEL na sua comunidade
		Ensino e pesquisa em Arquivologia: perfil dos alunos ingressantes no curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
		O perfil dos alunos do curso de graduação em Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da UFMG
		A Arquivologia e a educação a distância: reflexões sobre possível cenário
		Estado da arte na institucionalização do campo arquivístico no Brasil

		História da Arquivologia no Brasil: instituições e práticas sociais (1958-1978)
		Produção de conhecimento em Arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em ciência da informação
		A filosofia de Michel Foucault e sua apropriação pela disciplina arquivística contemporânea
		O conceito de memória na ciência da informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil
III 2013	Novos paradigmas da Arquivologia e suas implicações no ensino e na pesquisa	Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación
	Apreciação do regulamento para a eleição da representação docente no conselho nacional de arquivos	Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico institucional
	Da Arquivologia que fazemos: mapeamento das grades curriculares dos cursos de Arquivologia no Brasil	Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras

	Cenário da pós-graduação lato e stricto sensu em arquivologia	Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil
	A REPARQ e a proposta de uma associação de ensino e pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas	A revisão curricular na Arquivologia da UFSM como resultado da avaliação do ensino
	A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento	A competênca informacional e o desempenho acadêmico de estudantes de Arquivologia
	Pós-graduação em ciência da informação/Arquivologia, Comunicação e Museologia: aspectos da avaliação da área ciências sociais aplicadas	Blogs em Arquivologia: ferramentas de ensino-aprendizagem ou componentes do ato pedagógico?
		O perfil dos arquivistas egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): percurso metodológico da pesquisa
		O cenário da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil
		A pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil

		Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do poder executivo federal
		A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento
		A REPARQ e a proposta de uma associação de ensino e pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas
		O currículo lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia
		Desafios e perspectivas de implementação da lei de acesso à informação no âmbito da Administração Pública federal
		Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública federal (2004-2012)
		Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na Administração Pública federal brasileira
		O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado
		O lugar do arquivo: um levantamento na legislação de minas gerais, 1994-2011
		Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro
		A aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-Atom

		Acesso e preservação do patrimônio arquivístico documental: um repositório digital para o diário de classe
		Metadados para preservação e segurança do diário de classe eletrônico da ufsm
		O banco de dados sob um olhar arquivístico através da ciência da informação – comunicação, informação e conhecimento
		A web 2.0 e as instituições arquivísticas nacionais de países de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa
		Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas
		Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o campus avançado de Roraima
		Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito
		Uma relação distante: análise sobre a utilização de métodos bibliométricos / quantitativos pela Arquivologia
		Os arquivos da Biblioteca Nacional: contribuições para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma rede de informações científicas
		A noção de ramificação dos documentos arquivísticos: o exemplo dos fundos relacionados à guerrilha do Araguaia

IV 2015	A diplomática contemporânea: sua interface com o ensino e a pesquisa em Arquivologia	A entrada de arquivistas e técnicos de arquivos no Poder Executivo federal do Brasil no período de 2004 a 2012: sua relação com os egressos dos cursos de Arquivologia e o quantitativo de ministérios existentes
	A pesquisa em Arquivologia: métodos, especificidades e diálogos	Da graduação ao mercado de trabalho: uma reflexão acerca dos egressos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria
	Desafios contemporâneos dos currículos de Arquivologia: a questão dos documentos arquivísticos digitais e suas relações interdisciplinares da Arquivologia	Editais de concursos federais para arquivistas: uma análise da relação entre a formação em Arquivologia e certames públicos
	Harmonização curricular: análise das configurações acadêmico-institucionais e do perfil docente dos cursos de Arquivologia no Brasil	Avaliação de desempenho acadêmico: aprendizagens e desafios
		O curso de Arquivologia e as competências de seus alunos: UFBA e UEL
		Gestão de documentos: uma proposta de curso de capacitação a distância para o Poder Executivo federal

		Para além dos muros dos arquivos: gestão de documentos em arquivística à luz da teoriados sistemas abertos
		Levantamento dos arquivos públicos municipais do Espírito Santo: analisando aspectos de infraestrutura e de gestão
		Gestão documental como ferramenta de eficiência na gestão pública: estudo do arquivo geral da secretaria municipal de saúde do município de João Pessoa – PB
		Aplicação da norma internacional de gestão de riscos: um estudo de caso na superintendência do porto do Rio Grande
		Construção de vocabulário controlado vinculado a um instrumento de classificação de documentos de arquivo para facilitar o acesso à informação pública
		A função avaliação de documentos de arquivo no Poder Executivo federal brasileiro
		O trabalho de arranjo e descrição de acervos arquivísticos no Brasil
		Aplicação do marketing no arquivo geral da Universidade Federal da Paraíba
		Repositório arquivístico digital: análise das ferramentas para a preservação do patrimônio documental em meio digital
		O repositório digital como um recurso para acesso e preservação do diário de classe
		Preservação digital dos videogames: primeiras aproximações com a Arquivologia

		Comportamento informacional dos usuários do sistema de arquivos da UEL – SAUEL
		Usos e usuários de arquivo: uma breve reflexão
		Elementos temáticos da pesquisa em Arquivologia contemplados no periódico científico ponto de acesso
		A lei de acesso à informação pública como objeto de pesquisa na Arquivologia: a análise de artigos científicos
		Arquivos como mecanismos de difusão de conhecimentos para a aprendizagem e inovação em organismos produtores de saúde
		Dispersão da literatura científica em Arquivologia: um estudo das revistas indexadas pela web of science (wos)
		A construção coletiva dos arquivos pessoais: um olhar sobre o arquivo pessoal de dom Adriano Mandarino Hypólito
		Entre a Arquivologia e a História – projeto de reorganização do arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba
V 2017	O lugar das humanidades na atual política de ciência, tecnologia e inovação	Relatos de experiência em disciplinas relacionadas a fundamentos, avaliação e representação arquivísticas
	A formação em Arquivologia no Brasil: pós-graduação	Reforma curricular do curso de Arquivologia da UFES: relato de experiência
	Experiências curriculares	Do ensino à prática da classificação nos arquivos: algumas considerações
		A descrição nos cursos de Arquivologia do Brasil: aspectos teóricos, conceituais e terminológicos de uma função arquivística

		O roteiro de aplicação da gestão por processos na gestão de documentos
		Metodologia da identificação aplicada a construção de plano de classificação para arquivos universitários
		Manual de identificação de atribuições de órgão produtor: parâmetros para identificação das atribuições do órgão produtor visando à elaboração de plano de classificação de documentos.
		Gestão de documentos no âmbito do plano de desenvolvimento institucional
		Por um modelo societal na gestão das políticas arquivísticas
		Proposta para a política e o sistema de arquivos da Universidade Federal Fluminense
		Os arquivos nos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro: estudo de identificação das políticas públicas arquivísticas para o acesso à informação
		O conceito de arquivo e documento arquivístico em estudos de legislação arquivística
		O documento arquivístico como patrimônio em centros de memória do Poder Judiciário federal brasileiro
		Impactos do ATOM na descrição e no acesso aos acervos arquivísticos da Casa de Oswaldo Cruz
		Entre as obras e os documentos: interseções entre os saberes arquivístico e museológico no tratamento do acervo do artista plástico Rubens Gerchman

		Uma análise da experiência didática realizada no projeto de extensão "café com arquivo: o documento em debate"
		A gestão de documentos na sócio-educação: o caso do novo DEGASE
		A organização dos documentos no contexto dos serviços assistenciais e administrativos existentes em organismos produtores de serviços de saúde
		A aplicabilidade da metodologia da identificação arquivística aos arquivos científicos do núcleo de pesquisa GECEM/UFRJ
		Opacidade e transparência informacional: a vigilância como ferramenta de controle e acesso a documentos arquivísticos
		História dos arquivos e da Arquivologia no Brasil: notas sobre o arquivo público do Estado da Bahia
		Arquivos e administração pública: a temática arquivística na revista do serviço público, 1938-1945
		Um estudo sobre o perfil dos arquivistas na Força Aérea Brasileira: um panorama entre os anos de 2007 e 2015
		Perfil e auto-imagem profissional dos arquivistas do Rio de Janeiro
		A pesquisa em arquivos e Arquivologia no Brasil: análise dos grupos de pesquisa certificados pelo CNPQ
		Refletindo sobre as instituições arquivísticas e a complexidade
		Serviços terceirizados de guarda externa de documentos prospectados na Petrobras
		Governança de serviços arquivísticos: possibilidades e potencialidades em organizações de caráter privado

		Considerações sobre a relevância de integrar a preservação e a gestão de documentos no comando da aeronáutica.
		Documentação em saúde: experiência no Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago
		Carta de amor como ponto de acesso: resultados de pesquisa
		A tipologia documental dos órgãos de repressão na ditadura civil militar nos anos 1970
		Apontamentos acerca do documento técnico de engenharia no campo teórico dos arquivos
		Documentos de arquivo produzidos pelas atividades de pesquisa: uma análise dos cadernos de laboratório
		Arquivos em museus e arquivos de museus: dois conceitos para os arquivos nos museus
		Arquivos de museus: um programa de gestão de documentos para o museu do índio
		Arquivos das instituições federais de ensino superior: manutenção, guarda e acesso

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A construção e estimulação do debate sobre a temática por si só é um meio de incentivar e fortalecer novos estudos, sendo tocante a inexistência de produção e interdisciplinaridade com outros temas da Arquivologia abordados no âmbito da REPARQ, que em poucas edições se mostrou um importante vetor de disseminação de conhecimento dos cursos de graduação. Sendo este um importante viés de renovação e convergência entre os anseios socioculturais e as estruturas acadêmicas, entendemos que alertar para a eventual inexistência de estudos sobre gênero e sexualidade pode contribuir para que novas perspectivas sejam elaboradas.

5 PARA REFLETIR

Sob a ótica motivacional deste capítulo, conseguimos analisar a produção e as linhas de debate pensadas durante as várias edições da REPARQ, confirmando uma suspeita inicial da não abordagem da temática gênero e diversidade, não obstante, de que a mesma venha a ser abordada pelos integrantes na construção e elaboração das plenárias e/ou demais participantes em suas propostas de artigos a serem apresentados.

Embora não tenhamos encontrado a temática pesquisada, é importante ressaltar que por ser um evento itinerante a REPARQ busca, através de seus editais, abordar e construir meios de estimular as agendas dos pesquisadores e docentes em Arquivologia, que enquanto agentes sociais de educação tendem a assumir em suas pesquisas anseios político-sociais, fator o qual ressalta o pleno potencial para que em novas edições tenhamos pesquisas sobre gênero e sexualidade.

Por fim, o conhecimento tácito, embora tenha sido utilizado com distanciamento, é de suma importância para pensar no papel social do arquivista e nos entendermos como parte integrante da baixa produção científica no tema gênero e diversidade e, por assim dizer, parte responsável pela mudança, que aos poucos, tornar-se-á possível ser observada por agentes internos e externos como mais uma ação integrada das escolas de graduação onde persistimos, construímos e exatamente poderemos exclamar que: NÓS EXISTIMOS. TAH, KIRIDAN!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, v. 29, n. 6, p. 455, jan. 1991, Seção I.

BRASIL, Constituição. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Lei de Acesso à Informação. Brasília, 2013.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAOLLON, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. **Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

DECLARAÇÃO dos Direitos do homem e Cidadão de 1789. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê**: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FERREIRA, Ramon Maciel. **Um beijo pras travesti**: o uso da informação midiática como meio de militância. *In*: SEMINÁRIO DOS ALUNOS DO PPGAS. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2016. p. 1-16. Disponível em: http://www.seminariodosalunos.com/wp-content/uploads/2017/03/Maciel-Ramon.-Um-Beijo-pras-travesti.pdf. Acesso em: 1 jul. 2019.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 2014.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 1. Brasília, 2010.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2. 2011. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.reparq.arquivistica.org/reparq2011. Acesso em: 10 jul. 2019.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 3. 2013. Salvador. **Anais...** Disponível em: http://www.reparq2013.ici.ufba.br/. Acesso em: 2 jul. 2019.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 4. 2015. João Pessoa. Anais. *In*: NEVES, Dulce Amélia de Brito; ROCHA, Maria Meriane Vieira; SILVA, Patrícia (Org.). **Cartografia da pesquisa e ensino da Arquivologia no Brasil**: IV REPARQ. Disponível em: http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/96/24/435-1?inline=1. Acesso em: 2 jul. 2019.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 5. 2017. Belo Horizonte. Anais. *In*: VÊNANCIO, Renato Pinto; SILVA, Welder Antônio; NASCIMENTO, Adalson. **Ensino e pesquisa em arquivologia**: cenários prospectivos. Disponível em: http://vreparq.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/10/Ensino-e-pesquisa-em-arquivologia-cenarios-prospectivos.pdf. Acesso em: 2 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948**. Nova York, 1948.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010**. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html. Acesso em: 20 jun. 2019.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Importância dos Arquivos. *In*: SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. (Org.). **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 25-33.

MAS AFINAL, QUEM CRIOU O MARGINAL? DIÁLOGOS POSSÍVEIS COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Asy Pepe Sanches Neto

> Acredito que aqueles cuja atribuição é atacar o problema de forma profissional e prática, estão apenas adquirindo crescente consciência de sua impotência para abordá-lo, e agora possuem um vivo desejo de conhecer os pontos de vistas de homens que, absorvidos na busca da ciência, podem mirar os problemas do mundo na perspectiva que a distância permite. (EINSTEIN, 1932).

1 INTRODUÇÃO

Ao final do mestrado e do doutorado, geralmente, pegamos os resultados de nossas dissertações e teses e vamos mostra-lo à comunidade acadêmica. Como a maioria dos alunos, eu fiz o mesmo; em alguma instância isso é uma obrigação, sobretudo quando os projetos são financiados com verba pública.

Algumas questões muito importantes ao desenvolvimento de minha pesquisa, entretanto, ficavam marginalizadas nos artigos que escrevia. Sobretudo, a parte política e a discussão filosófica. É claro que, de certa forma, essas questões eram presentes na estrutura do trabalho, mas não com o destaque que eu queria que tivessem.

Este capítulo tem, na verdade, este objetivo: apresentar, aos alunos de graduação e da pós-graduação do campo de estudos da informação, um caminho de pesquisa relativo à produção de documentos e o impacto disso sobre as unidades de informação e os profissionais que nelas atuam, mas, além disso, discutir a importância da atenção às questões sociais enquanto determinantes às práticas de arquivamento – seja em bibliotecas, arquivos, museus, sites, etc.

No ano de 2016, defendi a dissertação de título: "A construção da segregação (ou como o documento inscreve quem é (a)normal)" no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. A discussão aqui apresentada é reflexo das discussões ali iniciadas e, nesse sentido, é imprescindível reconhecer a importância do Professor Eduardo Ismael Murguia, que orientou a pesquisa até o seu falecimento em 2015, e da Professora Marcia Heloísa Tavares de Figueredo Lima, que assumiu a orientação após o falecimento do professor Eduardo Murguia.

A questão da dissertação se iniciou em 2013, ano que, como sabemos, marcou profundamente a história do Brasil recente e iniciou um ciclo de discussões amplo, polarizou muitos debates, demonizou partidos políticos e abriu o espaço necessário para que amplos projetos de desmantelamento da democracia ganhassem espaço e poder. Com especial importância para a produção dessa pesquisa, o Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011 de João Campos foi aprovado pela Câmara de Direitos Humanos e Minorias sob a presidência do Pastor Marcos Feliciano. Tal projeto previa a sustação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 1/99 de 23 de março de 1999.

Abaixo, vemos que eles se referem a não patologização da homossexualidade:

> Art. 3 - [...] Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham o tratamento e cura das homossexualidades.
> Art. 4º - Os Psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999, s.p.).

Na prática, o projeto aprovava a volta da permissão para o tratamento de homossexuais por psicólogos e ficou nacionalmente conhecido como "a cura gay". Na ocasião, duas grandes frentes argumentavam em discordância; uma, defendida pelos apoiadores do projeto, que dizia que a resolução do CFP era antidemocrática e que tolhia a liberdade científica dos profissionais e pessoais dos cidadãos que queriam reverter uma 'prática indesejada'[20] e outra, defendida pelos movimentos sociais de oposição, que argumentava que o projeto punha em risco anos de lutas e de conquistas para reverter o quadro social que tratava a homoafetividade como uma patologia.

De certa forma, a incredulidade em relação ao movimento que se erigia foi a principal responsável pela discussão que abri naquela dissertação. Após tanto sofrimento e ilicitudes praticados nas épocas em que a homoafetividade era

[20] Nas palavras utilizadas na época por parte dos apoiadores do projeto.

considerada patologia, como poderíamos, enquanto sociedade, retroceder ao ponto em que uma discussão como essa fosse restabelecida como uma pauta possível?

Foucault traz uma discussão interessante sobre os arquivos que nos ajudam a compreender a principal problemática sobre a questão aqui exposta. O autor, ao conceitua-los, diz que não são o agrupamento infinito do que foi considerado histórico para uma sociedade, também não são instituições reservadas para o registro e conservação dos discursos a serem remorados:

> Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento [...] mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo; que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas; [...] **O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares.** (FOUCAULT, 2010, p. 146-147, grifos do autor).

Poderíamos, dessa forma, dizer que determinados enunciados só são possíveis dentro de um Regime autorizado de discursos/Regime de Saber-Poder (FOUCAULT, 2008). E que este "Regime" está inscrito nas possibilidades discursivas proferidas em uma época, ou outra. De outra forma,

poderíamos dizer que um discurso sempre pode situar o funcionamento de uma ação em uma determinada sociedade.

Dessa forma, Foucault trabalha com casos exemplares em sua obra. A execução de Damiens, em Vigiar e Punir, é o subsidio necessário a uma ampla discussão acerca da execução dos corpos pelo Estado e os efeitos práticos caudatários dessa prática. No capítulo seguinte, o regulamento escrito por Léon Faucher para a Casa dos Jovens Detentos em Paris, inicia as discussões sobre a apropriação do tempo (ou da alma, como o autor defenderá mais tarde) enquanto estratégia política de domínio e controle.

Se observarmos bem o livro supracitado, veremos que o autor não traz um agrupamento de casos demonstrativos que reafirmam a importância do objeto de sua análise (a transição de uma sociedade baseada em casos exemplares e na punição física para uma outra, com base na disciplinarização dos corpos); por outro lado, a própria existência de uma evidência histórica (se dentro de certas condições enunciativas) revelará aquilo que era possível, executável e, por isso, aceitável naquela ocasião. Isso, é claro, não finaliza a discussão. Como sabemos existem as rupturas, as evasões, a crítica, a denúncia e a resistência de outros setores, mas, na prática, quer dizer que, mesmo que restritas, as condições materiais que possibilitam a circulação de certos discursos por certos espaços já é, por si mesma, uma situação de poder desvelada.

Voltando à questão que discutíamos anteriormente sobre o projeto de "cura gay", mesmo não aprovado, as condições históricas que permitiram a reprodução e posterior concordância (de certos setores da sociedade brasileira) sobre o assunto demonstram que a ideia de que as práticas homoeróticas e afetivas são vistas (nesses setores) como uma doença, passível de cura e tratamento.

É claro que isso não era nenhuma novidade aos movimentos representativos dos homossexuais e nem para os próprios homossexuais (ainda que estivessem isolados), esses segmentos repressivos da sociedade brasileira não negam e nem omitem o seu discurso pernicioso; por outro lado, quando esses discursos autoritários esbarram e se fortalecem no interior dos discursos oficiais é, sem dúvida, hora de observar com maior reflexividade a questão.

A grande questão desse embate (entre apoiadores e críticos) não se refere a uma situação simples da qual nos furtaríamos com uma proposição entre os grupos e posterior eleição do caminho majoritário; refere-se, antes disso, ao direito civil de um grupo que historicamente foi alvo de retaliações e inomináveis crimes de ódio. A ideia de que a homossexualidade poderia ser novamente patologizada não feria apenas os direitos civis e o futuro de uma parcela significativa da população brasileira, atacava diretamente a memória do mesmo grupo e incentivava (mais uma vez) a cisão de direitos entre homossexuais e heterossexuais. O simplismo com que se tratara a questão revela o enraizamento da homofobia na estrutura da sociedade brasileira.

A homofobia, como todo o mal, resiste no interior das atividades banais, corriqueiras e a simplicidade de sua violência se dá pela via da rotina. No fim das contas, a incapacidade de parte da população compreender o absurdo daquele projeto se instaurava por uma cultura de diferenciação entre sujeitos homossexuais e heterossexuais, a qual persiste.

Para essas pessoas, a homossexualidade não poderia ser dissociada de qualquer outra prática ou vício que se queira reverter em um consultório psicológico. E, diante do absurdo da enunciação, a grande questão aqui é: o que leva determinados sujeitos a se sentirem superiores aos outros de

forma tal que considerem justo o direito de transformar a identidade do outro em algo ruim, abjeto? Afetando inclusive a própria vida e segurança dos homossexuais? Não podemos esquecer que (não por acaso) todo esse debate ocorreu em um dos países que mais mata homossexuais no mundo, inclusive quando considerados os países em que a homossexualidade é crime punível com a morte.

Tendo essa questão como guia, propusemo-nos a observar os arquivos médicos (principalmente os prontuários) do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba; a pesquisa tentaria compreender os discursos históricos sobre a patologização da homossexualidade, trazendo uma perspectiva memorial à discussão.

A prática de pesquisa no hospital, entretanto, reconfiguraria totalmente a nossa análise: um olhar mais atento nas condições de internação nos revelaram que os homossexuais eram somente mais uma das categorias de excluídos que viriam a ser encarcerados naquela instituição no ano de 1953[21]. Na prática de pesquisa, percebemos que o mesmo dispositivo que excluía os homossexuais, excluía também os/as transexuais, os negros, os estrangeiros, os umbandistas e demais praticantes de religiões de matriz africana (genericamente chamados nos prontuários de "espíritas'), os mendigos, os ébrios.

Através do exame das anotações nos prontuários, nem sempre feitas por médicos, percebemos que uma análise holística nos revelaria que, se por um lado a homofobia é uma forma de representação do problema, por outro lado a questão primordial de nossa pergunta não se responderia com uma análise focal incidente sobre uma das vertentes observáveis;

[21] Ano de inauguração do hospital e no qual nos detivemos.

para uma resposta mais ampla precisaríamos compreender a questão como um devir. E não poderia ser apenas uma relação de oposição (e por isso continuidade) entre a homossexualidade e a heterossexualidade; precisaríamos de uma categoria mais ampla, que incluísse os outros excluídos e que nos permitissem observar a relação entre "normais" e "anormais", "incluídos" e "excluídos", "saudáveis" e "loucos".

Estruturamos o capítulo com duas discussões que podem parecer distintas e, por isso, queremos antes apresentá-las: no primeiro tópico, apresentamos alguns caminhos de compreensão da construção do abjeto enquanto uma categoria política, relacionada à manutenção de um determinado ordenamento social que privilegia alguns sujeitos em detrimento de outros; e, no segundo tópico, discutimos e aprofundamos a discussão de dois artigos que julgamos fundamentais à nossa discussão sobre o poder político-social do documento e sua relação com a informação. Tentamos manter o segundo ponto o mais próximo possível de sua formulação inicial, realizada para a dissertação. Lembro-me da empolgação com que recebi os textos e percebi um caminho de atuação política da profissão que, até o momento, não me parecia possível – por outro lado, os textos podem ser bastante desafiadores para uma primeira leitura e, por isso, propomos discuti-los sem nenhuma pressa, ponto a ponto do que nos interessava.

2 UMA CORDA EM MOVIMENTO: QUESTÕES SOBRE A NORMA

Pensar sobre o que é normal é de uma complexidade bastante significativa; não há qualquer coisa no mundo que seja normal ou anormal *a priori* quando tratamos da relação do ser

humano com os outros seres humanos e/ou com o seu meio. Isso significa dizer que o enunciado "isso é normal" (ou o seu inverso) trazem consigo um contingenciamento histórico implícito que, na verdade, é o que permite realizar o estabelecimento de algumas questões. Na prática, a frase "isso é normal" significa "isso é normal para o grupo em que vivo". Em alguma instância, a própria língua marca um contingenciamento histórico de signos e significados, mas não é sobre isso que queremos nos debruçar. Mesmo que fosse possível retirar os aspectos linguísticos que envolvem a comunicação, a ideia de o "outro", ou o "diferente", ou o "mítico", etc., existiria.

A norma, em alguma instância, estará sempre relacionada à cultura de um grupo, aos padrões aceitos, às construções de coletividade, etc., e por isso defendemos que "o normal" sempre irá existir, em todas as sociedades. Não podemos tomar essa definição, entretanto, e supor que a ideia de "normal" vai estar sempre refém dos mesmos padrões acionados em nossa cultura, em nossa sociedade e na nossa relação do ser humano com o poder.

A ideia de "normalidade" estará sempre condicionada à imensa cadeia que dispõe os costumes, que cria a rotina e domina os hábitos de uma sociedade. Dessa forma, poderíamos dizer que a frase "isso é normal" revela mais sobre aquele quem enuncia e sobre a sociedade que o acolhe do que apontada sobre a prática analisada. Isso impõe algumas questões para nós, mas, por hora, debrucemo-nos sobre essa: como falar sobre o que é normal (ou anormal) sem que o estudo revele mais sobre a relação do pesquisador com o mundo do que sobre o objeto em si? Sem dúvida essa é uma questão importante.

A importância dessa questão se refere ao fato de que, em nossa sociedade, as formas de perpetração da distinção entre o

desejável e o abjeto não é pacifica, elas são vivas e, se por um lado, encontram-se em normas gerais (como no caso analisado), por outro lado, fazem parte da rotina e da vida cotidiana dos sujeitos. Poderíamos dizer que, em nossa sociedade, a perspectiva das diferenças tem um papel fundamental na formação dos sujeitos.

A discussão entre Žižek[22] e um de seus críticos traz uma consideração interessante para essa questão: resumidamente, no livro "Violência: seis reflexões laterais", de 2014, o autor defende que a violência possui diferentes dimensões; no entanto, adverte que a violência em sua forma objetiva (tipo mais direto de violência) é interpretada como a única forma possível de violência e diz que, com isso, há uma falta de percepção quando às violências sistêmicas e de linguagem. O autor exemplifica a questão dizendo que as milhares de mortes ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo não são

[22] O uso desse autor pode soar conflituoso e, de fato, o é. Žižek é certamente um dos grandes leitores de Lacan vivos e foi profundamente importante para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado e de outras produzidas em decorrência, como este texto. Por outro lado, a postura que o autor assumiu durante sua critica ao que chama de "ideologia LGBTQI+" é profundamente desconcertante. A questão aqui não é (e nem pode ser) pela crítica realizada, todos os movimentos identitários devem ser confrontados, como qualquer outro movimento social e, enquanto movimento, deve estar atento às incoerências que podem surgir de suas práticas. O seu tenebroso último artigo sobre a questão ultrapassa a crítica e certamente extrapola os limites aos quais concordamos enquanto pesquisadores e indivíduos. Žižek sempre foi um ponto de discordância nas leituras que fizemos e sua contribuição, pela via da crítica, foi muito importante na construção de alguns argumentos e ampliação de algumas discussões. Diante do impasse, as possibilidades restantes eram omitir a contribuição do autor e, com isso, mentirmos sobre o percurso percorrido (em alguma instância este texto é a tentativa de demonstrar um percurso de pesquisa possível à Ciência da Informação), ou mantê-lo e, através dessa nota, demonstrar a nossa discordância com a atual linha de pesquisa do autor.

vistas como violentas, ou planejadas – e, segundo o autor, aí reside o seu maior perigo.

Um ponto fundamental para a compreensão da obra é que, ao reconhecer uma amplitude de formas de violência estruturadas no mundo, o autor contesta a noção aceita de que a violência é algo ruim, que deve ser evitado; ao contrário, diz que determinadas formas de violência são necessárias – às que tentam subverter o sistema.

Na referida obra há uma critica a Žižek (2014)[23] e diz que o verdadeiro objetivo do autor é provocar e confundir as pessoas:

> Antes, o que ele pretende fazer é alterar a compreensão típica da palavra "violento" para que os meios não violentos de protesto de Gandhi diante dos britânicos possam ser considerados mais violentos do que as incrivelmente violentas tentativas de Hitler (ŽIŽEK , 2014, p. 10).

Além disso, o crítico diz que a ideia de Žižek no que se refere aos sentimentos de judeus em relação aos nazistas é comprometida e óbvia. Kohen argumenta que Žižek apenas constatara que a relação entre nazistas e judeus seria indissolúvel, uma vez que o judeu imaginado pelo nazista é fruto de seu próprio imaginário sobre os judeus. Em sua resposta, entretanto, Žižek nos traz argumentos à discussão que estávamos seguindo:

> Em ambos os casos, a reprovação é a mesma: eu tento vender a idéia convencional de que Gandhi objetivava

[23] A crítica foi publicada na edição brasileira do livro.

> mudar o sistema e não destruir pessoas, mas como isso é lugar-comum, busco uma formulação mais provocativa, expandir de forma esquisita o significado da palavra "violência" para nela incluir mudanças institucionais. O mesmo se aplica à minha afirmação de que "o judeu está no antissemita, mas o antissemita também está no judeu": nada mais seria de que uma forma truncada de apresentar o lugar-comum de que, na mente de cada nazista que odeia judeu, deve também haver um judeu ficcional para o nazista odiar... Mas seria esse o caso? [...] **No segundo caso, meu argumento não é simplesmente a (evidentemente obvia) constatação de que o "judeu" ao qual os nazistas se referem é fruto de sua ficção ideológica, mas que sua própria identidade ideológica está também, ao mesmo tempo, assentada nessa ficção (e não simplesmente dependendo dela): os nazistas são – em sua autopercepção – figuras em seus próprios sonhos sobre os "judeus", e isso está longe de ser um senso comum trivial**. (ŽIŽEK, 2014, p. 11, grifo nosso).

A defesa estruturada por Žižek amplia um pouco a questão; vejamos: se, por um lado, há certo ponto pacífico na ideia de que a nossa relação com o outro é estruturada por uma série de noções preconcebidas que permeiam e conformam essas relações, por outro lado o autor amplia o ponto e diz que esse movimento não é unilateral e tampouco é bilateral, é, ao fim e ao cabo, uma representação que só existe dentro de uma autorepresentação delimitada. Em outras palavras, poderíamos

dizer que há certa relação dialética entre a estruturação de si e do outro e que essa representação permeia e limita todos os campos.

A palavra "representação" acima pode gerar certa dúvida sobre o uso do singular. A questão é: manter a palavra no singular não comprometeria a frase anterior, que falava sobre "si" e o "outro"? Argumento que não. O uso do singular se refere à premissa de que esses movimentos não são destacados; isso significa que, para o que aqui proponho, não existe o "normal" sem o "anormal", o "saudável" sem o "doente", o "belo" sem o "feio" e, por isso, tratamos esses conceitos não só como indissociáveis, mas como únicos: não são duas cordas que se enlaçam e desenlaçam, pendem para um lado ou para o outro, é corda única, que apenas existe ou não existe. Deleuze chamaria esse movimento de devir:

> Quando digo "Alice cresce", quero dizer que ela se torna maior do que era. Mas por isso mesmo ela também se torna menor do que é agora. Sem dúvida não é ao mesmo tempo que ela é maior e menor. Ela é maior agora e era menor antes, mas é ao mesmo tempo, no mesmo lance, que nos tornamos maiores do que éramos e que nos fazemos menores do que nos tornamos. Tal é a simultaneidade de um devir cuja propriedade é furtar-se ao presente. Na medida em que se furta ao presente, o devir não suporta a separação e nem a distinção do antes e do depois, do passado e do futuro. (DELEUZE, 2010, p. 5).

A citação de Deleuze agrega à discussão na medida em que tece uma distinção entre dois tempos diferentes que

correntemente tratamos como três: nesse cenário ampliado pelo autor há o presente e o ausente (ou, para sermos mais específicos, o ausente de presente) no lugar das distinções clássicas entre presente, passado e futuro.

É claro que as dimensões do que houve e do que há de vir são diferentes e o autor não sugere que elas andem no mesmo sentido, mas, segundo as bases do que o autor chama de *puro devir*, elas possuem uma ligação que não pode ser dissociada, uma vez que estão em operação ao mesmo tempo. Acreditamos que a contribuição do autor cria um distanciamento entre o que é (ou o que está acontecendo) e aquilo que discorre do oposto do que é e que, por isso, está refém do imbricado e profundamente complexo processo de comunicação humana.

Para ilustrarmos a questão, vamos rapidamente apresentar a Hipótese da Troca Cognitiva (*The Cognitive Tradeoff Hypothesis*), apresentada pelo primatologista do Instituto de Pesquisa com Primatas de Kyoto, o professor Tetsuro Matsuzawa. Os pesquisadores do instituto recompensam, com petiscos, os chimpanzés que participam de um jogo. Nesse jogo, uma sequência de números é disposta em uma tela e os chimpanzés devem remontar a ordem numérica exposta. Isso pode não parecer muito complexo e realmente não seria caso os números expostos não sumissem em uma fração de segundo.

A experiência demonstra, com um número limitado de chimpanzés, que a espécie é capaz de realizar um feito impossível para a grande maioria dos humanos. Com base nisso, o pesquisador supôs que, durante a evolução das duas espécies, os humanos, por terem acesso a uma complexa forma de comunicação, perderam uma grande parcela da capacidade de memória. Por isso o nome da teoria; para o autor, perde-se algumas habilidades durante o desenvolvimento de outras e, como efeito disso, o ser humano perdeu um grande potencial

de memória de curto prazo e a substituiu pelo poder da abstração.

Não nos caberia aqui explicar com profundidade a pesquisa e precisamos considerar que a explicação para o comportamento dos chimpanzés em relação aos humanos é uma hipótese. Entretanto, um detalhe pode nos ajudar a seguir a questão aqui proposta: com base nessa hipótese, a comunicação e o poder de relacionar questões do passado e do futuro são essenciais à sobrevivência humana.

Além disso, podemos supor que o presente e o passado/futuro constituem duas diferentes ferramentas de compreensão da realidade e não apenas dois tempos distintos. Segundo a hipótese de Matsuzawa, uma reflete a necessidade de resolução imediata de uma questão e outra a capacidade de abstração e projeção.

Voltando à questão inicial, se podemos compreender as dimensões de passado e futuro como devires operacionalizados simultaneamente e que não correspondem às necessidades de sobrevivência imediata e sim às formas de estruturação das sociedades, podemos supor que grande parte das outras coisas que constituem o espectro de abstração e comunicação humanas correspondem à mesma ordem. E, se pensamos nessas dimensões aplicadas à organização humana, podemos inferir que essa construção paradoxal entre um devir impuro por natureza, que já nasce morto, monstro e abjeto, retroalimenta a construção do sagrado, do divino, do eterno e do salvo. Isso significa dizer que nossas sociedades se organizam pela não-igualação (ou pela diferença) e que, de certa forma, os excluídos fazem parte do mesmo processo que privilegia alguns tipos de sujeitos. Nietzsche acrescenta à discussão e, com ele encerramos a discussão sobre essa questão:

> Todo conceito nasce por igualação do não-igual. Assim como é certo que nunca uma folha é inteiramente igual a uma outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbitrário abandono dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo, e desperta então a representação, como se na natureza além das folhas houvesse algo, que fosse folha [...]. Denominamos um homem "honesto"; por que ele agiu hoje tão honestamente? – perguntamos. Nossa resposta costuma ser: por causa de sua honestidade. A honestidade! Isto quer dizer, mais uma vez: a folha é a causa das folhas (NIETZSCHE, 2001, p. 18).

Em outras palavras poderíamos dizer: uma vez normalizada uma prática enquanto correta, como efeito, as outras automaticamente são tomadas como erradas e isso, como defendemos, ocorre através dos mesmos procedimentos. Igualmente, poderíamos dizer o oposto, uma vez que determinadas práticas sejam consideradas como indesejáveis, repulsivas, erradas, etc., as outras são instituídas como desejáveis, corretas, etc. Isso significa que tratar homossexuais como doentes não é apenas uma forma de fragilizar aquela identidade, mas, no mesmo procedimento, valorizar a oposta.

Em nossa sociedade, como sabemos, parte dessa estruturação é permeada por documentos, que não somente registram como, de certa forma, colaboram com a construção social destinada a determinados sujeitos. À frente, discutiremos a questão da informação e sua estreita relação com os documentos. Nosso objetivo aqui é bem específico: discutir a relação entre documento, informação e poder.

3 IMPLICAÇÕES PARA A QUESTÃO DA INFORMAÇÃO[24]

Inter-relacionar todas essas questões dentro da esteira de ocupação da Ciência da Informação nem sempre é um trabalho fácil. Como sabemos, a própria noção de informação por vezes é confusa, como Buckland (1991) aponta, refere-se a tantas coisas que eventualmente podem gerar confusão sobre a abrangência possível dentro dos estudos desse campo.

> Uma exploração do termo "informação" apresenta imediatamente algumas dificuldades Conceituais. Uma vez que informação pode ser entendida como "estar informado, como a redução da ignorância e da incerteza, é irônico que o termo "informação" seja ambíguo e usado de diferentes maneiras. [...] Encarando a variedade de sentidos que o termo "informação" carrega, podemos, no mínimo, ganhar um aprendizado prático. Podemos visualizar um panorama e procurar identificar grupos de usos do termo "informação". As definições podem não ser completamente satisfatórias, os limites entre esses usos podem ser confusos e ate uma abordagem pode não satisfazer qualquer dos significados determinados

[24] Em trabalho anterior, Lima e Sanches Neto (2017), apresentamos parcialmente essa discussão, mas uma vez que estreitamos neste artigo a discussão sobre a questão política que envolveu o trabalho, acreditamos que um aprofundamento na discussão de Frohmann (2012) e Freitas e Gomes (2004) pode auxiliar no processo de inclusão das questões aqui apontadas na esteira de ocupações do campo de estudos da informação.

> como o correto sentido do termo "informação". (BUCKLAND, 1991, p. 129).

É claro, essa inconstância não foi descoberta por Buckland e tampouco pelos neodocumentalistas, mas seguiremos estipulando como base do nosso trabalho essa afirmação impulsionadora do trabalho do autor.

Esse fenômeno – a informação – foi também revisto por Frohmann (2012). Permitiremos-nos aprofundar neste texto as dimensões possíveis que Frohmann aponta sobre o tratar da informação como um objeto de pesquisa. O trabalho do autor foi muito importante à discussão que travaríamos e, por isso, optamos por apresentá-la em todas as dimensões as quais recorremos para o desenvolvimento de nosso trabalho dentro da área da ciência da informação e não em outra.

Como ponto de partida, o autor trabalha o ensaio de Numberg "*Farewell to the information age*" e o traz para o centro das preocupações sobre o documento e, para fazê-lo, revê sua pergunta fulcral: "como é constituída a impressão de informação?" (NUNBERG, 1996 *apud* FROHMANN, 2012, p. 227).

> E o trabalho que ela realiza é significativo, porque a imprecisão entre os diferentes sentidos da palavra "informação" – imprecisões que constituem a informação como um fenômeno – permitem, inter alia, que os entusiastas da era da informação utilizem "informação" em um sentido "que carrega um fardo ideológico nas discussões das novas tecnologias [de informação]", discussões nas quais acredita-se que tais tecnologias "prenunciam uma nova e memorável ordem discursiva" (p. 110).

> Além disso, como a mensurabilidade é uma das características fenomenológicas da informação, tendemos, como salienta Nunberg, a levar a sério afirmações populares como "uma edição diária do New York Times contém mais informação do que a coletada durante toda a vida por um típico cidadão inglês do século XVII" (p. 111). [...] O estudo da fenomenologia da informação pode, portanto, ajudar-nos a rastrear as fontes de muitas crenças associadas à palavra "informação". (FROHMANN, 2012, p. 227-228).

O artigo de Frohmann (2012) tem basicamente dois principais objetivos: 1. O primeiro deles é apontar uma forma 'util' de tratar a ideia de informação. Essa 'utilidade' em Frohmann se dá a partir do deslocamento de uma análise teórica às 'localidades' ou constituições de um entendimento do que é informação.

> O ensaio de Nunberg é apresentado como um exemplo útil de uma maneira de pensar sobre a informação, a qual desloca a nossa atenção de questões do que poderia ser a própria informação, como espécie teórica, e a dirige para as questões sobre como – tanto em nossa época e local, e também em outras épocas e locais – o fenômeno da informação é construído. Sugere-se que uma conclusão promissora para se pensar filosoficamente sobre a informação é que uma fenomenologia da informação implica que a própria pergunta "O que é informação?" é, em si mesma, um aspecto do espaço cultural

> contemporâneo, no qual a informação é concebida como uma espécie teórica – o tipo de coisa sobre a qual faz sentido fazer tal pergunta viés teórico-filosófico. (FROHMANN, 2012, p. 245).

Esse ensaio aponta duas principais 'fontes para o fenômeno informação', ambas intimamente ligadas à ideia de informação como substância:

> A informação apresenta-se como um tipo particular de coisa; a impressão que temos dela é a de uma espécie de substância. Já que a gramática de "substância" e seus cognatos permitem explorações conceituais daquilo que, precisamente, as propriedades da matéria em pauta podem ser, ela legitima a pergunta "O que é informação?" Enquanto a impressão da informação-como-substância leva o imaginário popular em busca de soluções para os efeitos psíquicos deletérios do fato de ser inundado por um excesso dessa matéria, direcionando a imaginação filosófica e teórica para os enigmas colocados pela informação imaginada como uma espécie teórica coerente, ou seja, o tipo de coisa a respeito da qual é possível alcançar conhecimento teórico geral. (Assim que a substância se apresenta, a busca por uma essência não tarda a surgir.) (FROHMANN, 2012, p. 228).

A primeira fonte seria a própria localidade da informação, "a organização material de formas documentais e suas instituições de apoio"; as formas documentais se referem

primordialmente: ao jornal, ao moderno trabalho de referência, aos dicionários monolíngues e às enciclopédias; os guias de viagem, os censos e outros relatórios estatísticos; os quadros de horários, as regras de trabalho e os formulários das organizações de gestão moderna; e o romance (NUNBERG, 1996 *apud* FROHMANN, p. 228); e, alguns exemplos das instituições de apoio que seriam as 'responsáveis por organizar o mundo moderno' seriam:

> diversos tipos de museus públicos, especialmente aqueles dedicados a representações de belas-artes, história natural, ciência e indústria, além das lojas de departamentos e "bibliotecas públicas, grandes e pequenas, os catálogos em ficha de bibliotecas e a "biblioteconomia" (agora chamada de "ciência da informação") que cresceu juntamente com eles" (p. 116). Como as propriedades do nosso atual fenômeno de informação, que Nunberg revela na análise que faz de suas raízes documentais e institucionais, pertencem à categoria de substância, elas levam, a despeito de suas contradições e ambiguidades, a ideias sobre a informação com uma espécie teórica coerente. Elas dão uma aura teórica à pergunta "O que é informação?" (FROHMANN, 2012, p. 228-229).

A segunda fonte do 'fenômeno informação' seria a ideia abstrata de informação que ganha maior força com os autores que escrevem em favor da mídia eletrônica.

A "informação", em seu sentido abstrato, é o atual nome dessa "nobre substância", porque a informação, seja correndo em alta velocidade pelos meios eletrônicos ou transmitida em um ritmo mais lento pela imprensa, é imaginada como o conteúdo de uma mensagem ou documento. A conexão entre esse sentido de informação e algumas convicções filosóficas fortemente arraigadas é sugerida na caracterização feita por Nunberg do fenômeno da informação como "um tipo de substância intencional presente no mundo" (p. 110; ênfase minha). A referência à intencionalidade assinala uma conexão entre substância informacional e mental. Imaginar a informação comunicada por um membro do universo de documentos em rápida expansão como um conteúdo abstrato e nobre, indiferente à transformação de seus veículos e despojada de todos os suportes materiais, institucionais e sociais, é imaginar que ela pertence à mesma categoria ontológica que a substância imaterial, intencional e mental presente em uma mente individual em condições de compreender tal documento. O documento é imaginado como o mero transporte ou canal para a transmissão da substância intencional da mente do emissor para a mente do receptor, uma ideia implícita na observação de Nunberg de que, de acordo com os entusiastas do ciberespaço, graças às novas tecnologias digitais, o conteúdo dos documentos agora "pode ser liberado e manipulado como um

> tipo de essência pura". (FROHMANN, 2012, p. 229).

O segundo objetivo do autor nesse texto é o de introduzir alguns conceitos da filosofia da linguagem que Wittgeinstein utilizava na sua 'última fase' (sobretudo, as ideias de jogos de linguagem ou práticas de linguagem) para, então, defender que uma filosofia do documento é mais frutífera, ou promissora (em suas palavras), para compreender o fenômeno informação do que "os estudos centrados em uma excogitação filosófica e teórica da natureza da informação" (SANCHES NETO, 2017, p. 245).

> O motivo para essa conclusão é que uma abordagem wittgensteiniana sugere que práticas e documentos – com isso queremos dizer inscrições, enunciados específicos e a grande variedade de registros que circulam em uma miríade de formatos– são conceitos mais fundamentais do que informação. A atenção às práticas com documentos revela como documentos específicos, em épocas e locais específicos e em áreas específicas do terreno social e cultural, tornam-se informativos. [...] a informatividade dos documentos, quando reconhecida como algo dependente de práticas, é também dependente do que lhes dá forma e que os configuram. Este artigo sugere que as direções promissoras a seguir, para se buscar os fatores de configuração são a materialidade dos documentos estudados, suas histórias, as instituições nas quais eles estão inseridos e a disciplina social que dá

> forma às práticas com os mesmos. (FROHMANN, 2012, p. 245).

A compreensão que o autor imputa à obra de Wittgeintein vai desde as suas interlocuções mais plurais, mas centra-se, efetivamente, no questionamento sobre o que é significado e, ao fazê-lo, argumenta que essa é uma questão fundamental para a discussão do que é informação. Sobretudo, porque a ideia de 'informação' como unidade carrega, como foi visto no primeiro objetivo aqui descrito, a ideia de informação como essência, ou da informação abstrata. Segundo o autor, é sobre essa perspectiva que a ideia de informação se liga à ideia de significado.

Frohmann contesta uma passagem de Santo Agostinho que expunha um tipo de filosofia que o autor tratará por mentalista: "A imagem é a de que as palavras são representantes de objetos, e a ideia nela contida é que o significado da palavra é o objeto que a palavra representa. Juntos, esses dois conceitos formam uma imagem da linguagem que precede as teorias" (FROHMANN, 2012, p. 231). Para Frohmann, portanto, o que liga o conceito de informação ao de significado é essa imagem mentalista que fazem de uma coisa e da outra.

> Uma das principais características da imagem de Agostinho e que a liga intimamente a uma imagem análoga da informação é o papel da atividade mental de transformar a matéria inanimada e sem vida – sejam marcas no papel, imagens na tela do computador ou a palavra falada – em signos com significado. De acordo com a imagem de Agostinho, é preciso uma mente para

> fazer a conexão entre um signo e seu significado. (FROHMANN, 2012, p. 231-232).

Para o autor, o arquétipo (Urbuild) do Santo Agostinho para o significado é, portanto, análogo a outro arquétipo de informação.

> A crença bastante arraigada de que há um sopro de vida depositado na linguagem pelo ato mental de ligar os signos aos significados – uma crença que Wittgenstein chama de "uma doença do pensamento, que sempre busca (e encontra) o que poderia ser chamado de um estado mental a partir do qual todos os nossos atos surgem como se saíssem de um reservatório" (WITTGENSTEIN, 1969, p. 143) – está intimamente ligada à ideia de que a informatividade de um documento também requer o ato mental de projetar seus signos em seus sentidos (ou significados). (FROHMANN, 2012, p. 232).

A crítica do autor é sobretudo à ideia de que o documento é uma matéria fria, sem vida, e que só ganharia o *status* de 'util' no encontro com a mente viva de quem transforma aquilo no que 'realmente importa': a informação.

> Essa imagem da informação propaga as sementes das teorias da informação. Ao permitir apelar para a presença do conteúdo do documento a uma mente em estado de compreensão, ela justifica as explicações mentalistas do que é para uma pessoa ser

> informada por um documento. Ela possibilita explicações para as diferenças na informatividade dos documentos ao apelar para as diferenças individuais nas propriedades da entidade mediadora – a mente humana – que são responsáveis pelas variações nas capacidades de mentes individuais de transformar com sucesso as marcas inertes e sem vida de uma página em um documento informativo, tais como a inteligência, o nível educacional e a capacidade cognitiva inata dos leitores dos documentos, entre outras. A ideia de que a informação é uma espécie teórica povoa o mundo com sujeitos que a perseguem, agora por nós conhecidos como "buscadores de informação", um termo da biblioteconomia e da ciência da informação. (FROHMANN, 2012, p. 233).

Wittgentein, defende Frohmann, critica a ideia mentalista de significado em Santo Agostinho para chegar à defesa da linguagem. De uma forma geral, essa ideia compreende que uma filosofia do significado (quem pressupõe a existência de uma ligação mental entre determinada coisa e sua representação) não passa de uma fantasia, ou superstição.

> **A imagem agostiniana supõe que deve haver um intermediário mental entre palavra e ato**, porque, do contrário, como poderia o vendedor da loja saber o que deve fazer? As palavras, afinal, são convenções arbitrárias, meras marcas em um pedaço de papel neste exemplo, sem nenhuma conexão essencial com o mundo. Somente

uma mente, acreditamos, consegue fazer o tipo de conexão necessária. Aparentemente, a coisa mais maravilhosa a respeito da mente é que ela pode relacionar símbolos arbitrários com significados. Os significados são alguma coisa como símbolos, mas diferentes num aspecto crucial: eles não são arbitrários – parecem chegar até o mundo pelo pensamento, um tipo de projeção ou indicação mental. **Mas a ideia de uma indicação mental que correlaciona diretamente o conteúdo mental presente na consciência ao mundo é uma superstição** [...] A descrição **que Wittgenstein faz do jogo de linguagem simples do vendedor de loja**[25] **mostra que, na reflexão filosófica sobre o que o significado em si pode ser, é inócua a ideia da presença de um tipo específico de entidade mental na consciência que liga ao mundo palavras, frases, regras ou outros elementos de uma língua.** A conclusão de suas investigações é que, quando feita

[25] Pense agora no seguinte emprego da linguagem: mando alguém fazer compras. Dou-lhe um pedaço de papel, no qual estão os signos: "cinco maçãs vermelhas". Ele leva o papel ao negociante; este abre o caixote sobre o qual encontra-se o signo "maçãs"; depois, procura numa tabela a palavra "vermelho" e encontra frente a esta um modelo de cor; a seguir, enuncia a série dos numerais – suponho que a saiba de cor – até a palavra "cinco" e a cada numeral tira do caixote uma maçã da cor do modelo. – Assim, e de modo semelhante, opera-se com palavras. – "Mas como ele sabe onde e como procurar a palavra "vermelho", e o que vai fazer com a palavra "cinco"?" – Ora, suponho que ele aja como eu descrevi. As explicações têm em algum lugar um fim. – Mas qual é a significação da palavra "cinco"? – De tal significação nada foi falado aqui; apenas, de como a palavra "cinco" é usada. (WITTGENSTEIN, 1958 *apud* FROHMANN, 2012).

> filosoficamente, a pergunta "O que é significado?" expressa uma confusão. Assim que se reconhece que o vendedor da loja age como descrito, então a ideia generalizada de significado evapora, eliminando, assim, a fonte da angústia filosófica [angst] sobre a definição, a natureza ou a essência do significado. O significado não é uma espécie teórica coerente aguardando explicação. Wittgenstein minimiza a própria ideia de uma teoria do significado: **"significado" é uma palavra corriqueira cujos propósitos e usos estão à mostra.** (FROHMANN, 2012, p. 234-236, grifo nosso).

Desse ponto de vista, tanto a ideia de significado quanto a ideia de informação – através da ligação que o autor faz entre as duas coisas – não possuem função, ou motivo para especulação: "nem o significado e nem a informação são espécies teóricas. Do mesmo modo, não existe nenhuma resposta sólida às questões 'O que é significado?' e 'O que é informação?'" (FROHMAN, 2012, p. 236).

> Assim como o tratamento da imagem agostiniana feita por Wittgenstein afasta nossa atenção das figuras mentalístas de significado e a aproxima das práticas com a linguagem, da mesma maneira ela afasta nossa atenção das figuras mentalistas de informação e nos aproxima das práticas com documentos. A perspectiva de Wittgenstein anuncia um afastamento de teorias da informação na direção de

> descrições de práticas documentárias. (FROHMANN, 2012, p. 236).

Buscamos com essa longa explanação do texto de Frohmann contestar esse estatuto sobre a informação geralmente veiculado, pois acreditamos que o documento não é apenas um objeto inanimado que necessita ser preenchido de alma (de informação); mais que isso, sob essa perspectiva defendida pelos neodocumentalistas, ele também constrói e constitui o mundo o qual conhecemos. Dedicaremos assim algumas páginas a uma conceituação mais ampla de documento e de arquivo.

Voltando à questão de Buckland: a ideia de informação, por ela mesma, é pouco significativa, é usada para descrever tantos fenômenos que, no fim das contas, não representa muito mais do que uma ideia de informação. Essa afirmativa nos abre novos caminhos de pesquisa, podemos nos questionar, por exemplo, qual seria então o objeto de pesquisa da Ciência da Informação? Freitas e Gomes (2004) nos respondem, de forma abrangente, o que pode ser informação para nós, profissionais, estudantes e pesquisadores, desse segmento: a informação registrada e com relevância social para estar depositada.

É claro que essa definição só tem significado possível dentro de determinado regime de validação, de verdade e de saber. Qualquer pessoa que defina qual documento ou registro é socialmente relevante estará, obviamente, declarando um estatuto de relevância sobre determinada sociedade e regime, mas nunca algo que abarque todas as condições possíveis de discursos verdadeiros, legítimos e relevantes.

A visão crítica das autoras supracitadas estabelece que, na nossa sociedade capitalista, os discursos que têm adquirido esse *status* de legítimo, dignos de estarem nos registros de nossa

história/memória são, geralmente, os discursos dos vencedores. Na discussão das autoras sobre a obra de Le Goff (1984), estas definem dois tipos de ideias gerais sobre o registro:

> Porém, podemos sintetizar politicamente dois pólos: os que tratam os registros como
> a) neutros suportes auxiliares da memória cerebral quando esta já não dá conta do grande número de saberes socialmente úteis
> ou
> b) resultado de luta pela memória social quando, estabelecida alguma fissura social, já não há consenso naquela sociedade sobre os saberes e/ou as narrativas socialmente relevantes. (LE GOFF, 1984 *apud* FREITAS; GOMES, 2004, p. 2).

A segunda abordagem evidencia a ideia de que o documento não é meramente fruto dos desenvolvimentos 'naturais' de nossas 'sociedades' em termos amplos, mas sim um objeto que tanto é resultado de uma luta de classes, quanto um dispositivo que auxilia no processo de manutenção do poder das classes dominantes.

Na construção acadêmica os registros da história sempre tiveram por 'obrigação' a 'neutralidade'; de outro modo como poderiam ser aplicados a fenômenos mais amplos que a própria subjetividade? E, desse discurso, o documento (ou o registro) – que, ao fim e ao cabo, é uma forma de legitimar a história – veio sendo constituído como um objeto comprobatório formal de certas relações sociais.

Trabalhamos com a hipótese de que um discurso só surge em detrimento de outro, mesmo que a analise 'desse outro' só seja desenvolvida *a posteriori*; nesse caso, por exemplo, Pierre

Nora (1993) diferencia a História da Memória, anunciado desde o princípio que uma e outra se opõem:

> A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 35).

A memória, portanto, sempre se opera no presente; em contrapartida:

> A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada,

> coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 19).

Freitas e Gomes (2004) diriam, seguindo os rastros de Nora, que a história administra o passado e, por isso, se baseiam nos 'registros escritos'. "O que a História constrói, baseada em "registros autorizados", vem, no pensamento historiográfico conservador, se contrapondo à memória, tratada como suspeita: assistemática, afetiva, subjetiva. A História baseia-se em documentos: 'fontes objetivas'.

Polak (1992) ampliaria o debate sobre a nossa questão ao criar um relacionamento explícito entre o sujeito e a produção de documento e, de certa forma, contestando essa diferenciação tão rigorosa entre o registro escrito e o registro oral enquanto fonte.

> Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de todo tipo. Desse ponto de vista a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita deve ser tomada tal e qual ela se apresenta. [...] Penso que não

> podemos mais permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária. (POLLAK, 1992 *apud* FREITAS; GOMES, 2004, p. 3).

4 CONCLUSÃO

A ciência no Brasil (e de certa forma em grande parte do mundo) está fragmentada. Muitas vezes, isso parece restringir o potencial de ação de parte dos sujeitos que, ao olhar para um objeto muito específico, pode esquecer que absolutamente nada em nossa sociedade reside "do lado de fora".

Quando na graduação, lembro-me de pensar que algo faltava no ensino de Biblioteconomia que recebia. As grandes discussões sobre as referências americanas, francesas, científico-tecnológicas ou humanísticas pareciam deixar de fora grande parte do potencial exploratório da área: a população brasileira. Morando em um país com grande número de analfabetos e analfabetos funcionais não me recordo de ter escutado sequer uma vez alguma discussão que visasse atender àquela população. Como não pensar em pessoas em situação de rua? Em dependentes químicos? Em idosos? De forma geral, em tantas e tantas pessoas que, ao lado das bibliotecas e das 'unidades de informação', enfrentam uma realidade de profunda vulnerabilidade social. Pensando nisso, eu resolvi perseguir esse tema de dissertação na ocasião; objetivamente eu me perguntava: como os objetos do campo de estudo no qual estava inserido influenciam e são influenciados no contemporâneo?

Se nada em nossa sociedade é ocasional, desprovido de intenção, qual a função e o objetivo das bibliotecas, dos arquivos, dos documentos e das palavras? O campo de estudos

da informação geralmente busca tratar a informação/documento desde a sua circulação, manutenção e uso, mas eu pergunto: o que a própria escrita do documento pode agregar à discussão sobre seu impacto social?

Embora tenhamos pouco falado sobre os resultados empíricos da pesquisa que realizamos[26], há uma coisa que precisa ser dita: os espaços de poder sempre foram lugar de manutenção de um *status* de poder em curso. Pobres, negros, espiritas, gays, transexuais, todos eram levados ao hospital estudado. Acreditamos que, para grande parte dos internos, não se esperava qualquer "cura" proveniente daquele encontro; muitas vezes, os próprios médicos não sabiam o que fazer e liberavam o paciente, dois ou três dias depois de terem sido recolhidos pela polícia; muitos outros não saiam com vida. Sobre a maioria, não temos informações de saída nos prontuários.

E, se pensamos nesses espaços, temos que buscar entender os elementos (ou dispositivos) de sua manutenção. O documento é, sem dúvida, um dispositivo ligado a uma determinada forma de poder. Perguntamos no título: quem criou o marginal? Não sei se é possível respondê-la, mas uma coisa é certa: uma vez que estão excluídos de nossas atividades continuamos a marginalizá-los (e a nos marginalizar).

REFERÊNCIAS

BUCKLAND, Michel K. Information as thing. **JASIS**, v. 42, n. 5. p. 351-360, jun. 1991.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Decreto Nº 001/99**. Brasília: CFP, 1999.

[26] Eles já estão melhor apresentados em outros artigos.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FREITAS, Lídia Silva; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Quem decide o que é memorável? A memória de setores populares e os profissionais da informação. *In*: FORO SOCIAL DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, Buenos Aires, 26-28 ago. 2004. **Anais...** Buenos Aires, 2004. 11 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, 2012.

LIMA, Marcia H. T. de Figueredo; SANCHES NETO, Asy. Uma proposta de análise epistemológica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e Mentira no Sentido Extramoral. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 12-13, jul./dez. 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SANCHES NETO, Asy Sanches. **A construção da segregação (ou como o documento inscreve quem é (a)normal)**. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Niterói, 2016.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical investigations**. New York: Macmillan, 1958.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Preliminary studies for the "Philosophical Investigations"**. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014. 195 p.

O MOVIMENTO INTERDISCIPLINAR DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CONJECTURANDO DIÁLOGOS SOBRE E PARA AS PESSOAS TRANS

Guilherme Goulart Righetto

1 À GUISA DE INTRODUÇÃO

Conforme a literatura praticamente em consenso infere, a Ciência da Informação (CI) é uma disciplina que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, sendo definida como as ações de informação que remetem seus atores aos contextos onde estas ocorrem. Além do mais, a CI é considerada uma ciência social, de caráter interdisciplinar e pós-moderna. É uma ciência social, pois tem a preocupação de elucidar um problema social recorrente, o da informação, e se volta ao ser social que busca pela informação.

Os estudos científicos realizados *a priori* por pesquisadores de outras áreas e profissões, como os de psicologia, sociologia, economia e informática contribuíram demasiadamente para essa cientifização; isto é, foi a partir da aproximação junto ao "terceiro ramo" das ciências sociais, aos enfoques microssociológicos e interpretativos, que a CI conhece uma reformulação mais profunda de seus pressupostos, modificando, sobretudo, a noção de "informação" (LE COADIC, 2004; ARAÚJO, 2004).

É considerada uma ciência interdisciplinar em detrimento da problemática que trata – a informação, tendo de recorrer a várias outras disciplinas visando solucionar tal problemática. A interdisciplinaridade, então, é vista como uma colaboração

interativa e recíproca entre diversas disciplinas, surtindo um enriquecimento mútuo. E a CI é uma dessas interdisciplinas, sendo um campo de conhecimento em que colaboram entre si, sobretudo, a psicologia, a linguística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrônica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações (LE COADIC, 2004).

Como ciência pós-moderna, surge na busca pela sua consolidação como uma disciplina nos moldes das disciplinas científicas resultantes do processo construtivo da ciência moderna. A "ciência pós-moderna" é vista como o movimento de mudança de paradigma científico, dado pela superação do modelo de racionalidade cartesiana, de separação do sujeito e do objeto, a busca da ordem, a distinção dos elementos constituintes da realidade, movimento motivado pelas crises geradas com a evolução e a aplicação do conhecimento científico, como as guerras, os regimes totalitários, a exclusão informacional, o reforço das desigualdades socioeconômicas e a sofisticação dos instrumentos de dominação. Na CI, a característica mais saliente que a define como uma ciência pós-moderna é a aceitação de sua natureza interdisciplinar em essência (ARAÚJO, 2004).

Conforme Le Coadic (2004) apresenta, usar a informação é trabalhar com a matéria informação para se obter um efeito satisfatório em detrimento de uma **necessidade de informação**. O discernimento da necessidade de informação sustenta a compreensão dos motivos pelos quais as pessoas se envolvem num processo de busca informacional. A necessidade de informação é produto originário da vida social, advindo da exigência de saber, de comunicação, se distinguindo das necessidades físicas que se originam de ordens naturais, como comer, dormir, etc.

Assim, Le Coadic (2004, p. 40) indaga: "o que leva uma pessoa a procurar informação?", e considera duas grandes classes de necessidades de informação, oriundas de necessidades fundamentais: a necessidade de informação em função do conhecimento e a necessidade de informação em função da ação.

A necessidade de informação em função do **conhecimento** advém da necessidade do desejo de saber, da paixão, da pulsão de conhecer, respondendo diretamente à questão da origem que é, ela mesma, uma feição da questão do sentido. Surge a partir da dúvida e na ânsia de dominar o sentido, na libertação da angústia do não-sentido original. Convém destacar que essa aptidão não é repartida igualmente, restando então a comunicação informal dos meios de conhecimento disponíveis e a comunicação interpessoal, definida pelas estruturas sociais, igualmente desiguais (LE COADIC, 2004).

Já a necessidade de informação em função da **ação** é originária das necessidades materiais em detrimento das motivações humanas, profissionais e pessoais, seja ao trabalhar, se locomover, comer, dormir, etc. A informação se torna o meio – diga-se, a condição necessária – no processo de efetivar uma ação com um objetivo. A obtenção da informação pode se realizar por meios formais, como bibliotecas ou unidades de informação, ou por meios informais, como a pesquisa *online* e por meio de socialização oral, por exemplo (LE COADIC, 2004).

Davidoff (2001) vislumbra toda a motivação humana como social, partindo dos impulsos primários relativos à nossa fisiologia. Posto isso, utiliza-se a noção de motivação social cujo motivo primordial se faz no contato com outras pessoas, sendo, em grande parte das vezes, motivos em prol de pertença a um nicho social e de acolhimento. É justamente neste contexto que

a competência em informação (CoInfo) se insere, em particular às minorias, no sentido de desenvolver as aptidões e habilidades necessárias para se chegar então à competência e assim, transpassar a condição de vulnerabilidade social predominante.

Para Vitorino (2016), o desenvolvimento dessa metacompetência – principalmente em se falando num processo de inclusão social contemporâneo voltado às discriminações em relação aos grupos socialmente vulneráveis, tal como as pessoas trans – cujas identidades se referem àqueles(as) que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente da atribuída ao nascer, incluindo pessoas transexuais, transgêneros, travestis, *crossdressers*, não gêneros, multigêneros, de gênero fluído, gênero *queer* e outras autodenominações relacionadas (SUESS, 2010) – é um dos meios para minimizar as desigualdades sociais e oportunizar o acesso e uso adequado da informação, promovendo oportunidades semelhantes às comunidades e aos indivíduos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O objeto central deste capítulo é a competência em informação voltada às pessoas trans, aquelas que, em síntese, perpassam a dicotomia socialmente e grotescamente imposta entre os papéis de homem/masculino e mulher/feminino – que, sendo a CoInfo considerada um movimento social, detém sua gênese como disciplina científica, vide o *corpus* produzido sobre o tema ao longo de quase 50 anos. Enquanto disciplina científica, a CoInfo é indubitavelmente enraizada na CI, uma ciência substancialmente interdisciplinar que tem como escopo primeiro a informação em suas múltiplas circunstâncias e segmentos.

Além da CI, considerada uma ciência inter e multidisciplinar, as abordagens teóricas de áreas correlatas são utilizadas para dar sustento à discussão. Posto isso, sua natureza é caracterizada como exploratória. A investigação do núcleo de interesse deste estudo – a edificação de diálogos possíveis voltados às pessoas trans por meio da CI e da CoInfo – se debruça em duas perspectivas metodológicas: a clássica pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura existente, ainda que de modo incipiente propiciam conexões entre as temáticas abordadas.

3 DISCUSSÃO

3.1 O MOVIMENTO INTERDISCIPLINAR DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

De forma geral, o desenvolvimento da CoInfo diz respeito a uma competência que pode ser desenvolvida em toda e qualquer pessoa/identidade: crianças, adultos, profissionais, desabrigados, analfabetos, etc., e corresponde à capacidade cognitiva de cada ser; destarte, apresenta-se de modo diferente nas pessoas, e precisa ser instigada conforme as particularidades de cada um (DE LUCCA, 2015). Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2013a), esse desenvolvimento é visto como aspecto dos direitos humanos intimamente relativo ao direito à educação. Recentemente, conceitos compostos e novos aspectos sobre competência evoluíram como resposta à mudança sociopolítica, aos padrões econômicos e tecnológicos, bem como às novas demandas e desafios dos tempos atuais, especialmente na sociedade em geral.

Os desenvolvimentos sociais, culturais e tecnológicos da contemporaneidade impulsionaram a criação de novas sinergias entre diferentes tipos de habilidades. Por conseguinte, os aspectos da CoInfo relacionados a outros direitos fundamentais e ao desenvolvimento social, como a liberdade de expressão e o acesso à informação, conforme estabelecido no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornam-se igualmente importantes para a educação, emprego, inclusão social, participação, economia e política (UNESCO, 2013a).

A Década das Nações Unidas para a Alfabetização (*The United Nations Literacy Decade* 2003-2012) finalizou com a necessidade de uma revisão completa acerca de seus preceitos, enfatizando a importância das pessoas, devidamente instruídas, trabalharem em seus próprios contextos sociais e que possam usar a competência para propiciar mudanças sociais. Reconheceu-se que a CoInfo se constitui com a aquisição de múltiplas habilidades. Assim, ela deve se tornar mais situacional, plural e dinâmica. É necessária uma abordagem teórica e conceitual mais holística, principalmente em virtude dos contextos sociais, culturais, tecnológicos, econômicos e políticos e tais contextos impulsionam às pessoas desenvolverem competência em informação (UNESCO, 2013a).

Entretanto, ser competente – independentemente do "gênero" da competência – não é mais separatista ou enfático: dificilmente se pode afirmar que uma pessoa não possui competência alguma ou é totalmente competente. Ao invés disso, é importante considerar: cada pessoa desenvolve suas habilidades de acordo com sua compreensão, demonstrando diferentes níveis e usos da competência em informação conforme os ambientes frequentados, suas necessidades e recursos disponíveis (UNESCO, 2013a).

Apesar do visível progresso para a melhoria dos níveis de competência em informação nos últimos anos, ainda existem lacunas e serem preenchidas em muitos países, no concernente ao desenvolvimento das capacidades cidadãs para o pensar crítico e criativo, para gerenciar recursos efetivamente, para participar igualmente e contribuir para as sociedades do século 21. Em geral, essa lacuna é denotada especialmente entre os grupos sociais vulneráveis (UNESCO, 2013a).

Contudo, faz-se necessário que os cidadãos compreendam como a informação e os conteúdos podem ser acessados, como esses conteúdos se originam, como são criados, financiados, protegidos, avaliados e compartilhados. Esses mesmos cidadãos precisam conhecer as funções, os papéis, os direitos e obrigações das instituições de informação e mídia na sociedade, as potenciais oportunidades, desafios e o potencial abuso recorrente com populações minoritárias específicas, como idosos ou mulheres – e/ou qualquer pessoa em geral (UNESCO, 2013a).

Dentro desse entendimento, o *Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias* foi proposto no XV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (XV CBBD) justamente nesse contexto, ao apontar tal competência como fator crítico e inerente ao desenvolvimento social, cultural e econômico em território brasileiro na contemporaneidade, merecendo atenção especial no concernente à mobilização da sociedade civil e dos órgãos governamentais para a sua inclusão nas ações de democracia e exercício pleno da cidadania (MANIFESTO..., 2013).

Acredita-se que o país necessita imediatamente reavaliar suas políticas direcionadas às populações vulneráveis/minorias, compreendidas como aquelas que se encontram em

situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, especialmente no que tange às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia com fins em sua efetiva inclusão social (MANIFESTO..., 2013).

A competência em informação deve, sem embargo, ser assimilada como um direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu próprio ser e vital à sua sobrevivência. É preciso criar discussões, ações e programas/iniciativas **interdisciplinares** e **descolonizadoras** que validem essas afirmações, inserindo a CoInfo neste cenário, de modo a suscitar efetividade em prol da consciência e dos direitos cidadãos.

A interdisciplinaridade, igualmente como a competência em informação, é vista como um movimento social contemporâneo que emerge na perspectiva do diálogo e da integração das ciências e do conhecimento, buscando romper com o caráter de hiperespecialização e com a fragmentação dos saberes. Em princípio, a interdisciplinaridade aparece como preocupação humanista, além da preocupação com as ciências (GOLDMAN, 1979). Na interdisciplinaridade, propõe-se uma profunda revisão de pensamento, no sentido da intensificação do diálogo, das trocas, da integração conceitual e metodológica nos variados campos do saber.

Assim, a competência em informação se alinha aos movimentos sociais e à interdisciplinaridade, que por meio de mecanismos de aprendizagem e de atores sociais reivindicam questões que tratam dos direitos humanos (acesso à informação) e da autonomia pessoal (independência e liberdade no trato com a informação). O desenvolvimento da competência em informação vai além das bibliotecas e da

Biblioteconomia e/ou da Ciência da Informação, indubitavelmente. Do ponto de vista contemporâneo, a noção de competência em informação incorpora outras aplicabilidades (interdisciplinares), pois a informação necessita de um contexto para ser compreendida (FREIRE; FREIRE, 2009). Em perspectiva similar, Koltay (2011) aponta alguns exemplos:

> **a) habilidades em mídia:** habilidades para decodificar, avaliar, analisar e produzir tanto mídias eletrônicas quanto impressas; vislumbra o relacionamento autônomo/ crítico com todas as mídias;
> **b) habilidades visuais:** aptidão para discriminar e interpretar ações visíveis, objetos e símbolos, naturais ou produzidos pelo ser humano;
> **c) habilidades digitais:** capacidade para entender e usar a informação de uma variedade de fontes digitais, incluindo pesquisas na *internet*, o uso de hipertextos e a coleta de informações relevantes e confiáveis;
> **d) habilidades nas tecnologias emergentes**: agilidade para se adaptar continuamente para entender, avaliar e utilizar as emergentes inovações em tecnologia da informação, tornando-a apta a tomar decisões inteligentes ao adotar as mais recentes; e
> **e) habilidades multiculturais:** maestria para reconhecer, comparar, contrastar e apreciar similaridades e diferenças nos comportamentos culturais, crenças e valores dentro e entre culturas.

A Unesco (2013a) acredita que a fusão da competência em informação com outras habilidades (interdisciplinaridade) propicia o desenvolvimento pessoal necessário para a modernidade, tendo em vista o grande volume de dados, informações e mensagens provenientes de diferentes plataformas e/ou provedores de comunicação e informação. A junção construtiva dessas habilidades com a competência em informação pode ser utilizada para conceber, em comum acordo, um conjunto de habilidades necessárias ao ambiente tecnológico. Esta integração pode viabilizar as pessoas a participação ativa na cidadania.

Posto isso, entende-se a competência em informação como uma metacompetência interdisciplinar: expande o escopo das habilidades tradicionais de informação (determinar as necessidades, acessar, localizar, entender, produzir e utilizar informações) para incluir a produção colaborativa e o compartilhamento de informações em ambientes reais e digitais participativos (colaborar, produzir e compartilhar). Este entendimento requer uma adaptação contínua às tecnologias disponíveis e uma compreensão do pensamento crítico e reflexão necessários para se envolver nesses espaços como produtores, colaboradores e distribuidores, conforme explana a *American Library Association* (ALA, 2016).

Na prática, o viés interdisciplinar e social da competência em informação para as pessoas trans muito possivelmente pode e deve se solidificar na ação profissional conjunta à população. O próximo subitem discorrerá acerca dos pilares considerados fundamentais em que a CoInfo pode se fazer presente no apoio às pessoas trans: na escola, em movimentos sociais, no terceiro setor (ONGs) e na saúde, abordando a noção de *health literacy* como competência em saúde.

3.2 A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO VOLTADA ÀS PESSOAS TRANS: CONJECTURANDO OS DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Os direitos humanos são os direitos essenciais a todos os seres humanos, sem que haja discriminação por raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade ou por qualquer outro motivo (como religião e opinião política). Podem ser civis ou políticos, como o direito à vida, à igualdade perante a lei e à liberdade de expressão. Podem também ser econômicos, sociais e culturais, como o direito ao trabalho e à educação e coletivos, como o direito ao desenvolvimento. A garantia dos direitos humanos universais é feita por lei, na forma de tratados e de leis internacionais, por exemplo, e concretizada pelo direito de uso igualitário de espaços sociais, como a **escola** (BRASIL, 2009).

Segundo Peres (2009), é necessário compreender que quando uma pessoa trans chega à escola, muito provavelmente ela já vivenciou conflitos em eixo familiar e comunitário, estando emocionalmente frágil e sem estruturas para enfrentar os processos de estigmatização e discriminação que a escola em si – juntamente com seus estudantes, professores e demais funcionários – propicia, dada a falta de informação dessas expressões de identidade e suas particularidades.

As vulnerabilidades e hostilidades que as pessoas trans são expostas nas escolas acarretam, em larga escala, a reações violentas, impulsionando a evacuação do ambiente escolar ou a expulsão, o que contribui substancialmente para a marginalização e a prostituição como única forma de sobrevivência. A escola, que primordialmente deveria ser um espaço inclusivo e de acolhimento às diversidades, por vezes descaracteriza essa ideologia e passa a desempenhar outras. Converte-se em "escola-polícia", "escola-igreja", "escola-

tribunal", deliberadas por tecnologias atuais de poder consolidadas na padronização corpórea e na estigmatização dos prazeres individuais (PERES, 2009).

Torna-se distante, desse modo, de uma das funções educacionais: preparar as pessoas para o convívio com a pluralidade por meio da produção de sentimentos e ações fraternais, empáticas e equitativas de direitos, valorizando o coletivo e propiciando o acesso à informação, fator primordial às pessoas na construção da cidadania.

A estigmatização e as violências em relação às expressões trans são recorrentes e constantes tanto no espaço escolar quanto nas demais camadas sociais, fato que nos leva ao entendimento sobre a criação de culturas de resistências trans como linhas de fuga, contrapoderes ou resistências em face ao poder normatizador. Tomando como pressuposto a noção de que todas as relações estabelecidas são relações de poder e trazem consigo um contrapoder, uma resistência, entende-se que onde existe poder, existe resistência, e por isso mesmo esta nunca se sobressai em relação ao poder.

Foucault (1985) entende as correlações de poder como indissociáveis aos pontos de resistência que instauram, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de oponente. Tais pontos de resistência são presentes em toda a rede de poder. Na rede do poder, encontram-se as resistências: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; existindo somente no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 1985). Para Peres (2009), as análises de poder e dessa cultura de resistências podem ser tomadas como fatores propulsores na problematização das cenas de estigmatização vividas pelas pessoas trans e do modo como respondem

politicamente e constroem estratégias de luta e resistência para a defesa de seus direitos e a construção da cidadania.

Na promoção da cultura da resistência, ser competente em informação pode se converter numa poderosa estratégia de empoderamento[27], levando as pessoas trans a principiar um encontro com o poder (PERES, 2009):

> O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido permanecer, é o **ENCONTRO COM O PODER**: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com freqüência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder.

[27] Nesse sentido, principalmente, o empoderamento deve possibilitar que as relações, individuais ou coletivas, se tornem um elo entre os acontecimentos sociais e a esfera pública, em que a participação de todos possa se converter em resultados que propiciem nas melhorias dos aspectos relevantes para o contexto social.

> (FOUCAULT, 2003, p. 207-208, grifo do autor).

Essa edificação da cultura de resistência, em se tratando de ambiente escolar, debruça-se no entendimento de Bento (2011) sobre o "heteroterrorismo", o qual diz respeito ao terrorismo preponderante sofrido pelas pessoas de sexualidade e identidade de gênero *não tradicional*, seja na repreensão por trejeitos, timbre de voz ou determinado comportamento não condizente à sociedade. A escola, muitas vezes, acaba por se tornar um espaço proliferador do "heteroterrorismo", iniciado nas relações familiares.

O espaço escolar, desse modo, se torna tão opressor que a pessoa trans se sente deslocada daquele meio social, culminando no abandono escolar. As pessoas LGBT+[28], em geral, são submetidas a isolamento social, zombaria e agressões por parte de seus colegas. A prática do *bullying* escolar, na forma de apelidos, perseguições, agressões e casos de depressão profunda são alguns dos reflexos da violência simbólica vivenciada (BENTO, 2011).

Nesse cenário, constatam-se as recorrentes práticas de *bullying* homofóbico: é o tipo de *bullying* motivado pela orientação sexual ou identidade de gênero real ou percebida do oprimido. Para a Unesco (2013b), o *bullying* homofóbico é um assunto importante para a área de educação, e seu enfrentamento pode ser desafiador, especialmente em contextos em que a identidade LGBT+ se torna assunto delicado

[28] O sinal (+) representa os inúmeros outros grupos de minorias sexuais e de gênero que tornariam o acrônimo muito longo para uso prático. Há controvérsias quanto ao uso, porém, atesta-se que muitas ONGs e estudiosos aderiram à sigla LGBT. Disponível em: http://www.urbandictionary.com/define.php?term=LGBT%2B. Acesso em: 30 jun. 2019.

ou ilegal, tendo alguns países conseguido avançar mais que outros (UNESCO, 2013b).

A prática do *bullying* homofóbico, e nesse caso, transfóbico, pode ter efeitos adversos na saúde mental e psicológica dos que sofrem, além do impacto negativo no desenvolvimento educacional. Há uma nítida associação entre *bullying* homofóbico na escola e depressão, ansiedade, perda de confiança, retração, isolamento social, sentimento de culpa e distúrbios do sono. Alunos que são alvo de *bullying* na escola têm maior probabilidade de pensar em se automutilar – e maior probabilidade de cometer suicídio – que os jovens em geral, de acordo com a Unesco (2013b).

A educação é um dos fatores-chave no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e aumento das oportunidades sociais. Frequentar o espaço escolar é igualmente importante para o desenvolvimento social e psicológico dos jovens. Para tanto, é importante propiciar aos estudantes um ambiente seguro e estruturado, com apoio emocional e oportunidades para interagir com seus colegas e com o corpo discente/responsável pelo local.

No Brasil, a noção da escola como ambiente de transformação social para as pessoas trans ainda é deveras utópica: o papel reformador da escola se encontra na eliminação do preconceito, estigmatização e patologia da sociedade com essa população. Para tal, é necessária a reeducação de professores, estabelecimento de políticas de conscientização, criação de grupos escolares de discussão sobre questões de gênero, etc.

Atualmente, são poucas e paulatinas as medidas institucionais que visam debater o problema e aumentar a diversidade na escola, e elas são, quase em sua totalidade, atitudes pontuais de professores que, muitas vezes, sofrem

repressões por suas atitudes. A ressignificação do espaço escolar, entretanto, deve consistir na promoção e efetivação de um ambiente seguro, saudável e confortável para que as identidades trans possam receber educação de qualidade e possuir outras opções além da prostituição, constituindo uma nova mentalidade coletiva para se desestruturar os preconceitos fundamentados socialmente (BENTO, 2011).

Beluzzo e Feres (2016) apontam como requisitos necessários para o contexto brasileiro a existência de espaços participativos e de intercâmbio, mediante práticas pedagógicas e informacionais baseadas na filosofia educacional equitativa; e a garantia de acesso e uso da informação para geração do conhecimento aos grupos vulneráveis, incluindo o desenvolvimento da competência em informação voltada à escola e ao desenvolvimento social. O apoio do corpo escolar é fundamental na construção da cultura de resistência para as pessoas trans, a qual vem se mostrando como prerrogativa na busca de visibilidade dessa população. Tal construção é fruto da organização social e política, cada vez mais presente em conselhos municipais, estaduais e federais, apontando as reivindicações da população e propondo soluções para o enfrentamento dos estigmas e preconceito vividos em todo o cenário social.

Tendo em vista os aspectos apresentados até aqui sobre o papel da escola e a necessidade da "cultura de resistência" aos estigmas e preconceitos enfrentados pelas pessoas trans, percebe-se que há convergência com a **dimensão política** da competência em informação, proposta por Vitorino e Piantola (2011): compreende-se, nesta conjuntura, o ser humano enquanto ser social, membro de uma comunidade/sociedade, a cidadania, as relações entre ser humano/sociedade, a questão do Estado/governo e a emancipação de seu destino, não

admitindo ser objetificado (VITORINO; PIANTOLA, 2011; DE LUCCA, 2015).

Porquanto, a concretização da cidadania se dá quando as pessoas estão aptas e motivadas para exercer seus direitos e deveres em conformidade à comunidade e ao Estado, participando ativamente da vida pública. Logo, existe a interação direta entre a cidadania e a política – daí a noção da **dimensão política** da CoInfo: ao se falar de "ser humano político", deve-se considerar o sentido da dimensão da competência em administrar o próprio caminho histórico, mudando a natureza, as relações sociais e com consciência pessoal, tem conhecimento das divergências e busca resoluções; não quer ser objeto, assume as rédeas de seu próprio destino (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 106).

A promoção de espaços de discussões e agendas de pesquisas e estudos que possam colaborar para a promoção da saúde, dos direitos humanos e da construção da cidadania enquanto direito de participação social e política nas tomadas de decisões da sociedade como um todo das pessoas trans se alinha às outras dimensões da competência em informação: **dimensão técnica**, **dimensão ética** e **dimensão estética** (PERES, 2009; VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Em síntese, a **dimensão técnica** diz respeito à aquisição das habilidades e dos instrumentos para encontrar, avaliar e utilizar de modo apropriado a informação de que se necessita: é o fazer da competência em informação; a **dimensão ética** é a dimensão fundante que permeia também a trajetória de vida em sociedade da pessoa, está presente nos bons costumes que preservam o bem viver dentro do contexto social; e a **dimensão estética** é a dimensão sensível, ao se revelar como a dimensão da vida, relativa aos sentimentos e às percepções pessoais, que

não pode ser explicitamente formulada pelos produtos da razão (DE LUCCA, 2015, grifo nosso).

Essas dimensões expressam faces que se unem para que tal competência seja desenvolvida plenamente: "é uma espécie de "retalho" de um *patchwork* complexo e colorido" em que partes são unidas com um fim: a competência em informação. Assim, o desenvolvimento de todas as dimensões é basilar: todas devem estar presentes em harmonia tanto na competência quanto na informação, pois juntas e em equilíbrio tendem a favorecer o desenvolvimento dela própria (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 102).

Acredita-se que o desenvolvimento da CoInfo em outros cenários, como em **ONGs** são de importante valia e surgem por meio do desenvolvimento de habilidades autônomas e motivacionais para a educação. A competência em informação, em sentido similar, tem características de surgimento por vias motivacionais. Nessa ótica, a motivação se insere na teoria da autodeterminação, em que para se tornarem mais autodeterminadas e motivadas, as pessoas necessitam ser apoiadas em prol de suas ações – livrando-se da ansiedade e/ou da culpa. Se identificada a importância interna de suas ações ou a compreensão dos motivos de uma ação, as pessoas se sentiriam motivadas a desenvolverem a competência em informação (MAYBEE; FLIERL, 2016).

Com característica próxima, as ONGs podem também se orientarem para possibilitar condições para que uma população que não consegue se expressar por si e agir em sua própria defesa passe a se fortalecer e atuar com autonomia, afirmando seus próprios interesses e tomando decisões. Segundo Oliveira e Haddad (2001), na América Latina, as ONGs são consideradas uma classe especial de organizações dedicadas ao desenvolvimento participativo e sustentável e à construção e

defesa de direitos e "não se confundem com entidades comunitárias e de autoajuda, com centros de pesquisa, fundações e entidades filantrópicas de corte tradicional.

Além do mais, a atividade das ONGs comporta forte viés educacional e, de certo ponto de vista, toda a sua atividade é educacional. Nesse sentido, as ONGs estão educando quando fazem denúncias de exploração do trabalho infantil, mobilizam para manifestações contra o pagamento da dívida pública, distribuem informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, debatem a proteção às mulheres pela previdência social, articulam segmentos em torno da urbanização de favelas, servem como rede de apoio às populações vulnerabilizadas socialmente, etc. (GHANEM, 2012).

A predisposição para agir em virtude do beneficio dos demais cada vez mais tem se associado com interesses particulares, tal como o aperfeiçoamento de currículo e vivência profissional dos envolvidos no trabalho voluntário. Desse modo, o terceiro setor e ONGs são termos que abrangem o mundo da política, da militância, da cidadania onde se destaca o seu papel na construção de espaços públicos e na consolidação da democracia (OLIVEIRA; ROCHA-PINTO, 2010).

No Brasil, esse movimento surge com vistas a uma resposta aos problemas sociais, marcado pelo aumento das desigualdades e vulnerabilidades sociais, num plano de exclusão social e da pressão social por resoluções em diversas realidades para as mais diferentes questões, ocupando espaços que eram acessíveis exclusivamente ao Estado. Esse panorama se constitui com fundamento em alguns fatores, tais como a crescente das políticas sociais para o poder local, a articulação da sociedade civil e organizações representativas de interesses, a ascensão dos movimentos sociais institucionalizados, etc. As

ONGs, ou o terceiro setor, ocupam um espaço do "público, porém privado", num plano em que o bem-estar social é responsabilidade de toda a sociedade (AZEVEDO, 2008).

É necessário também distinguir o trabalho contemplado: enquanto a filantropia estaria ligada a uma ação altruísta e desprendida, as ONGs, por sua vez, teriam como proposta a promoção não da filantropia, mas do desenvolvimento social. Consideram-se as "verdadeiras" ONGs àquelas que auxiliam a sociedade a buscar alternativas de desenvolvimento e de superação quanto as suas mazelas sociais. Além disso, a representação social de ONGs, muitas vezes, está ligada a ideias de conotação positiva como, por exemplo, a ação social, solidariedade, organização, ação prática, defesa de interesses, participação alternativa e bem-estar (AZEVEDO, 2008).

Barreto (1999) conceitua a informação como uma estrutura significante com competência e intenção de gerar conhecimento no ser, possibilitando desenvolvimento e bem-estar social, entendimento expresso na **dimensão estética** da CoInfo, conforme Vitorino e Piantola (2011) expõem: sendo o humano um ser social e vivendo em comunidade, cujas experiências vividas se dão no contato com o outro, a Estética aqui se conecta à sensibilidade social, ou seja: se reflete na cidadania, na solidariedade, na generosidade e no bem-estar individual e coletivo.

Compreender a relação ONGs/Estado é também relevante, visto que as ONGs estão cada vez mais envolvidas na formação de políticas públicas e vistas como mantenedoras das responsabilidades sociais que o Estado estaria abandonando. As ONGs com propósitos sedimentados na promoção dos direitos humanos e da democracia procuram contribuir para o redirecionamento e o fortalecimento em educação e saúde. Contudo, quer educando ou influindo em outros direitos

humanos, o caráter privado das ONGs as coloca no centro de grandes desafios: a realização do direito à **educação** e à **saúde** (GHANEM, 2012).

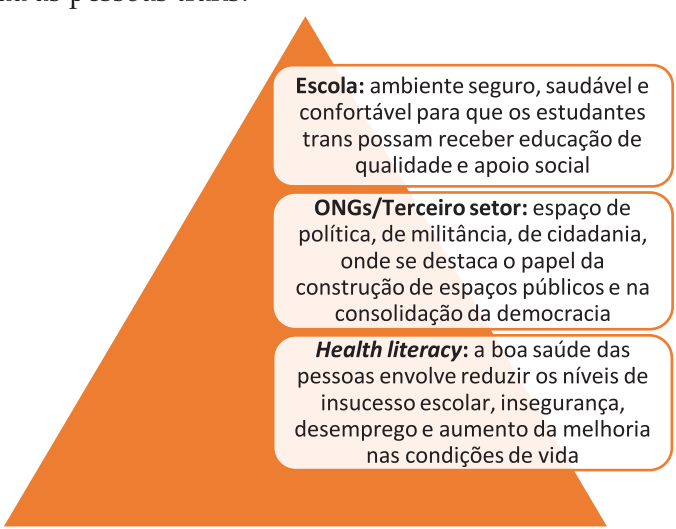
Outro eixo que pode ser vinculado à interdisciplinaridade da competência em informação – às pessoas trans – é a noção de *health literacy*, aqui utilizada como competência em saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) a define como o conjunto de habilidades cognitivas e sociais e a capacidade das pessoas no acesso a compreenderem e a usarem informação de forma que promovam e mantenham a boa saúde. É a capacidade para tomar decisões em saúde fundamentadas, no cotidiano – em casa, na comunidade, no local de trabalho, no mercado, na utilização do sistema de saúde e no contexto político; possibilitando o aumento do controle das pessoas sobre a sua saúde, a sua capacidade para procurar informação e para assumir responsabilidades (SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

Assim como a *information literacy*, o termo *health literacy* foi introduzido na década de 1970, mostrando-se de suma importância na saúde pública e aos cuidados de saúde. Preocupa-se com as capacidades interpessoais no atendimento às complexas exigências da saúde em uma sociedade moderna. Implica em pôr a própria saúde, a de familiares e a da comunidade em contexto, entendendo quais fatores influenciam essa dinâmica e a noção de como abordá-los. Nos últimos anos, seu foco também está se ampliando para que não se refira apenas à transformação individual, mas também à transformação contextual e social em termos de vínculo entre ela e o crescimento econômico, à mudança sociocultural e política. A boa saúde envolve reduzir os níveis de insucesso escolar, reduzir a insegurança e o desemprego e melhorar as condições de vida. As sociedades que permitem aos cidadãos

ter um papel socialmente ativo, econômico e cultural serão mais saudáveis do que aquelas cujos cidadãos enfrentam a insegurança, a exclusão e a carência (SORENSEN *et al.*, 2012).

À vista disso, tais entendimentos são considerados responsabilidade dos diversos setores e atores sociais. Buscando sintetizar o exposto acerca dos pilares apresentados – escola, ONGs e (a competência em) a saúde – a Figura 1 aponta alguns elementos considerados basilares na aplicabilidade interdisciplinar da CoInfo às pessoas trans.

Figura 1 – Os possíveis pilares da competência em informação voltada às pessoas trans.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Por meio da Figura 1 e dos elementos apresentados, pode-se inferir que a competência em informação e dos profissionais responsáveis por cursos, programas ou ensino desta – em se tratando principalmente de minorias sociais/grupos vulneráveis, como as pessoas trans – converte-se de um

movimento social para um movimento social interdisciplinar que pode se instaurar em novo espaço público, seja digital ou urbano, espaço este de comunicação autônoma e competente (em informação) (CASTELLS, 2013).

Diz-se isso, pois a competência em informação, como um movimento interdisciplinar e se institucionalizada nos pilares da escola, das ONGs e da saúde – e outros podem constituir uma nova mentalidade nas comunidades abrangidas. Quando se discute sobre o desenvolvimento de comunidade, pensa-se na questão da organização de grupos sociais, motivando nessa conjuntura a consciência cultural e cognitiva, com vistas à promoção individual e identitária. É importante entender a comunidade dentro da questão das potencialidades, podendo estar no pilar do desenvolvimento ou no pilar da ignorância. Desse modo, conscientizar e mobilizar a comunidade são partes fundamentais no processo de desenvolvimento social e cognitivo (DEMO, 1996).

Nessa acepção, o envolvimento social é tão necessário para o triunfo cognitivo dos seres humanos quanto os fatores físicos; e não obstante, a condição humana vem apresentando melhorias ao longo do tempo. Muitas iniciativas estão vinculadas a esse prisma, e os novos movimentos sociais permitem que grupos estabeleçam novas práticas sociais e possam agir em virtude de outro que teria menos capacidade de ação se o realizasse por conta própria.

Por conseguinte, pode-se afirmar que a competência em informação é permeada pelo conceito de participação. Segundo Demo (1996), participação é conquista ao entendimento que é um processo, infindável, em constante **vir-a-ser**, sempre se fazendo. Participação, assim, é essencialmente uma **constante**, existindo enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente ou acabada.

Participação não pode ser compreendida como dádiva, como concessão, como algo preexistente. Como dádiva, não pode ser compreendida porque não seria algo conquistado, nem realizaria o fenômeno da autopromoção, cuja característica principal se respalda numa política social centrada nos próprios interessados; seria uma participação tutelada, vigente e fragmentada, com delimitação de espaços. Como concessão, não pode ser compreendida porque não é fenômeno residual ou subalterno da política social, mas um de seus eixos fundamentais. Como algo preexistente, não pode ser compreendida porque o espaço de participação não é o primeiro passo, ou algo que surge aleatoriamente (DEMO, 1996).

As propostas participativas, por sua vez e em muitas vezes, são canais para camuflagem de novas e sutis repressões. Iniciativas governamentais, por exemplo, são exponencialmente repressivas. Desse modo, quem crê em participação, estabelece uma disputa com o poder – um **encontro com o poder**, pautando-se na redução da repressão. Para realizar a participação, é preciso defrontar o poder, partir dele, e então, abrir os espaços de participação, numa edificação profundamente sedimentada. Participação, então, não é a ausência, superação ou erradicação do poder: se trata doutra forma de poder. Diz respeito também a outro modo de intervenção da realidade, sendo uma forma que passa por duas vias cruciais: pela autocrítica, que reconhece suas tendências impositivas, e pelo diálogo aberto com os interessados, superados os papeis sociais de objeto, clientela, alvo (DEMO, 1996).

No caso das pessoas trans e demais minorias existentes, a redução das desigualdades só pode ser fruto de um processo rígido de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido

de defesa de interesses contra interesses adversos. Não se deve enfeitar ou banalizar esse processo, ainda que em si não precise ser violento; porém, nos casos de desigualdade extrema, incertamente se escapará da violência, visto que já está alocada no cerne processual. Cabe apontar que a liberdade só é verdadeira quando conquistada. Bem como a participação, sendo essa a noção que fundamenta a dimensão básica da cidadania. Há, igualmente, direitos e deveres dentro do escopo da participação, e, possivelmente, não esteja em nossos hábitos a participação. Muitas vezes, torna-se mais prático receber coisas dos outros, o que constata uma situação provocada por uma sociedade autoritária, na verdade (DEMO, 1996).

4 BREVES CONSIDERAÇÕES

A ausência de desenvolvimento da competência em informação também é uma forma de autoritarismo e repressão social. Seu viés empirista, então, pode e deve se tornar um poderoso aliado no desenvolvimento da cidadania das minorias. São primordiais e emergentes a discussão e o entendimento da igualdade de gênero, pois diante dos avanços tecnológicos e informacionais, a CoInfo é potencialmente capaz de apoiar o desenvolvimento sustentável mundial. É necessário vislumbrar além das tecnologias, em direção a um processo mais crítico, focalizado nas e para as pessoas.

Posto isto, a interdisciplinaridade da competência em informação se apresenta na premência do trabalho colaborativo entre educadores, profissionais de áreas correlatas, bibliotecários e especialistas em informação, jornalistas e outros profissionais de mídia, museus, arquivos e editores na garantia que todas as pessoas tenham acesso a informações confiáveis e com qualidade garantida; no incentivo ao *lifelong learning* para

a avaliação crítica e reflexiva de informações e na conscientização sobre manipulações e informações de caráter duvidoso; bem como, permitir a todos participarem da vida política e social em uma sociedade igualitária; além do estabelecimento de padrões democráticos para a competência em informação, nos currículos de todos os níveis educacionais – garantindo os não-tradicionais.

Entretanto, por mais que instituições compreendam o nível de autoridade representada pelas organizações internacionais e nacionais que militam nesta frente, apresentando boas intenções, não necessariamente estas alcançam as demandas sociais existentes. Portanto, cabe a nós, profissionais, pesquisadores ou equivalentes – seres que hipoteticamente deveriam saber conviver com as pluralidades sociais, antes de tudo – quais condutas comportamentais e profissionais adotar, no intuito de amenizar a falta de informação e as barreiras construídas pelo preconceito e opressão existentes. É importante ressaltar também que as pessoas trans (T) têm particularidades mais densas em relação ao restante da população LGB, e por isso, precisam de apoio incondicional e irrestrito. É importante também tornar a população em foco protagonista de sua fala, incluindo sua participação omissa na academia, viabilizando campos e possibilidades de socialização/desmistificação.

Todavia, e no contexto da vulnerabilidade preponderante das pessoas trans, o desenvolvimento da competência em informação deve ser tratado de maneira mais aprofundada, considerando a diversidade e as especificidades da demanda social, tanto internas quanto as coletivas – além da interdisciplinaridade empírica e consistente, que faça a informação e as habilidades que tornam o ser competente em informação ser universalizada: chegar aos que necessitam e

chegar para os que desconhecem as individualidades do outro. Afinal, a criação de declarações, manifestos ou formas outras de "solidariedade" é inútil e pífia se não existe efetivamente a aderência em campo e o envolvimento empático das partes envolvidas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). Association of College & Research Libraries. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. 2016. Disponível em: http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework. Acesso em: 30 jun. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 21-27, fev. 2004.

AZEVEDO, Debora. Voluntariado corporativo - motivações para o trabalho voluntário. **Revista Produção Online**, Florianópolis, n. esp., p. 1-14, jul. 2008.

BARRETO, Aldo. Os destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama. **DataGramaZero**, n. zero, p. 1-8, dez. 1999.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011.

BRASIL. Cidadania e Justiça. **Declaração Universal dos Direitos Humanos garante igualdade social**. Brasília, 2009.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução a psicologia**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001. 798 p.

DE LUCCA, Djuli Machado. **A Dimensão Política da Competência Informacional:** Um estudo a partir das necessidades informacionais de idosos. 2015. 287 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal

de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2015.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMO, Pedro. **Pobreza política (pobreza humana)**. s.l., 2010. Disponível em: http://www.fundacaosintaf.org.br/arquivos/File/Pobreza% 20Poltica%20-%20Pedro%20Demo.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: **História da sexualidade 1**: Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GHANEM, Elie. As ONGs e a responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 51-65, ago. 2012.

GOLDMAN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOLTAY, Tibor. The media and the literacies: media literacy, information literacy, digital literacy. **Media, Culture & Society**, v. 33, n. 2, p. 211-221, 2011.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25., 2013. **Anais...** Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, 2013.

MAYBEE, Clarence; FLIERL, Michael. Motivating learners through information literacy. **Libraries Faculty and Staff Scholarship and Research**, p. 698-707, 2016.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 61-83, mar. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Media and Information Literacy**: Media and Information Literacy. Paris: UNESCO, 2013a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Resposta do Setor de Educação ao bullying homofóbico**. Brasília: UNESCO, 2013b. 60 p.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. *In*: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 235-263.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS). **Literacia em Saúde**. Lisboa, 2016. Disponível em: https://www.sns.gov.pt/noticias/2016/11/15/estrategia-nacional-para-a-literacia-em-saude/. Acesso em: 30 jun. 2019.

SORENSEN Kristine; et al. Health literacy and public health: a systematic review and integration of definitions and models. **BMC Public Health**, v. 12, n. 80, p. 1-13, 2012.

SUESS, Aimar. Análisis del panorama discursivo al redor de la despatologização trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales. *In*: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, Gerard (Ed.). **El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad**. Barcelona: EGALES, 2010.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da Competência Informacional (2). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, abr. 2011.

VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação: relatório de pesquisa realizada com os dirigentes de bibliotecas de Instituições de Educação Superior do Sul do Brasil. *In*: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira (Org.). **Competência em informação**: políticas públicas, teoria e prática. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 387-407.

AÇÕES E ATIVIDADES CULTURAIS COMO INSTRUMENTOS DE VISIBILIDADE DAS QUESTÕES LGBTQIA+ EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Bruno Almeida dos Santos

1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade marcada pela cultura do preconceito é notório o olhar discriminador para todas as pessoas que se diferenciam do dito padrão heteronormativo, branco e masculino. Afinal, a maioria das pessoas passou – e ainda passa – por um processo cultural e educacional que não permite o respeito às diferenças. Diante desse cenário, lembramos-nos das minorias sexuais e de gênero, que ao longo da história têm sofrido com o preconceito e a discriminação por não se encaixar no modelo da dita heteronormatividade cisgênera.

Faz parte das minorias de gênero e sexualidade a comunidade formada por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexuais, assexuais e outras identidades de gênero e sexualidade, representadas pela sigla LGBTQIA+. As pessoas que fazem parte dessa comunidade são vítimas de várias fobias que, segundo a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), são distúrbios psiquiátricos que se expressam na forma de medo mórbido e ódio, irracional, desproporcional, persistente e repugnante, que podem e devem ser tratados (ABGLT, 2010).

Além de sofrer com a LGBTQIAfobia, o grupo composto por pessoas LGBTQIA+ também está à margem do pleno

exercício da cidadania carecendo, muitas vezes, de proteção do Estado no que se refere à garantia de direitos (LIMA, 2007). Neste sentido, acreditamos na cultura como caminho para que as pessoas que compõem a comunidade LGBTQIA+ possam ter a possibilidade de garantir seus direitos e combater a exclusão social e o preconceito.

Colling (2015) destaca que para modificar as práticas discriminatórias e preconceituosas contra a comunidade LGBTQIA+ é necessária uma modificação na cultura de cada local, e isso pode resultar em uma maior aceitação das diferenças. Mudanças na cultura de um país, organização e instituições, tais como: o Estado, a Igreja, a Família, a Escola, as Unidades de Informação e os Meios de Comunicação, podem acontecer se utilizando instrumentos da própria cultura, como as ações e atividades culturais, que ajudam as pessoas a se entenderem, compreenderem as diferenças e se aproximarem uma das outras.

Dito isso, este estudo procurou responder a seguinte questão: quais ações e atividades culturais podem ser desenvolvidas em unidades de informação para promover a visibilidade das questões LGBTQIA+? Sendo essa a questão que direciona a pesquisa, o estudo tem como objetivo apresentar ações e atividades culturais que podem ser praticadas em unidades de informação para tornar visíveis as questões relacionadas à comunidade LGBTQIA+.

Espera-se que este capítulo auxilie a combater a invisibilidade das questões relacionadas à comunidade LGBTQIA+ em unidades de informação e na própria Ciência da Informação, que tem uma incipiência no que se refere à temática LGBTQIA+ em sua produção científica nacional.

A pesquisa apresenta uma revisão de literatura sobre as noções de cultura, aborda ainda sobre cultura,

desenvolvimento e inclusão social, além de unidades de informação e ações e atividades culturais. O caráter é descritivo e a abordagem é qualitativa. Houve também um mapeamento, e como resultado, apresentamos as diversas ações e atividades culturais que podem ser desenvolvidas em unidades de informação com intuito de combater o preconceito e promover a inclusão e o desenvolvimento da comunidade LGBTQIA+, principalmente no âmbito social e cultural.

2 NOÇÕES DE CULTURA

Existe uma grande quantidade de debates e definições sobre o que é cultura. Alves (2010) argumenta que a palavra cultura tem extensa história, marcada por mudanças em seu significado ao longo do tempo e se apresenta como um termo rico, sedutor, contraditório, disperso, não claro, que pretende atingir fins diferentes e não tem um significado consensual. Por muito tempo, ela foi entendida como uma invenção intelectual realizada por "grandes homens" e também como uma criação letrada (FRANCO JÚNIOR, 2001).

Uma das primeiras noções de cultura se encontra na definição científica da palavra dada por Tylor, antropólogo britânico considerado o pai da antropologia cultural. Para ele, cultura "[...] é todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei, moral, costume e quaisquer aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (TYLOR, 1871 *apud* LARAIA, 1986, p. 25).

Segundo Eagleton (2005), a palavra cultura é uma das duas ou três palavras mais complexas da língua inglesa, sendo que seu conceito deriva da natureza e descreve as mais elevadas atividades humanas, do trabalho e da agricultura, das colheitas e do cultivo. Pode ser também um adubamento das mentes,

uma atividade, uma abstração, um minucioso processo material, assuntos do espírito, cultivo dos habitantes, entre outros. Sua raiz está na palavra latina *colere* que significa tudo, desde cultivar e habitar, até prestar culto e proteger. Inicialmente, a palavra cultura estava ligada ao campo, num processo natural a uma atividade; depois, passa a fazer parte de uma ligação com o espírito e segue para a população que não se relaciona diretamente com as atividades da terra, mas que tem tempo para se instruir (EAGLETON, 2005).

De acordo com Franco Júnior (2001), a palavra cultura está ligada a toda criação do ser humano, seja ela consciente e inconsciente, na relação uns com os outros, com o meio físico e também com o meio sobre-humano. Compreendemos que os idiomas, as instituições, as formas de organização social, as normas, as vestes, as moradias, as ferramentas, as orações, os símbolos, as invenções, a língua falada e escrita, os mitos, os rituais, a dança, os hábitos alimentares, a arquitetura, o teatro e a música fazem parte da cultura. A maneira dos sujeitos se relacionarem tem caráter variado, podendo expressar sentimentos (literatura e arte), domínio social (ideologias), controle sobre a natureza (técnicas) e a busca pela compreensão do universo (filosofia e teologia) (FRANCO JÚNIOR, 2001).

Numa visão antropológica, Geertz (1989) vê a cultura como uma teia de significados, tecida e analisada pelo ser humano; essa teia é aquilo que orienta a existência humana, não busca leis, mas está sempre procurando o significado. É como um sistema de símbolos (ato, objeto, acontecimento ou relação que representa um significado) que se relaciona com os sujeitos mutuamente. Dessa forma, sabe-se que para compreender o ser humano é preciso entender e interpretar essa teia de significados que proporciona tantas características. Chauí (1995) aborda que a antropologia compreende a cultura como:

1) a invenção de leis, fundamentada na separação entre natureza e cultura; 2) invenção da ordem simbólica, do espaço, do tempo, do profano e do sagrado; e 3) o ajuntamento de práticas, conduta, ações e instituições que fundam a organização social.

Na concepção científica, o conceito de cultura nasce através de estudos objetivos e sistemáticos que tratam, segundo Alves (2010, p. 34), de um fenômeno que é: "a) natural do ser humano; b) dotado de causas e regularidades; c) capaz de proporcionar a formulação de leis". Assim, a cultura ganha uma dimensão descritiva (aquela composta pelas crenças e as representações sociais da realidade natural e social), que difere da sua dimensão prescritiva (aquela referente ao conjunto de valores de onde surgem os ideais a serem seguidos e as normas).

Para Bosi (1996), a palavra cultura, da mesma forma que culto e colonização, é derivada do verbo latino *culto*, que significa "eu ocupo a terra". Diante disso, a palavra cultura pode ser entendida como o futuro de tal verbo, denotando aquilo que se vai trabalhar ou aquilo que se quer cultivar, e não apenas o que diz respeito à agricultura, mas também na transferência de valores e conhecimento para geração futura. Assim, Bosi (1996) assegura ser a cultura o conjunto de técnicas, práticas, símbolos e valores que devem ser conduzidos às novas gerações para que haja a convivência social. Nesse sentido, percebe-se que, na sua concepção, a ideia de cultura está relacionada com a ideia de educação, pois para o autor a cultura se refere com aquilo que as novas gerações têm que aprender para viver socialmente.

Coelho (1997, p. 102), em seu Dicionário crítico de política cultural, considera a cultura sob três noções, a primeira como sendo "[...] um estado mental ou espiritual desenvolvido, como

na expressão 'pessoa de cultura" (noção elitista e excludente); a segunda, como "[...] o processo que conduz a esse estado" (são as práticas culturais consideradas ou propriamente ditas); e a terceira como "[...] os instrumentos [...] desse processo" (com as artes e outros canais que expressam um estado de espírito ou conduta coletiva). O autor afirma que na contemporaneidade tem sido comum se privilegiar apenas a segunda e terceira noção, pois a primeira tem sido alvo de muitas críticas por estar ligada à cultura considerada da elite ou superior. Coelho (1997), a partir das duas últimas noções, e abordando dois ângulos (idealista e materialista), trata o termo cultura como sendo:

> [...] o índice de um espírito formador global da vida individual e coletiva a manifestar-se numa variedade de comportamentos e atos sociais, [...] é como reflexo de um universo social mais amplo e determinante, [que] não se caracteriza apenas pela gama de atividades ou objetos tradicionalmente chamados culturais, de natureza espiritual ou abstrata, mas apresenta-se sob a forma de diferentes manifestações que integram um vasto e intricado sistema de significações. Assim, o termo cultura continua apontando para atividades determinadas do ser humano que, no entanto, não se restringem às tradicionais (literatura, pintura, cinema - em suma, as que se apresentam sob uma forma estética), mas se abrem para uma rede de significações ou linguagens incluindo [...] cultura popular (carnaval) [...], o comportamento (ou a atitude), a festa, [...]

> estar - junto, etc. (COELHO, 1997, p. 102-103).

Por muito tempo, a ideia de cultura esteve ligada à religião. Porém, na contemporaneidade, parece que há uma dificuldade em saber o que é cultura e o que não é cultura. Hoje, tudo parece ser cultura, mas havendo uma especialização, cada povo tem as suas referências literárias, culturais e artísticas, assim o termo cultura pode ser percebido como algo mais abrangente e como algo mais específico, referente a um povo e uma civilização. É fato que nos dias de hoje a cultura, como elemento construtivo de outros processos sociais, parece ser parte de um problema da sociedade, pois ela muitas vezes tem desunido os seres humanos e causado grandes conflitos políticos (EAGLETON, 2005). Discordando um pouco da visão desse autor, lembramos que a cultura é um elemento que pode unir a humanidade e evitar grandes conflitos, mas para tanto é preciso que as gerações presentes e futuras sejam ensinadas sobre o respeito ao diferente e que nenhuma cultura é melhor e nem pior que outra, pois "cada cultura possui suas origens históricas e que devem ser respeitadas" (BASTOS, 2017, p. 111).

É notório que a sociedade contemporânea está abrigando em um mesmo território – por forçadas migrações naturais e das guerras – povos de origens culturais distintas ou grupos de indivíduos de culturas diferentes, por isso é reconhecida como multicultural. Porém, nessa sociedade, algumas minorias – grupos que se encontram à margem da sociedade – devido aos aspectos econômicos, educacionais, sociais, geográficos, culturais, étnicos, religiosos, linguísticos, de gênero, de orientação sexual, idade, físicos ou psíquicos (BRASIL, 2000), e indivíduos com um nível baixo de escolarização, estão sendo deixados à margem; em sentido oposto, um contingente

quantitativamente menor – numa sociedade de classes, como é a capitalista – a elite, constituída pelas camadas de maior poder aquisitivo, tem sido privilegiada quanto ao acesso à renda, aos bens, à proteção, entre outros aspectos relevantes para a vida individual e social. A partir daí, percebe-se "[...] a necessidade de uma política que favoreça a integridade de todos em uma mesma sociedade, incorporando, de certa forma, o multiculturalismo e dando ênfase ao reconhecimento das diferenças" (BASTOS, 2017, p. 111). Vale a pena lembrar que por meio da cultura podemos conseguir o empoderamento, desenvolvimento e a inclusão social dos indivíduos ou grupos de indivíduos.

3 CULTURA, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Numa sociedade marcada pela globalização, que trouxe grandes mudanças sociais, a cultura parece ter assumido um papel de grande importância em sua organização. Foi através dela que emergiu a tendência de homogeneização dos modos de vida e comportamentos – por meio da difusão dos produtos culturais – iguais em qualquer parte do planeta que apagam, muitas vezes, as particularidades dos povos (RAMOS, 2008). A UNESCO (2001) constata que a cultura se encontra no centro das discussões contemporâneas, abordando assuntos como o da identidade, da coesão social e do desenvolvimento da economia do saber.

Nesse momento de grande evidência, a cultura também é vista como peça fundamental de nossa sociedade, já que ela desafia e critica as relações de dominação impostas pelo desenvolvimento do colonialismo europeu, do imperialismo americano, do nacionalismo e do marxismo, donde é preciso

lembrar também a importância das lutas sociais e suas contribuições para novos pontos de vista e de análise da cultura (VENTURA, 2010). Uma das apreciações notáveis está no relacionamento da cultura com a representação política, o desenvolvimento e a inclusão social. A respeito desse assunto, Ventura (2010, p. 116) afirma que

> A relação entre cultura e representação política tem sido objeto de redefinição e debate nas políticas públicas contemporâneas. Governos, movimentos sociais, organizações não governamentais nacionais e internacionais, setor privado bem como agências multilaterais de desenvolvimento estão em coalizão no sentido de implementar políticas de empoderamento comunitário.

Tais políticas visam, na maioria das vezes, ao reconhecimento dos cenários com os quais a sociedade faz interação para a construção dos diversos espaços, reconhecendo sempre os valores da vida em comunidade e tendo a compreensão de que a cultura oferece sentido à vida, pois ajuda os indivíduos a se desenvolverem. Vecchiatti (2004) afirma que, quando se pensa na cultura como fator de desenvolvimento se está valorizando as identidades individuais e coletivas. Dessa maneira, a cultura pode ser considerada um instrumento modificador da natureza, visto que é um canal poderoso para o desenvolvimento do pensamento crítico e complexo, da criatividade, das relações interpessoais, que dá aos sujeitos ou a uma comunidade a possibilidade de autoconhecimento e o exercício dos sonhos e das utopias (MIRANDA, 2004).

Considerando o objeto de interesse deste estudo, entende-se também que é através da cultura que temos a possibilidade de promover o desenvolvimento social, combater a exclusão social derivada de uma sociedade capitalista, com características machistas, racistas, classicistas, elitistas e homofóbicas, e de incluir socialmente os indivíduos que vivem à sua margem ou participam dela de forma limitada, como o segmentos sociais composto por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, público LGBT, entre outros. Na visão de Pinheiro (2005), para que a inclusão social seja conseguida, é fundamental a incorporação de ideias inovadoras a ações integradas e integradoras de todo um processo, até que a consciência e o conhecimento tenham a capacidade de conduzir os verdadeiros cidadãos. Assim, Castro (2008, p. 67) conclui que

> Desenvolver a capacidade crítica dos indivíduos envolve, também, desenvolver a capacidade lúdica destes, e neste aspecto acredito ser a arte ferramenta fundamental. Um indivíduo capaz de criar necessita, antes de tudo, ser capaz de sonhar, e é, exatamente neste aspecto, que a arte pode ser uma mola propulsora de todo o processo de transformação do indivíduo e da sociedade.

Sendo a arte um elemento essencial da cultura, é importante aqui lembrar que para que os indivíduos possam alcançar tal desenvolvimento é necessário também que eles se reconstruam socialmente por meio da cultura e uma das alternativas para isso é o acesso aos bens e ao fazer cultural. De acordo com Brant (2002), o desenvolvimento social resulta da valorização dos sujeitos que constituem uma sociedade, do

respeito aos seus fazeres culturais e do acesso ao conhecimento, independentemente de classe social ou localização geográfica, como direito assegurado.

Tauraine (2002) aponta que o caminho para a recuperação das sociedades desiguais está na ação coletiva e na intervenção do Estado, que podem servir para "[...] reforçar os direitos dos indivíduos e das coletividades e que, dentre esses direitos, os mais mobilizadores hoje são os direitos culturais, sejam os das mulheres, os do ambiente ou os de todas as minorias".

Cabe aqui lembrar que diversos atores sociais estão envolvidos na valorização e no reconhecimento cultural das minorias, por isso muitos deles têm inserido em seus debates e em suas agendas as questões da sustentabilidade ambiental, dos direitos humanos, da igualdade de gênero, da diversidade sexual, da igualdade ética e racial e do empoderamento local (VENTURA, 2010).

> Através da compreensão das diferenças e, por conseguinte, das identidades, é possível combater as divisões sociais, como o racismo, e esta compreensão pode ser adquirida através da arte e da cultura. Como refere Dennis (2009), o teatro como arte performativa, por exemplo, pode ajudar na resolução de conflitos já que permite a partilha de experiências e aumenta a criatividade e possibilita imaginar um mundo melhor. A mesma afirma que pode ser até uma forma de combater o bullying. (SILVA, 2013, p. 16).

Desse modo, parece fazer sentido inserir a cultura na agenda política de uma nação, visualizando o poder transformador e articulador que ela pode fazer na vida dos

indivíduos e em uma nação. É através de propostas de incentivo às práticas de atividades culturais; de promoção do acesso aos bens, patrimônios e espaços culturais; de garantia de políticas culturais que valorizem a cultura e as expressões culturais de quaisquer indivíduos ou grupos de indivíduos (principalmente os pertencentes às chamadas minorias) de uma sociedade; de incentivo à cultura local, entre outras, que se pode garantir o desenvolvimento social e a inclusão de todos e todas.

Todavia, Ramos (2008) destaca que as políticas culturais ainda são de pouca importância para a sociedade, ocupando uma posição secundária e aproximando as artes e expressões do simbólico com mero prazer, culto a valores e tradições ou preservação da memória histórica. Para esse autor, é necessário que as políticas culturais sejam deslocadas para o centro das estratégias de desenvolvimento. Sendo assim,

> As ações que promovem o aprimoramento cultural desdobram-se em duas frentes de interesse. Primeiro, porque engrandecem as pessoas, tornando-as críticas, criativas e conhecedoras. Elevam a condição humana e sublinham as capacidades do corpo, da mente e do espírito. Depois, porque representam em si mesmas ações econômicas, capazes de gerar renda e criar novas possibilidades de mercado. (RAMOS, 2008, p. 47).

Brant (2002, p. 17) assevera que "enquanto tratarmos a cultura como questão de classe trabalhadora (a artística, no caso), estaremos diminuindo comodamente o seu papel na sociedade, contribuindo, com isso, para a manutenção de um sistema de poder que carrega o Brasil para o caos social". Assim,

as pessoas, os governos, as organizações, as instituições, as representações políticas, os movimentos sociais devem valorizar a cultura, na certeza de que ela pode ser base para o desenvolvimento social e econômico de uma nação e cumprir um excelente papel de inclusão de sujeitos historicamente marginalizados.

A cultura é sem dúvida um ingrediente essencial para a vida em sociedade. É através de ações e atividades culturais desenvolvidas no âmbito de algumas instituições, como por exemplo, as unidades de informação, que as pessoas ou grupos de pessoas, muitas vezes marginalizados, podem chegar ao conhecimento de sua realidade, a conquistar os seus direitos, a serem incluídos socialmente e alcançar o desenvolvimento humano, social e cultural necessário à vida.

4 CONCEITUANDO UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Chamamos de Unidades de Informação (UI) ou Instituições Documentais (ID) as organizações, no sentido da Teoria Geral da Administração, cujas funções são a coleta (reunião), a organização, a preservação e a difusão de coleções, documentos, fontes e outros recursos que conduzem à criação do conhecimento e respondem a necessidades informacionais de um indivíduo ou grupos de indivíduos. Vieira e Ardigo (2015) lembram que o termo UI teve a sua criação na França e estava relacionado com as áreas de atuação dos profissionais da informação. Para Pompeu (1976, p. 8), "Centros ou unidades de informação são organizações [...], que utilizam os métodos e processos denominados de sistemas de informação, para produzir diversos tipos de serviços apresentados sob formas variadas". Essas unidades abarcam os arquivos, as bibliotecas, os museus, os memoriais, os centros de documentação, centros

de informação, os centros de referência e outros espaços. De acordo com Tarapanoff, Araújo Júnior e Cormier (2000, p. 92),

> As unidades de informação (bibliotecas, centros e sistemas de informação e de documentação) foram e são, tradicionalmente, organizações sociais sem fins lucrativos, cuja característica como unidade de negócio é a *prestação de serviços,* para os indivíduos e a sociedade, de forma tangível (produtos impressos), ou intangível (prestação de serviços personalizados, pessoais, e hoje, cada vez mais, de forma virtual – em linha, pela Internet).

Silveira e Moura (2010), de forma similar aos autores anteriores, conceituam as unidades de informação como sendo instituições direcionadas para aquisição, armazenamento e disseminação de informações, podendo ser bibliotecas, centros e sistema de informação e de documentação com a especialidade na prestação de serviços para os indivíduos e a sociedade.

Essas unidades também são reconhecidas como organização que, de acordo com Drucker (1993), é uma instituição sem fins específicos, que engloba qualquer tipo de empresa, com o papel na Sociedade da Informação de integrar conhecimentos especializados, a fim de torná-los produtivos. Russo (2010) reconhece duas principais finalidades das unidades de informação: a primeira é atender às necessidades dos seus interagentes; e a segunda é facilitar o acesso à informação solicitada pelos interagentes, de forma rápida e com qualidade. López Yépez (1993) lembra que como

disseminadoras da documentação, a missão comum das unidades de informação ou instituições documentais é executar as operações inerentes ao processo informativo-documental, descritas a seguir:

- A incorporação da documentação no fundo documental/acervo e consequente formação de depósitos documentais;
- O tratamento da documentação (identificação física, ordenação temática e descrição do conteúdo temático).
- A organização e conservação física da documentação acumulada;
- A difusão da documentação (objetivo final).

Quanto à classificação das unidades de informação, a maioria dos cientistas concorda com Otlet (1934): este autor partiu de uma análise inicial do documento e do livro como uma unidade; a seguir, fez a análise do conjunto, tomando o documento e o livro como um conjunto de unidades semelhantes. Depois, ele identificou cada conjunto em organismo, explicando que cada denominação especificava o seu respectivo conteúdo principal. Assim, Otlet chegou à classificação final de cinco grandes unidades: as agências de literatura e documentação; as bibliotecas; os arquivos históricos; os registros administrativos; documentação e gestão (escritórios, secretarias); e os museus (coleções de espécimes, objetos, modelos).

Moreiro (1998) apresenta em sua obra a combinação de uma pluralidade de critérios onde é possível a criação de uma variedade de modelos: a) materialidade da mensagem: impressão ou passageira; b) natureza da audiência: individual ou coletivamente; c) distribuição de usuários: concentrados ou

dispersos; d) distribuição das fontes: concentradas ou dispersas; e) estrutura da aquisição, armazenamento e acesso: centralizada ou descentralizada, orientação, gostos, desejos, e tendências dos receptores; f) tipologia dos documentos fornecidos, de acordo com o seu conteúdo: documentos originais, referências, dados e diretórios; g) meios utilizados para difusão: oral, impresso, *online* e critério de função múltipla, que pode incluir: registro de informações de identificação dos documentos ou dados de qualquer tipo de prova documental, bem como aquisição e coleta de recursos de informação, análise, descrição e indexação, entre outras funções.

Atualmente, alguns autores têm preferência por classificar as unidades de informação ou instituições documentais, pela maneira tradicional, apresentando-as como: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Porém, com a evolução informacional vivida nos últimos tempos, outros espaços também podem ser considerados como unidade de informação integrada ou não às instituições apontadas por essa classificação tradicional, como os centros de informação, os memoriais, os centros de referência, os centros de cultura, os sítios e os monumentos, as organizações internacionais, nacionais e regionais, entre outras. Ribas e Ziviane (2007) lembram que esses espaços, muitas vezes ocupados por um profissional da informação, são privilegiados de interação social, produção simbólica e circulação de conhecimento, tendo como objetivo primeiro promover a socialização do conhecimento e da informação, visando ao favorecimento de uma sociedade inclusiva. Dessa forma, as unidades de informação não podem ser compreendidas apenas como ambientes dedicados ao acesso de materiais de informação, elas devem ser entendidas como espaços abertos, de convivência e de caráter social, onde acontece o diálogo, a

troca de informação, a prática da cidadania e o desenvolvimento de ações e atividades culturais.

5 UNIDADES DE INFORMAÇÃO COMO ESPAÇOS DE AÇÕES E ATIVIDADES CULTURAIS VOLTADAS PARA AS QUESTÕES LGBTQIA+

As unidades de informação como espaços onde acontecem ações e atividades culturais podem ser fortes aliadas para inclusão e o desenvolvimento social das pessoas, principalmente aquelas que vivem às margens da sociedade, como é o caso da comunidade LGBTQIA+. Fazem parte desse grupo as pessoas pertencentes às chamadas minorias de gênero e sexualidade, que lidam com embates socioculturais de grupos que buscam reafirmar seus valores, discursos e práticas tradicionais, em contraponto a discursos heteronormativos e excludentes.

De acordo com Mott (2000), as pessoas pertencentes à comunidade LGBT se constituem em um dos grupos mais odiados dentre outras minorias, pois o amor entre pessoas do mesmo sexo foi secularmente considerado como "[...] crime hediondo, condenado como pecado abominável, escondido através de um verdadeiro complô do silêncio [...]" (MOTT, 2000, p. 2). E isso resultou na internalização da homofobia por muitos indivíduos da sociedade.

Sobre a atividade cultural, entendemos, com base em Barreto (2013), ser o conjunto de atos praticados pelo Estado, iniciativa privada, terceiro setor ou indivíduos, nas dimensões simbólica, social e criativa, podendo ser gratuita, mediante pagamento ou mista. Canedo (2009, p. 6), analisando as atividades culturais sob a ótica do desenvolvimento social, afirma que

> [...] as atividades culturais são realizadas com intuitos sócio-educativos diversos: para estimular atitudes críticas e o desejo de atuar politicamente; no apoio ao desenvolvimento cognitivo de portadores de necessidades especiais ou em atividades terapeutas para pessoas com problemas de saúde; como ferramenta do sistema educacional a fim de incitar o interesse dos alunos; no auxílio ao enfrentamento de problemas sociais, como os altos índices de violência, a depredação urbana, a ressocialização de presos ou de jovens infratores. Embora muitos pesquisadores e artistas critiquem esta visão como sendo utilitária, pois acreditam no valor da arte em si mesma, é fato que a cultura pode e deve exercer um papel na formação política e social dos indivíduos.

No que tange à elaboração de atividades culturais voltadas para a comunidade LGBTQIA+ em uma unidade de informação, destacamos que o papel destas atividades é auxiliar os indivíduos LGBTQIA+ a enfrentarem problemas relacionados à identidade de gênero e de orientação sexual, além de promover neles uma formação política, social e cultural que possa fazer com que compreendam a vida e sociedade em que vivem. Cabe aqui também dizer que estas atividades, quando desenvolvidas em unidades de informação, também têm a ação de reforçar a cultura identitária da comunidade LGBTQIA+.

Abordando a ação cultural, Coelho (1997, p. 32) a define como "[...] o processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus

próprios fins no universo da cultura". Desta maneira, cabe às unidades de informação promover a cultura pela ação cultural, ajudando os indivíduos na formação da cidadania e a terem acesso à cultura.

Nesses espaços, a ação cultural está ligada à criação que

> "[...] propõe-se, diversamente, a fazer a ponte entre as pessoas e a obra de cultura ou arte para que, dessa obra, possam as pessoas retirar aquilo que lhes permitirá participar do universo cultural como um todo e aproximarem-se umas das outras por meio da invenção de objetivos comuns." (COELHO, 1997, p. 32).

Assim,

> Essa ação cultural não tem por objetivo [...] reforçar nas pessoas a atitude de consumidores à qual são acostumadas pelo sistema econômico predominante; pelo contrário, sua proposta consiste em eliminar ou diminuir a tentação à inércia e à passividade que indistintamente afeta a ampla maioria nos tempos da comunicação de massa. Esta ação assim entendida, também chamada de ação sociocultural, tende a colocar uma pessoa, um grupo ou uma comunidade, em condições de exprimir-se em todos os aspectos da vida social. (COELHO, 1997, p. 33).

Lembramos que tanto a atividade cultural como a ação cultural são procedimentos importantes para uma unidade de

informação e, por isso, devem ser desenvolvidos pelos profissionais da informação em seus ambientes de trabalho. Esses profissionais quando bem preparados em sua formação para atuar com ações e atividades culturais, podem se tornar agentes culturais, que na concepção de Coelho (1997, p. 41) seria:

> Aquele que, sem ser necessariamente um produtor cultural ele mesmo, envolve-se com a administração das artes e da cultura, criando as condições para que outros criem ou inventem seus próprios fins culturais. Atua, mais frequentemente embora não exclusivamente, na área da difusão, portanto mais junto ao público do que do produtor cultural.

É esse profissional o responsável por organizar e promover ações e atividades culturais, como as citadas a seguir: exibição de filmes, curtas, videoclipes, mostras e programas de TV; apreciação de peças teatrais, apresentação de dança e *shows* musicais; visita aos museus, bibliotecas, cinemas, teatros, feiras de cultura e de livros; clubes de leitura, exposição, oficinas, saraus, feiras e bazar; palestras, seminários, debates e conversas; eventos esportivos; participação em atividades de turismo cultural orientado, viagens e passeios; estudo, leitura, cursos e aulas; festa e confraternização, entre outros. No geral, o agente cultural "[...] estimula indivíduos e grupos para a autoexpressão, faz enfim a ponte entre a produção cultural e seus possíveis públicos." (COELHO, 1997, p. 41).

Com base nas ações e atividades descritas acima e acreditando que os profissionais da informação são agentes culturais, que podem contribuir para o desenvolvimento,

combate à homofobia e autoexpressão de pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+, elaboramos no Quadro 1 algumas ações e atividades culturais, relacionadas com as questões LGBTQIA+, que podem ser realizadas em unidades de informação.

Quadro 1 – Ações e atividades culturais sobre as questões LGBTQIA+ para Unidades de Informação.

Ações e atividades culturais	**Unidades de informação**
Realizar exposições sobre a temática LGBTQIA+	Arquivos, bibliotecas, museus, centros de referência, centros de informação, centros de documentação, memoriais, etc.
Realizar exposições itinerantes sobre a temática LGBTQIA+	Arquivos, bibliotecas, museus, centros de referência, centros de informação, centros de documentação, memoriais, etc.
Realizar de exposições virtuais (DVD, CD, *web*) sobre a temática LGBTQIA+	Arquivos, bibliotecas, museus, centros de referência, centros de informação, centros de documentação, memoriais, etc.
Realizar cursos, aulas e oficinas sobre ou voltados para comunidade LGBTQIA+	Arquivos, bibliotecas, museus, centros de referência, centros de informação, centros de documentação, memoriais, etc.
Realizar saraus sobre ou direcionado a comunidade LGBTQIA+	Arquivos, bibliotecas, museus, centros de referência, centros de informação, centros de documentação, memoriais, etc.
Promover lançamento de livros escrito por pessoas LGBTQIA+ ou sobre a temática LGBTQIA+	Arquivos, bibliotecas, museus, centros de referência, centros de informação, centros de documentação, memoriais, etc.
Organizar eventos, seminários, encontros, congressos, roda de conversa, palestras e clube de leitura sobre a temática	Arquivos, bibliotecas, museus, centros de referência, centros de informação, centros de documentação, memoriais, etc.

LGBTQIA+ ou direcionado a este público	
Exibir de filmes, curtas, videoclipes, mostras e programas de TV sobre a temática LGBTQIA+	Arquivos, bibliotecas, museus, centros de referência, centros de informação, centros de documentação, memoriais, etc.
Promover apreciação de peças teatrais, danças, artes visuais, intervenção e shows musicais que possa dialogar sobre a temática de gênero e sexualidade	Arquivos, bibliotecas, museus, centros de referência, centros de informação, centros de documentação, memoriais, etc., se tiverem espaços para o desenvolvimento dessas atividades.
Elaborar um calendário informativo com datas importantes para comunidade LGBTQIA+	Arquivos, bibliotecas, museus, centros de referência, centros de informação, centros de documentação, memoriais, etc.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Ações e atividades culturais como as elencadas no Quadro 1 quando presentes em uma unidade de informação podem ser elementos primordiais para que os indivíduos LGBTQIA+ possam compreender a sua realidade e existência no mundo. Da mesma forma, essas ações oferecem ainda sentido à vida, ajudando as pessoas pertencentes a esse grupo minoritário a se desenvolverem, modificarem a sua natureza, atingir o pensamento crítico e criativo possibilitando a elas o autoconhecimento, o resgate da autoestima e a prática dos sonhos e das utopias (MIRANDA, 2004).

O profissional da informação – como um agente cultural que trabalha no desenvolvimento dessas ações e atividades apresentadas no Quadro 1 – precisa conhecer e entender as questões que cercam a comunidade LGBTQIA+ para poder, assim, conduzir de forma responsável as suas funções e garantir às unidades de informação a característica de espaços culturais e inclusivos que podem "[...] orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e contribuir para algum tipo de ordem ou transformação social [...]" (CANEDO, 2009, p. 12), principalmente para a comunidade LGBTQIA+ foco desta pesquisa.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo apresentou ações e atividades culturais destinadas à comunidade LGBTQIA+, que podem ser desenvolvidas em unidades de informação com intuito de promover a visibilidade, desenvolvimento e transformação da realidade de pessoas excluídas e marginalizadas historicamente por razão de sua identidade de gênero e sexualidade. Esta proposta é citada, não porque as pessoas que fazem parte dessa comunidade devem ter privilégios no se refere a ações e

atividades culturais em unidades de informação, mas pela razão de que o desenvolvimento de ações e atividades culturais em unidades de informação pode ajudá-las a minimizar os danos causados por uma sociedade que sempre as ignorou e maltratou.

Na medida em que ações e atividades culturais voltadas para grupos minimizados, como a comunidade LGBTQIA+, são oferecidas e desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória por profissionais da informação, elas podem fazer com que as unidades de informação cumpram uma grande função na sociedade, qual seja a de fortalecer as minorias sexuais na luta contra a discriminação e o preconceito.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. C. Origens e constituição científica da cultura. *In*: ALVES, Paulo César (Org.). **Cultura**: múltiplas leituras. Bauru: EDUSC; Salvador: EDUFBA, 2010. p. 21-48.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: ABGLT, 2010. 48 p.

BARRETO, A. O que é produção cultural? O que faz um produtor cultural? Pequeno guia do estudante. **Produtor Independente**. S.l., 06 mar. 2013. Disponível em: http://produtorindependente.blogspot.com.br/2013/03/o-que-e-producao-cultural-o-que-faz-um.html. Acesso em: 25 jul. 2019.

BASTOS, M. J. Multiculturalismo e Educação. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v. 14, p. 110-118, jan. 2017.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRANT, L. Faces da Cultura: Desenvolvimento Social e Investimento Cultural Privado. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 1-31, 2002.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **O Brasil e pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais**: relatório da sociedade civil sobre o cumprimento, pelo Brasil do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Brasília, DF: Coordenação de Publicações, 2000. 140 p.

CANEDO, D. "Cultura é o quê?": reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Faculdade de Comunicação da UFBA, 2009. p. 1-14.

CHAUÍ, M. A cultura. *In*: CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 1995. p. 288-296.

COELHO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COLLING, L. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo *queer*. Salvador, 2015. 268 p.

DRUCKER, P. F. **La sociedade postcapitalista**. Barcelona: Apóstrofe, 1993.

EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

FRANCO JÚNIOR, H. **A idade média**: nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GEERTZ, C**. A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropólogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 116 p.

LIMA, E. B. A retórica protetiva das minorias como demarcador da diferença numa "sociedade multicultural". *In*: MATOS, T.;

GOSTINSKI, A. (Org.). **Dignidade da pessoa humana**: estudos para além do Direito. Florianópolis: Empório do Direito, 2017. p. 105-122.

LÓPEZ YÉPEZ, J. **La Documentacíon como disciplina**: teoria e historia. Pamplona: Eunsa, 1995.

MIRANDA, D. S. Prefácio. *In*: OLIVIERI, C. G. **Cultura Neoliberal**: Leis de incentivo como política pública de cultura. São Paulo: Escrituras, 2004.

MOREIRO, J. A. **Introducción al estudio de la información y la documentación**. Medellín: Universidad de Antioquia, 1998.

MOTT, L. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? *In*: SEMINÁRIO GÊNERO E CIDADANIA, 2000, Campinas. **Anais...** Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, 2000. p. 143-155.

OTLET, P. **Traité de documentation**. Bruxelles: Editiones Mundaneum, 1934.

POMPEU, Â. L. **Modelo para unidade de informação em organizações de pesquisa e sua contribuição para a utilização de tecnologia**. 1976. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1976.

RAMOS, L. B. **Centros de cultura, espaços de informação**: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

RIBAS, C.; ZIVIANI, P. O profissional da informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva. **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 47-57, set./dez. 2007.

RUSSO, M. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SILVA, F. C. T. **Arte e cultura na conquista da cidadania e integração social**. Coimbra, 2013. 66 f. Relatório (Mestrado em

Sociologia) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

SILVEIRA, S. M.; MOURA, M. A. Scripts de atendimento em call centers: uma visão de documentos eletrônicos. **Encontros Bibli:** Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 145-168, 2010.

TARAPANOFF, K.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H.; CORMIER, P. M. J. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2000.

TOURAINE, A. A política contra a cegueira. **Folha Uol**, São Paulo, 27 jan. 2002. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2701200206.htm. Acesso em: 25 ago. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Declaração Universal Sobre Diversidade Cultural e Plano de Ação**. Paris, 2001.

VECCHIATTI, K. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 90-95, 2004.

VENTURA, T. Cultura e representação política. *In*: ALVES, Paulo César (Org.). **Cultura**: múltiplas leituras. Bauru: EDUSC; Salvador: EDUFBA, 2010.

VIEIRA, D. C.; ARDIGO, J. D. Paradigmas da Biblioteconomia e Ciência da Informação: estudo de caso em uma unidade de informação especializada. **Revista ABC**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 124-137, jan./abr. 2015.

A LITERATURA QUE NÃO OUSA DIZER O SEU NOME: PERCEPÇÕES DAS BIBLIOTECÁRIAS DA REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS (RNBC) ACERCA DA MEDIAÇÃO DE LEITURA COM TEMÁTICA LGBT

Carlos Wellington Soares Martins
Thais dos Santos Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao último censo no Brasil, estima-se que a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Queer (LGBTQ) contabilizem um total de 18 milhões de pessoas, um quantitativo superior à população de países como Chile e Equador. Em contraposição a esses números, essa população ainda não encontra representatividade em vários meios de expressão artística como música, teatro, cinema e, nosso especial interesse, na literatura.

Uma grande discussão acerca da produção literária com conteúdo referente a experiências de LGBTs levanta o questionamento se existe uma literatura que pode ser classificada como gay, ou se na verdade trata-se de uma abertura para discussão e, por conseguinte de uma produção voltada à temática LGBT como forma de resistência e na tentativa da formação de um nicho de mercado.

Se levarmos em consideração o acesso a bens culturais, e nesse ponto específico de bibliotecas, a grande maioria desses equipamentos culturais se localiza nas áreas centrais urbanas

dos municípios, o que impossibilita o acesso a quem reside em áreas periféricas. Em resistência a esse cenário, encontram-se as bibliotecas comunitárias que vêm desempenhando um papel de democratização ao acesso ao livro e à leitura pautada nos princípios de enraizamento comunitário, gestão participativa e incidência política.

Nesse sentido, o objetivo proposto para esta análise foi apreender as relações existentes nesses espaços entre as práticas das profissionais bibliotecárias da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) e a utilização de literatura com temática LGBT, visto que ao mesmo tempo em que esses espaços se configuram como democráticos e inclusivos, são permeados por práticas de vários grupos heterogêneos desde a composição do acervo até a metodologia de ações. Para tanto, foi necessária a utilização de categorias para apreensão do objeto de pesquisa listadas a seguir: gênero, diversidade sexual, identidade, leitura e mediação, pois entendemos que mediante a utilização e compreensão desse aporte teórico será possível o alcance do objetivo proposto para análise.

Para esta análise, as ambiências políticas e estéticas devem ser priorizadas: "[...] tanto o critério político quanto o estético são os determinantes para a construção e manutenção do conceito de gênero literário (literatura gay) e também de sua história" (SILVA, 2012, p. 5). Nas seções posteriores, apresentaremos a metodologia utilizada, as discussões obtidas com as entrevistas durante a pesquisa de campo e observação, e logo em seguida apresentamos as considerações finais.

2 MEDIAÇÃO DE LEITURA E LITERATURA COM TEMÁTICA LGBT

Ler, segundo o pensamento de Kleiman (1989), configura-se numa atividade muito complexa, plural necessitando o engajamento de vários fatores como a memória, atenção, percepção e conhecimentos linguísticos, ora requeridos durante o processo da leitura para atribuir significado ao texto. Percebe-se também uma forte corrente que defende a mediação da leitura por considerar o acesso apenas como uma etapa da apreensão de práticas leitoras, a ênfase é dada ao uso da apropriação da leitura e de seus significados (MARQUES NETO, 2009).

Segundo Silva e Silveira (2011), o letramento literário não deve ter o seu foco somente nas habilidades de ler gêneros literários, mas na compreensão e ressignificação de seu conteúdo. Cosson (2006) defende a construção de comunidades de leitores, muito próximo ao que se debate hoje sobre mediação de leitura, e considera que são necessárias sequências básicas e expandidas para a prática do letramento. A sequência básica consistiria em alguns passos que englobariam a motivação para a leitura do texto: a introdução consistiria na apresentação entre autor, leitor e texto, a leitura em si, com acompanhamento, e por fim, a interpretação que se caracteriza como individual no primeiro momento e coletivo na perspectiva de comunidade leitora proposta pelo teórico.

A sequência expandida, proposta por Cosson (2006), apresenta os mesmos passos da básica, porém, com três momentos de aprofundamento: interpretação, expansão e avaliação. A interpretação alia a compreensão global do texto em seus aspectos formais destacando momentos para um trabalho mais efetivo; na fase da expansão, enfatiza-se o

processo de intertextualidade de múltiplas aplicabilidades do uso do texto; e por fim, a fase da avaliação da obra levando em consideração todas as suas possíveis variáveis. Fica evidente que a proposta não é uma leitura literária, como simples ato de ler e interpretar, mas uma concepção maior na relação entre mundo-sociedade-autor-texto-leitor.

Pereira (2018) afirma que a formação do leitor literário sempre foi utilizada como estratégia ideológica de formação de uma sociedade, assumindo contornos distintos e suas aplicações teórico-metodológicas nas nações, tal qual como postula Eagleton (2006), ao contextualizar a ascensão da literatura na Inglaterra no século XIX com forte viés ideológico para a "fabricação" de uma humanidade que dita os comportamentos sociais por meio da satisfação no nível da superfície de uma eterna fabulação que a coloque em estado perene de letargia e alienação.

Como afirmado anteriormente, a literatura é marcada por relações de poder e se torna sutilmente instrumento de manutenção de hegemonia quando restrita à concepção moderna de estética circunscrita a uma realidade distante que acaba por, hermeticamente, circunscrever-lhe em um isolamento diante das contradições econômicas, políticas, culturais e sociais.

> De modo que é preciso problematizá-la [a literatura], em virtude da era à qual se filia, quando de sua produção e recepção, reconhecendo as implicações político-educacionais de sua manifestação sob determinados eventos e práticas de letramento. No caso da mais recente, a da diversidade local e da conectividade global, em que pese um novo paradigma e, por

> conseguinte, um novo *éthos*, na (re)produção do conhecimento; trata-se de verificar os limites e os alcances da formação do leitor literário pretendida sob as perspectivas dos novos e multiletramentos, [...] evidenciando os desafios a serem superados a esse respeito, em especial quando de sua (não) prescrição curricular (PEREIRA, 2018, p. 17).

Assim como em Cândido (1972), a literatura é, ou deveria ser, inerente às práticas sociais e, portanto, um direito humano. Eco (2003) compreende que onde falta o básico (alimentação, saneamento, segurança, educação), a literatura não surgiria como uma panacéia para os males do mundo; porém, esse distanciamento entre sociedade e leitura contribui para agudizar as problemáticas sociais visto que as pessoas são alijadas sequer de tomar conhecimento de um mundo com possibilidades críticas, sendo excluídas do exercício estético e ético que a literatura pode proporcionar.

A percepção adotada sobre as bibliotecas acompanha o debate nacional e internacional em que esses espaços deveriam atuar como espaço social, como polo difusor da cultura, centro de educação continuada, estimulando a criação e fruição dos mais diversos bens artísticos culturais, ou seja, a percepção da biblioteca como dínamo social, onde promoveria a mediação entre o livro, a leitura e os leitores.

A literatura assume papel importante para esses espaços, mediante a contribuição que pode efetivar a formação vertical do leitor evidenciadas em suas três funções essenciais, como exemplifica Cândido (1995): a) a capacidade que a literatura tem em atender a imensa necessidade de ficção e fantasia; b) sua natureza essencialmente formativa afetando o inconsciente dos

leitores de forma dialética com as contradições da vida em oposição ao caráter pedagógico de outros textos e; c) seu potencial em oferecer um conhecimento profundo de mundo. Formulações estas que possibilitaram um entendimento da literatura, e, por conseguinte da leitura, como um direito humano.

Se levarmos em consideração a formulação que ficou conhecida como as "leis da Biblioteconomia" preconizadas por Ranganathan: 1 – Os livros são para serem lidos; 2 – A cada livro seu leitor; 3 – A cada leitor seu livro; 4 – Poupe o tempo do seu leitor; e 5 – A biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 2009), criadas em um contexto que visava uma atuação progressista pela Biblioteconomia, destacamos a segunda e quinta lei, substituindo o livro pela necessidade de informação e o leitor caracterizado por um membro da comunidade LGBT, assim como a quinta lei expressa que com o crescimento da biblioteca, subentende-se que a mesma acompanha as demandas apresentadas pela sociedade nos mais diferentes contextos.

Jesus (2012) compilou os principais termos presentes na discussão LGBT que ainda causam confusão nas pessoas que desconhecem as particularidades de cada vivência resultando em um glossário que ajuda a compreender as especificidades em cada termo:

a) **Gênero:** classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo;
b) **Expressão de gênero:** forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive;

c) **Identidade de gênero:** gênero com o qual uma pessoa se identifica que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero;
d) **Cisgênero:** conceito "guarda-chuva" que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento;
e) **Orientação sexual:** atração afetiva-sexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero;
f) **Assexual:** pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero;
g) **Bissexual:** pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero;
h) **Heterossexual**: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica;
i) **Homossexual:** pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica;
j) **Transexual:** termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher transexual ou como

homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica;

k) **Travesti:** pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Referir-se a ela sempre no feminino, o artigo "a" é a forma respeitosa de tratamento;

l) **Transgênero:** conceito "guarda-chuva" que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento;

m) **Intersexual:** pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas;

n) **Queer:** termo ainda não consensual com o qual se denomina a pessoa que não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero.

Toda forma de existência contrária à norma vigente é dissidente no sentido de se opor ao que se está estabelecido e posto como certo é avessa à binaridade imposta pelo sistema, causando tensão na heterossexualidade compulsória

(heteronormatividade) e na masculinidade tóxica, que impulsionam aos sujeitos se expressarem performativamente segundo os códigos sociais impostos; sendo assim, as idéias de cura, higienização e punição a essas transgressões e dissidências têm uma função de impor um sistema a uma experiência desordenada (BUTLER, 2003).

Se questões de gênero e sexualidade ainda podem ser vistas na sociedade como temas polêmicos devido a orientações de cunho cultural, religioso, social e pessoal, a biblioteca torna-se, ou pelo menos deveria, em um ambiente de desconstrução da discriminação ao público LGBTT, de tal modo possa ser viabilizado aos seus usuários se expressarem sobre o tema manifestando suas inquietações (MARQUES, 2018) Podem ser elaboradas atividades que estimulam a crítica e a extinção de estereótipos e preconceitos, tais como:

1. Hora do conto com títulos que abordam a temática para crianças;
2. Exposição de livros e filmes que abordam a temática em datas comemorativas, como o dia internacional de combate à homofobia ou dia do Orgulho LGBTQ;
3. Organização de grupos de debate e rodas de conversa na biblioteca sobre livros com títulos que abordam a questão;
4. Organização de semana temática com palestras de representantes de organizações não governamentais (ONGs) com exibições de filmes e documentários que permitem o diálogo sobre o tema;

5. Convocação de usuários que possuem histórias ou experiências para criação de uma oficina literária;
6. Disponibilização de informativos e divulgação de panfletos próprios ou governamentais relativos, por exemplo, ao Programa Brasil Sem Homofobia, sobre o tema;
7. Capacitação de profissionais para incentivá-los a participar dos diferentes projetos e atividades existentes dentro da biblioteca;
8. Auxílio informacional quanto ao uso do nome social na inscrição em vestibulares, concursos e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), garantindo que a pessoa participe dos processos seletivos com seus direitos assegurados;
9. Construção de um catálogo (virtual) para a promoção de títulos sobre gênero e sexualidades (MARQUES, 2018, p. 39).

3 REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS (RNBC)

Na contramão da volatilidade de ações em bibliotecas gestadas pelo poder público, estão as bibliotecas comunitárias. Grande parte dos bens culturais nas cidades se localiza em seus centros urbanos, dificultando o acesso às classes menos assistidas economicamente, o que origina um grande gargalo ao acesso à cultura. Muitos esforços das próprias comunidades têm surgido para sanar essa lacuna. As bibliotecas comunitárias têm, em sua origem, o esforço empreendido por grupos sociais

guiados por uma ideologia em comum, como é o caso das organizações voltadas para o Terceiro Setor, grupos religiosos, associação de moradores e outras formas de agrupamentos sociais.

Segundo Machado (2009, p. 91), as bibliotecas comunitárias podem ser concebidas como um:

> Projeto social que tem por objetivo, estabelecer-se como entidade autônoma, sem vínculos diretos com instituições governamentais, articuladas com as instituições públicas e privadas locais, liderada por um grupo organizado de pessoas, com o objetivo comum de ampliar o acesso da comunidade à informação, a leitura e ao livro, com vistas a sua emancipação social.

A Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) surge como um movimento para dar resposta a demandas históricas e sociais em relação ao acesso ao livro e à leitura em espaços que não contam com bibliotecas e outros bens culturais. Essas bibliotecas atuam como espaços culturais criados e mantidos por organizações sociais das mais diferentes especificidades e naturezas em bairros periféricos nas cidades do país. A RNBC se consolidou enquanto rede a partir de 2009 por intermédio de uma ação do Projeto Prazer em Ler do Instituto C&A.

A orientação teórica e metodológica de ação da rede vem alicerçada na perspectiva da leitura como um direito humano e a importância da biblioteca comunitária como um espaço privilegiado para o exercício desse direito, atuando sob a forma de gestão compartilhada, enraizamento comunitário e

incidência política. A RNBC conta atualmente com 10 redes locais e aproximadamente 115 bibliotecas nos estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Figura 1). Algumas redes e bibliotecas que compõem a RNBC são:

a) Ilha Literária;
b) Baixada Literária;
c) LiteraSampa;
d) Sou de Minas Uai!;
e) Tecendo uma rede de leitura;
f) RBCS;
g) Mar de Leitores;
h) Amazônia Literária;
i) Jangada;
j) Redes de Leitura – POA;
k) Releitura.

Figura 1 – Estados que contam com bibliotecas comunitárias que integram a RNBC.



Fonte: site da RNBC (https://www.rnbc.org.br/p/localidades.html).

A RNBC tem trabalhado fortemente a mediação de leitura no país, inclusive gerando indicadores que atestam sua eficiência em todo o território nacional como é o caso da pesquisa intitulada: "**Bibliotecas Comunitárias no Brasil: Impacto na formação de leitores**". O levantamento teve como amostra 143 bibliotecas, sendo que 92 dessas são integrantes da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC, 2018).

A pesquisa, que teve como intuito identificar, compreender e dar visibilidade ao papel que essas bibliotecas cumprem nos processos de formação de leitores, mostrou que 86,7% dessas bibliotecas estão localizadas em zonas periféricas de áreas urbanas em regiões de elevados índices de pobreza, violência e exclusão de serviços públicos; 12,6% delas estão em zonas rurais e apenas; 7% em área ribeirinha; 66,5% das bibliotecas foram criadas por coletivos, grupos de pessoas do território e movimentos sociais.

Em relação aos profissionais que atuam nas bibliotecas comunitárias, a pesquisa apontou que os mesmos cumprem diferentes funções, entre elas: gestores, bibliotecárias (12), facilitadores e mediadores de leitura. Os mediadores de leitura fazem a ponte entre os livros e os leitores. Além disso, é alto o índice de escolarização dos mediadores: mais de 90,2% têm ensino médio, ensino superior completo e pós-graduação. A prática da leitura compartilhada faz parte da identidade da maioria das bibliotecas pesquisadas.

4 A LITERATURA QUE NÃO OUSA DIZER O SEU NOME: ANÁLISE DOS DADOS

O universo a ser investigado é o das bibliotecas comunitárias que compõem a RNBC. Nossa população foi represetnada pelas bibliotecárias, que são responsáveis, entre

outras atividades, da sugestão de aquisição de títulos, como do planejamento e execução de atividades e responsáveis pela formação do acervo, processamento técnico e incidência política. A amostra foi composta de sete bibliotecárias.

Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. Em relação aos objetivos, a classificação é de uma pesquisa explicativa, pois apresenta variáveis detectadas em uma determinada realidade. E quanto aos procedimentos, configura-se como uma pesquisa de campo.

O instrumento de coleta de dados considerado mais útil para esse tipo de pesquisa foi um questionário com perguntas mistas (abertas e fechadas), que após o período de coleta foi utilizada a análise de discurso (AD) para apreensão do objeto, sob a perspectiva de Pêcheux (2002), com a evidência do intra e do interdiscurso trabalhando forma e conteúdo buscando efeitos de sentido apreendidos mediante interpretação.

Como forma de garantir o anonimato, escolhemos nomes de escritoras lésbicas, brasileiras e internacionais, para representar as entrevistadas e suas respostas; desde nomes da Antiguidade como Safo de Lesbos até grandes nomes da literatura como Virginia Woolf, Patricia Highsmith, Audre Lorde, Radcliffe Hall e nomes brasileiros como Cassandra Rios e Vange Leonel. A frase que intitula esta seção foi uma inspiração na célebre frase do escritor gay Oscar Wilde ao se referir à paixão entre iguais como: "O amor que não ousa dizer seu nome".

Sete bibliotecárias que compõem a RNBC responderam o questionário, com as idades variando entre 22 e 42 anos; a religião professada entre as respondentes foi representada pela católica, espírita, umbandista e uma não definida. O tempo de atuação na rede varia de um ano até sete anos.

A primeira questão foi sobre a percepção da existência no acervo de literatura com temática LGBT e sua mediação (Quadro 1).

Quadro 1 – Resposta das bibliotecárias a respeito da literatura com temática LGBT nas bibliotecas comunitárias.

Qual sua percepção acerca da literatura com temática LGBT no acervo das bibliotecas comunitárias e na mediação de leitura?	
Cassandra Rios	Há no acervo de algumas bibliotecas alguns livros com a temática LGBT mas nunca vi serem emprestados ou mediados. Acredito que a temática é muito importante, mas ainda não foi difundida nas bibliotecas comunitárias.
Safo	Acho muito importante, pois diminuí, de uma certa forma, o preconceito e a estranheza (preconceito) que algumas crianças carregam em si sobre o assunto.
Virginia Woolf	Acredito que não temos um acervo grande. São poucos livros. Normalmente a literatura se apresenta nas mediações através de outros textos encontrados na internet.
Vange Leonel	De suma importância para a formação leitora desse público que é bastante peculiar.
Patricia Highsmith	Percebo que a temática LGBT ainda não é tão protagonista no que diz respeito a constituição dos acervos das bibliotecas comunitárias. Ainda há um pouco de tabu para falar do assunto nas mediações de leitura, assim como para indicar ou comprar essa literatura. No entanto, também percebo que já há alguns livros com essa temática nas bibliotecas. Acredito que seja interessante termos formações a respeito para poder dialogar melhor com mediadores e com as comunidades.
Audre Lorde	As BCs devem possuir um acervo diversificado.
Radycliffe Hall	Considero muito importante ter esse acervo temático em nossas bibliotecas para que possamos trabalhar esse

	assunto desde cedo, com crianças e jovens no intuito de esclarecer, apresentar, aproximar e acolher as pessoas.

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Todas foram unânimes em reforçar a importância da existência de literatura com essa temática nas bibliotecas comunitárias; Patricia Highsmith e Cassandra Rios enfatizaram a falta do debate acerca desse material específico, inclusive sugerindo formações específicas para a utilização dessa literatura nas mediações e ações nos espaços de leitura.

Na segunda questão, foi solicitado que as bibliotecárias informassem alguns títulos de literatura com temática LGBT, caso houvesse, e se os mesmos já foram utilizados em alguma mediação ou ação (Quadro 2).

Quadro 2 – Resposta das bibliotecárias a respeito dos títulos com temática LGBT que integram o acervo.

Poderia citar alguns títulos (se houver) que tenham a temática LGBT e que compõem o acervo? Algum destes livros já foi utilizado em alguma mediação?	
Cassandra Rios	Sobre os livros que não estão catalogados, não sei responder porque não gravei os títulos. Mas dentre os catalogados, tem: *Agora que você já sabe: o que todo pai e toda mãe deveriam saber sobre a homossexualidade.
Safo	Este livro é gay.
Virgina Woolf	Tem alguns livros informativos sobre direitos humanos e tem alguns livros de contos de autores que trazem o tema, como Conceição Evaristo, Caio Fernando Abreu….
Vange Leonel	Me chame pelo meu nome, Azul é a cor mais quente são os que me recordo. Mas algumas

	poucas BCs já estão se interessando pela temática. Ainda não foi realizada nenhuma mediação de leitura com o tema em questão.
Patricia Highsmith	Me chame pelo seu nome, de André Aciman. Não foi utilizado como mediação.
Audre Lorde	No acervo não há livros com essa temática
Radycliffe Hall	"Este livro é gay. E hétero, e bi e trans..." de James Dawson; "One man Guy". Ainda não foram usados em mediação.

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os livros citados foram os mais variados: "Este livro é gay", "Me chame pelo seu nome", "Azul é a cor mais quente", "Agora que você já sabe"; no entanto, segundo o relato das bibliotecárias nenhum foi utilizado em alguma mediação ou ação. Correspondendo ao entendimento desses espaços de leitura como locais abertos à pluralidade e diversidade, a concepção de que devam ser abertos à questão da sexualidade e da identidade, isso revertido em seu acervo e em suas ações, foi unânime entre as bibliotecárias (Quadro 3).

Quadro 3 – Resposta das bibliotecárias a respeito da importância da literatura LGBT.

Considera importante a existência de literatura LGBT nas bibliotecas comunitárias? A resposta sendo positiva ou negativa, justifique.	
Cassandra Rios	Sim. Considero a existência da literatura LGBT nas bibliotecas comunitárias a partir do fato de que é uma temática social e precisa ser compreendida ou respeitada pela comunidade. As bibliotecas são organismos em crescimento,

	se a sociedade se transforma, a biblioteca também deve se transformar.
Safo	Sim. A literatura quebra preconceitos e abre a mente das crianças e jovens.
Virginia Woolf	Sim. Infelizmente a heterossexualidade é vista como o normal, o comum. Então muitas vezes não se faz um recorte de orientação sexual. Assim é com gênero e raça. A orientação sexual é um espectro importante da vida de uma pessoa e feve ter voz na arte que humaniza. Além disso, precisamos que as vozes sejam diversas. Principalmente em um país que nega o tempo todo a existência de outras formas de se viver além da cristã, heterossexual, branca e monogâmica.
Vange Leonel	Sim. Considero muito importante pois a leitura de livros de literatura, como é o caso do acervo das BCs, serve para aformação de pessoas críticas e com uma visão de mundo que as permite vivenciar o que chamamos de leitura como direito humano... direito à leitura. Principalmente em bairros de periferia as BCs que compõem a RNBC são ponto de referencia para a formação cidadã.
Patricia Highsmith	Sim, acredito que disponibilizar e mediar obras com essa temática são importantes para dialogar com os públicos sobre o tema, além de contemplar uma parte dos leitores que são LGBT.
Audre Lorde	Sim, as BCs devem possuir acervo que atendam às necessidades de seus usuários.
Radycliffe Hall	Considero importante, pois a literatura deve ser inclusiva. O público deve se sentir acolhido e representado pela biblioteca e comunidade. O livro, assim como as atividades, jogos, filmes e

	músicas, funciona como ferramentas através das quais podemos combater preconceitos e formar cidadãos.

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Por último, foi questionado se durante a graduação e sua formação o tema foi debatido ou se existiu alguma iniciativa para que a questão fosse abordada em sala de aula (Quadro 4).

Quadro 4 – Resposta das bibliotecárias a respeito da formação em Biblioteconomia e a mediação de literatura com temática LGBT.

A formação em biblioteconomia lhe dá aportes teóricos e práticos sobre a utilização de literatura LGBT em bibliotecas?	
Cassandra Rios	Não. Nem a graduação, nem o ensino médio, nem o ensino fundamental, dão aportes teóricos e práticos sobre a utilização de literatura LGBT em bibliotecas. Mas o ambiente universitário me proporcionou a vivência com pessoas LGBT e com isso, o entendimento e o respeito enquanto cidadã da temática LGBT.
Safo	Não.
Virginia Woolf	Não. Muitas vezes me deparei com crianças vivenciando o preconceito de viver em um mundo que lhe é negado. A literatura me ajudou a apresentar a diversidade do ser humano, mas acabei descobrindo textos pelas curiosidades mesmo.
Vange Leonel	A Bilbioteconomia foi o inicio de toda essa formação que tenho hoje em dia. O curso de Biblioteconomia dá os aportes iniciais, que durante o processo de aprendizagem parecem não fazer muito sentido. Hoje percebo que essa sensação tem haver com as leituras que tinha na

	época comparadas as que tenho hoje em dia. Tive sorte de ao longo do meu processo de formação meu "instinto" ter me levado por caminhos que me ajudaram a ter encontros parazerosos ou nem tanto com a literatura LGBT.
Patricia Highsmith	De maneira direta, não. A formação em biblioteconomia que tive contemplada apenas duas disciplinas de literatura e que eram optativas. A formação social nos dá algum apoio para percebermos a diversidade na literatura como fator fundamental em uma biblioteca, mas não havia muitas discussões sobre essas temáticas. Me formei em 2012.
Audre Lorde	Não me recordo de ter visto.
Radycliffe Hall	Não, a formação em biblioteconomia na UFC (Universidade Federal do Ceará) não me ajudou sobre essa temática. O que vejo, vivencio e aprendo é no cotidiano das bibliotecas comunitárias.

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Todas as bibliotecárias apontaram lacunas durante a formação, apontando a falta dessa discussão específica no curso de Biblioteconomia, o que evidencia que os projetos político-pedagógicos ainda estão distantes do debate sobre sexualidade e identidade.

5 CONCLUSÃO

Tais aportes teóricos e os dados apontados pela coleta de dados nos possibilitaram refletir junto com Butler (2013) acerca do texto literário como sendo uma estratégia de guerra, onde, no mínimo se estabelece uma tentativa de ruptura da divisão

hierárquica de gênero com uma cisão entre o universal e o particular. Essa abundância ontológica é presente nos textos literários, configurando-se como um acesso privilegiado a quem os têm, pois a cisão entre forma e conteúdo se assemelha à distinção entre pensamento abstrato universal e a realidade material concreta.

Apesar de se propor a ser um ambiente plural e democrático ao relegar à invisibilidade um acervo que poderia ser muito rico para uma discussão sobre gênero e diversidade sexual, que sem sombra de dúvida, permeiam a realidade das comunidades onde as bibliotecas se inserem, acabam por despotencializar um equipamento cultural que poderia prestar um serviço de conscientização e empoderamento.

Um ponto positivo encontrado na pesquisa foi a consciência acerca da importância de nos acervos das bibliotecas comunitárias contarem com títulos com temática LGBT, pois as bibliotecárias entendem esses espaços como plurais, sendo necessário esse debate, inclusive com sugestões de formações específicas acerca da matéria. Além disso, a pesquisa evidenciou uma lacuna na formação em que essa questão não é discutida da forma que deveria ser, haja vista a profissional ter a consciência de que em algum momento essa demanda poderá surgir em seu lugar de atuação.

Nenhuma das obras com temática LGBTQ que compõem o acervo são utilizadas em mediação de leitura ou debates, e no acervo não foram encontradas obras de literatura infantil e infanto-juvenil com temática LGBTQ, mesmo com o leque de opções oferecidas pelo mercado editorial. As poucas obras existentes ainda ficam à espera que o(a) leitor(a) as descubram nas estantes.

A rede tem desenvolvido um trabalho importante no acesso à informação, leitura e à cultura por meio de seu acervo

e em atividades culturais realizadas nas bibliotecas e na comunidade, mas no que concerne ao debate sobre gênero e diversidade sexual, encontra um silenciamento acerca da temática que acaba por invisibilizar e tornar inexistente, nesses espaços, uma discussão necessária e urgente para uma sociedade plural, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

COELHO, Clara Duarte. **As bibliotecas comunitárias e o fomento à leitura**: uma analise da Rede Leitora Terra das Palmeiras de São Luís-MA. 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura:** uma introdução. Tradução de Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ECO, Umberto. Sobre algumas funções da literatura. *In*: ECO, Umberto. **Sobre a literatura**. Tradução de Eliana Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003 [2000]. p. 9-21.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed. ver.amp. Brasília, DF: EDA/FBN, 2012.

KLEIMAN, Angela. **Leitura, ensino e pesquisa**. São Paulo: Pontes, 1989.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARQUES, Giselle Vasconcellos. Biblioteca pública: modelo de política de inclusão LGBTT. 62f. (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARQUES NETO, José Castilho. Políticas públicas de leitura e a formação de mediadores. *In*: SANTOS, Fabiano; MARQUES NETO, José Castilho; ROSING, Tania M. K. **Mediação de leitura**: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PEREIRA, Diego. A formação do leitor literário enquanto intérprete incômodo de seu tempo: um projeto não por acaso negligenciado de letramento ideológico. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 7, n. 1, p. 113-131, jan./abril. 2018.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

SILVA, Antonio de Pádua Dias da. A história da literatura brasileira e a literatura gay: aspectos estéticos e políticos, **Leitura**, v. 1, n. 49, p. 83-108, 2012.

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA: UM ACERVO RELEVANTE PARA A CULTURA LGBTQ+ NA BIBLIOTECA PÚBLICA

Luís Fernando Vanin
Ana Claudia Perpétuo de Oliveira

As coisas não querem mais ser vistas
por pessoas razoáveis (Manoel de Barros)

1 INTRODUÇÃO

"Do invisível ao visível" é o título desta obra que trata das questões relacionadas ao coletivo LGBTQ+ no contexto da Ciência da Informação. Invisibilidade é uma característica de muitos grupos sociais historicamente cerceados de direitos. Neste capítulo trataremos de dar visibilidade ao periódico Jornal Lampião da Esquina e situá-lo como acervo relevante para ambientes públicos de informação. Neste escrito, a relação se dá entre a comunidade LGBTQ+, o periódico em questão, os bibliotecários e a biblioteca pública.

As profissões e ocupações são criadas pela sociedade em virtude de suas necessidades e precisam de atualização permanente porque estão no ambiente de mudanças constantes. Diante do atual cenário de desenvolvimento humano, tecnológico e científico, com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação, os bibliotecários – profissionais que lidam, entre tantas atividades, com a mediação da informação e da cultura – também se ocupam em revisitar suas reflexões e práticas. Lankes (2016) reforça que a biblioteca precisa ser reinventada. Esta, precisa estar em consonância com seu cenário de atuação e com o profissional que é responsável por

esses espaços.

Nesse contexto, as bibliotecas públicas, por exemplo, buscam se alocar na sociedade contemporânea como centros dinâmicos voltados para o usuário e para a comunidade. O bibliotecário figura como mediador de informações necessárias para melhorar a condição de vida dessa comunidade, um agente, um animador cultural, conhecedor do ambiente que atua. Chauí (2006) enfatiza o papel relevante desse serviço para a qualidade de vida e autonomia do cidadão, quando alerta que não basta mais garantir o acesso, é preciso que esses espaços estejam preparados para mediar essa informação, revertendo-a para o benefício da humanidade, superando as condições preestabelecidas e emancipando o sujeito como consumidor, produtor e disseminador da informação, do conhecimento e da cultura.

Ao longo do século XX e transcorrendo o século XXI, buscou-se fundamentar a compreensão da biblioteca pública não mais como um espaço físico restrito e elitizado, mas um ambiente que atenda a demandas das comunidades, enfatizando o contexto social e político dos serviços prestados. Milanesi (1997, p. 127), em sua obra "A casa da invenção", afirma que "a informação é o fio e a cultura é o tecido", deixando explícito a interligação entre cultura e informação. A partir dessa ideia, fomenta o debate sobre o papel da biblioteca pública, espaço de informação com pessoal capacitado para sua gestão, para promover a interação, construção e disseminação da cultura, responsável pela mediação na tecelagem de conhecimento através de atividades culturais. Essa proposta de animação do acervo e das pessoas que constroem e disseminam cultura, ativamente, configura um outro olhar para a biblioteca pública no contexto brasileiro.

Cultura é conceito estudado em diversas áreas, diverso,

com perspectivas diferenciadas. Neste estudo, será abordada a cultura específica da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneras, Queers, e todas as outras nomenclaturas de construção identitárias, de gênero e sexuais agrupadas no termo LGBTQ+. Esta cultura representa uma resistência ao sistema capitalista e patriarcal que infere diretamente na liberdade e na produção e disseminação da informação, conhecimento e cultura produzidos e embasados na luta por direitos, na construção de políticas públicas para equalizar sua existência, na (re)existência dos corpos e na ressignificação, desvencilhando das culturas autoritárias e excludentes.

Os aspectos que atualmente tangem a referida cultura LGBTQ+, surgem no cenário moderno a partir dos movimentos de resistência e contracultura que emergem em meados do século XX e que protagonizaram a afirmação desses sujeitos nos campos político e social, colocando-se como atores na luta por direitos e também na articulação dessa cultura.

No ambiente científico, a cultura LGBTQ+, referida como homocultura, perpetua e busca compreender os movimentos de identificação e construção coletiva e individual dos sujeitos, abrangendo as suas formas de expressão, o movimento político e a ruptura com valores conservadores da sociedade brasileira, agindo como ferramenta para a educação e para a transformação social.

Como mencionado anteriormente, o cenário em que a cultura LGBTQ+ começa a adquirir forma e protagonizar as lutas por direitos identitários e sexuais, faz parte de um período em que a sociedade brasileira estava imersa em um golpe militar (1964), atuante, principalmente na repressão e combate aos opositores do sistema e dos padrões cristão-hetero-cis-branco-rico. O jornal Lampião da Esquina, surge nesse contexto

com o intuito principal de servir como referência cultural para a população, bem como desmistificar a ideia "pecaminosa" da referida comunidade para com a sociedade. Simões Jr. (2006, p. 56) sublinha sua importância para reconstruir novos sentidos de memória, construindo posturas identitárias de um grupo excluído, significando o "homossexual enquanto cidadão e ser político capaz de interferir no contexto político-social do país e de buscar novos parâmetros em relação a um discurso tão institucionalizado como o do sexo".

Atualmente, a comunidade LGBTQ+ figura nos espaços de afirmação dos sujeitos e está constantemente na luta por direitos e, com muita persistência, vê-se protagonista nas empreitadas por direitos sociais, políticos e econômicos. Também, na emancipação da cultura desses indivíduos, têm-se como exemplo as conquistas, como o direito ao casamento igualitário e a adoção por casais homoafetivos, a retificação do nome social, entre outras garantias de direitos fundamentais dessa população. Todavia, o conservadorismo e a propagação de discursos de ódio e intolerância, colocam à prova todas as conquistas dessa e de outras minorias combatentes à opressão.

Segundo o relatório elaborado por Julio Pinheiro Cardia[29], um LGBTQ+ é morto no Brasil a cada 16 horas. Esse relatório foi concretizado com o compilado de dados da homofobia no Brasil registrados pelo Disque 100 (um canal criado para receber informações sobre violações aos direitos humanos), pelo *Transgender Europe* e pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), totalizando 4.422 mortos no período compreendido entre 2011 e 2018. Apesar desses números assustadores, eles ainda não

[29] AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. **Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório**. São Paulo, 2019. Disponível em: http://agenciaaids.com.br/noticia/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-16-horas-aponta-relatorio/. Acesso em: 10 jun. 2019.

refletem a realidade em que estamos inseridos e que coloca o Brasil em primeiro lugar no *ranking* dessa violência.

E a bibliotecas públicas nesse contexto? E os ambientes de atuação desse profissional? Quais articulações são possíveis entre essas temáticas para a convergência de discursos e ações que auxiliem no processo de avanço nesse sentido? Este capítulo, que relaciona a atuação profissional nas bibliotecas públicas e o público LGBTQ+, a partir da publicação Lampião da Esquina, pode despertar algumas reflexões para mudança de postura profissional dos que atuam nesses ambientes de acesso público e irrestrito à informação. É essencial e urgente que haja debate sobre esses assuntos, onde a biblioteca pública e a(o) bibliotecária(o) figura na contribuição para o desenvolvimento da sociedade.

Se há um conservadorismo nas práticas biblioteconômicas e uma postura de acomodação na cultura de gestão das bibliotecas públicas que, muitas vezes, exclui alguns grupos que fazem parte da sociedade (SILVA, 2016), há portanto, diante do entendimento de biblioteca pública como um serviço que inclui todos os indivíduos, uma responsabilidade dos gestores desses aparatos culturais na sua ressignificação enquanto profissionais, na dinamização dos aparelhos de cultura e informação, na utilização de materiais informacionais que sejam relevantes para os diversos grupos.

Neste escrito, o objetivo principal foi de investigar a relevância do Jornal Lampião da Esquina nos acervos das bibliotecas públicas para a cultura LGBTQ+. Entende-se o Jornal em questão como base documental relevante nas referências de cultura e patrimônio dessa comunidade, por isso seu destaque enquanto acervo relevante nesse ambiente de utilização pública e de construção e preservação da memória. Para tanto, foi realizada uma análise do periódico Lampião da Esquina a partir

de informações que representassem a cultura LGBTQ+ em seu conteúdo conforme será descrito a seguir nos procedimentos metodológicos adotados. Desejamos que a leitura possa trazer reflexões e redirecionamento das práticas em ambientes tão importantes para a emancipação cidadã, como são as bibliotecas públicas. Boa leitura!

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos adotados neste estudo de abordagem qualitativa são descritos para que os leitores conheçam o caminho adotado para alcançar o objetivo. Gaio, Carvalho e Simões, (2009) destacam que

> [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (Gaio; Carvalho; Simões, 2009, p. 148).

Na elaboração do referencial teórico, buscou-se estabelecer um diálogo entre autores das múltiplas áreas do conhecimento que pesquisam sobre a cultura LGBTQ+, bem como os autores da área da biblioteconomia e da ciência da informação, sendo este diálogo importante no desenvolvimento das linhas de raciocínio do autor. Foram realizadas pesquisas nas bases de dados Brapci[30] e Oasisbr[31], catálogo bibliográfico da rede de Biblioteca Universitária da UFSC[32] e nas leis e

[30] Disponível em: https://www.brapci.inf.br/.
[31] Disponível em: http://oasisbr.ibict.br/vufind/.
[32] Disponível em: https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php.

diretrizes nacionais que direcionam a salvaguarda e a preservação da cultura e do patrimônio nacional, em especial as diretrizes encontradas no portal do IPHAN[33] (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), as quais, após avaliação, contribuíram direta ou indiretamente na construção da reflexão trazida no referencial teórico deste artigo.

A priori, as palavras-chave utilizadas na recuperação das fontes bibliográficas foram biblioteca, papel social, cultura, memória, patrimônio, LGBT (utilizado a forma simplificada da sigla, pois a sigla LGBTQ+, utilizada neste artigo, é recente e está sujeita a modificações) e diversidade; assim, nas combinações dos termos acima, foi priorizado o termo "biblioteca" e relacionado com os demais termos: "Biblioteca" *and* "papel social", "biblioteca" *and* "cultura", "biblioteca" *and* "memória", "biblioteca" *and* "patrimônio", "biblioteca" *and* "LGBT", "biblioteca" *and* "diversidade".

O jornal Lampião da Esquina foi a base documental para este estudo, por ser um material informacional relevante que caracteriza e representa a comunidade LGBTQ+, bem como, suas construções coletivas e individuais culturais. Nesse jornal, foi realizada uma análise do seu conteúdo, no entendimento de Bardin (2011, p. 47) como uma técnica que permite, a partir de procedimentos sistemáticos, a inferência de conhecimentos "relativos às condições de produção/recepção destas mensagens". Como técnica proposta pela autora, seguiu-se os passos de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação), sucessivamente (BARDIN, 2011, p. 121).

Foram realizadas, portanto, leituras e análises criteriosas do jornal "Lampião da Esquina", a categorização dos símbolos

[33] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/.

observados e tidos como importantes diante dos objetivos propostos neste estudo sobre a cultura LGBTQ+, e por fim, as considerações com base nas informações observadas no documento.

3 CULTURA LGBTQ+

Embora o termo cultura possa representar algo que se cultiva, que se preserva, dando talvez uma conotação de permanência, a apropriação da cultura e o sentido de pertencimento a um determinado grupo social não podem ser vistos de forma estática e restritiva porque é construção constante, mutante. Para Pelegrini e Funari (2008, p. 19), "cultura não é algo dado, uma simples herança que se possa transmitir de geração a geração [...] é uma produção histórica, como parte das relações entre os grupos sociais". A memória direciona a cultura e a socialização e disseminação desta perpassa o interesse individual e parte para o coletivo, buscando construir identidades.

A declaração do México elaborada na Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais, realizada em 1982 no México, declara que a

> Identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar assim, o processo de sua própria criação (UNESCO, 1982, p. 2).

Pelegrini e Funari (2008, p. 38) reforçam a ideia de cultura

como um aglomerado de "traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos" que tornam uma sociedade ou grupos distintos, englobando "além das artes e das letras os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças".

Com relação à cultura LGBTQ+, caracterizá-la é uma tarefa complexa. A comunidade LGBTQ+ está inserida em diferentes classes sociais e econômicas e, muitas vezes, têm sua cultura e suas características construídas em consonância com as culturas de massa, porém, fazendo do seu próprio existir uma forma de resistência e apropriação de formas diversificadas de violências como uma cultura marginalizada e esquecida.

É relevante compreender as conjunturas em que a movimentação cultural da comunidade LGBTQ+ brasileira emerge na sociedade e garimpa espaço, afirmando-se como movimento político e social. Krüger (2010) evidencia a influência do movimento LGBTQ+ pelo movimento feminista, pelo movimento negro, pelos movimentos artísticos de contracultura e pela crescente movimentação na cena de resistência no âmbito internacional. A segunda metade do século XX, teria como pano de fundo a consolidação de movimentos de resistência política, social, econômica e cultural dessas minorias.

O mundo passava por diferentes movimentações políticas, com alguns avanços e retrocessos. O ano de 1969 pode ser considerado o marco histórico do movimento LGBTQ+ mundial, ano em que depois de fortes repressões da polícia estadunidense em espaços de cultura LGBTQ+ nos Estados Unidos, em especial o bar *Stonewall Inn*, ocorreram os primeiros levantes contra o sistema opressor e excludente da sociedade conservadora, como relata Simões Jr. (2006). O autor destaca

que na noite de 28 de junho de 1969, com a alegação de "descumprimento das leis sobre a venda de bebidas alcoólicas", no bar *Stonewall Inn*, em Nova York, frequentado pela comunidade LGBTQ+, houve uma tentativa de policiais de fechar o bar e os frequentadores foram agredidos e presos aleatoriamente. Em consequência dessa ação, inesperadamente, os homossexuais atacaram com pedras e garrafas os policiais e "gritaram frases de ordem como 'Poder Gay', 'Eu gosto de rapazes' e 'Sou bicha e me orgulho disso'", chamando a atenção da imprensa. Após cinco dias, o prefeito decretou o fim da intervenção policial e a Frente de Libertação Gay publicou o jornal *Come Out* e este ocorrido fundou o Dia Internacional do Orgulho Gay, que já é comemorado em 140 países. A primeira parada foi na própria cidade de Nova York em 28 de junho de 1970 para relembrar o fato ocorrido um ano antes e culminou nas grandes passeatas de Orgulho Gay da atualidade, que são imensas vitrines da diversidade identitária da sociedade contemporânea (SIMÕES Jr., 2006, p. 10)[34].

No Brasil, o golpe militar de 1964, tenciona os aspectos políticos, econômicos e sociais do país, o que ao mesmo tempo, impulsiona os movimentos de resistência, entre eles o movimento LGBTQ+. Esse período é marcado pela articulação

[34] Importante destacar as referências da época relacionadas às questões de gênero e sexualidade. Hoje, a história deve ser escrita de forma que as relações de visibilidade da comunidade respeitem a construção do movimento dando enfoque para atores invisibilizados pelo sistema e que foram protagonistas nesta empreitada para garantir o direito de existência e resistência que hoje nos é permitido ensinar e compartilhar. Refiro-me aqui as travestis e transsexuais que são a linha de frente nesta empreitada e ainda assim são esquecidas até mesmo pelo próprio movimento. Ver: NÓBREGA, Renata. Stonewall Inn Reparos: uma história da luta trans. **Justificando**, 28 de junho de 2017. Disponível em: http://www.justificando.com/2017/06/28/stonewall-inn-reparos-uma-historia-da-luta-trans/. Acesso em: 30 maio 2019.

LGBTQ+ em torno das suas reivindicações, resistência, participação social e lutas por direitos igualitários. Com isso, a conscientização política e a busca por ocupar os espaços negados pela sociedade, compreendem a trajetória da luta por direitos e contribuiu para o fortalecimento do movimento LGBTQ+. Candido (2017, p. 46) reforça a ideia de construção cultural da comunidade LGBTQ+, consolidando-se como uma cultura de resistência. O "movimento gay" possuía expressão cultural particular que esteve escondida nos guetos, mas, mesmo em princípio de formação e à margem do restante da sociedade, representou uma marca de resistência no período da ditadura militar (CANDIDO, 2017).

Em consonância, Thürler (2011) afirma que a cultura gay apresenta uma diversidade de manifestações culturais (valores, hábitos e linguagem) representativos da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que esboçam também expressões artísticas genuínas e temáticas que refletem a identidade desse grupo.

A cultura LGBTQ+, como qualquer cultura, perpassa o campo da historicidade. Em seu caso específico, possui referências de luta e resistência em diferentes momentos e espaços de tempo. Portanto, a inserção dessa cultura no cotidiano dos ambientes de memória, cultura e informação, como são as bibliotecas públicas, por exemplo, servem tanto para amparar as construções identitárias coletivas e individuais, bem como para conscientizar e transformar a sociedade em aspectos de igualdade e tolerância, bem como de respeito mútuo ao próximo e as diferenças dos padrões impostos pela classe dominante.

No campo da ciência, diversas áreas do conhecimento têm se debruçado sobre estudar os fenômenos da cultura LGBTQ+, bem como tratar historicamente as construções coletivas e

individuais da população abrangida pelo grupo social, no seu cunho político, social, econômico, cultural e identitário, identificando esse campo de estudos e pesquisas como "homocultura". Thürler (2011, p. 5) ressalta que esse termo caracteriza "estudos e pesquisas temáticas sobre homossexualidade, homoerotismo, estudos gueis, lésbicos, bissexuais, transgêneros e teoria queer". Entretanto, necessita uma perspectiva de desconstrução do gay na contemporaneidade, que figuraram na direção da despatologização da homossexualidade, por exemplo. Até o início da década de 1970, a homossexualidade era considerada doença[35].

Castro e Mattos (2012, p. 209) reiteram que "a homocultura marca a afirmação da homossexualidade como possibilidade legítima de viver as sexualidades". A homocultura é uma ferramenta de socialização e transformação cultural, desenvolve construções coletivas e individuais de identidades, fortalece discussões sobre diversidade sexual e de gênero em âmbitos educacionais, culturais e informacionais. Garcia (2012) evidencia que a homocultura se institui como teoria política ao integrar diferentes vertentes do pensamento contemporâneo com discursos que entrelaçam ciência e política.

É possível identificar que independentemente da área do conhecimento onde a homocultura é explorada, ela perpassa, sobretudo, pelo campo político de afirmação dos sujeitos, buscando a garantia de direitos e também a desguetificação de culturas e oposição/resistência às culturas dominantes heteronormativas, que consistem no padrão apropriado de

[35] BRASIL. **Projeto de lei n.º 4.931, de 2016 (Do Sr. Ezequiel Teixeira)**. Brasília, 6 de abril de 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081600PL+4931/2016. Acesso em: 30 maio 2016.

cultura voltada a uma elite econômica, política e social que através dos mecanismos do estado e da opressão, colocam-se como superiores na hierarquia da cultura. "A heteronormatividade expressa expectativas, obrigações e demandas sociais resultantes do pressuposto de uma heterossexualidade natural e compulsória" (THÜRLER, 2011, p. 2).

Portanto, estudar e pesquisar a cultura LGBTQ+ ou a homocultura, colaborando com a ciência, buscando diálogo com o senso comum e nas expressões coletivas e individuais desses sujeitos com o olhar para a biblioteconomia, no campo da ciência da informação, é um esforço de contribuir também para a construção da historiografia desse grupo socialmente excluído. A biblioteca pública é ambiente de memória e de construção cultural e o trabalho que pode ser desenvolvido a partir de sua existência constitui relevante nesse contexto.

4 BIBLIOTECA PÚBLICA E QUEM A "ANIMA": ATUAÇÃO RELEVANTE NA DISSEMINAÇÃO DE CULTURA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A biblioteca pública figura como ambiente potencialmente democrático de acesso para todos. Esse entendimento está no discurso de diversos órgãos e pesquisadores que se dedicam a direcionar, gerir e pensar essa instituição criada pela necessidade social, em algum momento da história humana.

No manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (*International Federation of Library Associations and Institutions* – IFLA), por exemplo, em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de 1994, sobre Bibliotecas públicas,

afirma-se essa condição da biblioteca pública para todos e que "a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação"(IFLA/UNESCO, 1994). O manifesto soma esforços para o entendimento de que essas instituições possuem papel fundamental para a sociedade, seja na preservação e conservação de produtos culturais, bem como na disseminação e apropriação da cultura para todos os grupos sociais, corroborando para a formação de uma sociedade justa, igualitária.

O discurso, portanto, ainda não dá conta de se concretizar na prática quando observamos a realidade das bibliotecas públicas no Brasil. Podemos ter acesso a vários registros que atestam um ambiente ainda excludente (SILVA, 2016).

A informação é preciosa no cotidiano das pessoas, pode melhorar nossa condição em qualquer aspecto de nossas vidas e não sobrevivemos sem ela. Ao pensar biblioteca pública como serviço que reúne a informação acumulada ao longo do tempo em qualquer suporte, como facilitadora do encontro com essa informação proporcionando ambientes de troca de conhecimento, podemos compreendê-la como uma instituição capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas. É uma instituição fundamental, principalmente para grupos considerados excluídos socialmente, quiçá, a mais relevante no sentido da apreensão de autonomia, na possibilidade de compreensão dos seus direitos, deveres, sua condição social e capacidade de transformação da realidade.

Ampliar a possibilidade de compreensão do potencial da biblioteca pública é cada dia mais urgente. Tanus (2017, p. 207) assegura que em visão simplificada a biblioteca seria uma "uma coleção de livros organizados para aqueles que buscam ler". É

esse o entendimento que muitas vezes também se estende para a biblioteca pública, uma visão reduzida. O mesmo autor continua enfatizando que

> [...] longe dessa estabilidade tem como função, a partir da diversidade dos discursos (contraditórios) e diversificados de suportes de informação, desestabilizar a ordem formada por um discurso homogêneo (TANUS, 2017, p. 207).

Esse entendimento de um lugar que promove movimento e mudança é associado à condição de um lugar que contempla ideias diferentes e onde essas ideias devem interagir com liberdade, promovendo criação, inovação e renovação. Gomes (2014, p. 153) frisa que a biblioteca, para além de um espaço de preservação do patrimônio cultural, figura como agenciadora da disseminação da diversidade e expressão cultural, da apropriação da informação que gera criatividade, inovação e gera novos sentidos.

A biblioteca pública, portanto, é uma instituição de preservação, construção e transformação de cultura das comunidades. Almeida e Lima (2016) enfatizam que a relação entre biblioteca e cultura, se dá pela compreensão desses espaços como uma potência na perspectiva do desenvolvimento humano, um equipamento cultural responsável pela salvaguarda e mediadora dos bens e manifestações culturais nas suas mais diversas formas. Pode ter papel relevante na construção da educação, democracia e cidadania dos indivíduos sem distinções políticas, econômicas e sociais.

Nesse contexto, as bibliotecas públicas, na perspectiva da comunidade onde estão inseridas, confrontando com as

diferentes realidades e necessidades, colocam-se como uma grande ferramenta para o desenvolvimento do capital social, que segundo Maciel Filho *et al.* (2010), está inerente no desempenho das suas atividades essenciais, como leitura, empréstimo, pesquisa e utilização das tecnologias da informação, bem como, as atividades "não essenciais" como lugares de promoção de encontros, acesso livre e gratuito, formação continuada, o que desenvolve e propicia a mudança de pensamento, comportamento e acepção da construção das identidades, bem como na formação e desenvolvimento de sujeitos críticos que permitem o confronto de ideias, propiciando o desenvolvimento de novos conhecimentos e colaboram na preservação e disseminação da cultura e da memória, individual, local, regional e nacional.

Toda essa força inerente aos serviços que são oportunizados por bibliotecas públicas será possível se forem animados e quem anima são pessoas. Se não houver pessoas que compreendam esse potencial e tenham condições de gerir esses serviços, ela volta para significações reducionistas como já mencionamos, de um espaço com livros para quem procura, muitas vezes, grupos privilegiados socialmente.

É possível perceber que profissionais e demais atores envolvidos no trabalho de bibliotecas públicas, muitas vezes, desconhecem as perspectivas ampliadas dessas instituições. O bibliotecário é um dos atores centrais nesse cenário. A evolução no entendimento do fazer bibliotecário, as discussões na biblioteconomia, trazem novas perspectivas de atuação dessas instituições como lugares democráticos e de combate à exclusão social, porém, ainda assim, algumas concepções estão emersas na expressão "informação é poder", como afirma Almeida Júnior (1997, p. 33), "a biblioteca ainda é tida como um aparelho ideológico do estado, disseminando e preservando

essencialmente o conhecimento, a cultura e a memória de classes dominantes". Então, como a biblioteca pode ser um mecanismo de combate à exclusão social se nem ao menos elas voltam suas funções para as carências das comunidades em que estão inseridas? Machado, Elias Junior e Achilles (2014), reforçando o questionamento anterior, salientam que

> [...] no Brasil, apesar dos altos índices de analfabetismo e das grandes desigualdades sociais, poucas são as iniciativas que colocam as bibliotecas públicas como espaços de informação e apoio ao cidadão em situação de desvantagem (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014 p. 120).

As constatações que se delineiam neste capítulo podem parecer utopias quando verificamos a condição de grande parte das bibliotecas públicas na realidade brasileira, voltando suas atenções para pequenas parcelas da sociedade, geralmente elitizadas e conservadoras. Segundo Almeida Júnior (1997), a biblioteca, vista como um instrumento de poder, pode e é utilizada ideologicamente para manter a situação de controle e poder, tornando-se, quase sempre, um obstáculo às classes populares, bem como restringindo sua atuação a públicos específicos. Portanto, a formação de bibliotecários, por exemplo, deve expandir para além da formação técnica ou tecnológica, deve estar pautada em contexto de formação humanística, com vistas a compreender a realidade social e as demandas informacionais da sociedade em que atua ou irá atuar. Para Silveira (2007, p. 190), "uma sólida formação humanística confere ao profissional seu papel de agente histórico" e a técnica isolada do racional e das questões da sociedade "contribui para a homogeneização da sociedade em

torno de valores, normas, ideias e comportamentos dominantes".

Historicamente, o ensino de biblioteconomia no país é desenvolvido visando atender as demandas de mercado, tornando-o extremamente tecnicista, negligenciando a formação humanística e multidisciplinar desses profissionais, conforme afirma Silveira (2007, p. 194), abdicando "do exercício de capacitá-los a compreender criticamente a importância que seu ofício assume no processo de construção das muitas esferas de atuação humana". Almeida Júnior (2007, p. 135-136) reforça a afirmação anterior expondo que "a formação passa a ser mero objeto do mercado e não sujeito dele, assim como o profissional não interfere, nem influência, visto que está preparado apenas para atender ao já estabelecido e solicitado dele". O que, por consequência acaba por desconfigurar o lugar ocupado pelas bibliotecas e os profissionais que nelas atuam, na sociedade.

A importância da formação humanística e social desse profissional se destaca pela contribuição para a formação de usuários leitores (não somente da palavra, mas do mundo)[36] críticos das posições sociais em que estão inseridos. Torna a(o) bibliotecária(o) um mediador da informação e agente cultural. Gomes (2014, p. 153) destaca que o entendimento de que a apropriação cultural tem centralidade na função da biblioteca pública, "colocou o usuário e suas necessidades em lugar de relevo no trabalho com a informação, trazendo à tona a importância do papel mediador da biblioteca e dos profissionais que nela atuam".

Na década de 1980, Flusser (1983) já encontrava raízes na fundamentação de uma nova biblioteca como ambiente de transformação e interação cultural construída conjuntamente

[36] Lembrança de Paulo Freire.

com a sociedade, com a biblioteca e a(o) bibliotecária(o) deixando de ser construídos para eles, mas também com a participação efetiva da comunidade. Em consonância, Perrotti (2016, p. 26) destaca a responsabilidade social do profissional da informação, como é o bibliotecário, em construir "espaços sociais fomentados pelo diálogo, a interação e a construção de sentidos a partir de práticas de envolvimento da sociedade".

Que tipo de contribuição ela pode oferecer no sentido de democratizar o acesso para grupos excluídos, como é o caso da população LGBTQ+? A população LGBTQ+ está representada, por exemplo, na composição do acervo existente em suas coleções e na sua disseminação?

5 JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA

Em meio às crescentes movimentações de atuação política e social do movimento LGBTQ+, no ano de 1978, surge na imprensa alternativa, com sede no Rio de Janeiro, o Jornal Lampião da Esquina, idealizado por um grupo de intelectuais de diferentes ocupações e assumidamente gays, buscando encontrar espaço de reflexão e construção da coletividade. Circulou durante os anos de 1978 a 1981, foram impressos e disseminados pelo Brasil em 41 edições que circulavam por meio de assinaturas e contribuições para a manutenção do projeto.

A concepção do periódico atravessou o lugar de fala específico de seus idealizadores, como condições políticas, econômicas e sociais de intelectuais e artistas representantes da classe média burguesa, o que, sem sombra de dúvidas, não diminui a importância desse periódico nas construções e representações da cultura LGBTQ+. Os assuntos contidos em suas edições remetem ao cotidiano e refletem as expressões

culturais desse grupo. Mariusso (2015, p. 47) afirma que por ter sido fundado por intelectuais de classe média foi considerado para alguns um periódico direcionado para a burguesia, para poucos, "capazes de absorver suas informações" por conter artigos e discussões que não seriam da compreensão de todos – o que "não apaga a função que o periódico assumiu e apresentou enquanto imprensa alternativa".

Na edição zero do periódico figurava o objetivo principal dos autores e o comprometimento do jornal, como descrito a seguir:

> O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dada aos demais e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que se desejaria ter. Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende soluçar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz (LAMPIÃO, abril de 1978, p. 2).

Através do Jornal, havia o desejo expresso de produzir um mecanismo de encontro coletivo onde os invisibilizados pelo sistema, a união de seus semelhantes para a construção coletiva de uma identidade de grupo que se encontrava na marginalidade da sociedade. Rodrigues (2014, p. 97) destaca que "o homossexual brasileiro em suas múltiplas identidades, encontrou no Jornal Lampião da Esquina seus semelhantes".

O Jornal constitui fonte histórica importante para a pesquisa e a construção de identidades marginalizadas pelo sistema, um mecanismo de propagação de discursos, buscando engendrar a consciência política e social das minorias sexuais e de gênero. É importante produtor da memória LGBTQ+ brasileira. Seu conteúdo e a conjuntura em que foi apresentado, retomam a construção coletiva da cultura de um grupo minoritário que não tinha voz. Brito (2016, p. 23) expõe que "pensar as relações entre história e memória é necessário para se entender como o Lampião da Esquina é parte da memória LGBT e da sua resistência durante a ditadura, contribuindo com a visibilidade de sujeitos historicamente silenciados".

A utilização de memória e da cultura de minorias na afirmação da historicidade alternativa, a despeito da história "oficial", introduz uma alternativa às construções da sociedade, (re)construindo as memórias presentes sobre o passado, salientando a importância dos variados grupos sociais presentes na sociedade. Foucault (2003, p. 10) afirma que "o discurso não é simplesmente aquilo que produz lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar", podemos entender discurso, como diferentes meios de expressão e colocação do indivíduo e do coletivo situando seu espaço de representação.

6 DADOS COLETADOS

Conforme propostos nos objetivos deste capítulo, a análise de conteúdo realizado no periódico Lampião da Esquina tem por objetivo mapear as manifestações culturais expostas em suas edições, visando corroborar para o entendimento deste como fonte histórica de pertencimento da comunidade LGBTQ+, bem como ampliar o debate sobre o papel das bibliotecas públicas na disseminação da cultura LGBTQ+.

A categorização de tópicos para a análise de conteúdo foi realizada na manchete de capas das 41 edições publicadas do periódico, por considerar que nas capas figuram as notícias que se desejou dar destaque. Como categorizações para análise foram escolhidos três tópicos: lugares (de afirmação da comunidade), arte e literatura e movimento político e social LGBTQ+, como descritos a seguir.

6.1 LUGARES

Os lugares de pertencimento e afirmação dos sujeitos, compreendem um importante espaço na luta pela emancipação e resistência aos sistemas opressores da sociedade. A guetificação dos LGBTQ+ está presente na história e nos dias atuais. As ocupações desses espaços constituem um importante marco na luta e na resistência por garantir seus direitos e espaços.

Boates, saunas, clubes, praças, etc., são alguns espaços identificados como sendo ocupados por indivíduos e tribos excluídos socialmente. Perpassam a aglomeração de semelhantes e tem como objetivo a construção de ambientes de resistência e de afirmação, constituindo um importante

mecanismo na construção de identidades culturais permeados pelas diferenças e, ainda assim, lugar seguro de apoio e construção mútua. Candido (2017, p. 38) afirma que "os guetos gays surgem como um local de acolhimento da diversidade, mas também de marginalização" e que os gays foram se apropriando de locais que não específicos do grupo, mas por causa da marginalização ficaram tachados como "redutos gays".

Nas manchetes presentes nas capas do jornal Lampião da Esquina, é possível identificar algumas referências aos lugares de aglomeração dos espaços de "redutos gays", ocupados pela convivência e identificação dos frequentadores. No recorte das capas das edições 34 e 36 (Figura 1 e 2), por exemplo, é possível perceber a menção de lugares frequentados pela comunidade, lugares de encontros sexuais ou de libertação de seus desejos, como praças, casas noturnas, "hotéis de pegação", saunas. Locais que representam e são um marco histórico presente nas construções e convivências especialmente do homossexual masculino.

Figura 1 – Capa do Jornal Lampião da Esquina, 34. ed., mar. 1981.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Figura 2 – Capa do Jornal Lampião da Esquina, 36. ed., maio 1981.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

6.2 ARTE E LITERATURA

As artes e a literatura também estão presentes na construção cultural da comunidade LGBTQ+. Historicamente, as expressões presentes nas artes, na música, na literatura, nos estudos de homocultura, nas interpretações e localizações desse público, reforçam a ideia de resistência. As lutas pelas construções dos sujeitos de forma individual e coletiva estão no cerne das representações e diálogos nessa categoria de cultura. Davi (2011, p. 143) destaca que por meio dessas manifestações, com "performances e utilizações jocosas de signos do poder", expõem as situações que lhes oprimem, demonstrando que não são passivos e impotentes diante de "forças históricas externas e dominantes"; ao contrário, "desempenham um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua identidade cultural e sexual".

Nas capas da edição extra 01 (Figura 3) e nas edições 08 e 37 (Figura 4 e 5), é perceptível a inserção das artes nos permeios da cultura LGBTQ+. Na capa da edição extra 01, a manchete principal traz como enredo diversas entrevistas com intelectuais e artistas assumidamente LGBTQ+, expondo opiniões sobre política sexual. Na manchete da edição 08, o debate sobre a censura imposta pelo estado e seus órgãos de repressão está implícito na chamada "Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever". Caracteriza também a literatura LGBTQ+ como uma literatura marginal que questiona a "moral" e os "bons costumes" da sociedade patriarcal pautada em valores e crenças conservadoras e impostas à sociedade como um todo. Porém, a expressão de resistência da autora, reforça a luta da literatura e das artes na formação e luta pela construção e afirmação da cultura LGBTQ+ na sociedade brasileira.

Figura 3 – Capa do Jornal Lampião da Esquina, ed. extra 01, dez. 1979.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Figura 4 – Capa do Jornal Lampião da Esquina, 08. ed., out. 1978.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Já na edição 37 a referência é o teatro. Outra forma de resistência e afirmação política e social do LGBTQ+ inserido nos mecanismos de questionamento da subjetividade do indivíduo e da sociedade.

Figura 5 – Capa do Jornal Lampião da Esquina, 37. ed., jun. 1981.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

6.3 MOVIMENTO POLÍTICO E SOCIAL LGBTQ+

Por fim, trazemos a referência à movimentação e organização política e social da comunidade LGBTQ+, em consonância com diversas lutas minoritárias como o movimento negro e o movimento feminista. Nas páginas do Lampião, é possível perceber que essas lutas também estavam presentes nas pautas e matérias desenvolvidas pelos intelectuais que estavam à frente dessa empreitada.

Assim, compreender o movimento LGBTQ+ como um movimento plural e democrático, composto por uma gama diversificada de sujeitos e práticas também significa modificar os campos políticos e sociais da cultura, da educação e do direito. Pereira, (2017, p. 123) ressalta que é um movimento rico, plural, que agrega diversos sujeitos(as) e práticas para "modificar o campo da cultura, efetivar e ampliar direitos e superar o quadro de violências motivadas pela discriminação e ódio" direcionado aos que "escapam às normas hegemônicas de gênero e de sexualidade, historicamente construídas no tecido social".

Nesta categoria, destacamos seis capas do Lampião da Esquina: as edições 11, 15, 16, 19, 20 e 24 (Figuras 6 a 11).

Figura 6 – Capa do Jornal Lampião da Esquina, 11. ed., abr. 1979.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Figura 7 – Capa do Jornal Lampião da Esquina, 15. ed., ago. 1979.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Figura 8 – Capa do Jornal Lampião da Esquina, 16. ed., set. 1979.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Figura 9 – Capa do Jornal Lampião da Esquina, 19. ed., dez. 1979.



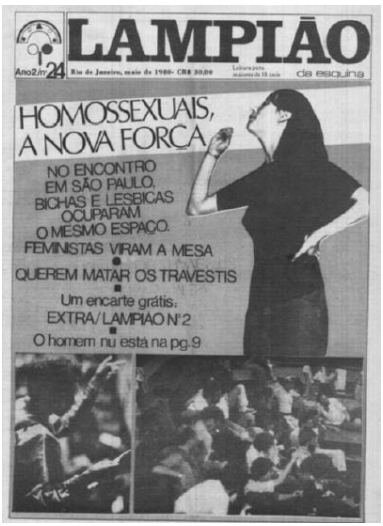
Fonte: dados da pesquisa (2019).

Figura 10 – Capa do Jornal Lampião da Esquina, 20. ed., maio 1980.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Figura 11 – Capa do Jornal Lampião da Esquina, 24. ed., maio 1980.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

As capas esboçam informações que trazem importantes reflexões sobre a atuação política e social do Lampião frente às demandas de organização e construção de movimentos de luta e resistência, permeada por mudanças e configurações substanciais movidas por fatores sociais externos e reconfigurações do Estado brasileiro e no âmbito internacional. O fato é que esse movimento social, por meio de sua organização política, tem desenvolvido forte incidência política em distintos setores da sociedade (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Nas edições 11 e 15 o enfoque maior é dado para assuntos como machismo e racismo, que constituem também, uma força dentro do movimento LGBTQ+, pois, conforme afirmado anteriormente, os permeios da comunidade LGBTQ+ são fontes dos mais variados conjuntos da sociedade. Portanto, falar da cultura e luta LGBTQ+ é também, falar sobre os movimentos

feminista e negro na construção da luta por uma sociedade justa e igualitária.

As capas das edições 16, 19, 20 e 24 expostas anteriormente, refletem a emergência e a construção da coletividade LGBTQ+ na luta pela resistência e pelos direitos de existir e pela liberdade. Os ativismos políticos e sociais, as organizações de grupos como o SOMOS de São Paulo, as articulações com várias camadas da sociedade, são ali representadas, bem como constituem as diferentes etapas e vivências na formação e desenvolvimento de organizações que lutam por uma classe.

7 ANÁLISE DOS DADOS: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE A CULTURA LGBTQ+ E O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA COM OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA BIBLIOTECA PÚBLICA

O que representa um acervo como o Jornal Lampião da Esquina para os serviços prestados em bibliotecas públicas? O bibliotecário que atua ou irá atuar nesses ambientes irá lidar com um público diverso, um coletivo disforme, incluindo a população LGBTQ+. Diante dessa particularidade, questões se colocam para a efetivação dos serviços que são prestados, o relacionamento com esses grupos diferenciados, por exemplo, como destaca Silva (2016).

Muitas bibliotecas públicas direcionam seus serviços para setores restritos da população (escolares, por exemplo) oferecendo possibilidades limitadas de identificação com grupos diferenciados, trazendo uma reflexão sobre seu adjetivo "pública", que deveria comunicar a diversidade, atuando inclusive como um mecanismo contra a exclusão social promotor da formação cívica e cidadã (CASTRILLÓN, 2011).

A cultura LGBTQ+, quando não contemplada nos serviços e acervo das bibliotecas públicas, não cria identidade com esses espaços que são públicos, não atua na construção do avanço social, permanecerão cristalizando uma realidade de marginalização e exclusão, reforçando discursos ideológicos dominantes. Lugares de memória, como são as bibliotecas públicas, devem garantir a defesa de perspectivas plurais e democráticas de preservação, acesso, livre construções e quebra de paradigmas alicerçados em políticas de igualdade e garantia de direitos e espaços iguais a todos os cidadãos que constituem a nação.

O Jornal Lampião da Esquina constitui patrimônio cultural material brasileiro. Conforme definido pelo IPHAN (2018, art. 1, parágrafo único), "por patrimônio cultural material entende-se o universo de bens tangíveis, móveis ou imóveis, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identificação, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

Para identificar bens patrimoniáveis é necessário que nos documentos exista a "presença de bens culturais materiais significativos para grupos formadores da sociedade brasileira e que reflitam a diversidade cultural no território" (IPHAN, 2018, art. 13, § 1º), e o Jornal Lampião da Esquina pertence à comunidade LGBTQ+ como um símbolo de resistência, identificação e construção identitária coletiva.

Para garantir os subsídios de proteção, preservação e disseminação desses bens culturais, o item plausível de patrimonialização deve atender a pelo menos um dos oito critérios estabelecidos no Art. 31. Dos quais, o Jornal Lampião da Esquina é contemplado por quatro; são eles:

1. Critério I: Representar a capacidade

> criativa dos grupos formadores da sociedade brasileira, com expressivo nível simbólico ou expressivo grau de habilidade artística, técnica ou científica; 2. Critério II: Representar um evidente intercâmbio de ideias e valores dos grupos formadores da sociedade brasileira; 3. Critério III: Representar uma tradição cultural viva ou desaparecida que exemplifica grupos formadores da sociedade brasileira; 4. Critério IV: Representar ou ilustrar um estágio significativo de grupos formadores da sociedade brasileira (IPHAN, 2018, art. 31).

Os patrimônios culturais referidos à comunidade LGBTQ+, podem e devem fazer parte dos acervos e coleções desenvolvidas nas bibliotecas públicas, bem como, a sua mediação para com a comunidade, com vistas para o combate à exclusão social, cultural e informacional, na redução das desigualdades, bem como, na perspectiva de combate à opressão, discriminação e discursos preconceituosos. Não há sentido em sustentar um discurso de biblioteca pública para todos se ações como essas não se concretizam.

Os destaques realizados nas manchetes do Jornal Lampião da Esquina com base nos lugares, na arte e literatura e nos movimentos sociais e políticos do grupo LGBTQ+, identificam as construções políticas e identitárias, individuais e coletivas dessa comunidade e de outros grupos excluídos. Podem auxiliar os sujeitos que pensam políticas públicas para ambientes culturais e gestores de bibliotecas pública na formulação de proposições que possibilitem ações plurais, que incluam diversos grupos sociais. Oferecem informações

relevantes sobre o que é pertinente para a cultura LGBTQ+, aproximam desse grupo, de suas áreas de interesse e vivência.

Destacamos que, diante do estudo, o Jornal Lampião da Esquina configura patrimônio cultural brasileiro relevante para a comunidade LGBTQ+. A resistência, a luta, as formas de expressão, a linguagem, os lugares, a arte, a literatura, enfim, todas estas manifestações constituem parte da cultura e da história do Brasil. Os patrimônios culturais, materiais e/ou imateriais desse grupo social, devem ocupar os espaços de memória, como são as bibliotecas públicas, e figurar entre as culturas preservadas e disseminadas por esses instrumentos com o intuito não somente de memória, mas de construção e reconstrução coletiva e individual, mudança da realidade fomentada no respeito, a liberdade e a equidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a cultura LGBTQ+ e as bibliotecas públicas é necessária pelo entendimento da importância dos dois para a sociedade. As bibliotecas públicas, no contexto brasileiro, muitas vezes são ambientes sucateados, subestimados, subentendidos, precarizados, com serviços e acervos que não representam seu potencial. Potencial este de ser um ambiente capaz de reunir e tratar as ideias acumuladas ao longo do tempo, as mais diversas, consoantes e divergentes entre si, para animá-las no encontro com a comunidade que é diversa. Têm condições de provocar as pessoas para pensar sua condição e do mundo, auxiliá-las na solução de seus problemas, melhorar sua condição de vida. Estão abertas e devem servir a todos, sem distinção.

A cultura LGBTQ+ é a expressão de um coletivo de pessoas que ao longo da história esteve à mercê dos

preconceitos invisibilizados, constitui grupo marginalizado, destituído de muitos direitos e, como as bibliotecas públicas, subestimados, subentendidos. De certa forma, ambos necessitam ser ressignificados e melhor compreendidos na nossa sociedade para que possam sair da invisibilidade social e contribuir para a construção de uma realidade melhor. O Jornal Lampião da Esquina é manifestação relevante nesse contexto e une biblioteca pública e cultura LGBTQ+.

O objetivo deste escrito de investigar a relevância do Jornal Lampião da Esquina nos acervos das bibliotecas públicas para a cultura LGBTQ+, de certo que não encontra neste texto seu fim. Fica aberto para outros "olhares", para abordagens a partir de outros caminhos, diferentes do escolhido por nós e esperamos que esses outros "olhares" aconteçam. Entretanto, podemos destacar algumas reflexões importantes.

O sentir, pensar e agir no contexto bibliotecário para a disseminação da cultura LGBTQ+, ainda se encontra em fase embrionária. A construção do conhecimento, diálogos e representações na área da biblioteconomia e da ciência da informação ainda é tímida, constatação feita com base no escasso material bibliográfico e/ou debates existente sobre o assunto. Ao refletir sobre a biblioteca pública e sua atuação na sociedade com relação à cultura LGBTQ+, a partir da contribuição do Jornal Lampião da Esquina como patrimônio cultural que merece ser prestigiado e animado nesses ambientes, podemos perceber alguns cuidados que indivíduos, incluindo bibliotecários, devem observar na gestão desses trabalhos.

A exclusão da cultura LGBTQ+ do contexto das bibliotecas públicas, que pode ser representada na ausência, não aceitação, desconsideração e não disseminação desse material em seu acervo e serviços, pode fortalecer a ideia de

biblioteca pública excludente que é exclusividade de alguns grupos sociais. De um ambiente distanciado da sociedade, invisível e, consequentemente, não reconhecido como um lugar de cultura, um lugar de pertencimento, plural.

O desconhecimento e preconceito para com grupos específicos da sociedade não deve fazer parte do trabalho de indivíduos que lidam com informação como um direito para todos no contexto de Estado de direito. Quem lida com a gestão desses ambientes deve reconhecer nesses locais de compartilhamento de cultura um importante mecanismo para o desenvolvimento social e que sua atuação é relevante no contexto de transformação e combate à exclusão.

Destacamos a importância da formação desses profissionais, bibliotecários, que – para além da formação e habilidades direcionadas para o mercado (rentável), para as novidades tecnológicas e o desenvolvimento dessas tecnologias como um fim em si mesmo – necessita fomentar seu viés humanístico, o entendimento e a capacidade de pensar e transformar a sociedade. Os avanços tecnológicos sempre estiveram a serviço da melhoria da qualidade de vida das pessoas e é necessário que essa melhoria seja possível para todos no Estado de direito, não somente para grupos específicos.

No aspecto de preservação da cultura, as bibliotecas figuram como espaços privilegiados de memória, contribuindo para a preservação de bens patrimoniais da cultura brasileira, seja elaborando políticas de preservação de acervo, seja desenvolvendo atividades, serviços e conscientizando a sociedade da importância de preservar a cultura e a memória das mais variadas culturas existentes na sociedade.

A disseminação e animação da cultura é trabalho dos que atuam em bibliotecas públicas. A biblioteca pública deve

abranger diversificadas culturas, representativas de toda sociedade, deve garantir acesso irrestrito à informação, promover o interesse público para esses assuntos, respeitando as pluralidades culturais, e também, fomentando o debate, nesses ambientes cheios de contradição, corroborando para a formação crítica do cidadão autônomo e consciente.

A cultura LGBTQ+ aparece representada nos termos "pluralidade" e "diversidade" nas caracterizações de cultura, memória e patrimônio presente em manifestos, leis e diretrizes que direcionam esses conteúdos. Entretanto, fazer acontecer de fato essa representatividade é tarefa de toda sociedade e dos gestores responsáveis por esses ambientes culturais.

A comunidade LGBTQ+ faz parte da história e da cultura deste país, seja pelas lutas históricas, seja pela liberdade dos indivíduos, seja pela conquista de direitos, seja pelas formas de expressão, seja pela linguagem. Constitui uma comunidade, um grupo social oprimido e marginalizado, desviantes da norma hetero-cis-branca-rica que é imposta, resiste e luta contra toda forma de opressão e discursos de ódio. A importância de a biblioteca pública ser um espaço protagonista na quebra de paradigmas, no desenvolvimento do senso crítico, na construção de uma sociedade justa, igualitária e plural, perpassa a sua essência e contribui para o desenvolvimento e a apropriação desses espaços pela sociedade.

A análise e a indicação do Jornal Lampião da Esquina como patrimônio cultural brasileiro e a relevância deste na composição e disseminação em acervos de bibliotecas públicas representa um registro sobre a necessidade de ampliação do debate sobre as culturas preserváveis, fomenta a desmistificação de assuntos tidos como "tabus" pela perspectiva conservadora. Através deste estudo, acreditamos que é possível fazer frente à busca por patrimônios, memórias

e culturas esquecidas pela sociedade e/ou excluídas conscientemente. Contribuir para o campo biblioteconômico com pesquisas e debates sobre minorias sociais é urgente e necessário. A cultura LGBTQ+ está viva e presente também nesse campo do conhecimento!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. G.; LIMA, I. F. de. Bibliotecas, Cultura e Memória: possibilidades e desafios. **Folha de Rosto**: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, v. 2, n. 2, p. 56-64, dez. 2016.

ALMEIDA JÚNIOR, O. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997.

ALMEIDA JÚNIOR, O. Leitura, mediação e apropriação da informação. *In*: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2011.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a política de Patrimônio Material do IPHAN e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 2018. 182 ed. p. 07-11.

RITO, A. M. M. C. **O Lampião da Esquina**: Uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981). 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CANDIDO, I. M. B. **Ditadura, Cultura e Homossexualidades**: O Lampião da Esquina e a Manifestação Cultural de Minoria (1978-1981). 2017. 64 f. TCC (Graduação) – Curso de História,

Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011. 100 p.

CASTRO, R. P. de; MATTOS, Z. S. A produção de conhecimento a partir das homossexualidades e da homocultura. **Gênero**, Niterói, v. 2, n. 12, p. 2009-2015, jun. 2012. Disponível em: http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/422/315. Acesso em: 5 set. 2018.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural:** o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

DAVI, E. H. D. Resistências e recusas: a cultura LGBT contrapondo-se a homofobia em Uberlândia. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia/MG, v. 24, n. 1, p. 143, jan. /jun. 2011.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, 1983.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GAIO, R.; CARVALHO, R. B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. *In*: GAIO, R. (Org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GARCIA, W. Uma possibilidade de homocultura no Brasil: estudos contemporâneos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA ABEH, 4., 2012, Salvador. **Anais…** Salvador: Abeh, 2012. p. 1-8.

GOMES, H. F. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, p. 151-163, dez. 2014.

GRUPO GAY DA BAHIA. **GGB.** S.l., 2003. Disponível em:

http://www.ggb.org.br/. Acesso em: 10 jul. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA); ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf. Acesso em: 2 maio 2018.

KRÜGER, C. Impressões de 1968: contracultura e identidades. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringa, v. 32, n. 2, p. 139-145, Jun. 2010.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Rio de Janeiro, 1978-1982**. Disponível em: http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/. Acesso em: 11 out. 2018.

LAMPIÃO. "Saindo do gueto". **Lampião da esquina**, Rio de Janeiro, 25/Abril de 1978, p. 2. Disponível em: http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/01/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-19781.pdf. Acesso em: 28 maio 2018.

LANKES, D. **Expect more**: melhores bibliotecas para um mundo complexo. São Paulo: Febab, 2016.

MACHADO, E. C.; ELIAS JUNIOR, A. C.; ACHILLES, D. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, p. 115-127, dez. 2014.

MACIEL FILHO, A. R. et al. Capital social e bibliotecas públicas: estudos empíricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 73-88, 2010.

MARIUSSO, V. H. da S. G. "Prendam, matam e comam os travestis": a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população lgbt (1978-1981). **Albuquerque – Revista de História**, v. 7, n. 13., p. 44-61, jan./jun./2015.

MILANESI, L. **A casa da invenção**: biblioteca, centro de cultura. 3. ed. São Caetâno do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. A. **O que é patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 116 p.

PEREIRA, C. F. Movimento LGBT e Partidos Políticos: Construindo uma Agenda de Pesquisa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 03, n. 04, p. 121-132, dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Declaración de México sobre las políticas culturales**. S.l., 1982.

PERROTTI, E. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Informação @ Profissões**, Londrina (PR), v. 5, n. 2, p. 4 -31, jul./dez. 2016.

RODRIGUES, J. C. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. *In*: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (Org.). **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 83-124.

SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da. Bibliotecas públicas e seu público: coletivo disforme? **InfoHome**, set. 2016. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1004. Acesso em: 23 jun. 2019.

SILVEIRA, F. J. N. da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SIMÕES JUNIOR, A. C. **'...E havia um lampião na esquina'**: memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980). 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SIMÕES, J.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TANUS, G. F. de S. C. Biblioteconomia e as contradições do social. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 1, n. 21, p. 202-2012, mar. 2017.

THÜRLER, D. A desguetificação da cultura guei. *In*: ENCONTRO FUNARTE DE POLÍTICAS PARA AS ARTES, 1., 2011, Rio de Janeiro. **Anais…** Rio de Janeiro: FUNARTE, 2011.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS NOS ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO PARA A COMUNIDADE LGBTQI+: REALIDADES DE FORTALEZA E JOÃO PESSOA

Denise Braga Sampaio
Izabel Lima dos Santos
Maria Cleide Rodrigues Bernardino

1 INTRODUÇÃO

A informação permeia as práticas sociais desde as formas mais rústicas de comunicação, estando entrelaçada com esta, de maneira indissociável. Com a terceira revolução industrial, a informação passou a ter papel protagonista, sendo entendida como uma necessidade básica de ordem cognitiva (BETTIOL, 1990). Portanto, defender a circulação, produção e uso crítico desse insumo é, hoje em dia, tradução de promoção da cidadania e, mais extensivamente, do processo de inclusão social de grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, entende-se que há, nas sociedades, dinâmicas informacionais pautadas em oferta/demanda a partir de marcadores sociais, culturais, econômicos e políticos de ordem hegemônica e subalterna, ou seja, que o capital informacional circula de forma heterogênea e dispositiva, separando os indivíduos em info-ricos e info-pobres (RAMONET, 1998). Investiga-se, neste estudo, como operam as práticas informacionais nos Centros de Acolhimento de pessoas LGBTQI+ das cidades de Fortaleza (CE) e João Pessoa (PB), dado que a provisão e a não provisão de informação podem ser

determinantes no sentimento de pertença dos indivíduos nas sociedades.

Tal estudo se sustenta no entendimento de que práticas fóbicas (especialmente LGBTfóbicas) constituem a sociedade brasileira desde sua colonização até os tempos atuais, como mostram os estudos de Santos (2013), Koehler (2013), Quinalha (2017), Felicíssimo (2014) e Sampaio, Lima e Oliveira (2018), sendo a informação um importante dispositivo, tanto para a manutenção como para o combate dessas práticas. Assim, esta pesquisa tem por objetivo identificar as práticas informacionais nos Centros de Acolhimentos LGBTQI+ de Fortaleza e João Pessoa e refletir acerca do impacto das informações disseminadas na vida dos sujeitos LGBTQI+ nos centros de apoio voltados a esses grupos.

Como recorte, destacou-se o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra (CRLGBTJD) e Centro de Cidadania LGBT. Essas entidades foram escolhidas diante do relevante papel nas práticas de apoio à comunidade LGBTQI+ das cidades de Fortaleza e João Pessoa, respectivamente.

2 METODOLOGIA

O caminho metodológico foi traçado quanto aos objetivos como pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória por pretender evidenciar ideias a partir de hipóteses aplicáveis a futuros estudos (GIL, 2012). Descritiva porque desvela as características do grupo estudado a partir dos fenômenos e relações entre as variáveis nos Centros de Referência das duas cidades de forma a inferir significativamente sobre o problema (GIL, 2012).

Quanto aos meios, a técnica de coleta de dados se deu pela observação sistemática, que teve como base um plano prévio de

observação e aplicação de entrevista estruturada. Escolheu-se a entrevista estruturada para que os pesquisadores pudessem seguir um roteiro previamente estabelecido, conforme orienta Lodi (1989, p. 16), para que as perguntas "[...] sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas [...]", assim se pode refletir a respeito das semelhanças e diferenças a partir da fala dos respondentes e não entre as perguntas.

A análise dos dados, de viés qualitativo, orientou-se a partir do estudo comparativo e da análise de conteúdo, que é um conjunto de técnicas favoráveis a procedimentos sistemáticos e objetivos da comunicação (BARDIN, 2010). O método comparativo é descrito por Gil (2012, p. 16) como "[...] uma investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles". Para sistematizar a análise, observa-se os seguintes passos: organização da análise, codificação, categorização e inferência.

3 O CONTEXTO LEGAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A COMUNIDADE LGBT

Pode-se dizer que a comunidade LGBTQI+ tem um histórico de conquistas e derrotas, nos campos social, político, cultural e legal. Foucault (1984) versa sobre o tema na coleção História da Sexualidade, na perspectiva dispositiva, entendendo que há uma matriz normativa que enreda os papéis de gênero e das sexualidades (heteronormativa e cisnormativa como matrizes socio-culturalmente estabelecidas) na sociedade. Nesse sentido, os dispositivos servem como agentes reguladores dos costumes, das práticas, da moral e do comportamento dos sujeitos. Corrobora com a perspectiva foucaultiana a ideia de heterosexualidade compulsória (RICH, 1980), que se constitui em mecanismos de

invisibilização, abjeção e tratamento anômico da diversidade sexual, entendida como sexualidades desviantes em relação à heterossexual.

Assim, a constituição de dispositivos que reforçam a hetero-cis-normatividade operou, e opera até hoje, para reforçar tal ideia, de uma matriz hegemônica e de seus desvios, a partir de mecanismos patologizantes, 'amoralizantes', criminalizadores ou em um combinado destes. Uma revisão sistemática da história da sexualidade na humanidade revela que não raras foram as civilizações que conceberam leis austeras para práticas homoafetivas, tendo por uma das principais tônicas a inação reprodutiva (FOUCAULT, 1984; JUNQUEIRA, 2009). Nesse rol, estão o Reino Unido do século XIX e começo do século XX, a Alemanha Nazista, o Brasil pós-descobrimento até o final da Ditadura Militar, entre tantos outros. Os países acima citados reverteram suas políticas anti-homoafetivas em ações e legislação em defesa da comunidade LGBTQI+; no entanto, nos tempos atuais há, ainda, aproximadamente 70 países que criminalizam as sexualidades diversas (MANTOVANI, 2019) e contêm dispositivos culturais que reforçam estigmas e estereótipos anti-LGBTQI+, mesmo nos países considerados amigáveis a essa comunidade (*LGBTQI+ friendly*).

Ainda sobre a realidade brasileira, no âmbito legal atual, pós-abertura política, percebe-se uma modificação do modo de pensar institucional das sexualidades anteriormente tidas como desviantes, sendo um dos marcos internacionais a revisão empreendida pela 10ª Revisão da Lista da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), em 1993, produto da 43ª Assembleia Mundial da Saúde que passou a entender as homoafetividades como comportamento diverso e não patológico.

Concorda com esse posicionamento a Resolução 01, de 22 de março de 1999, do Conselho Federal de Psicologia, cuja natureza é de "[...] estabelecer normas de atuação para psicólogos em relação à questão da orientação sexual" (CONSELHO... 1999, p. 1), considerando:

> [...] que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade; [...] que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão; [...] que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente; [...] que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações (CONSELHO... 1999, p. 1).

Dessa forma, a Resolução 01/1999 resolve que os psicólogos não poderão exercer qualquer ação que favoreça o entendimento das práticas homoafetivas como uma patologia.

Hodiernamente, conquistas outras foram empreendidas pela Comunidade LGBTQI+ como a possibilidade de adoção por casais homoafetivos, o uso do nome social para pessoas transexuais no registro civil (MENDES; FERREIRA, 2018), a união estável, o casamento homoafetivo e a criminalização da LGBTfobia equiparada ao racismo (BARIFOUSE, 2019). Portanto, no âmbito legal, percebe-se iniciativas de acolhimento e proteção do Estado Brasileiro em relação à comunidade LGBT. No entanto, apesar das conquistas dos últimos anos, o país amarga números elevados de violência LGBTfóbica. Uma

destas é a própria invisibilização dos dados referentes à agressão e LGBTcídio sofridos pela comunidade, sendo este trabalho desenvolvido e divulgado por Organizações não-governamentais (ONGs) como o Grupo Gay da Bahia (MORAIS; FIGUEIREDO; GARCIA, 2019).

> Segundo pesquisa feita pela ONG, **a cada 20 horas, um(a) LGBT morre no Brasil por serem LGBTs** – ou seja, por conta da LGBTfobia. O grupo também registrou um **aumento de 30% nas mortes de LGBTs em 2017**, quando 445 pessoas foram mortas, em relação a 2016, ano em que 343 mortes foram motivadas por LGBTfobia. Já em 2018 esse número caiu, mas ainda se manteve alto, com 420 mortes (MORAIS; FIGUEIREDO; GARCIA, 2019, não paginado, grifo das autoras).

O Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo, mesmo com a taxa tendo caído, em 2018, para 163 mortes (QUEIROGA, 2018). Este fato pode estar ligado, primeiramente, à abertura da discussão de gênero na sociedade nos últimos tempos, que opera como uma 'faca de dois gumes', dando ciência da existência deste grupo e empoderando-o, como também por sua própria performance de gênero, que subverte a ordem cisnormativa, abjetando-o, na medida em que são percebidos por esta sociedade. O mesmo ocorre com homens gays que performatizam feminilidade. Há, portanto, neste processo de empoderamento, a visibilidade da comunidade, a reivindicação de direitos e a tentativa de ganhar espaço em lugares antes relegados, como a própria escola e postos de trabalho que não estéticos ou sexuais, estes,

tradicionais para a comunidade gay e transexual, respectivamente (JUNQUEIRA, 2009).

Assim, o LGBTcídio é a ação-fim de pessoas LGBTfóbicas e produto também da omissão do Estado. A falta de assistência deste pode, e ocasiona, como mostra Junqueira (2009), no ingresso dessas pessoas no mundo da criminalidade ou da prostituição, tornando-se altamente vulneráveis. Nesse sentido, é imprescindível à Comunidade LGBTQI+ que as mais diversas esferas de poder governamental amparem-na para que as conquistas legais façam valer as potenciais conquistas sociais, a partir de políticas públicas que promovam a cidadania das pessoas LGBTQI+, principalmente as mais vulneráveis.

Nesse sentido, em âmbito Federal, o Brasil cria o Programa Brasil Sem Homofobia, uma parceria do Governo com a Sociedade Civil, cujo o objetivo era:

> a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB[37] (CONSELHO..., 2004, p. 11).

[37] Sigla do movimento LGBT até 2008, quando a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) decidiu, mediante votação, na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais,

Entre as diversas ações do Programa, estão a realização da Conferência Nacional dos Direitos LGBT e a elaboração de cartilhas em parceria, por exemplo, com o Ministério da Saúde e da Educação, que foram criadas com o intuito de levar informação aos profissionais das respectivas áreas, como forma de tornar o trabalho destes mais alinhados às políticas de inclusão e respeito à diversidade. De 2004 até então, no entanto, foram realizadas somente três Conferências e a quarta está agendada para novembro de 2019. Em uma dessas, fora pensado o Escola sem Homofobia, que contaria com cartilha distribuída entre professores, entretanto, o projeto foi vetado, em 2011, pelo Governo Federal, por pressão da bancada evangélica, que o apelidou, pejorativamente, de kit gay. Além dessas ações em âmbito nacional, tem-se iniciativas estaduais e municipais, como os exemplos que se verificam nos subtópicos seguintes.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTQI+ EM FORTALEZA

A elaboração de políticas públicas direcionadas para a população LGBTQI+ no estado do Ceará é uma conquista recente, cujo surgimento, assim como no restante do país, se deu após processo de redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição do Estado do Ceará, promulgada em 1989, traz, em seu Art. 14º, os princípios básicos que orientam sua organização. Desde sua promulgação, consta no inciso III desse mesmo artigo, o entendimento de que o Estado deve defender a igualdade e combater a discriminação no que se refere, dentre

padronizar o termo, em consonância com outros países, para dar maior visibilidade às lésbicas, atendendo assim a reivindicação desse segmento do movimento.

outros aspectos, a questões relacionadas à sexualidade. Posteriormente, esse inciso foi atualizado passando a ter a seguinte redação:

> [...] defesa da igualdade e combate a qualquer forma de discriminação em razão de nacionalidade, condição e local de nascimento, raça, cor, religião, origem étnica, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, doença, idade, atividade profissional, estado civil, classe social, sexo e orientação sexual (CEARÁ, 2016, p. 17).

A nova redação dada ao texto constitucional tornou mais evidente que se deve respeitar as nuances e performances de gênero e sexualidade ao mesmo tempo em que representa melhor a diversidade existente na comunidade LGBTQI+.

Além da menção na Constituição Estadual, o Ceará conta com a Lei nº 13.644/2005, que estabelece o 'Dia do Orgulho Gay e Livre Expressão Sexual', e a Lei nº 13.833/2006, que estabelece a obrigatoriedade de que os cursos ministrados às Polícias Civil e Militar do estado contenham informações voltadas ao respeito à diversidade de orientações sexuais. Ademais, conta com uma estrutura administrativa, no âmbito da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) e Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tem, entre suas atribuições, "[...] coordenar políticas transversais relacionadas [...] à promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais [...]" (CEARÁ, [2018],

documento em linha). Essas políticas podem englobar ações desempenhadas em variadas frentes, contextos e formatos. Alguns exemplos de atividades desenvolvidas são: o estabelecimento da obrigatoriedade, desde 2017, em todo o estado, do registro do nome social nos boletins de ocorrência; ações de capacitação para profissionais da rede estadual de educação; apoio à Parada pela Diversidade Sexual; Campanha Ceará de Todxs, lançada em maio de 2019, dentre outras.

A capital do Estado, Fortaleza, também possui legislação e estruturas administrativas específicas destinadas ao atendimento de demandas e proteção social da comunidade LGBTQI+. A mais antiga delas é a Lei nº 8.211/98, que institui sanções para os estabelecimentos comerciais que pratiquem atos discriminatórios baseados na orientação sexual. Todavia, essa legislação carece de atualização para que possa se adaptar à atual estrutura da administração pública, especialmente no que se refere ao acompanhamento das mudanças ocorridas nas instâncias dedicadas às políticas para a comunidade LGBTQI+.

Os anos 2000 foram um importante período de estabelecimento de legislação e instâncias administrativas voltadas para a comunidade LGBTQI+ no município de Fortaleza. Datam dessa época a reestruturação do Regime de Previdência dos Servidores do Município de Fortaleza que, dentre outras coisas, estendeu suas disposições aos casais LGBTQI+; a instituição da "Semana Janaína Dutra de Promoção do Respeito à Diversidade Sexual" na Rede Pública de Ensino Municipal; a asseguração de possibilidade de uso do nome social no âmbito das rede de ensino e de assistência social do município; a instituição do Plano Municipal de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PMPPLGBT); e do Conselho Municipal de Promoção dos direitos da População de Lésbicas, Gays,

Bissexuais, Travestis e Transexuais (CMDLGBT) (GRUPO DE RESISTÊNCIA ASA BRANCA, [2017?]). Essas e outras ações são geridas pela Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual que está inserida no âmbito da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS).

O Centro de Referência LGBT Janaína Dutra (CRLGBTJD) é a principal manifestação da Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual. Esse centro foi criado pela Lei Complementar nº 133/2012 e tem por objetivo atuar como um "[...] serviço de proteção e defesa da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) em situação de violência e/ou violação, omissão de direitos motivados pela questão da orientação sexual e/ ou identidade de gênero" (FORTALEZA, [2018?], documento em linha).

Além das instâncias presentes na administração pública, existem ainda uma série de Entidades da sociedade civil que também desempenham importante papel na proposição, estabelecimento e acompanhamento das políticas relacionadas à comunidade LGBTQI+, tanto em nível local quanto nacional. Dentre essas instituições, destacam-se o Grupo de Resistência Asa Branca, entidade com 30 anos de existência; a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero, da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Ceará e a Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero do Instituto Brasileiro de Direito de Família – seção Ceará. Somando-se a elas, o Ceará conta ainda com aproximadamente 50 outras organizações dedicadas, em alguma medida, ao empoderamento da comunidade LGBTQI+ (GRUPO DE RESISTÊNCIA ASA BRANCA, [2018]).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTQ+ EM JOÃO PESSOA

O Estado da Paraíba é um dos mais proativos, em território nacional, no desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas à comunidade LGBT, especialmente a cidade de João Pessoa. A participação efetiva em uma série de audiências para discussão de políticas públicas, em Montreal (Canadá), voltadas à comunidade LGBT, no ano de 2018, demonstra o engajamento político do município. Essa iniciativa elevou o número de programas/projetos implementados para a melhoria da população LGBTQI+ (LIMA, 2018), em sua circunscrita realidade, como modelo a ser pensado e servir de exemplo à realidade canadense. O Estado também é responsável pela obrigatoriedade de afixação de cartazes em estabelecimentos públicos com a frase 'Discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é ilegal e acarreta multa' amparada pelos dispositivos: Lei Estadual nº 7.309/2003[38], atualizada pela Lei nº 10.909/2017, pela Lei Estadual nº 10.895/2017 e Decreto nº 27.604/2006. De forma generalista, percebe-se uma preocupação do poder executivo, em consonância com a sociedade civil, no que diz respeito à promoção da cidadania dessa comunidade, tomando como estrutura básica as conquistas somadas às do movimento negro e de mulheres, no âmbito Federal.

A Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) direciona à população LGBTQI+ uma série de serviços promovidos, de forma mais direta, pelo Centro

[38] Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, informando que a Lei Estadual nº 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências.

Estadual de Referência dos Direitos LGBT e enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba, tais como assessoria jurídica para questões cíveis (como casamento, acesso a benefícios previdenciários e adoção, mudança de prenome para a população transexual), que compõem os serviços jurídicos; serviços psicológicos (escuta psicológica, terapia individual e em grupo); serviço social[39]; e Direitos Humanos[40] (SILVA, 2019).

A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) tem estrutura análoga à do Estado da Paraíba, contando com a Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT e, subordinado a ela, o Conselho Municipal de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de LGBT (CMLGBT/JP), criado juntamente com o Fundo Municipal LGBT, instaurados a partir da Lei nº 13.049/2015 (JOÃO PESSOA, 2015). O CMLGBT/JP se divide em seis comissões temáticas (saúde;

[39] Acolhimento através de escuta qualificada para a identificação das necessidades de LGBTs e familiares. Elaboração de parecer social para acesso a benefícios sociais eventuais da Assistência Social, como Cesta Básica, Auxílio Funeral, Auxílio Enxoval, Banco de Alimentos e inscrição no INSS para acesso aos Benefícios de Prestação Continuada. Orientação e encaminhamento para serviço de emissão de documentação básica gratuita. Cadastro do Número de Identificação Social (NIS) para acesso ao Programa Bolsa Família nas unidades do CRAS. Inscrições no Sistema Nacional de Emprego (SINE) e Cursos de qualificação profissional (SENAI, SENAC e SENAT). Encaminhamento para o Ambulatório Estadual de Saúde Integral para Travestis e mulheres transexuais e homens trans para acesso ao processo transexualizador através do SUS (PARAÍBA, 2018).

[40] Agentes de Direitos Humanos fazem busca ativa referente às denúncias recebidas via Disque 123 (Violações de Direitos Humanos), Disque 100 – LGBT, e visitas domiciliares. Realizam oficinas em escolas, associações de moradores, CRAS, CREAS e ONGs; e Biblioteca LGBT – Um espaço aberto ao público para difusão de conhecimento, leitura e pesquisa, com mais de 100 livros, trabalhos de conclusão de curso, monografias e dissertações de profissionais que atuaram no campo de estágio da instituição (PARAÍBA, 2018).

educação; direitos civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais; finanças; eventos) e quatro coordenações executivas (coordenação, vice-coordenação, secretaria geral e secretaria adjunta). O referido Conselho é integrativo em sua composição, contando com representantes do poder público, da sociedade civil e de instituições públicas de ensino superior, tendo por objetivo propor, incentivar, executar e acompanhar ações, atividades, projetos relacionados à comunidade LGBT da cidade de João Pessoa (JOÃO PESSOA, 2015). Fruto da Coordenadoria, a prefeitura criou também o Programa João Pessoa sem Homofobia, cujo objetivo é,

> [...] diminuir as violações de direitos a população LGBT, bem como promover ações de prevenção às LGBTfobia nas comunidades e nas instituições e dialogar com todas as políticas públicas do município de João Pessoa no sentido de inserir ações que promovam a qualidade de vida e o bem estar da população LGBT de João Pessoa (JOÃO PESSOA, 2015-a).

O Centro de Cidadania LGBT, cujo objetivo é atender a esse público a partir de ações que visam a inserção da comunidade LGBTQI+ na sociedade, de forma ativa e cidadã. Entre os serviços, há acompanhamento psicológico, inscrição de pessoas em situação de vulnerabilidade no programa *Minha Casa, Minha Vida*, suporte jurídico, etc. O referido Centro conta, ainda, com uma biblioteca em estágio embrionário; no entanto, tal espaço não possui bibliotecário ou estagiário que possa geri-lo. Além desses serviços fixos, o Centro de Cidadania LGBT promove eventos de integração da comunidade e prestação de serviços extras, como consultas dentárias, exame de sangue,

tratamento estético, principalmente no mês de junho (mês do Orgulho LGBT).

> Ligada ao Centro de Cidadania LGBT e, por consequência, à Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT, especificamente voltada à população transgênero, a prefeitura de João Pessoa criou o Programa Transcidadania, que é destinado a promover os direitos humanos e a cidadania e oferecer condições e trajetórias de recuperação de oportunidades de vida para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social. Tal programa baseia-se nos moldes do já existente Transcidadania de São Paulo, sendo este, adaptado [à realidade da cidade de João Pessoa (JOÃO PESSOA, 2015-b).

E tem como objetivo: "Elevação da escolaridade básica; Preparação e inserção para o mercado do trabalho; Formação Profissional; Transferência de renda; Inserir essa população nos programas habitacionais; Articulação da gestão para inserir essa população nos programas sociais" (JOÃO PESSOA, 2015-b). Tal, programa, portanto, provê a comunidade Transexual de aparatos sociais, educacionais e informacionais que visam a promoção de sua cidadania no sentido de inserir essas pessoas no mercado de trabalho e, consequentemente, na própria sociedade, de forma ativa e integrada. Neste sentido, é notória a contribuição da informação para a promoção dessa inserção, da informação como direito fundamental.

4 INFORMAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL: UM OLHAR SOBRE OS CENTROS DE REFERÊNCIA DE FORTALEZA E JOÃO PESSOA

A informação é um elemento chave para o desenvolvimento da sociedade e garantir pleno acesso a ela é assegurar que um dos direitos mais básicos do ser humano seja resguardado. A informação, enquanto direito, aparece na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) quando esta, em seu Artigo 19º, diz que "Todo ser humano **tem direito** à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e **de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras**" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p. 10, grifo nosso).

Dotti (1980 *apud* FONSECA, 1999, p. 5) complementa a DUDH quando afirma que "O direito à informação é um direito universal, inviolável e inalterável do homem [ser humano] moderno, posto que está fundado na natureza humana". A 'natureza humana', aqui citada, refere-se à incessante procura das pessoas por conhecimento e comunicação. Para que essa busca possa ocorrer, é necessário que exista uma estrutura info-comunicacional pautada na diversidade e que viabilize e garanta o acesso e uso da informação aos diversos grupos de sujeitos que formam a sociedade.

Garantir o acesso à informação é também mecanismo para viabilizar a garantia de outros direitos. É o uso das informações, através do acesso sustentado pelo direito à informação, que cidadãs e cidadãos conseguem recursos para participar efetivamente dos processos decisórios relacionados a áreas essenciais como educação, saúde, previdência, segurança pública, dentre outras e, assim, subsidiam seus

questionamentos e práticas de responsabilização em relação a autoridades públicas, sempre que necessário.

Ademais, a informação, quando disseminada de maneira ética e alinhada com os preceitos relacionados à dignidade da pessoa humana, também contribui para que grupos historicamente marginalizados disponham de recursos para desconstruir discursos (e práticas) sociais negativos construídos acerca de si. Nas palavras de Santos e Freire (2017, p. 3),

> [...] a informação é, sempre, elemento-chave para a inclusão, conscientização e qualidade de vida dos cidadãos, rompendo com conceitos preestabelecidos, sejam eles advindos da cultura machista ou do conservadorismo. A falta de informação ou a disseminação de informações errôneas favorece a ignorância, o preconceito, a aversão e a negação do que é diferente.

Ou seja, o acesso à informação, como direito, se estende para além da possibilidade de obter informações que irão sanar dúvidas individuais e pontuais. Engloba a necessidade que os sujeitos têm de acessar conteúdo informacional que, ao ser disseminado por eles ou por terceiros, contribua para o combate e mitigação de preconceitos e demais barreiras enfrentadas pelo grupo social ao qual pertencem.

Por fim, cabe destacar que "[...] o direito à informação inclui obrigações de publicidade e divulgação pró-ativa [e] possibilidade de apresentar pedidos de informação" (ARTIGO 19, [2009], p. 3). Isto significa que as organizações, especialmente as públicas e/ou suas representantes, devem adotar postura ativa no tocante à publicização de conteúdos informacionais que possam ser de interesse público; bem como

fornecer mecanismos para que a sociedade sugira a produção e/ou solicite a divulgação desses conteúdos quando as instituições não o fizerem espontaneamente.

Nota-se, assim, que o cumprimento das prerrogativas do direito à informação exige que as organizações construam estruturas info-comunicacionais sistematizadas a fim de lograr êxito no processo de disseminação da informação. Tais estruturas podem assumir formatos diversos, tais como bibliotecas, arquivos, centros de documentação e museus, sendo que essa diversidade acaba por ser aglutinada sob a expressão unidades de informação.

Os centros de referência são importantes espaços de sociabilidade e promoção de direitos da comunidade LGBTQI+ e, independentemente da localização geográfica, sua atuação tende a se centrar no atendimento a questões de ordem jurídica, educativa e no apoio psicológico aos indivíduos dessa comunidade. São esses, inclusive, os principais pontos de atuação do CRLGBTJD, em Fortaleza, e do Centro de Cidadania LGBT, em João Pessoa.

4.1 CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT JANAÍNA DUTRA

Localizado na Rua Pedro I, número 461, no Centro da cidade de Fortaleza, o CRLGBTJD funciona desde 2010, tendo sido formalmente instituído pela Lei Complementar nº 133/2012, sendo sua localização privilegiada e estratégica, com fácil acesso a transportes públicos.

Segundo material informativo fornecido pela própria instituição, o CRLGBTJD se caracteriza por ser "[...] um serviço de proteção e defesa da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) em situação de violência, violação e/ou omissão de direitos motivados pela sua

orientação sexual e/ou identidade de gênero" (FORTALEZA, [2019?], p. 2). Nota-se, assim, que o Centro se propõe a atender todos/as os/as sujeitos/as que integram a comunidade LGBTQI+, principalmente, no que se refere a mitigar situações de vulnerabilidade (psicológica, jurídica, física, etc.) nas quais eles/as se encontrem. É com objetivo de prestar serviços de qualidade nesses múltiplos contextos que a instituição conta com profissionais das áreas de Direito, Educação, Psicologia, Serviço Social, dentre outros. O CRLGBTJD atua, majoritariamente, em quatro frentes principais. São elas:

> Orientações e atendimento jurídicos e psicossociais de forma gratuita para a população LGBT; Sistematização de dados sobre violências contra a população LGBT em Fortaleza; Realização de atividades educativas voltadas à promoção da Cidadania LGBT e combate à LGBTfobia, tais como grupo de estudos, palestras, oficinas e campanhas; Produção e distribuição de materiais informativos sobre direitos LGBT (FORTALEZA, [2019?], p. 3).

Cada uma das frentes de atuação descrita acima contribui para que a população LGBTQI+ de Fortaleza acesse informações, serviços e, por extensão, direitos essenciais para a construção da cidadania em diferentes âmbitos.

No que se refere às orientações, a atuação do CRLGBTJD ocorre tanto no espaço do próprio centro (atendimento psicológico, jurídico e educativo) quanto externamente (visitas institucionais a outros órgãos, participação em eventos, etc.). Segundo relatório referente ao período de 2017, o Centro

> [...] realizou 873 sessões de atendimento jurídico, psicossocial e educativo, beneficiando diretamente 677 pessoas, seja pelo acolhimento de denúncias de discriminação e outras violências contra a população LGBT, seja por meio de ações afirmativas voltadas à promoção da cidadania e combate à LGBTfobia [...] (FORTALEZA, 2018a, p. 11).

As ações referentes à promoção da cidadania acontecem ao longo de todo ano, sendo aquelas relacionadas ao Dia Municipal da Visibilidade Travesti e Transexual – instituído pela Lei nº 9.573/2009 – e ao mês do Orgulho LGBT as mais destacadas. Nesses momentos, são disponibilizados serviços como emissão de documentos, oficinas, mostra de cinema, feira de empreendedores LGBTQI+, apresentações artísticas, massoterapia e sessão de fotos.

No que se refere à sistematização de dados sobre LGBTfobia, uma ação exemplar realizada pelo CRLGBTJD é a compilação e disponibilização do Levantamento do LGBTcídio em Fortaleza e no estado do Ceará – ano 2017[41]. Como o próprio nome indica, esse levantamento buscou listar os homicídios intencionais praticados contra pessoas LGBT ao longo de 2017 (FORTALEZA, 2018b). Sua disponibilização faz parte do esforço empreendido pelo Centro para sistematização e publicização de informações atualizadas sobre os públicos que atende. Ademais, o CRLGBTJD reúne e organiza matérias veiculadas, desde o segundo semestre de 2017, pela mídia local sobre violação de direitos, legislação e políticas LGBT. Esse

[41] Disponível em: https://issuu.com/xfelipelopes/docs/levantamento_lgbtcidio_2017_-_vers_.

material é agrupado e compõe o *clipping* mensal da instituição, que pode ser solicitado por *e-mail* mediante indicação de mês e ano de interesse.

As ações educativas são realizadas, sob demanda, em instituições de ensino de nível básico e também em eventos promovidos pelo CRLGBTJD. No caso dos eventos, é comum que o Centro de Referência estabeleça parcerias com outras instituições como, por exemplo, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e o Grupo de Resistência Asa Branca.

Apesar de realizar ações educativas e produzir tanto materiais informativos quanto levantamentos jornalísticos e relatórios com dados de interesse para elaboração de políticas e estudos relacionados a uma significativa parcela da população, o CRLGBTJD não dispõe de uma biblioteca ou centro de documentação. Essa carência dificulta a sistematização e disponibilização desses e de outros possíveis recursos informacionais. Além disso, essa ausência acaba por impactar também num espaço a menos de sociabilidade no Centro, uma vez que uma biblioteca é também espaço de convivência – através de atividades como clubes de leitura, contação de histórias, saraus, etc. – e acesso a bens culturais ainda restritos na sociedade – livros, jornais, revistas, acesso à internet.

4.2 CENTRO DE CIDADANIA LGBT DE JOÃO PESSOA

Em João Pessoa, o Centro de Cidadania LGBT fica localizado no Centro da cidade, no entorno da Lagoa Sólon de Lucena (Praça Pedro Américo, nº 140 - 1º Andar). O Centro de Cidadania LGBT fica em um prédio tombado, cedido pela prefeitura, e tem suas atividades realizadas no primeiro andar, com salas de atendimento psicológico e de triagem, espaços

para realização de minicursos, oficinas e afins, copa e uma biblioteca. Criado em maio 2016, faz parte do Programa **JP sem Homofobia,** como espaço de realização das ações promovidas pelo referido Programa.

O Centro possui parcerias com Universidade, como a Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU), o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o trabalho de estagiários de Psicologia, Odontologia e Terapia Ocupacional, respectivamente, que se utilizam dos conhecimentos aprendidos em sala de aula para desenvolver serviços junto à comunidade LGBTQI+. Além disso, o centro conta com serviço jurídico e espaço de denúncia, tanto presencial como na internet[42], para casos de violação dos direitos ou troca de nome social de pessoas transexuais, especialmente quanto à obtenção de nome social e ao descumprimento da obrigatoriedade de seu uso em ambiente escolar e/ou outros estabelecimentos.

O Centro também realiza a distribuição dos insumos de prevenção (preservativos e gel lubrificante) e material educativo, com tira-dúvidas tanto sobre o uso dos insumos e prevenção às IST/HIV/Aids e Hepatites Virais, quanto sobre os serviços de saúde disponíveis na rede para diagnóstico e tratamento das IST/HIV/Aids e Hepatites Virais.

Em parceria com a Secretaria de Educação da Prefeitura, possui um trabalho de intervenção nas escolas públicas do município, preferencialmente as instituições afastadas da cidade, informando aos estudantes e aos professores, a respeito de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), sexualidade, identidade de gênero e respeito às pessoas transexuais, violência e *bullying*. Tal intervenção é focada em estudantes de

[42] Disponível em: http://www.jpsemhomofobia.joaopessoa.pb.gov.br/.

nono ano, dado que, no entendimento do Centro, é onde se inicia a vida e os primeiros questionamentos a respeito da sexualidade.

4.3 PRÁTICAS INFORMACIONAIS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM FORTALEZA E JOÃO PESSOA

A fim de identificar as práticas informacionais nos Centros de Referência das duas cidades analisadas, foi realizada entrevista com a coordenação de cada um e, a partir do procedimento metodológico de análise de conteúdo, construiu-se as categorias de análises. Após a pré-leitura, categorizou-se em: (1) estruturas e parcerias; (2) beneficiários e benefícios; e (3) fluxo informacional e suas subcategorias, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Comparativo entre os Centros de Referência LGBT de Fortaleza e João Pessoa.

Categorias de Análises		**CRLGBTJD (Fortaleza)**	**Centro de Cidadania LGBT (João Pessoa)**
(1) Estrutura e Parcerias	Estrutura física	Cedido pela Prefeitura[43]	Cedido pela Prefeitura
	Quadro de pessoal	Coordenador do Centro; secretárias, psicólogos, profissionais de serviço social e de educação, funcionários terceirizados	Coordenador, assessores técnicos, secretário, psicólogos, advogado
	Parcerias	*Entidades LGBTQI+*: GRAB; Mães pela diversidade; *Demais secretarias*: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social; Secretaria de Educação; Secretaria de Saúde; Secretaria de Cultura. *Universidades*: UFC (Psicologia) *Outros*: Defensoria Pública Geral do estado do Ceará; Ministério Público; Hospital da Mulher	*Entidades LGBTQI+*: MEL; Coletivo Feminista Maria Quitéria (Mulheres Lésbicas); PETRIS – Coletivo de Homens Trans da Paraíba; Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba (ASTRAPA). *Demais Secretarias*: Secretaria de Educação; Secretaria de Saúde; Secretaria de Habitação. *Universidades*: Unipê (Curso de Odontologia); UFPB (Fonoaudiologia);

[43] O Plano Fortaleza 2040 prevê entre seus objetivos direcionados à comunidade LGBTQI+ da ampliação da estrutura física do Centro, dotação orçamentária própria e ampliação do quadro de funcionários visando atendimento de 8h às 22h (FORTALEZA, 2016).

			Maurício de Nassau (Curso de Psicologia). *Outros*: Celest (Curso de Línguas); Banco Cidadão; Empresas potenciais empregadoras de LGBTQI+; EJA; Delegacia Especializada em Crimes Homofóbicos (DECH/SEDS/PB); Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais CHCF/SES/PB
(2) Benefícios e Beneficiários	Serviços	Apoio psicológico e jurídico; atividades de sensibilização nas escolas do município; campanhas de conscientização; eventos (Dia T, atendimento ginecológico especializado); grupo de estudos; grupos de apoio para famílias LGBT; intervenções artísticas; organização de feiras de empreendedores; participação em eventos acadêmicos; dentre outros	Transcidadania; parceria para ingresso dos beneficiários em curso de línguas e de capacitação profissional; EJA; apoio psicológico (aos beneficiários e à família destes), odontológico e jurídico; habitação; emprego (em parceria com empresas); conscientização nas escolas; eventos (onde são ofertados serviços extras) - Saúde na Escola; Rede de Cuidado LGBT
	Beneficiários	Comunidade LGBTQI+ de Fortaleza; Familiares de LGBTQI+; Escolas de Ensino do Município	Comunidade LGBTQI+ de João Pessoa e demais localidades; Familiares de pessoas LGBTQI+; Escolas de Ensino do Município

(3) Fluxo informacional	Tipo de comunicação com os usuários	Presencialmente; telefone (do próprio centro e disque 100); *e-mail*	Presencialmente; telefone; *e-mail*; site *João Pessoa Sem Homofobia*.
	Unidade de informação	Não possui	Possui, mas ainda está em processo de implementação (biblioteca)
	Informações na *web*	Página no *Facebook* do CMLGBT	JP Sem Homofobia; Perfis da Prefeitura de João nas Redes Sociais (*Facebook*, *Instagram*; *Twitter*)

Fonte: dados da pesquisa (2019).

No que diz respeito à Categoria (1) *Estrutura e Parcerias*, percebe-se, por meio das informações coletadas nas entrevistas e *in loco*, que ambas as instituições observadas apresentam prédios em local estratégico e central nas respectivas cidades. Tanto o CRLGBTJD quanto o Centro de Cidadania LGBT apresentam placa de sinalização para os transeuntes; no entanto, o Centro pessoense expõe, além da placa, a bandeira da diversidade, o que chama atenção dos que passam pela Praça da Lagoa Sólon de Lucena. Já o CRLGBTJD apresenta imagem mais institucionalizada em consonância com os demais equipamentos públicos do Município de Fortaleza, com postura de atendimento formal. Sua fachada não possui nenhuma identificação, além do nome do centro e indicação de vínculo com a PMF. É importante destacar essa diferenciação de sinalização, uma vez que o leiaute também se efetiva como comunicação, portanto, expressa uma informação, uma vez que a bandeira da diversidade é um símbolo conhecido e reconhecido de afirmação da comunidade LGBTQI+, tornando o espaço potencialmente mais acolhedor, bem como automaticamente mais visível – o que é uma característica de João Pessoa, a exemplo, das placas nos estabelecimentos comerciais, que publicizam a prática de homofobia como crime, na região, sob orientação da Lei Estadual nº 10.895, de 29 de maio de 2017, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, informando que a Lei Estadual nº 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências" (PARAÍBA, 2017, não paginado).

Sobre as parcerias, que foram subcategorizadas em **Entidades LGBTQI+**, **Demais Secretarias**, **Universidades** e **Outros**, percebe-se que estas são essenciais para a execução dos projetos de ambos os Centros, dado que tanto trazem a estes

espaços pessoas em situação de vulnerabilidade, como pessoas que podem ajudar a dirimir ou minimizar as formas e graus de exclusão a que são submetidos os pertencentes à Comunidade. Portanto, essas parcerias interferem direta e indiretamente nos serviços ofertados nas realidades pessoense e fortalezense. As **Entidades** LGBTQI+ são os coletivos que apoiam as ações dentro dos centros e que ajudam estes a entender melhor a respeito da Comunidade, em suas necessidades e pautas, bem como auxiliam na execução de atividades; já as **Secretarias** tangenciam-se com os centros a partir de ações pontuais, a exemplo da Secretaria de Saúde, que promove ações tanto preventivas como de assistência, orientando sobre cuidados relacionados à prática sexual, mas também voltadas à identidade de gênero e transformações corporais. Com a Secretaria de Educação, observa-se a atuação junto às escolas e com as Universidades, as atividades vão desde a produção científica, à interação por meio de prestação de serviço a partir de graduandos e graduados de seus respectivos cursos, mediados pelos docentes, a partir de projetos de extensão.

Sobre as demais parcerias que não se encaixavam nas subcategorias anteriores, percebe-se uma diferença assistencial entre os Centros. O CRLGBTJD é apoiado por Órgãos de amparo legal à comunidade LGBTQI+, enquanto o Centro de Cidadania de João Pessoa, além deste apoio, mediante o que chama de Rede de Cuidado LGBT, tem também outras parcerias que ajudam na capacitação dos beneficiários, dando um caráter de cidadania plena às ações.

A categoria (2) **serviços** e os **usuários** traz os serviços oferecidos no âmbito de ambos os Centros. Observa-se que estes são frutos das parcerias firmadas e congregam em várias frentes de atuação, como: apoio psicológico, jurídico e para o exercício da cidadania (empregabilidade, informações sobre

direitos, etc.); campanhas e eventos; saúde; e cultural. Todas essas frentes de atuação contribuem sobremaneira para a cidadania do LGBTQI+ em que as ações oferecidas viabilizam informações e possibilidades de atuação em qualquer área ou campo de forma não segregada.

Em ambos os Centros se configuram redes de colaboração entre cada uma dessas frentes de atuação. Essas redes, por sua vez, se instituem em uma congregação de todas as frentes, serviços e usuários no cuidado com o outro, com o sentimento e com a informação.

A categoria (3) **fluxo informacional** foi subcategorizada em '**tipos de comunicação com os usuários**', '**unidades de informação**' e '**informações na *web***'. Assim, destaca-se que em ambos os centros, há a comunicação direta com os usuários, por meio da ida até estes, dando ciência dos serviços dos respectivos espaços. O destaque é importante e coaduna-se com o que prevê o DUDH, que assevera que as informações devem estar acessíveis, independentemente de fronteiras. Uma dessas fronteiras seria o não uso de aparelhos de comunicação devido à própria vulnerabilidade social em que se encontram alguns dos LGBTQI+ amparados pelos Centros, que estão em situação de rua ou subemprego.

Os Centros dispõem de alguns instrumentos de divulgação na *web*; porém, percebe-se através da fala de ambos os entrevistados, que quando se trata de contato com os LGBTQI+, a comunicação direta é mais eficiente. Isto se dá, muitas vezes, pelas condições dos usuários do Centro, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, por esse motivo, tornam-se marginalizados no ambiente *web*, corroborando com a assertiva de Ramonet (1998), da exclusão socioeconômica se traduzir em exclusão digital. Por isso, é importante a iniciativa do CRLGBTJD e do Centro de Cidadania

LGBT de buscar e manter o contato face-a-face com os beneficiários. Por outro lado, pode se configurar em iniciativa positiva a constituição de meios no ambiente virtual para que outras pessoas e instituições tomem ciência do trabalho dos Centros e, assim, possam somar-se enquanto agentes.

Logo, falar de práticas informacionais para grupos vulneráveis é, antes de tudo, perceber que as informações, em seu fluxo e acesso, devem ser pensadas também na diversidade dos próprios meios e canais. O contato face-a-face, muitas vezes, é a única oportunidade que grupos vulneráveis têm de acesso e isso deve ser garantido, como mostraram ambos os Centros, que tiveram como resultado o aumento dos números de usuários, nos últimos anos, por essas idas às escolas e espaços onde vivem as pessoas LGBTQI+ que foram vítimas de omissão do Estado e da sociedade.

Sobre a subcategoria '**Unidade de Informação**', apenas o Centro de Cidadania de João Pessoa possui biblioteca, entretanto, esta ainda não está devidamente implementada – o que pode ser formalizado, não apenas na Paraíba, como também no Ceará, através de parcerias com os Cursos de Biblioteconomia desses Estados, a fim de, através de projetos de extensão, conseguir criar, organizar a biblioteca e implantar serviços informacionais direcionados ao público LGBTQI+.

Nota-se, portanto, que ambos os Centros têm estrutura análoga de trabalho, ofertando serviços diversos para a promoção da cidadania de pessoas ligadas à comunidade LGBTQI+ que se encontram em situação de vulnerabilidade. No entanto, em termos de estrutura informacional, o Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa apresenta uma potencial diferença a partir da existência da biblioteca, ainda que embrionária. É potencial, porque ainda não está funcionando, portanto, não há rotinas de organização e tratamento da

informação (catalogação, indexação, classificação); de circulação da informação (empréstimos, devoluções, reservas), e ações e serviços diversos (ações culturais, informação utilitária, dinamização de acervo, auxílio à pesquisa, contação de histórias, oficinas de formação e outros).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto das ações de ambos os Centros de Referência na vida, não apenas dos LGBTQI+, mas também na de seus familiares, através de apoio e amparo, é o grande diferencial desse trabalho. A acolhida e a resolução de problemas pontuais, a oportunização de expectativas, contribuem para a melhoria da qualidade de vida e autoestima dos sujeitos envolvidos. Outro fator relevante é a disseminação de informações para as pessoas que de alguma forma convivem com os LGBTQI+. Esse trabalho contribui diretamente para a cidadania plena dos sujeitos, garantindo a socialização e direitos básicos como por exemplo, o uso do nome social, a possibilidade de capacitação profissional e a própria empregabilidade a partir da ciência tanto das empresas parceiras, como dos LGBTQI+, de vagas direcionadas. Esse processo se dá pela parceria entre as empresas empregadoras, os Centros e os LGBTQI+, havendo, primeiramente, a capacitação desses espaços (treinamento com funcionários) para que entendam melhor o universo da comunidade e posterior contratação do beneficiário que, dentro dos Centros de Referência, já passaram por capacitação e treinamento.

Portanto, percebe-se que há um fluxo de informação integralizador, envolvendo todos os atores sociais, não somente na perspectiva de empoderar a comunidade LGBTQI+, mas prover de conhecimentos também as pessoas que não fazem

parte desse grupo, dissipando possíveis estigmas e desinformações advindas do senso comum, por vezes, fóbica. Assim, a informação é circulante e multifacetada, ao passo que fortalece os membros da comunidade e permite que estes consigam sair de uma condição anterior de ostracismo a uma nova, de inserção efetiva nos espaços outrora relegados.

Iniciativas como as do Centro de Referência LGBT de Fortaleza e do Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa desempenham um papel fundamental no processo de garantia dos direitos da comunidade LGBTQI+. Além de atuarem como ferramentas de apoio jurídico e psicológico, essas instituições também funcionam como espaço de sociabilidade para os/as sujeitos dessa comunidade.

As análises desconstruíram nas pesquisadoras conceitos e ideias quanto ao fluxo informacional, abrindo novos horizontes e novos pensares. O olhar de bibliotecário foi alçado à sua essência social e socializadora, inerente à experiência da pesquisa social, que transforma, antes de qualquer coisa, o próprio observador. Cada uma incorporou novas construções sociais ao fazer profissional e à essência humana.

REFERÊNCIAS

ARTIGO 19. **Acesso à informação como um direito humano**. [São Paulo]: [2009]. 21 slides. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/53a-legislatura-encerradas/pl021903/pl219-Paula.pdf. Acesso em: 4 jun. 2019.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARIFOUSE, Rafael. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC News Brasil**, São Paulo, 13 jun. 2019. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924. Acesso em: 16 jun. 2019.

BETTIOL, Eugênia Maranhão. Necessidade de informação: uma revisão. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 59-69, jan./jun. 1990.

CEARÁ. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Ceará**. Fortaleza: Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, 2016. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Const-2015-260-200-Atualizada-emenda-86-4.pdf. Acesso em: 8 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 01 de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. CFP, Brasília, mar. 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 17 ago. 2018.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FELICÍSSIMO, Manuella. **Re(a)presentações da homofobia e da homossexualidade**: um estudo discursivo a partir de vídeos do kit 'Escola sem homofobia'. 2014. Tese (Doutorado em Linguística do texto discursivo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 1-9, 1999.

FORTALEZA. **Plano Fortaleza 2040**: vida comunitária, acolhimento e bem-estar. Fortaleza: Iplanfor, 2016. Disponível em: http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/fortaleza-2040/publicacoes-do-projeto. Acesso em: 12 jul. 2019.

FORTALEZA. **População LGBT**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, [2018?]. Disponível em: https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/2016-05-19-20-16-08/populacao-lgbt. Acesso em: 24 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Uso dos Prazeres**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. (História da Sexualidade, 2).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GRUPO DE RESISTÊNCIA ASA BRANCA. **Mapeamento das organizações, grupos e coletivos LGBTI+ (Fortaleza, Guiúba, Itapipoca, Pacatuba)**. Fortaleza: GRAB, [2018]. Disponível em: http://www.grab.org.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=280&catid=32&Itemid=44. Acesso em: 7 jun. 2019.

GRUPO DE RESISTÊNCIA ASA BRANCA. **Políticas Públicas**: Legislação. Fortaleza: GRAB, [2017?]. Disponível em: http://www.grab.org.br/new/index.php?option=com_content&view=category&id=18:legislacao&Itemid=14&layout=default. Acesso em: 7 jun. 2019.

JOÃO PESSOA. Lei n. 13. 049, de 17 de julho de 2015. Cria o conselho Municipal de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CMCDPDH-LGBT e o Fundo Municipal LGBT, e dá outras providências. **[Leis Municipais de João Pessoa]**, João Pessoa, PB, 17 jul. 2015. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2015/1304/13049/lei-ordinaria-n-13049-2015-cria-o-conselho-municipal-de-combate-a-discriminacao-e-promocao-dos-direitos-humanos-de-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-e-transexuais-cmcdpdh-lgbt-e-o-fundo-municipal-lgbt-e-da-outras-providencias. Acesso em: 14 jul. 2019.

JOÃO PESSOA. **Quem somos?** João Pessoa sem Homofobia. João Pessoa, 201-a. Disponível em: http://www.jpsemhomofobia.joaopessoa.pb.gov.br/quem-somos. Acesso em: 10 jul. 2019.

JOÃO PESSOA. **Programa Transcidadania**. João Pessoa sem Homofobia, João Pessoa, 201-b. Disponível em: http://www.jpsemhomofobia.joaopessoa.pb.gov.br/programa-transcidadania. Acesso em: 10 jul. 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, Unesco, 2009. (Col. Educação para todos, 33).

KOEHLER, Sônia Maria Ferreira. Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. **Interações**, n. 26, p. 129-151, 2013.

LIMA, Luiz Carlos. PMJP é referência para implementação de políticas públicas para população LGBT no Canadá. **Prefeitura de João Pessoa**, Coordenadoria LGBT, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-e-referencia-para-implementacao-de-politicas-publicas-para-populacao-lgbt-no-canada/. Acesso em: 24 jun. 2019.

LODI, João Bosco. **A entrevista**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: pioneira, 1989.

MENDES, Adriana; FERREIRA, Paula. Transexuais já podem mudar o nome em documentos nos cartórios de todo o país. **O Globo**, 29 jun. 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/transexuais-ja-podem-mudar-nome-em-documentos-nos-cartorios-de-todo-pais-22836060. Acesso em: 16 jun. 2019.

MANTOVANI, Flávia. Relação homossexual é crime em 70 países, mostra relatório mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/relacao-homossexual-e-crime-em-70-paises-mostra-relatorio-mundial.shtml. Acesso em: 14 jul. 2019.

MORAIS, Pâmela; FIGUEIREDO, Danniel; GARCIA, Larissa. LGBTfobia no Brasil: fatos, números e polêmicas. **Politize!**, 12 fev. 2019. Disponível em: https://www.politize.com.br/lgbtfobia-brasil-fatos-numeros-polemicas/#toggle-id-1. Acesso em: 7 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas, 2009. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf. Acesso em: 9 maio 2019.

PARAÍBA. Governo trabalha para constituir a rede de proteção de direitos de LGBT. **Gov. Paraíba**, João Pessoa, 19 fev. 2018. Disponível em: http://antigo.paraiba.pb.gov.br/web/index-13086.html. Acesso em: 10 jul. 2019.

PARAÍBA. Lei nº 10.895, de 29 de maio de 2017. Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, informando que a Lei Estadual nº 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências. **Diário Estadual da Paraíba**, João Pessoa, PB, 30 maio 2017. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=344150. Acesso em: 13 jul. 2019.

QUEIROGA, Louise. Brasil segue o primeiro lugar do ranking de assassinatos de homossexuais. **O Globo**, 14 nov. 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-segue-no-primeiro-lugar-do-ranking-de-assassinatos-de-transexuais-23234780. Acesso em: 7 jul. 2019.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAMONET, Ignácio. **Geopolítica do Caos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

RICH, Adrienne. Compulsory heteroexuality and lesbian existence. **Sings**, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

SAMPAIO, Denise Braga; LIMA, Izabel França de; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Estratégias fact-checking no combate à fake news: análises informacionais e tecnológicas no e-farsas e boatos.org. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018.

SANTOS, Daniel Kerry dos. As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-25, jun. 2013.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; FREIRE, Isa Maria. Políticas públicas para população LGBT: proposição de uma ação de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais - LTi. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. São Paulo: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, 2017. 6 p. Disponível em: https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1731. Acesso em: 4 jun. 2019.

SILVA, Laelson Felipe da. **Práticas informacionais**: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

DESARQUIVANDO PRECONCEITOS, REVELANDO RESISTÊNCIAS: REPRESENTAÇÕES E REPRESENTATIVIDADES LGBTQIA+ NOS ARQUIVOS E NA ARQUIVOLOGIA

Jacqueline Ribeiro Cabral

> Nada dessa cica de palavra triste em mim na boca. Travo trava mãe e papai, alma buena dicha loca. Neca desse sono de nunca jamais nem never more. Sim, dizer que sim pra Cilu, pra Dedé pra Dadi e Dó. Crista do desejo o destino deslinda-se em beleza: Outras palavras (Caetano Veloso, **Outras palavras,** 1981).

1 ALGUMAS DEFINIÇÕES E PROPOSIÇÕES PRELIMINARES

O título deste capítulo pretende fazer um paralelo com a metáfora de 'sair do armário', expressão que se refere ao anúncio público da orientação sexual ou identidade de gênero de alguém ou de si próprio. Estar 'fora do armário' significa que o indivíduo é assumidamente homossexual ou membro de outra parte da população LGBTQIA+, sigla que engloba lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais, assexuais e demais expressões de gênero e sexualidade[44]. Aqui,

[44] A letra Q de LGBTQIA+ corresponde a *queer,* termo oriundo do inglês usado para designar pessoas que não seguem nem o padrão heterocentrado nem o binarismo de gênero. É comumente relacionado a quem não se reconhece nas formas usuais de identidade de gênero e orientação sexual, mas também serve

'desarquivar preconceitos' e 'revelar resistências' tem a ver com trazer à tona os afetos, experiências e vivências cisheterodiscordantes[45] que estão dentro das paredes, caixas,

---

para representar gays, lésbicas, bissexuais ou pessoas transgêneras. Literalmente, *queer* significa estranho, esquisito ou ridículo, e foi por muito tempo considerado ofensivo aos homossexuais. Atualmente, tem sido adotado por parte da comunidade LGBTQIA+ com a intenção de ressignificá-lo de maneira positiva, mas sua origem na cultura anglófona costuma causar estranhamento a quem é de fora do meio. De qualquer forma, é preciso salientar que *queer* não é necessariamente sinônimo de ser gay, lésbica ou bissexual, no sentido de fazer parte de uma normatização, ainda que desviante do padrão hegemônico. Herdeira da tradição epistemológica feminista, a chamada teoria (ou estudos) *queer* tem reafirmado que todas essas representações resultam de complexas construções sociais e que, portanto, não existem papéis sexuais essencial ou biologicamente inscritos na natureza humana e sim formas variadas de desempenhar esses papéis. Dentro de tal lógica, o *queer* – ou kuir como às vezes tem sido usado em textos de língua espanhola e portuguesa – não pretende sair da condição de 'marginal' e sim desfrutar da mesma. Já a letra A designa assexuais, indivíduos que não sentem nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo mesmo sexo/gênero.

[45] O sufixo 'cis-' nas palavras cissexual e cisgênero designa pessoas cujo gênero é o mesmo que o assinalado no nascimento, indicando uma concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico do indivíduo, além do comportamento considerado socialmente aceito para tal. Por derivação, cissexismo ou cishetenormatividade é a desconsideração da existência de pessoas transexuais e transgêneros ('trans', de forma abreviada) na sociedade, é a negação de suas necessidades específicas, como a proibição de acesso aos banheiros públicos, a exigência de legitimação do discurso médico para que existam, a negação de *status* jurídico que impossibilita a vida civil e social em documentos oficiais, isto é, um conjunto de ações discriminatórias que estabelecem que as pessoas trans são inferiores às cis de maneira institucional e/ou individual. Dessa forma, a noção de cissexismo ou cisheteronorma é usada para descrever situações em que orientações sexuais diferentes da heterossexual são ignoradas, marginalizadas ou perseguidas por práticas sociais, políticas ou crenças, a partir da ideia de que só existem duas categorias distintas e complementares (homem/macho e mulher/fêmea)

pastas, maços e amarrados dos arquivos para tentar deixá-las registradas nos anais da arquivologia.

Nos últimos anos, os estudos e pautas de gênero e sexualidade têm ocupado de forma recorrente a agenda dos noticiários, das redes sociais e das mais variadas áreas do conhecimento. Esse convite e, por que não dizer, esse apelo ao debate também dentro dos espaços acadêmicos, se deu por influência dos movimentos sociais que vêm se consolidando há pelo menos três décadas e a universidade não pode se esquivar de tais urgências culturais e epistemológicas.

Não obstante, parece que para o campo informacional[46], em especial para a arquivologia, esse assunto ainda permanece um enorme tabu, algo sobre o qual se deve silenciar ou até mesmo condenar, colaborando para a reprodução do que se constituiu como verdadeiro assédio social que tem feito com que um dos princípios estruturantes das subjetividades

---

e que relações sexuais e maritais consideradas normais se dão entre pessoas de sexos diferentes, cada qual com determinadas funções 'naturais'. Assim, sexo físico, identidade e papel social de gênero deveriam enquadrar todas as pessoas dentro de normas integralmente masculinas ou femininas, sendo a heterossexualidade considerada como a única orientação sexual normal. Os críticos da cisheteronormatividade afirmam que a mesma estigmatiza comportamentos, práticas e subjetividades desviantes, dificultando vários tipos de autoexpressão e minando o direito das pessoas a se identificarem com o gênero que quiserem, inclusive nenhum. Portanto, a expressão 'cisheterodiscordante' está em consonância com a sigla LGBTQIA+.

[46] Entendo 'campo informacional' como a grande área da ciência da informação, disciplina que orienta as práticas e saberes arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos. Contudo, estou ciente de que diferentemente do que ocorre com a biblioteconomia, a relação da arquivologia com a ciência da informação não é um consenso. Neste sentido, participar de um projeto como o do presente livro também é uma aposta para que a tão propalada interdisciplinaridade desses dois últimos campos de estudo e de cada um deles com outras áreas do conhecimento deixe de ser apenas retórica.

cisheterodiscordantes seja marcado muito mais pela vergonha do que pelo orgulho. Senão vejamos.

Os arquivos e a arquivologia surgem atreladas ao mito fundador dos Estados nacionais, ou seja, estão intimamente ligados ao (pátrio) poder. E, como sugere a palavra entre parênteses, que tem a mesma raiz de patriarcado, a autoridade e o poder são atributos do homem, do masculino, da virilidade. Os historiadores e a historiografia que inauguram a arquivística no século XIX, tida como ciência auxiliar da história – bem como à diplomática, à numismática, à paleografia etc. -, são adeptos do cientificismo, do historicismo e do positivismo, escolas de pensamento cujos objetos recaem justamente sobre o poder, privilegiando as narrativas acerca dos grandes homens e seus feitos, de suas guerras de dominação, de suas vitórias nessas guerras.

Portanto, nos primórdios da sua constituição como ciência social aplicada, não há mínima chance de encontrar a temática de gênero na arquivologia, já que o espaço consagrado à mulher e ao feminino é, quando muito, o espaço privado, o lugar da intimidade do lar, no qual não há produção de documentos administrativos, de documentos públicos, na acepção mais clássica e pretensamente universal de documento arquivístico. Isto significa que a mulher é, na maior parte das vezes, alguém que está permanentemente a serviço de outrem, alguém à margem de qualquer historicidade[47].

[47] Na historiografia, os estudos de gênero aparecem tardiamente: na década de 1970, no chamado Norte global – Europa e EUA – e somente no final dos anos 1990 no Brasil. Assim, não se pode afirmar que a renovação e a ampliação do quadro das pesquisas históricas ocorrida desde o segundo quartel do século XX com a primeira geração da Escola dos Annales na França, ao confrontar a visão da história como crônica dos acontecimentos políticos e militares, e criticar a ênfase dada a figuras de reis e heróis, tenha se preocupado com a história das mulheres e do feminino. Ver: COSTA, Suely

Em decorrência disso, a questão da diversidade de gênero e sexualidade também está praticamente descartada do saber-fazer arquivístico[48], visto que o estigma dos homossexuais masculinos e das mulheres trans está profundamente arraigado à mentalidade misógina em nossa sociedade. Quanto às mulheres lésbicas e bissexuais, o problema da representação e representatividade parece ainda mais comprometido pela invisibilidade. Afinal, assumir a condição de mulher em função de si mesma, que se erige como sujeito e objeto da própria sexualidade, subverte todos os esquemas da dominância masculina, descentralizando a regra fálica predominante no âmbito moral e social.

Enfim, da ultrapassada concepção de arquivos como "arsenal do Estado e sótão da história" para a defesa de que "os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se" (DELMAS, 2010, p. 12/21) ou de que os mesmos constituem "arsenais de responsabilidade" (Livia IACOVINO, 2016)[49], pouca coisa mudou em relação à pluralidade das

---

G. Gênero e história. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de história: conceitos, temática e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. p. 187-208.

[48] Aproveito o ensejo para indicar que não advogo uma distinção rígida entre arquivística e arquivologia, a primeira comumente definida como "princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos" e a segunda como "disciplina que tem por objetivo o conhecimento dos arquivos e da arquivística", de acordo com o **Dicionário Brasileiro de terminologia arquivística** (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Também não tenho o costume, salvo raras exceções, de grafar quaisquer áreas do conhecimento ou profissionais com iniciais em letras maiúsculas, considerando duvidosa a ideia de que isto incrementaria seu grau de autonomia, cientificidade ou importância.

[49] Na contramão das normas que concernem a fixação da ordem dos elementos das referências para apresentação das fontes, escolhi deliberadamente escrever por extenso apenas o prenome e sobrenome das autoras citadas tanto

experiências e vivências cisheterodiscordantes nos arquivos do ponto de vista da produção arquivística. Aliás, o mesmo pode ser dito acerca de quaisquer outros aspectos das diversidades culturais, sejam eles étnicos/raciais, regionais e religiosos, dentre outros. Pelo menos tal constatação parece evidente em relação à arquivologia brasileira, bastante refratária em aproximar a disciplina das trajetórias sociais.

Para que não sejam vistos apenas como lugares que ocupam uma posição de poder, é imprescindível que os arquivos disseminem e incentivem questionamentos acerca das histórias e lutas dos mais variados grupos e sujeitos. Talvez esta seja uma tarefa difícil de realizar, mas é preciso que a própria arquivologia também se dedique a reconstruir, a partir do presente, do que se coloca no aqui e agora, o que tem escapado aos arquivos, o que neles se 'anarquiva', para usar uma imagem decorrente das proposições de Derrida (2001) do arquivo como espaço lacunar, como o lugar dos silêncios, das sub-representações, de não-ditos sintomáticos.

Fato é que a arquivologia ainda se apresenta como um campo de estudo demasiadamente técnico, tímido em relação ao debate acerca da importância das diversidades socioculturais, bem como muitas outras configurações direta e indiretamente atravessadas por diferentes abordagens em torno dos arquivos e seus documentos. É como se as/os arquivistas tivessem que abrir mão de seu papel como pesquisadoras e pesquisadores, como se determinada agenda de pesquisa só pertencesse às outras ciências sociais e às humanidades, fosse exclusiva de profissionais da antropologia,

---

ao longo quanto no final do capítulo, a fim de conferir maior visibilidade à produção feminina. Sem tal procedimento, as mulheres permaneceriam escondidas por trás de seus sobrenomes paternos ou maritais. Assim, temos como exemplo supra Livia IACOVINO em contraste com DELMAS.

história, psicologia, sociologia etc. Dito de outro modo, parece que na divisão intelectual do trabalho das "ações de informação" (Maria Nélida GONZALEZ DE GOMEZ, 2013), arquivistas só pudessem tratar para recuperar e nunca documentar ou selecionar para acumular.

Assim, conforme anunciado no próprio título do texto, vou tentar fazer emergir as representações e representatividades LGBTQIA+ nos arquivos e na arquivologia. Em comparação com o que ocorre em determinados países e no que tange às outras subáreas da(s) ciência(s) da informação – doravante abreviada como CI, antecipo a lamentável constatação de que o conhecimento e a produção nesse domínio são praticamente nulos. De qualquer forma, isso também significa que há um vasto terreno a ser pesquisado, a quem interessar possa.

2 UM BREVE PANORAMA SOBRE O TEMA DE GÊNERO E SEXUALIDADES DISSIDENTES

A ideia mais imediata quando se fala em gênero na arquivologia é associada à diplomática e à tipologia documental, notoriamente aos elementos externos do documento de arquivo, em que gênero é a "configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo, permitindo que seja denominado textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, informático" (Heloísa BELLOTTO, 2002, p. 25). Com efeito, na investigação que tenho empreendido sobre a revista **Arquivo & Administração**[50], órgão da extinta Associação de Arquivistas

[50] Através do projeto de pesquisa "Arquivo & Administração: o saber-fazer arquivístico em revista (1972-2014)", que conta com a participação das alunas

Brasileiros (AAB) que se tornou um dos mais destacados periódicos brasileiros da área, não há sequer uma só menção à temática de gênero – no sentido binário de feminino/masculino, mulher/homem ou para além desses supostos opostos complementares, nas 51 edições ao longo de quatro décadas de sua publicação!

Para corroborar que se trata de um tópico estranho à arquivística, realizei um breve levantamento por ocasião da preparação para a palestra em que tomei parte na Semana de Arquivologia em 2018 – evento promovido anualmente pelo corpo discente atuante no Centro Acadêmico da UFF - verificando a sua incidência em duas importantes ferramentas de pesquisa do campo informacional: o BENANCIB, repositório da série "Questões em Rede", que disponibiliza os trabalhos e palestras apresentadas nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs) desde sua primeira edição em 1994[51]; e a BRAPCI, sigla correspondente à Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, cujo objetivo é subsidiar estudos e propostas na nossa área, atualmente disponibilizando referências e resumos de quase 20 mil textos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos, dos quais 40 estão ativos e 17 foram descontinuados[52].

---

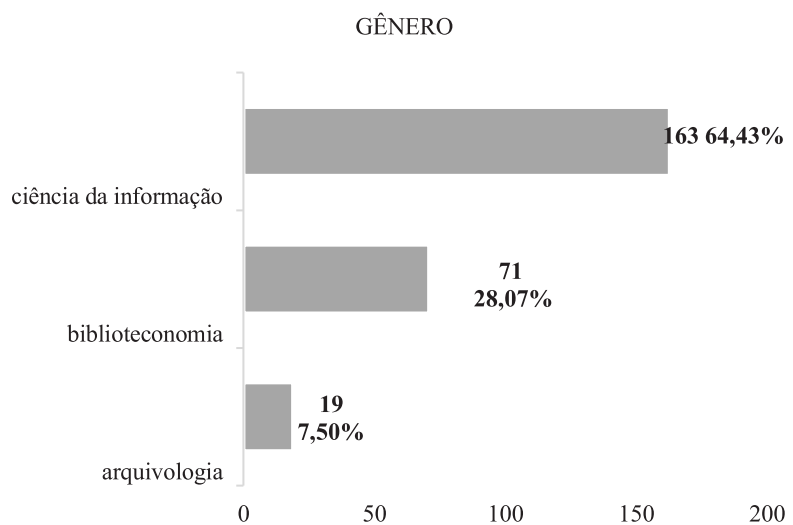
e futuras arquivistas Suzanne Mendonça dos Santos e Kellen Augusta Bicalho Favoretto.

[51] Iniciativa do grupo Informação, Discurso e Memória, coordenado pela Profª Drª Lídia Silva de Freitas, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFF). Disponível em: http://www.questoesem rede.uff.br/.

[52] A BRAPCI é um dos desdobramentos do projeto de pesquisa "Opções metodológicas em pesquisa – a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior", sediado na Universidade Federal do Paraná. Note-se que dentro de seu escopo disciplinar, a presença da

Obviamente, seria necessário cruzar outras informações e checar o conteúdo dos resultados obtidos a partir da busca avançada os descritores 'arquivologia + gênero' e 'arquivologia + sexualidade' pelo menos através da leitura dos resumos e das palavras-chave de cada item que foi recuperado tanto no BENANCIB quanto na BRAPCI[53]. Mesmo sem considerar as demais variáveis possíveis, os gráficos apresentados adiante nos dão alguma ideia de como o assunto é rarefeito no campo informacional e, em particular, na arquivística (Figura 1 a 4).

Figura 1 – Resultado da busca pelo descritor 'gênero' no BENANCIB

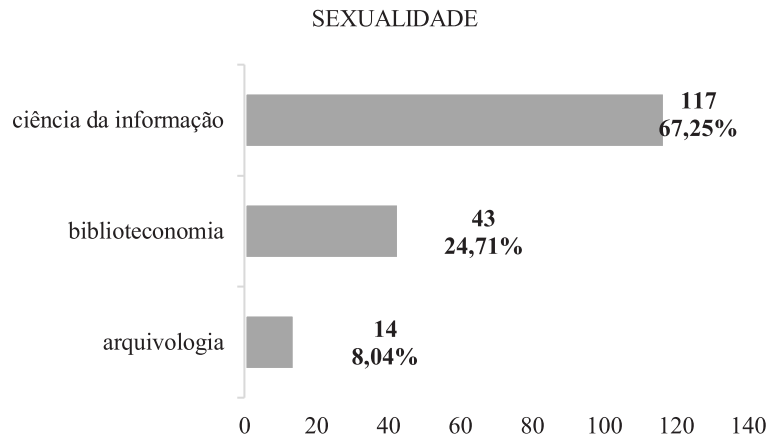


Fonte: elaborado pela autora (2018).

biblioteconomia é cinco vezes superior à da arquivologia. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/.

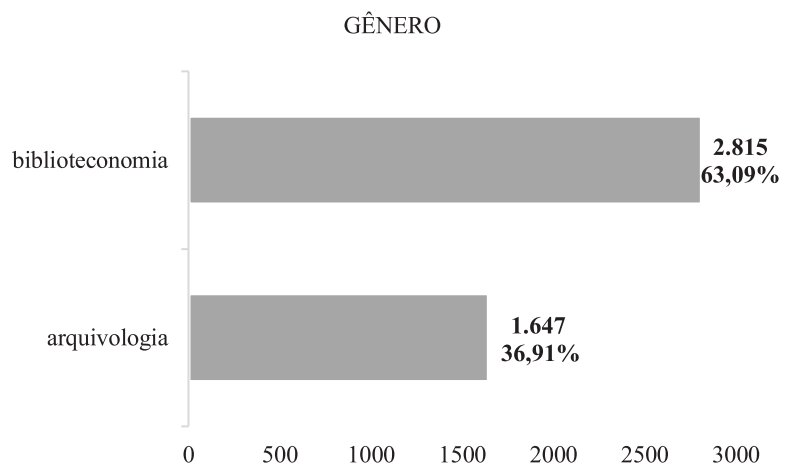
[53] As buscas foram realizadas em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/ e http://www.brapci.inf.br/index.php/res/, no dia 11 out. 2018.

Figura 2 – Resultado da busca pelo descritor 'sexualidade' no BENANCIB.



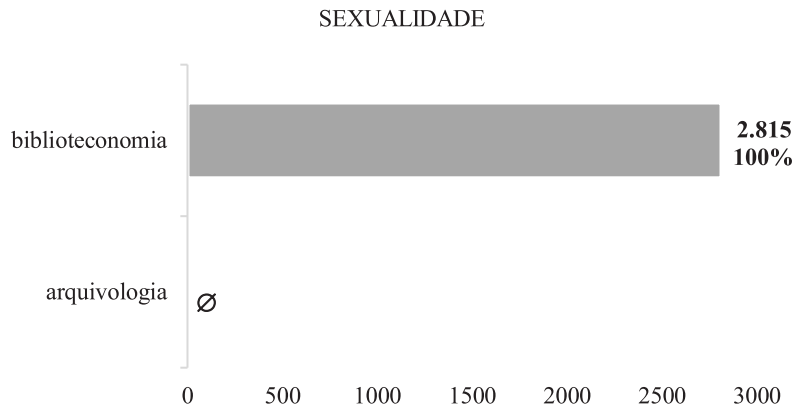
Fonte: elaborado pela autora (2018).

Figura 3 – Resultado da busca pelo descritor 'gênero' na BRAPCI.



Fonte: elaborado pela autora (2018).

Figura 4 – Resultado da busca pelo descritor 'sexualidade' na BRAPCI.



Fonte: elaborado pela autora (2018).

Essa apuração supra nem de longe corresponde à realidade da produção sobre gênero e sexualidade na arquivologia[54]. No caso do repositório BENANCIB, o primeiro resultado da lista de 19 itens recuperados é o trabalho de Clarissa Schmidt, intitulado "Entre o documento de arquivo e a informação arquivística", comunicação que foi apresentada no ENANCIB de 2013 em Florianópolis. O texto da autora nada tem a ver com identidade de gênero e sequer faz qualquer alusão à palavra 'gênero' – na verdade, tem a ver com reflexões

[54] E talvez os números estejam extremamente exagerados também para a biblioteconomia e a ciência da informação no caso da BRAPCI, cujos resultados aparecem bastante mesclados e difíceis de desmembrar. Aliás, causa espécie o fato da busca avançada com os descritores 'gênero' e 'sexualidade' ter recuperado exatamente 2.815 itens para biblioteconomia.

relativas ao estatuto científico da arquivologia, mas por algum motivo, foi localizado no repositório[55].

No segundo trabalho recuperado na lista do BENANCIB, "Periódicos científicos nas áreas de informação no Brasil – produção de artigos em colaboração e o gênero dos autores", constata-se um exemplo de pesquisa que deve ser incluída no presente capítulo, pois o mesmo consiste em um estudo bibliométrico da produção de artigos em colaboração e o gênero (feminino e masculino) de seus autores em revistas de arquivologia, biblioteconomia e ciência da informação. No entanto, é necessário sublinhar que o apresentador dessa comunicação realizada no ENANCIB de 2009 em João Pessoa é formado em biblioteconomia e documentação, o que reforça o argumento do desinteresse da arquivologia brasileira em relação aos estudos de gênero e sexualidade[56].

Somente no quinto item da relação dos trabalhos que foram recuperados no BENANCIB – "Bamidelê: preservando a informação étnico-racial para o fortalecimento da memória cultural das mulheres negras da Paraíba", é que encontrei a única pesquisa que trata de arquivos, arquivologia e identidade de gênero. A mesma foi apresentada no ENANCIB de 2016 em Salvador e é de uma bibliotecária, Leyde Rodrigues da Silva, em coautoria com cientistas formados em outras áreas do conhecimento como letras, pedagogia e sociologia, ou seja, nenhum/a arquivista. Em rápida consulta ao texto, constata-se que o campo empírico é uma entidade (Bamidelê) que

[55] Ver: SCHMIDT, Clarissa. Entre o documento de arquivo e a informação arquivística: reflexões acerca do objeto científico da arquivologia. *In:* ENANCIB, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. 20 p.

[56] Ver: VILAN FILHO, J. L. Periódicos científicos nas áreas de informação no Brasil: produção de artigos em colaboração e o gênero dos autores. *In*: ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009. 16 p.

desenvolve ações de preservação da memória através da constituição de um arquivo em parceria com a curso de arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a fim de evidenciar a intersecção de marcadores sociais de gênero e raça, que reforçam mutuamente as desigualdades e opressões em nossa sociedade misógina e racista[57].

Quanto ao resultado da busca 'arquivologia + sexualidade', a relação dos 14 trabalhos recuperados no BENANCIB traz novamente este último citado – sobre a Bamidelê - e outros que, após validação através dos resumos e leitura inicial, nada tem a ver com os descritores utilizados, tais como o "Reflexões em torno da conduta ética do arquivista", de Bianca Panisset e J. M. de Assis[58], "Dorival Caymmi: vida, obra, pensamento e acervo em uma temporalidade do verde e amarelo", de Vagna Santana e Zeny Miranda[59], e "Biobancos como dispositivos infocomunicacionais", de R. Bozzetti e Regina Maria Marteleto[60]. Certa anuência pode ser feita às

---

[57] Ver: SILVA, Leyde Rodrigues; AQUINO, Mirian; CORTES, Gisele; ALVES, E. Bamidelê: preservando a informação étnico-racial para o fortalecimento da memória cultural das mulheres negras da Paraíba. *In*: XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2016, Salvador. **Anais…** Salvador: UFBA, 2016. 18 p.

[58] Ver: PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; ASSIS, J. M. F. de. Reflexões em torno da conduta ética do arquivista. *In*: XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO., 2016, Salvador. **Anais…** Salvador: UFBA, 2016. 20 p.

[59] Ver: SANTANA, Vagna Shirlei Felício; MIRANDA, Zeny Duarte de. Dorival Caymmi: vida, obra, pensamento e acervo em uma temporalidade do verde e amarelo. *In* XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2016, Salvador. **Anais…** Salvador: UFBA, 2016. 20 p.

[60] Ver: BOZZETTI, R. P.; MARTELETO, Regina Maria. Biobancos como dispositivos infocomunicacionais: dimensões da informação e do documento.

pesquisas de Suellen Milani e J. A. Guimarães – relativa a problemas de *biases* na representação do conhecimento tocante à questão feminina/da mulher[61] - , e de J. A. Guimarães e F. Pinho[62] – acerca de questões deontológicas em organização e representação do conhecimento (ORC), como o cisheterossexismo embutido na estruturação de linguagens documentárias -, porém, com a ressalva de que ambas são oriundas da área de biblioteconomia e ciência da informação. O único trabalho que conta com o 'carimbo' dos arquivos e da arquivologia é o de T. Aldabalde e Georgete Rodruigues, intitulado "Mediação cultural em arquivos públicos", que aponta resultados do mapeamento de práticas de mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) com grupos étnicos indígenas e afrodescendentes, descendentes de imigrantes, população LGBT etc.[63]

In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO., 2016, Salvador. **Anais…** Salvador: UFBA, 2016. 18 p.

[61] Ver: MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, J. A. C. Biases na representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. *In*: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO., 2011, Brasília. **Anais…** Brasília-DF: UnB, 2011. 15 p.

[62] Ver: GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em ORC. *In*: VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO., 2006, Marília-SP. **Anais…** Brasília-DF: UNESP, 2006. 14 p.

[63] Ver: ALDABALDE, T. V.; RODRIGUES, Georgete Medleg. Mediação cultural em arquivos públicos: análise das práticas e tipologias no APEES. *In*: XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO., 2016, Salvador. **Anais…** Salvador: UFBA, 2016. 20 p. No relato acerca do evento Efemérides Indígenas, certamente houve um equívoco no texto ao apontar que "Dentre os participantes da mesa redonda estavam os índios [*sic.*] Tupiniquim e Guarani" em vez de mencionar os nomes dos respectivos palestrantes e indicar seu pertencimento a tais subgrupos étnicos.

Agora, vejamos mais de perto o levantamento realizado na BRAPCI. Neste caso, a busca avançada pelos descritores 'arquivologia + gênero' retornou nada mais nada menos que 1.647 resultados, ou seja, respectivamente 36,91% do total de itens recuperados (ver Quadros 1 e 2), algo que não poderia estar mais distante da realidade do que se produz na área no Brasil! Na busca 'arquivologia + sexualidade', a BRAPCI não exibiu nenhum resultado. Assim, sem levar em consideração mecanismos de análise refinados que talvez permitissem uma avaliação mais criteriosa, e reconhecendo a necessidade de ir além desses dados brutos, reitero que os estudos de gênero e sexualidade na área arquivística são praticamente nulos, salvo raras exceções adiante mencionadas.

Alguns itens encontrados através da busca avançada 'arquivologia + gênero' foram comuns à busca 'biblioteconomia + gênero', daí o enorme estranhamento diante da recuperação de números tão incomuns. De qualquer forma, a partir da leitura dos resumos e palavras-chave dos cinco primeiros trabalhos apresentados na tela inicial do repositório BRAPCI, verifica-se que nem todos têm interseção entre arquivos, arquivologia, identidade de gênero e/ou diversidade sexual, como é o caso do terceiro listado no Quadro 1, que na verdade trata de documentos arquivísticos do gênero audiovisual. Outrossim, apenas um deles é de autoria de profissional arquivista[64].

[64] O primeiro item recuperado também deve ser desconsiderado para os fins dos propósitos do presente capítulo, pois trata-se de um editorial que elenca os textos publicados em dada edição da **Revista ACB,** o que acaba localizar vocábulos como 'antissexismo', 'feminismo', 'LGBTI' e outros associados a pesquisas de biblioteconomia. O único trabalho de arquivologia versa sobre a predominância temática da produção da área em 'funções arquivísticas' e 'tecnologias'.

Quadro 1 – Resultado comentado da busca na BRAPCI pelos descritores 'arquivologia' e 'gênero'.

ITENS RECUPERADOS NA TELA INICIAL	OBSERVAÇÕES
1. DUARTE, E. J. Editorial. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 361, 2018.	Autor da área de biblioteconomia com publicação em periódico de biblioteconomia
2. ALVES, Daniella; COSTA, Fernanda S.; SILVA, L. F. da; CORTES, Gisele R.; ALVES, E. C. Estudo de caso da disciplina gênero em ciência da informação na UFPB. **Convergência em CI**, v. 1, n. 2, p. 218-225, 2018.	Autoras/es da área de ciência da informação, ciências sociais, pedagogia e outras formações não identificadas, com publicação em periódico de ciência da informação
3. SILVA, L. A. S.; CARVALHO, Telma C. Discurso e práxis do documento audiovisual nos arquivos: perspectivas de organização arquivística. **Archeion *Online*,** v. 2, n. 2, 2014 s.p.	Autor/as da área de arquivologia, ciência da informação, comunicação e história com publicação em periódico de arquivologia
4. CABRAL, Jacqueline R. Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar. **Archeion *Online*,** v. 5, p. 103-121, 2017.	Autora da área de arquivologia e história com publicação em periódico de arquivologia
5. ROSA, Tatiana C.; URBANETTO, Rosanara P. Uma escolha, múltiplas motivações: o caso dos estudantes do	Autoras da área de biblioteconomia e letras com

curso de arquivologia da UFSM. **Informação@Profissões,** v. 6, n. 1, p. 69-89, 2017.	publicação em periódico de ciência da informação

Fonte: adaptado pela autora a partir da reprodução da captura de tela (2018).

Afora esse levantamento realizado no BENANCIB e na BRAPCI, é importante mencionar o pioneirismo da revista **Acervo**, publicada pelo Arquivo Nacional, ao lançar o dossiê Diversidade e(m) Arquivos no início de 2018. A edição abrange artigos principalmente sobre grupos sociais historicamente excluídos e oprimidos como as populações indígenas e de LGBTQIA+[65]. Entretanto, é preciso salientar que a mesma não é específica sobre gênero e sexualidade: dos 10 textos publicados apenas três são, de alguma maneira, atravessados pelos arquivos e a arquivologia, em paralelo às representações/ representatividades LGBTQIA+ (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Artigos do dossiê Diversidade e(m) Arquivos na revista **Acervo.**

TÍTULOS	AUTORAS/ES
1. Entrevista com James Green	L. A. S. Fontes e D. B. da Silva (entrevistadores)
2. "Acossados por toda parte como brutos selvagens": os índios da Cachorra Morta na província do Ceará	E. dos S. Magalhães
3. As habilitações sacerdotais e os padres de cor na América	A. J. M. de Oliveira

[65] Ver: ACERVO: Revista do Arquivo Nacional. Disponível em: http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/54.

portuguesa: potencialidades de um corpus documental	
4. Memória da loucura e as reflexões sobre a reforma psiquiátrica brasileira: o papel dos arquivos para a construção de políticas públicas na saúde mental	Daniele C. Ribeiro, Nayara E. Lamb e Wilma F. Mascarenhas
5. Trajetórias de um tururi Ticuna: de itens de comércio a dispositivos de memória e identidade étnicas	Rita de Cássia M. Santos e Bianca Luiza F. de C. França
6. Da doação à adoção: arquivos, memórias e cidadania indígena em contextos de apropriações diferenciadas	F. L. Silva
7. A destruição de documentos como objetivo estratégico e indicador de desempenho: o caso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)	Rita de Cassia C. Rodrigues
8. Diversidade na instituição arquivística: práticas com públicos especiais no APEES	T. V. Aldabalde
9. Acessibilidade cultural no Brasil: narrativas e vivências em ambientes sociais	Marina Helena C. Silva
10. Fragmentos da dor: violência racial e étnica no cinema brasileiro no crepúsculo da ditadura civil-militar (1979-1985)	P. V. A. Lapera

Fonte: adaptado pela autora a partir do v. 31, n. 1, jun. 2018 (2019).

O primeiro é a entrevista com Green, historiador brasilianista e militante da causa LGBTQIA+, pesquisador incansável dos arquivos no Brasil e no exterior acerca das

identidades cisheterodiscordantes, que conversou com os organizadores do dossiê em pauta na **Acervo**, ambos servidores do Arquivo Nacional, com formação nas áreas de história e ciências sociais.

O sétimo artigo é a impressionante pesquisa ativista de Rita de Cassia Colaço Rodrigues, que discute a ausência de um diálogo multidisciplinar na implementação da gestão documental pelo TJRJ, órgão que termina ostentando como objetivo estratégico e indicador de desempenho a quantidade de processos destruídos, em vez de se preocupar com a preservação e a acessibilidade para a promoção da cidadania por meio dos acervos arquivísticos sob sua custódia. A autora, formada em direito e história, denuncia o sumiço do primeiro processo com pedido de troca de sexo e prenome no país, além de outros casos emblemáticos das disputas por representações da homo e da transexualidade constantes em ações administrativas e judiciais. Também deixa às/aos leitoras/es alguns questionamentos bastante pertinentes:

> Qual o tratamento dado à norma legal que determina a acessibilidade às informações constantes dos documentos dos acervos públicos, mormente os do Poder Judiciário? Sobretudo dos documentos que não se enquadram na lógica heroica, institucional e elitista ainda prevalente no Judiciário, como emerge do texto da resolução do STF de n. 474, de 29 de novembro de 2011? – Aqueles que digam respeito a conflitos de interesses e demandas por direitos atinentes aos segmentos sociais descapitalizados, historicamente objeto de processos de estigmatização (homossexuais; transexuais; travestis; negros; quilombolas; mulheres;

> ciganos; populações originárias, carcerárias, em situação asilar, em situação de rua, objeto de processos de desapropriação; idosas; trabalhadores diversos, inclusive prestadores de serviços sexuais, apontadores do jogo do bicho etc.)? (Rita de Cassia C. RODRIGUES, p. 98, 2018)[66].

O oitavo texto do dossiê – da lavra de um arquivista -, desenvolve uma investigação sobre em que medida o APEES tem atendido "públicos especiais" no contexto das práticas de mediação cultural em arquivos. O autor defende a ideia de que o processo de democratização dos arquivos nem sempre oferece a devida fruição dos direitos inerentes à cidadania para grupos em condições de vulnerabilidade, como no caso da população LGBTQIA+.

Como empreendimento coletivo, não poderia deixar de lado nesse panorama a iniciativa muito provavelmente inédita da organização, em âmbito nacional, do simpósio Diversidade em Arquivos, que ocorreu em paralelo ao VIII Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), em João Pessoa, no mês de outubro de 2018. Quando eu e a Profª Drª Fernanda Monteiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) pensamos nesse espaço e momento de interlocução, a ideia era disseminar e estimular o envio de trabalhos que não só tocassem no tema das diversidades socioculturais, mas também apresentassem abordagens renovadas, diferentes das já

[66] Disponível em: http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/893/908. Acesso em: 29 jul. 2019. A resolução a que se refere a autora, definidora de critérios para atribuição de relevância e de valor histórico aos processos e demais documentos do Supremo Tribunal Federal (STF), pode ser consultada em: http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/RESOLUCAO474-2011.pdf.

tradicionais em torno da arquivologia, dos arquivos e seus documentos.

Pensamos também em confrontar a lógica de que os arquivos só podem ocupar uma posição de poder e que, como tal, influenciam a elaboração de modelos hegemônicos e únicos, ideias estanques e irrefutáveis sobre determinados grupos e sujeitos que geralmente ficam à margem da história e da sociedade. Para voltar à noção de anarquivar antes mencionada – "anarquivar para recolecionar as ruínas dos arquivos e reconstruí-las de forma crítica", ou seja, embaralhar e deslocar seus limites sem necessariamente acabar com o arquivo, o edital do Encontro Diversidade em Arquivos[67] - queria chamar a atenção para a necessidade de conferir a devida importância aos arquivos na legitimação das pautas e reivindicações de atrizes e atores que buscam (re)construir suas memórias e identidades, processo este que requer outros usos dos documentos arquivísticos.

Essas são preocupações centrais nas pesquisas que desenvolvemos e por isso foi uma ótima oportunidade e uma grande satisfação contar com as seis comunicações enviadas para o nosso simpósio (Quadro 3)[68] e com um público ouvinte de aproximadamente 15 pessoas durante o mesmo, considerando – conforme demonstrado ao longo do capítulo – que se trata de uma temática com a qual a arquivologia brasileira não está habituada.

---

[67] O evento teve o sugestivo subtítulo de "Arquivos e Poder, Arquivologia e Potências". Ver: https://doity.com.br/diversidade-em-arquivos-2018 e https://viiicna.com.br/.

[68] Acesse: https://doity.com.br/anais/diversidade-em-arquivos-2018 para consultar os trabalhos inscritos que efetivamente foram apresentados e estão publicados nos anais eletrônicos do evento.

Quadro 3 – Comunicações inscritas no Encontro Diversidade em Arquivos (CNA, 2018).

TÍTULOS	AUTORAS E SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO, FORMAÇÃO E/OU FILIAÇÃO
1. A escassez de fontes primárias de feministas do século XX	Bárbara M. S. de Barros (arquivologia)
2. Arquivo, memória e poder: a identificação dos acervos do movimento feminista no Rio de Janeiro	Fernanda Monteiro & Elaine Ribeiro (arquivologia e história)
3. Confissão, sexualidade e verdade: reflexões sobre a materialidade do discurso e do documento	Mariana Meirelles (arquivologia, ciência da informação e ciências sociais)
4. Organização, preservação e disseminação da memória: uma descrição do acervo fotográfico do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra	Larissa R. Brito, Gisele Côrtes & Patricia Oliveira da Silva (arquivologia e biblioteconomia)
5. A arquivologia no aperfeiçoamento do fluxo informacional do Espaço LGBT da Paraíba	Aurekelly Rodrigues da Silva, Marizele C. Santos & Gisele Côrtes (arquivologia e ciência da informação)
6. Sobre a memória exercitada e o dever de memória em Paul Ricoeur	Thays Lacerda (arquivologia, ciência da informação e história)

Fonte: adaptado pela autora a partir dos anais do evento (2019).

Observa-se que todos os trabalhos da lista supra são de autoria feminina e de profissionais que possuem formação e/ou filiação institucional em arquivologia, associadas a outros campos do conhecimento. Isto é, pela primeira vez, temos o

domínio da arquivística em um evento de caráter bastante peculiar para a área. Metade das comunicações tiveram como categorias específicas 'feminismo' e 'mulher' (n. 1, 2 e 4) dois operaram mais as questões dos corpos e sexualidades dissidentes (n. 3 e 5), e o último (n. 6) apresentou perspectivas de usos éticos e políticos dos arquivos a partir da noção de "dever de memória" (Luciana HEYMANN, 2006)[69].

Também vale a pena citar duas investigações (derradeiras nesta subseção) mais isoladas – no sentido de estarem dispersas em publicações alheias à área arquivística e de não serem encontradas em bases ou repositórios do campo informacional como um todo -, sobre LGBTQIA+ nos arquivos e na arquivologia. A primeira é "'Um beijo pras travesti': o uso da informação midiática como meio de militância", de autoria do arquivista R. M. Ferreira, que constrói um arcabouço teórico-conceitual sobre a arquivologia a partir de documentos audiovisuais disponibilizados por compartilhamento na plataforma YouTube e em interação com o processo de busca

[69] Em outra ocasião, já mencionei mais pormenorizadamente cada uma dessas pesquisas do Encontro Diversidade em Arquivos, bem como o trabalho de conclusão de curso "Mulheres anarquivadas – análise sobre a presença de acervos de titularidade feminina em instituições arquivísticas brasileiras", defendida por Flavia M. Bareño no curso de Arquivologia da UFES em 2018, e as comunicações de Martina Benassi, "Arquivo, memória e mulheres", e Camilla Sobral, "Cartas do cárcere – reflexões sobre a escrita em contextos limítrofes", ambos apresentados durante a Jornada Científica do grupo Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS) na UNIRIO em 2017. Ver: "Considerações (feministas) sobre a temática de gênero nos arquivos e na arquivologia", um dos capítulos do segundo volume do livro organizado por Franciéle C. G. da Silva e Nathália L. Romeiro, intitulado "**O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**", Florianópolis, SC: Rocha, 2019. (Selo Nyota).

por direitos e concretização da cidadania por movimentos de grupos minoritários[70].

A outra investigação é "Saindo de caixas, gavetas e pastas: uma experiência de articulação entre militância, arquivologia e ciências sociais na produção de memórias LGBT em Goiás", de C. Braz, L. Mello, R. P. Rodrigues e Rhavena Tocach, respectivamente cientistas/profissionais das áreas da antropologia, sociologia, arquivologia e biblioteconomia. Esse artigo coletivo apresenta reflexões acerca da história do movimento LGBT em Goiás a partir das entrevistas realizadas com militantes e da consulta a documentos do acervo da Associação Ipê Rosa para a articular a tentativa de produção de memórias relacionadas ao ativismo local[71].

3 POR MAIS REPRESENTAÇÕES E REPRESENTATIVIDADES LGBTQIA+

Mesmo correndo o risco da incompletude, o panorama apresentado no presente capítulo tencionou arrolar os pouquíssimos trabalhos sobre a temática de gênero e

[70] O autor apresentou sua comunicação no VI Seminário dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ em 2016, oferecendo como exemplo o caso da MC Xuxu, funkeira, travesti e feminista. Disponível em: http://www.seminariodosalunos.com/?page_id=1439 e http://www.seminariodosalunos.com/wp-content/uploads/2017/03/Maciel-Ramon.-Um-Beijo-pras-travesti.pdf. Acesso em: 2 ago. 2019. (MC é o acrônimo de Mestre de Cerimônias, e designa um/a apresentador/a ou artista que geralmente atua no meio musical).

[71] Publicada no **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, UFU, v. 26, n. 2, p. 4-29, jul./dez. 2013. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/24659/13721. Acesso em: 2 ago. 2019. **(**Ipê Rosa é uma Organização Não Governamental (ONG) sem fins lucrativos, com base comunitária, pioneira na defesa dos direitos humanos de LGBTQIA+ no estado de Goiás).

sexualidade nos arquivos e na arquivologia desenvolvidos por arquivistas brasileiros e publicados aqui no Brasil. Tenho a convicção da escassez desse tipo de pesquisa e, mais ainda, das que se ocupam das identidades, experiências e vivências cisheterodiscordantes. Para fins comparativos, assinalo uma referência norte-americana indispensável, a Society of American Archivists (SAA), instituição congênere à AAB – citada logo no início do texto -, que promove a publicação semestral da revista **The American Archivist.** A importância desse periódico para o campo arquivístico estadunidense pode ser relativamente comparada ao que já representou a **Arquivo & Administração** por aqui. Contudo, em termos da diversificação de assuntos abordados na revista e da profusão de ações institucionais promovidas por uma associação de profissionais que se ocupa não só com seus objetos, princípios, funções e práticas mais ortodoxas, mas faz questão de aproximar a arquivologia das questões sociais mais prementes do nosso tempo, não há absolutamente nada análogo em terras brasileiras.

Só para dar uma ideia da diversidade de abordagens e interesses dos fóruns e grupos da Associação de Arquivistas Americanos, a entidade possui 45 repartições dentre as quais pelo menos oito tratam diretamente de questões sobre direitos humanos, gênero e/ou sexualidade, raça/etnia e movimentos sociais[72]:

---

[72] Ver: https://www2.archivists.org/governance/handbook/section9/list-of-saa-sections. Tudo isso se traduz em atividades, pesquisas e trabalhos registrados nas edições da revista **The American Archivist.** Convido o/a leitor/a a visitar especificamente um dos últimos números do periódico apenas para conhecer o sumário com os respectivos artigos da revista e para constatar que uma capa como a que foi publicada pela SAA (v. 81, n. 1, Spr./Sum. 2018), parece ser impossível no Brasil! Disponível em: https://americanarchivist.org/toc/aarc/81/1. Acesso em: 21 jul. 2018. Aproveito

- Archivists & Archives of Color Section;
- Diverse Sexuality and Gender Section;
- Human Rights Archives Section;
- Labor Archives Section;
- Latin American and Caribbean Cultural Heritage Archives Section;
- Native American Archives Section;
- Women Archivists Section;
- Women's Collections Section.

Esse painel ficaria incompleto se eu esquecesse de destacar a tradução da obra **Research in the Archival Multiverse**, organizada por Anne J. Gilliland, Sue McKemmish e A. J. Lau, editada no Brasil pela 9Bravos por meio de financiamento coletivo. A maior parte do livro é de autoria de integrantes da escola arquivística australiana, conhecida por aqui pela disseminação do modelo *records continuum,* que advoga a gestão desde a criação até a destinação final dos documentos. Os dois capítulos que nos interessam mais de perto são "Para além dos pilares de evidências: explorando o terreno instável dos arquivos *queer*", de Jamie A. Lee, e "Sem

---

para agradecer à Shirley Carvalhêdo Franco, arquivista e doutora em ciência da informação pela UnB, que me presenteou com a edição em tela. Ela é autora da tese **O 'mito' da destruição total de documentos: um estudo dos arquivos relacionados à Guerrilha do Araguaia à luz dos princípios e noções arquivísticas**, na qual propõe a interessante e original 'teoria da ramificação', demonstrando a impossibilidade de destruição de todos os documentos arquivísticos relacionados a um evento histórico (Guerrilha do Araguaia) pelo fato dos fundos das instituições de Estado comunicarem-se entre si – embora não se misturassem -, para cumprir a missão de desmantelar a luta armada na região Norte do País entre 1967-1974.

deixar vestígios: sexualidade e o arquivo colonial", de Anjali Arondekar[73].

Por fim, menciono o meu próprio projeto – na verdade, um programa de pesquisa para toda vida – "Acervos iridescentes: representações e sentidos da diversidade sexual e de gênero nos arquivos públicos", desdobrado na forma de artigos e comunicações em parte indicados ao longo deste capítulo e nas referências bibliográficas mais adiante. A pesquisa agora encerra uma importante fase, com o mapeamento completo da documentação sobre LGBTQIA+ nos acervos do Arquivo Nacional. Aproveito o ensejo para agradecer à minha bolsista de iniciação científica na UFF, Sofia Frahlich Cavalleiro, pelo auxílio prestado nessa reta final da sistematização dos últimos itens documentais encontrados.

Aproveito ainda para incentivar às/aos possíveis interessadas e interessados nos estudos de gênero e sexualidade nos arquivos e na arquivologia para que levem adiante suas pesquisas: é perceptível o aumento da demanda pela orientação de trabalhos de fim de curso sob essas rubricas em todos os níveis de formação. Infelizmente, apelando para o argumento da 'neutralidade técnica' e da 'falta de aderência' ao campo informacional, propostas de investigações ligadas a questões sobre direitos humanos, gênero e raça/etnia, memória coletiva, movimentos sociais etc., têm sido terminantemente descartadas pelas bancas e comitês avaliadores da área. Assim, é necessário

[73] Até o momento em que encerro este texto (ago. 2019), a obra foi publicada parcialmente no Brasil sob o título **Pesquisa no multiverso arquivístico 1** e ainda aguarda a tradução da outra metade do livro. Trata-se de uma compilação de 34 ensaios críticos e reflexivos, alcançando uma ampla faixa de áreas de estudos e interesses emergentes na arquivologia. Por motivos de limitação de espaço, não resumirei o que as autoras abordam em seus capítulos.

reapresentá-las em outros campos do conhecimento para, só então, ganharem a devida materialidade.

Retomando a ideia sobre os sentidos historicamente privilegiados nos arquivos que defendi no começo do capítulo, evoco a referência que Cook, teórico da arquivologia pós-custodial ou pós-moderna, faz das denúncias que a historiadora feminista Bonnie Smith exprime em relação aos silenciamentos da historiografia acerca das mulheres, já que a nós foi relegado o lugar à margem dos documentos oficiais. Por analogia à invisibilidade do feminino e das mulheres, outros corpos e vozes também estão ausentes da produção documental e, portanto, da produção de conhecimento hegemônica vigente.

Porém, quando ousamos existir para além da visibilidade que opera da lógica do gueto para a lógica do mercado – o chamado *pink money*, termo usado para caracterizar a comercialização de produtos para o público LGBTQIA^{+} –, quando ousamos resistir à normatização dos corpos e à colonização das subjetividades e desejos, podemos habitar outros espaços para que outras narrativas sejam lembradas e recapituladas.

Para tanto, também precisamos, conforme esboçado na epígrafe, de 'outras palavras' nos arquivos. Precisamos de outras práticas na arquivologia e no campo informacional como um todo. Precisamos, talvez, de mais representatividade na gestão de documentos e da informação, de mais representatividade nas instituições que custodiam acervos permanentes, a fim de garantir o nosso direito à memória social.

O extenso cardápio vocabular da ânsia taxonômica de nomear o outro como 'desviante', como 'dissidente' do padrão, precisa ir além da 'sodomia', da 'pederastia', do 'homossexualismo', do 'transexualismo', do 'lesbianismo' etc., ainda operantes na ORC, na construção das linguagens

documentárias. Afinal, desde 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o 'homossexualismo' do Código Internacional de Doenças (CID) e mais recentemente, em 2018, o 'transexualismo' também saiu da CID como transtorno mental. Mas não é preciso que o saber médico dite todas as regras[74]. Afinal, a população LGBTQIA+ há muito tempo produz as suas próprias representações como sujeitos – causas de visibilidade e orgulho – que se recusam a ser apenas objetos do discurso alheio – causas de invisibilidade e vergonha –, que percebem a si mesmos e desejam falar de si de forma múltipla porque sabem como ninguém que as palavras possuem força de enunciados performativos que se inscrevem nas mentalidades.

E antes que, mais uma vez, nos acusem de defender 'lutas identitárias', antes que o sujeito abstrato, universal e assexuado do conhecimento nos lembre que toda definição não passa de uma construção provisória e contraditória, é preciso lembrar que o Brasil continua no topo da lista dos países onde mais pessoas trans são mortas. Portanto, ainda que o reconhecimento tenha a sua importância, falar sobre questões de raça/etnia e gênero/sexualidade é falar de marcadores de desigualdades sociais, é lutar por igualdade de acesso às oportunidades e aos bens materiais e simbólicos construídos pela humanidade[75].

---

[74] O uso do sufixo '-dade' indica um atributo qualitativo do ser enquanto '-ismo' designa doença, doutrina ou ideologia. De qualquer forma, apesar de reconhecer que a expressão 'homossexualidade' é muito recente, estando em desacordo com os usos e costumes de outras épocas (anacronismo), parece inaceitável que em pleno século XXI não tenhamos meios de acrescentar termos menos degradantes e pejorativos nos vocabulários controlados, para que se recupere fontes de informação de todas as maneiras possíveis!

[75] Enfim, ainda há muito o que enfrentar: são cinco os países que instituem pena de morte (por apedrejamento, enforcamento ou fuzilamento) e 76 os que condenam a reclusão de 14 anos até prisão perpétua, banimento e castigos corporais aos que transgridem a ordem cisheterocentrada.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer; v. 8).

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte; São Paulo: Autêntica, 2011.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**. Brasília, DF: SDH, 2012. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-2011-1. Acesso em: 6 jun. 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. **Acervos iridescentes**: representações e sentidos da diversidade sexual e de gênero nos arquivos públicos do Rio de Janeiro. 114 f. Relatório final de atividades PNPD/CAPES (Pós-Doutorado em Sociologia) – IUPERJ/UCAM, Rio de Janeiro, 2015.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Considerações (feministas) sobre a temática de gênero nos arquivos e na arquivologia. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (Org.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha, 2019. (Selo Nyota).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs 4**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELMAS, B. **Arquivos para quê? Textos escolhidos**. São Paulo: iFHC, 2010.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, Lídia Silva de. Documento e poder: uma arqueologia da escrita. **Revista Morpheus**, Rio de Janeiro, UNIRIO, v. 8, n. 14, p. 58-73, mar. 2015.

GREEN, J.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de LGBT no Brasil**: relatório 2016. Salvador: GGB, 2017.

HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade**: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

IACOVINO, Livia. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 261-302.

LOYOLA, Maria Andréa (Org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

MEIRELLES, Mariana Barros. **Documento, objeto em disputa**: a busca pela materialidade documental para a realização de direitos homoafetivos. 2019. 196 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói-RJ, 2019.

OLIVEIRA, F.; CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Cinema em Cores – Diversidade na Tela: um projeto e dois relatos. **Revista Arquivo em Cartaz**, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, nov. 2019. No prelo.

REIS, T. (Org.). **Manual de comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018.

SALOMON, M. (Org.) **Saber dos arquivos**. Goiânia: Ricochete, 2011.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (Orgs.). **O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação**. Florianópolis: ACB, 2018.

TOGNOLI, Natalia Bolfarini. Arquivologia e ciência da informação: convergências e divergências entre disciplinas. **Brazilian Journal of Information Science (BRAJIS) – Research Trends**, Marília, UNESP, v. 11, n. 4, p. 4-5, 2017.

MULHERES TRANS E ESPAÇO LGBT: INFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA

Gisele Rocha Côrtes
Gilberta Santos Soares
Amanda Lara Ferreira Nobre
Marizele Coutinho Santos

1 INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento é fundamental para dirimir preconceitos, estigmas e abjeções. Visibilizar, nas produções científicas, sujeitos que, historicamente, foram subalternizadxs[76] e silenciadxs por suas identidades sexuais e de gênero, como, por exemplo, transexuais e travestis, é imprescindível para que a ciência potencialize a produção de conteúdos informacionais pautados no respeito à pluralidade.

Cotidianamente, no Brasil, pessoas travestis e transexuais lutam para ter os direitos humanos assegurados e a sobrevivência garantida; entretanto, são raras as experiências de notificação oficial de homicídios de LGBTQI+ no país, que ocasionam escassez e subnotificação nos dados oficiais sobre a violência contra LGBTQI+. Todavia, o Relatório de Mortes Violentas de LGBT, elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (2017), afirma que, a cada 19 horas, um LGBT é morto no país vítima de LGBTfobia. Desses, 42,9% são pessoas trans, a maioria trans-femininas. Ainda segundo o relatório, a terceira maior região

[76] A linguagem com x foi empregada para designar o gênero, no lugar dos artigos feminino e masculino, a fim de indicar a presença da transexualidade como uma expressão identitária de gênero, para que o texto expresse a visibilidade de transexuais e travestis.

com vítimas LGBT por milhão de habitantes é a região Nordeste, com destaque para o estado da Paraíba em 2º lugar.

O Brasil também retém os maiores índices de crimes letais por transfobia do mundo. De acordo com a *Transgender Europe* (2015), entre 2008 e 2014, foram registrados mais de 1700 assassinatos de pessoas trans no mundo. Desses, 689 aconteceram em território brasileiro. Para visualizar bem mais a gravidade desses dados, a Agência Brasil (2018) contabilizou comparativos entre as expectativas de vida de diferentes populações brasileiras, cuja média nacional é de 74 anos para a população geral. A população travesti e transexual, por sua vez, vive 35 anos, em média. Para as mulheres transexuais negras, que, além de dissidentes de gênero, sofrem os impactos do racismo e da discriminação racial, perdem-se mais nove anos, um reflexo da imbricação dos marcadores sociais de raça, gênero, orientação sexual e identidade de genero.

Na Paraíba, em 2011, a Secretaria de Estado de Segurança e Defesa Social da Paraíba (SEDS PB), com a colaboração da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH/PB), começou a estudar e notificar os casos de homicídios de LGBTQI+ no estado, com o fim de aprimorar a estatística de homicídios com motivação LGBTfóbica. Essa ação contribuiu para a produção de informação oficial a despeito da dificuldade associada à falta de uma legislação que tipificasse os crimes LGBTfóbicos, considerando que é recente a criminalização da LGBTfobia no país[77]. Assim, os dados da

[77] No dia 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero seja considerada um crime. A conduta passou a ser punida pela Lei de Racismo (7716/1989), que prevê crimes de discriminação ou preconceito por "raça, cor, etnia, religião e procedência nacional". Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924.

SEDS PB apontam que ocorreram 16 homicídios com motivação LGBTfobica, em 2017, e 13, em 2018, respectivamente. Esses homicídios foram motivados pela identidade de gênero e/ou orientação sexual da vítima, o que demonstra o preconceito, a discriminação e a violência a que a população está submetida.

A intolerância, a rejeição e a abjeção contra LGBTQI+ produzem LGBTfobia, caracterizada por atitudes e crimes de ódio. Pereira (2017) assevera que o fenômeno do ódio direcionado à população LGBT foi, durante um longo período, chamado de homofobia. Porém, tem sido frequente a adesão pela militância brasileira ao termo "LGBTfobia". "[...] Isso porque a palavra 'homofobia' não abarcaria todas as identidades que compõem esse movimento social, reclamação feita em especial pelas lésbicas, travestis, homens e mulheres trans" (PEREIRA, 2017, p. 124).

O autor afirma que existem distintas concepções e definições a respeito do Movimento LGBT, assim como amplas são as ferramentas utilizadas para a atuação política, e que é importante compreender que a definição de movimento não é estática e fixa, mas aberta e em disputa.

> Para efeitos de compreensão, importa entender que o Movimento LGBT é um movimento rico, plural, composto por uma infinidade de sujeitos/as e práticas que visam, de um modo ou de outro, modificar o campo da cultura, efetivar e ampliar direitos e superar o quadro de violências motivadas pela discriminação e ódio contra aqueles/as que escapam às normas hegemônicas de gênero e de sexualidade, historicamente construídas no tecido social. (PEREIRA, 2017, p. 123).

No Brasil, conforme Simões e Facchinni (2009), o movimento homossexual, como era denominado no período, surgiu no final dos anos 1970, na dinâmica da redemocratização e da abertura política do país. Na Paraíba, "a pré-história" do movimento LGBT, segundo Oliveira (2017), associa-se ao desconforto de um segmento da população com as moralidades sexuais então vigentes no país durante a década de 1970. Ao resgatar as origens do movimento, na década de 1980, o autor apresenta o grupo 'Nós Também' (NT), o *Fanzine* 'Jornal Gaia', produzido por jovens universitários, e o grupo 'Beira de Esquina' (BE); na década de 1990, o Movimento do Espírito Lilás (MEL), e nos anos 2000, a Associação de Transfeministas da Paraíba (ASTRAPA) e o Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria. Desde essa época, o ativismo LGBTQI+ tem protagonizado a atuação em prol dos direitos, da cidadania e da inclusão social, adotando estratégias de promoção da visibilidade[78] da população LGBTQI+ e a reivindicação de políticas públicas ao poder público local.

No Brasil, os movimentos sociais e as Organizações não Governamentais (ONG) têm delineado ações no sentido de reconhecer as populações LGBTQI+, pautando a necessidade de o Estado se comprometer com a desnaturalização da violência contra LGBTQI+ e com o enfrentamento às desigualdades presentes no cotidiano dessas pessoas. Nessa dinâmica, é preciso reivindicar a implantação de políticas públicas específicas, como os Centros de Referência LGBT, que são

[78] Frisa-se a realização da Parada pelo Orgulho LGBTQI+, em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBT+, celebrado no dia 28 de junho, data comemorativa a um marco na luta pelo respeito à diversidade. Em 28 de junho de 1969, ocorreu uma série de manifestações de membros da comunidade LGBT contra a invasão violenta do bar *Stonewall Inn*, em Nova York (EUA), quando gays foram agredidos e presos (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

unidades informacionais com foco na alteração das estruturas de poder que sustentam a exclusão social dessa população. Santos e Lubisco (2018, p. 2365) enunciam que "os Centros de Referência LGBT, como espaços de informação, têm como objetivo principal fornecer serviços de informação que atendam, de forma eficaz e satisfatória, às necessidades informacionais do público LGBT".

Conforme Marteleto e Valla (2003), a informação é um instrumento importante para conhecer a realidade social, interpretá-la e intervir criticamente nela. Nessa direção, o acesso à informação confiável se configura como um elemento primordial para promover a inclusão social e mudar as mentalidades em prol do respeito à diversidade.

A Ciência da Informação tem realizado estudos sobre responsabilidade social desde seus primórdios (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017). Porém ainda são tímidas as produções nos periódicos nacionais brasileiros a respeito da população LGBTQI+ e os impactos dos fenômenos informacionais nesse grupo de usuárixs (LIMA; SANTOS, 2018; SANTOS; LUBISCO, 2018; SAMPAIO; FRANÇA, 2018; OTTONICAR *et al.*, 2019).

Os profissionais da informação são agentes fundamentais na produção e na visibilização de conteúdo informacional sobre as diferenças para construir conhecimentos que subvertam a banalização e a naturalização da violência contra a população LGBTQI+. Assim, considerando o que foi exposto, este capítulo tem o objetivo de fazer um mapeamento das mulheres transexuais e travestis que buscaram atendimento no Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba – Espaço LGBT – entre os anos de 2014 e 2017, caracterizá-las sociodemograficamente e apresentar os tipos de violência sofridos e suas demandas. O estudo foi

delineado no âmbito do projeto de extensão 'A informação no enfrentamento à LGBTfobia', da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O capítulo é relevante por refletir sobre as idiossincrasias vivenciadas como pessoas que assumem uma identidade de gênero divergente da que lhes é esperada socialmente, em um país notadamente marcado por diversas opressões e por um atual cenário sociopolítico de retrocessos aos Direitos Humanos.

2 A INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA RESSIGNIFICAR SABERES E FAZERES BASEADOS EM BINARISMOS

A leitura vulgarizada e preconceituosa que a sociedade realiza sobre os corpos e as posturas das travestis e trans-femininas tende a expô-las à situação de mais marginalidade e abjeção, especialmente, quando consideradas outras variáveis que podem canalizar atos discriminatórios multicausais, como os marcadores sociais de raça e de classe social. Quando as narrativas sobre elas são de autoria alheia, frequentemente são marcadas por equívocos e preconceitos. Esses vieses são predominantes na leitura feita dos corpos e as posturas assumidas por pessoas que não são "passáveis", ou seja, que não têm traços corporais "naturalmente femininos" (PONTES; SILVA, 2017, p. 409).

Para Barbosa (2013, p. 367), apontar as diferenças entre mulheres transexuais e travestis é uma tarefa difícil, sobretudo, desnecessária, porque são identidades permeadas de discursos que as caracterizam e descaracterizam no binário de gênero. A maioria desses discursos parte da interpretação do outro, e não, das próprias autoras das vivências.

Neste estudo, concorda-se com a concepção de Bento (2008) de que a transexualidade é uma experiência identitária, representada pelos conflitos com as normas de gênero. Debater sobre a transexualidade nessa ótica implica refletir sobre a identidade de gênero dissociada da biologia e diferenciada da sexualidade.

> Afirmar que a transexualidade é uma experiência identitária, que está relacionada a capacidade dos sujeitos de construírem novos sentidos para os masculinos e os femininos, não significa esquecer a dor e angústia que marcam as subjetividades daqueles que sentem e desejam viver experiencias que lhes são interditas por não terem comportamentos considerados apropriados para seus sexos. (BENTO, 2008, p. 19).

Diante de tais asserções, adotamos a denominação "trans-femininas" para todas as pessoas que nasceram com as características biológicas do sexo masculino (pênis, testículos e cromossomos XY, etc.), mas que se colocam no mundo a partir de uma construção social do gênero feminino em suas mais diversas denominações identitárias: mulheres transexuais, travestis, pessoas não binárias femininas. Entretanto, o discurso cisnormativo prega uma "naturalidade" que atribui ao sexo biológico a autenticidade de edificar marcas corporais ao gênero "genuinamente equivalente": machos são homens, e como tal, precisam ter marcas biológicas no corpo e adotar

tecnologias de gênero masculina (LAURENTIS, 1994), e as fêmeas, da mesma forma[79].

A narrativa cisgênera equipara sexo e gênero e desconsidera as variáveis históricas que permeiam os ideais de "feminino" e "masculino" e a própria diversidade de formas dos corpos concretos – andróginos, intersexuais, grandes, pequenos, altos e baixos – e atribui ao natural o que é, muitas vezes, cultural (ou "estético").

Importante ressaltar que os elementos constituintes dos debates sobre gênero e sexualidade têm passado por amplas transformações na atualidade, caracterizados por definições transitórias e atravessadas por diferentes sentidos a partir de diferentes contextos e das constantes reflexões (FERNANDES, 2015, p. 17). Isso significa que entendimentos e nomeações sobre orientação sexual e identidade de gênero têm se modificado a partir do processo de construção e desconstrução de discursos hegemônicos produzidos por diferentes sujeitos, como a mídia, a medicina, a formulação realizada pelos movimentos político-identitários e a academia.

A abjeção gerada por narrativas discursivas LGBTfóbicas assume seu ápice no transfeminicídio – o assassinato sistemático de trans-femininas – motivado pela discriminação de gênero. Os corpos considerados abjetos são aqueles(as) "[...] cujas vidas não são consideradas 'vidas', e cuja materialidade é entendida como 'não importante'" (BUTLER, 2002).

Lima e Santos (2018) enunciam que a informação proporciona às pessoas LGBTQI+ conhecimentos sobre seus direitos e que é importante a Ciência da Informação potencializar sua responsabilidade social, delineando estudos

[79] O termo cisgênero é um "'conceito guarda-chuva' que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento" (JESUS, 2012, p. 14).

atinentes às necessidades informacionais desse grupo e desenvolvendo estratégias que lhes permita se inserir ativamente na sociedade como cidadãos. Pinho e Guimarães (2013) indicam, por exemplo, que a atenção para precisar as linguagens de indexação brasileira no tocante ao tema é uma estratégia que proporciona que a população LGBTQI+ recupere a informação de forma mais eficiente.

Pinto e Leite (2018) ressaltam que, dentre os membros da população LGBTQI+, as pessoas transexuais têm sido mais negligenciadas. Assim, identificar e compreender as necessidades e as práticas informacionais utilizadas por elas implicam ações colaborativas para delinear unidades informacionais mais inclusivas. Nessa seara, alertam que é preciso delinear ações para que as bibliotecas e os centros de informação sejam acolhedores e forneçam acervo condizente com as necessidades de informação desse grupo. Essas assertivas são reforçadas por Santos, Targino e Freire (2017, p. 123):

> [...] profissionais e pesquisadores da CI devem pensar esta dimensão social, sistematicamente, o que pressupõe atenção às demandas de informação das coletividades e proposta de ações de informação para a transformação e desenvolvimento sustentável da sociedade. Cabe incluir o papel da informação como elemento de conscientização que pode romper com preconceitos e desigualdades, propiciando espaços de pluralidade na produção de novos conhecimentos, na promoção da cidadania e na segurança dos indivíduos LGBT. (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017, p. 123).

No campo informacional, os estudos sobre LGBTQI+ possibilitam, em diferentes perspectivas, visibilizar experiências de sujeitos excluídos e que não se inscrevem na norma hegemônica, o que contribui para ressignificar saberes e fazeres alicerçados em binarismos, desinformação e marginalização (CÔRTES *et al.*, 2017).

3 CAMPO EMPÍRICO: CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DOS DIREITOS DE LGBT E ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA DA PARAÍBA – ESPAÇO LGBT

A pesquisa foi ambientada no Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba – Espaço LGBT (Figura 1 e 2) – um serviço vinculado à Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). Esse órgão, de caráter estatal, foi implantado em 2011, para atender à população LGBTQI+, que sofre com a violação de direitos e a LGBTfobia. Realiza atendimento interprofissional, com o intuito de assistir e proteger LGBTQI+ que sofrem violência devido à sua orientação sexual e à identidade de gênero.

O Espaço LGBT oferece atendimento psicossocial e jurídico, realiza busca ativa na Capital e, por meio de ações itinerantes, nos municípios do interior do estado. Funciona como porta de entrada e referência para o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (Ambulatório TT), que realiza o processo de transexulização de homens e mulheres, implantado no Complexo Hospitalar Clementino Fraga pela Secretaria Estadual de Saúde.

Figura 1 – Fachada do Espaço LGBT.



Fonte: Espaço LGBT (2018).

Figura 2 – Material informativo sobre o Espaço LGBT.



Fonte: Espaço LGBT (2018).

Promove seminários, cursos e oficinas de capacitação e apoia eventos do movimento LGBTQI+. Disponibiliza campo de estágio nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Arquivologia e Biblioteconomia, por meio de convênios com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), entre outras. É campo de pesquisa e de estudos para alunxs de graduação e de pós-graduação. Até agora, foram realizados 11 trabalhos de conclusão de curso (TCC) e duas dissertações de Mestrado.

O equipamento promove o acesso a serviços do Sistema Judiciário para retificar o prenome de travestis e transexuais no registro civil, com parecer psicológico, orientação sobre o processo, emissão de certidões negativas e orientação após o processo julgado e deferido. De 2012 a 2017, foram impetradas 157 ações – 123 para retificar o prenome, 24 de retificação de prenome e alteração do sexo jurídico e 10 para alterar o sexo jurídico de travestis e transexuais (PCA SEMDH, 2017).

No tocante ao Serviço Social, a unidade informacional assiste à população através do acesso aos programas da Política Nacional de Assistência Social e de emprego e renda, como documentação básica, transferência de renda, habitação, banco de alimentos, acesso a cursos de qualificação, entre outros. Desde que foi fundado, uma de suas principais estratégias é de articular os serviços e os órgãos governamentais e não governamentais para formar uma rede de proteção e garantir os direitos de LGBTQI+. É uma porta de entrada que encaminha para outros serviços e promove a articulação entre instituições e órgãos, visando qualificar a assistência e dar respostas à população LGBTQI+[80].

[80] Em parceria com as prefeituras, as instituições da Justiça e da segurança pública e organizações não governamentais (ONGs) têm buscado construir

Convém enfatizar que todas as políticas públicas foram criadas em diálogo com o movimento LGBTQI+ da Paraíba, por meio de suas lideranças e de ONGs, como ASTRAPA, MEL, GMMQ, Movimento Bissexual (MOVBi), Grupos Diversidades, dentre outros.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As pesquisas constituem uma atitude dinâmica e processual de investigação do desconhecido, que englobam o processo de informação, como estratégia importante para a emancipação (DEMO, 2011).

> Através dos serviços de informação citados, os CR LGBT podem garantir o direito à informação e o acesso ao conhecimento, tão importante para os indivíduos pertencentes à comunidade LGBT, seja no exercício da cidadania ou no combate ao preconceito. Sendo a informação vista como um instrumento de possibilidades para o ser humano contemporâneo, cabe aos Centros de Referência LGBT fornecer aos seus usuários serviços ligados a esse instrumento, que pode fazer com que eles transformem e compreendam a realidade social em vivem. (SANTOS; LUBISCO, 2018, p. 2366).

A pesquisa adotou abordagem quantitativa (MINAYO; SANCHES, 1993) e foi utilizada a pesquisa documental (GODOY,

---

uma rede de proteção, de assistência e de garantia de direitos da população LGBTQI+.

1995), pois para mapear o perfil dxs usuárixs, foram utilizadas as fichas de atendimento existentes no Espaço LGBT. A pesquisa descritiva possibilitou descrever os indicadores e as tendências observáveis no perfil das/dos usuárias/os (GIL, 1999).

No período de 2011 até dezembro de 2018, o Espaço LGBT cadastrou 1.474 (um mil quatrocentos e setenta e quatro) usuárixs e realizou 21.436 (vinte e um mil e quatrocentos e trinta e seis) atendimentos, sendo que a maioria dos atendimentos foi a pessoas com identidade de gênero feminina (lésbicas, bissexuais, travestis e mulheres transexuais). Entre os anos de 2014 e 2017, foram atendidxs 700 usuárixs pelo Espaço LGBT. Nossa amostra é constituída de 225 mulheres transexuais e 57 travestis, o que corresponde, respectivamente, a 32% e 8% de todxs xs atendimentos no respectivo período.

A pesquisa documental consistiu, inicialmente, em organizar os dados e criar categorias classificatórias para uniformizar e padronizar as variáveis, processo realizado em parceria com a equipe da unidade informacional. No segundo momento, os registros foram transferidos e sistematizados no *software* Excel, gerando gráficos com as informações estatísticas. A descrição das informações foi dinamizada pela estatística descritiva.

Neste estudo, apresentam-se gráficos referentes à identidade LGBT, à situação conjugal, à faixa etária, ao grau de escolaridade, à ocupação, à renda, ao acesso a políticas públicas, à caracterização étnico-racial e ao relato de violência. No que tange à identidade LGBT, especificamente, foram respeitadas as denominações "mulher trans" e "travesti", conforme a autodeclaração das usuárias.

5 RESULTADOS

Entre os anos de 2014 e 2017, foram atendidas 225 mulheres transexuais e 57 travestis, o que corresponde, respectivamente, a 32% e 8% dxs 700 usuárixs atendidxs pelo Espaço LGBT. Essas usuárias tinham, em média, 26 anos de idade (desvio-padrão = 7,2) e, como se pode observar na Tabela 1, a maioria era solteira (90%). Dentre os demais *status* relacionais, 6% declararam estar casadas (nenhuma travesti) e foram registrados seis casos de união estável (3% da amostra total). Apenas um deles de uma travesti.

Tabela 1 – Situação conjugal das mulheres transexuais e travestis do Espaço LGBT entre os anos de 2014 e 2017.

Mulheres transexuais	**n**	**%**	**Travestis**	**n**	**%**
Casada	13	6%	Casada	0	0%
Solteira	192	85%	Solteira	44	77%
União estável	6	3%	União estável	1	2%
Outros	3	1%	Outros	2	3%
Não informado - NI	11	5%	Não informado - NI	10	18%
TOTAL	**225**	**100%**	**TOTAL**	**57**	**100%**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Como mostra a Tabela 2, no que tange à escolaridade, a maioria das mulheres transexuais (35%) concluiu o ensino médio, e apenas 3% declararam ter um título de graduação. Já

entre as travestis, a maioria (33%) não havia sequer concluído o ensino fundamental, e nenhuma declarou ter um título de graduação.

O fato de a identidade de gênero transexual ainda ser considerada um tabu faz com que a vida dessas mulheres, na comunidade, seja difícil. Na escola, elas se deparam com as dificuldades nos relacionamentos interpessoais com outrxs alunxs e com um problema institucional quando profissionais da Educação, muitas vezes, não sabem como se relacionar com elas, o que ocasiona um cenário de discriminação.

Tabela 2 – Escolaridade das mulheres transexuais e travestis do Espaço LGBT entre os anos de 2014 e 2017.

Mulheres transexuais	**n**	**%**	**Travestis**	**n**	**%**
Não alfabetizada	1	0%	Não alfabetizada	0	0%
Ensino de Jovens Adultos (EJA)	0	0%	Ensino de Jovens Adultos (EJA)	1	2%
Fundamental incompleto	37	16%	Fundamental incompleto	19	33%
Fundamental completo	9	4%	Fundamental completo	3	5%
Médio incompleto	50	22%	Médio incompleto	9	16%
Médio completo	79	35%	Médio completo	12	21%
Técnico completo	1	0%	Técnico completo	0	0%

Superior incompleto	23	10%	Superior incompleto	3	5%
Superior completo	7	3%	Superior completo	0	0%
Não informado - NI	18	8%	Não informado - NI	10	18%
TOTAL	**225**	**100%**	**TOTAL**	**57**	**100%**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Conforme afirma Louro (1997), a escola é um espaço fundamental para desconstruir as desigualdades de gênero, raça/etnia, classe social, entre outras. A discussão de gênero e de sexualidade no âmbito escolar, com formação continuada de professorxs, configura-se como ação primordial para o respeito à diversidade. A opressão faz com que as trans-femininas sejam levadas a abandonar a escola. Porém, neste estudo, esse abandono ocorreu majoritariamente por travestis. De acordo com os dados desta pesquisa, 33% delas não chegaram a concluir o ensino fundamental. Assim, o baixo grau de instrução escolar acarreta a falta de oportunidades no mercado de trabalho, o que precariza as condições de vida. Pesquisas apontam que os vários tipos de violência física e psicológica sofrida por estudantes LGBTQI+ dificultam o término dos estudos e sua inserção no mercado de trabalho (LOURO, 1997; SANTOS; LAGE, 2018). É mister que a escola se comprometa em discutir sobre as normas de gênero, ditadas pela heteronormatividade, a fim de melhorar a inclusão de todxs indivíduxs.

Quanto à caracterização racial, 59% das mulheres transexuais se autodeclararam pretas ou pardas; 25%, brancas;

6%, amarelas; e 9% não informaram. Entre as travestis, 67% se intitularam pretas ou pardas; 16%, brancas; 2%, amarela; e 16% não informaram. Esses dados podem ser mais bem visualizados na Tabela 3. Os dados nos mostram que cerca de 63% dessas mulheres se reconhecem como pretas ou pardas. Isso demonstra mais vulnerabilidade a que estão expostas, decorrente da imbricação entre os marcadores sociais raça/etnia, identidade de gênero, classe social e idade, uma vez que produzem diferenças na forma como as mulheres vivenciam a discriminação de gênero (SOARES, 2016).

Tabela 3 – Caracterização étnico-racial das mulheres transexuais e travestis do Espaço LGBT entre os anos de 2014 e 2017.

Mulheres transexuais	**n**	**%**	**Travestis**	**n**	**%**
Amarela	14	6%	Amarela	1	2%
Branca	57	25%	Branca	9	16%
Cigana	1	0%	Cigana	0	0%
Não informado – NI	20	9%	Não informado - NI	9	16%
Parda/Preta	133	59%	Parda/Preta	38	67%
TOTAL	**225**	**100%**	**TOTAL**	**57**	**100%**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A Tabela 4 traz um panorama das ocupações exercidas, sendo que 4% das mulheres transexuais se declararam autônomas; 15% se declararam desempregadas; 20%,

estudantes; 8%, profissionais do sexo; 1% se intitulou como trabalhadora doméstica não remunerada; 12% não informaram; e 41% se enquadraram entre as demais ocupações – como cabeleireiras, vendedoras e técnicas. As travestis, por sua vez, declararam-se autônomas em 4% dos casos; desempregadas, em 12%; estudantes, em 11%; profissionais do sexo, em 7%; trabalhadoras domésticas não remuneradas, em 5%; 26% não informaram, e 35% se enquadraram entre as demais profissões.

Tabela 4 – Ocupações exercidas pelas mulheres transexuais e travestis do Espaço LGBT entre os anos de 2014 e 2017.

Mulheres transexuais	**n**	**%**	**Travestis**	**n**	**%**
Autônoma	8	4%	Autônoma	2	4%
Desempregada	33	15%	Desempregada	7	12%
Estudante	44	20%	Estudante	6	11%
Profissional do sexo	18	8%	Profissional do sexo	4	7%
Trabalho doméstico não remunerado	2	1%	Trabalho doméstico não remunerado	3	5%
Demais ocupações	93	41%	Demais ocupações	20	35%
Não informado - NI	27	12%	Não informado - NI	15	26%
TOTAL	**225**	**100%**	**TOTAL**	**57**	**100%**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Esses dados se refletem na renda familiar das usuárias: 48% das mulheres transexuais recebem até um salário mínimo; 17%, até três salários mínimos; 1%, até seis salários mínimos; e 33% não informaram. Dentre as travestis, 47% recebem até um salário mínimo; 7%, até três salários mínimos; 2%, até seis salários mínimos; e 44% não informaram. As informações podem ser observadas na Tabela 5.

Mesmo quando as mulheres travestis e transexuais conseguem alcançar o grau de instrução exigido pelo mercado de trabalho (geralmente, o ensino médio completo), são inseridas em funções pré-determinadas para elas. Essas funções são desvalorizadas, em geral, com remunerações baixas e vínculos precários, o que resulta em dificuldades de sobrevivência. O preconceito e a discriminação excluem as pessoas transexuais do mercado de trabalho, deixando-as em situação de vulnerabilidade ecônomica, o que reforça a vulnerabilidade decorrente da transexualidade e a exposição às diversas formas de violência.

Tabela 5 – Renda familiar das mulheres transexuais e travestis do Espaço LGBT entre os anos de 2014 a 2017.

Mulheres transexuais	**n**	**%**	**Travestis**	**n**	**%**
Até 1 sm	109	48%	Até 1 sm	27	47%
De 1 a 3 sm	39	17%	De 1 a 3 sm	4	7%
De 3 a 6 sm	2	1%	De 3 a 6 sm	1	2%
Acima de 6 sm	1	0%	Acima de 6 sm	0	0%

Não Informado - NI	74	33%	Não Informado - NI	25	44%
TOTAL	**225**	**100%**	**TOTAL**	**57**	**100%**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Há que se ressaltar que, apesar dessa realidade de baixa renda, 80% das mulheres transexuais declararam não ser beneficiadas por nenhuma política pública, e 6% não deram essa informação. Dentre as demais, conforme se observa na Tabela 6, 10% recebem bolsa família, e 3% não informaram. De acordo com o relato das travestis, 61% não são beneficiadas por nenhuma política pública, e 19% não informaram sobre esse dado. Dentre as demais, 14% recebem bolsa família; 4% recebem o benefício de prestação continuada (BPC); e 2% são beneficiadas com o Programa Pro Jovem.

> Além de liderar os números dos crimes por LGBTfobia no mundo, o Brasil aponta índices alarmantes para essa população no mundo do trabalho, o que também revela a dimensão estrutural do sistema heteropatriarcal. Um estudo realizado em 2017, pela Consultoria Santo Caos, identificou que 41% de pessoas LGBT afirmam ter sofrido discriminação por orientação sexual ou "identidade de gênero" no mercado de trabalho; 33% das empresas brasileiras não contratariam pessoas LGBT para cargos de chefia; 61% optam por esconder a orientação sexual no ambiente do trabalho; e 90% das travestis estão em situação de prostituição (CISNE; SANTOS, 2018, p. 132).

Por fim, como se pode ver na Tabela 7, 88% das mulheres transexuais declararam que foram vítimas de algum tipo de violência, como ameaça de morte, violência física, psicológica, sexual, institucional, patrimonial, assédio verbal, perseguição cibernética e tentativa de homicídio. As que não informaram esse dado foram 4%, e 8% declararam que não sofreram violência ou relataram. No caso das travestis, 82% disseram que foram vítimas de algum tipo de violência, 7% não correspondem aos resultados declarados pois foram assassinadas, 5% não informaram e 5% declararam não ter sofrido ou relataram violência.

Tabela 6 – Nível de acesso a políticas públicas entre os anos de 2014 e 2017.

Mulheres transexuais	**n**	**%**	**Travestis**	**n**	**%**
Beneficiário / NI	6	3%	Beneficiário / NI	0	0%
Bolsa Família	23	10%	Bolsa Família	8	14%
BPC	0	0%	BPC	2	4%
Não é beneficiário(a)	181	80%	Não é beneficiário(a)	35	61%
Não informado – NI	13	6%	Não informado - NI	11	19%
Outros	1	0,5%	Outros	0	0%
Pro Jovem	1	0,5%	Pro Jovem	1	2%
TOTAL	**225**	100%	**TOTAL**	**57**	100%

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A partir da análise documental foi possível perceber uma constante entre as denúncias: todos os registros indicavam que as agressões nunca eram de ocorrências únicas, e sim, repetidas em várias ocasiões, ocasionalmente por perpetradores distintos.

> Somente por meio do combate sistemático ao binarismo de gênero será possível asegurar, em longo prazo, a maior visibilidade social para as pessoas transgêneras, que, finalmente, poderão manifestar livremente suas expressões de gênero, e orgulha-se delas, por mais discrepantes que sejam dos estereotipos de homem e de mulher patrocinados pelo modelo oficial. (LANZ, 2015, p. 99).

Tabela 7 – Casos de violência relatados pelas mulheres transexuais e travestis do Espaço LGBT entre os anos de 2014 e 2017.

Mulheres transexuais	**n**	**%**	**Travestis**	**n**	**%**
Declarou ter sofrido algum tipo de violência	199	88%	Declarou ter sofrido algum tipo de violência	47	**82%**
Homicídio	0	0%	Homicídio	4	**7%**
Não informado - NI	8	4%	Não informado - NI	3	**5%**
Não sofreu ou relatou violência	18	8%	Não sofreu ou relatou violência	3	**5%**
TOTAL	**225**	**100%**	**TOTAL**	**57**	**100%**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

As políticas públicas implantadas no âmbito estadual e municipal, assim como as diversas ações do movimento LGBTQI+ da Paraíba, têm auxiliado a visibilidade, o controle social e o enfrentamento da LGBTfobia[81]. Elas são fundamentais para punir os casos de violência perpetrados e dar assistência a pessoas LGBTQI+ que sofreram violência.

Apesar da criação dessas importantes medidas, mais de 80% das mulheres transexuais e travestis, que compõem a amostra total da pesquisa, relataram ter sofrido algum tipo de violência. Porém, o maior índice é de violência psicológica e/ou física. Os dados apontaram que é necessário incrementar as políticas públicas dirigidas a travestis e a transexuais, ampliar a cobertura das ações realizadas e implantar novas ações com vistas a melhorar as condições econômicas da população, qualificar os profissionais e aumentar as oportunidades de inserir essas pessoas no mercado de trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou conhecer o perfil das mulheres-trans que buscaram atendimento no Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba. Os resultados indicaram que travestis e mulheres transexuais vivenciam, cotidianamente, uma situação de marginalização e diversas formas de violência e violação de seus direitos. Esse contato aconteceu em um equipamento público - o Centro de Referência Espaço LGBT – implantado para proteger e assistir à população LGBTQI+ da Paraíba.

[81] Destaca-se a aplicação da Lei Estadual nº 7.309/2003, alterada pela Lei nº 10.909/2017, que proíbe a discriminação ou preconceito em virtude de orientação sexual e da identidade de gênero em ambientes públicos e privados do estado da Paraíba.

Constatou-se que os eventos de violência acontecem em estruturas desiguais de poder, que punem travestis e transexuais por romperem com o código heteronormativo segundo o qual sexo e gênero são obrigatórios e destinados à reprodução biológica. A vulnerabilidade se torna maior quando essas pessoas estão articuladas com outros marcadores sociais, como raça e classe.

Nesse contexto, os profissionais da informação se configuram como agentes fundamentais na produção e na visibilização de conteúdo informacional sobre respeito às diferenças para construir conhecimentos que subvertam a banalização e a naturalização das cenas de violência contra a população LGBTQI+. Com base nesses aspectos, entende-se que é sobremaneira importante incorporar o debate sobre respeito às diferenças e à diversidade na formação de futuros(as) profisionais da informação.

O Espaço LGBT é um ambiente informacional rico e revelador da realidade de LGBTQI+ que sofreram alguma violência ou discriminação. Suas paredes, decoradas com cartazes de campanhas, fotos e painés informativos, com pessoas LGBTQI+ circulando e uma biblioteca temática, revelam as ações, os servicos e as práticas informacionais que circulam no ambiente em defesa dos direitos humanos.

A reflexão das universidades sobre as situações de vulnerabilidade de LGBTQI+ e sobre as formas de atuação para superá-las, por meio de projetos de pesquisa, formação continuada e extensão, é fundamental para ampliar o olhar sobre o fenômeno e pensar em estratégias de enfrentamento. A construção de conhecimentos é imprescindível para reduzir o estigma em relação aos LGBTQI+, pois possibilita que os indivíduos compreendam o contexto e possam desconstruir o preconceito. É premente que vários setores se juntem em prol

de garantir os direitos e a vida de LGBTQI+ em um contexto com muitos retrocessos e conservadorismo. Esse cenário impacta na garantia de direitos, sobretudo, de grupos populacionais marginalizados, marcados por sua orientação sexual e identidade de gênero.

A disseminação e a organização da informação sobre LGBTQI+ se configuram como fundamentais para ampliar o conhecimento da realidade. Respeitando os limites do estudo, espera-se que os dados apresentados e discutidos contribuam para o aperfeiçoamento e o (re)planejamento de políticas públicas para travestis e transexuais, para ampliar a cidadania e respeitar as identidades sexual e de gênero. Por fim, consideramos a atitude de resiliência de travestis e mulheres transexuais, que são alvo de discriminação, de preconceito e de violência e marcam suas trajetórias de vida com muita garra.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. 132 p.

BARBOSA, Bruno Cesar. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, ago. 2013.

BRASIL, Agência. Marcha das Mulheres Negras pede em São Paulo garantia de direitos. **Istoé**, 25 jul. 2018. Disponível em: https://istoe.com.br/marcha-das-mulheres-negras-pede-em-sao-paulo-garantia-de-direitos. Acesso em: 6 jul. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CÔRTES, Gisele Rocha; et al. Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no Espaço LGBT. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais...** Marília: ANCIB, 2017. p. 1-21.

FERNANDES, Eder. Violência e ressentimento: Um ensaio sobrea a transfobia. *In*: GEISLER, Adriana. **Protagonismo trans***: política, direito e saúde na perspectiva da integralidade. Niterói: Editora Alternativa, 2015. p. 17-32.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinatos de LGBT no Brasil**: Relatório 2017. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2017. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/ assassinatos/relatorios/. Acesso em: 21 jun. 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg/pdf?1334. Acesso em: 28 fev. 2017.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

LANZ, Letícia. Notas sobre minha trajetória de vida como pessoa transgênera. *In*: CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 85-104.

LIMA, Gláucio Barreto de; SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos. Presença da temática LGBTI+ nos catálogos de bibliotecas das IFES no Ceará. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 473-486, ago. 2018.

LOPES, M. "Porque não quero ser igual àquelas bichas da favela": Um estudo de caso de ambiguidade de gênero em camadas populares de Salvador. *In*: GEISLER, A. R. R. **Protagonismo trans***: política, direito e saúde na perspectiva da integralidade. Niterói: Editora Alternativa, 2015. p. 17-32.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pósestruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Marcus Vinícius Pereira da. Redes, campo científico e processos de informação e comunicação em saúde. *In*: TOMAÉL, Maria Inês; MARTELETO, Regina Maria (Org.). **Informação e redes sociais**. Londrina: Eduel, 2015. p. 137-156.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. Levantar bandeira e dar pinta Inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros e sexualidades, v. 11, n. 16, p. 319-351, jul. 2017.

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki; et al. Competência em informação no âmbito da comunidade LGBTQ: um levantamento das publicações científicas nacionais e internacionais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 484-512, mar. 2019.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma agenda de pesquisas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 4, p. 121-132, 2017.

PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2011.

PINTO, E. M.; LEITE, F. C. L. Informação e diversidade: estudos de práticas informacionais em comunidades compostas por pessoas transgênero. **Ponto de Acesso**, v. 12, n. 1, p. 97-112, 2018.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas

narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 8, p. 396-417, 6 jan. 2018.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002.

SAMPAIO, Denise Braga; LIMA, Izabel França de. Lugar de fala, representações e representatividade de mulheres e LGBTQ+ na Biblioteconomia a partir das ações extensionistas e de pesquisa no Brasil. **Folha de Rosto**: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, v. 4, n. 1, p. 34-49, jan. 2018.

SANTOS, Bruno Almeida dos; LUBISCO, Nídia M. Centro de referência LGBT, espaço de informação: Um estudo no Centro de Referência e defesa da diversidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais...** Londrina: ANCIB, 2018. p. 2353-2372.

SANTOS, Émerson Silva; LAGE, Allene Carvalho. LGBTfobia na escola: implicações da gestão escolar. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana, v. 26, n. 1, p. 95-108, abr. 2018.

SANTOS, R. N. M.; TARGINO, M. G.; FREIRE, I. M. A temática diversidade sexual na ciência da informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 114-135, 2017.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos têm sexo?** Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil. 2014. 278 f. Tese (Doutorado em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans murder monitoring 2015**. Disponível em: https://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015. Acesso em: 19 jul. 2019.

VALLA, Victor Vincent; MARTELETO, Regina Maria. Informação e educação popular - o conhecimento social no campo da saúde. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. esp., p. 8-21, nov. 2007.

VERGUEIRO, Viviane. Pela descolonização das identidades trans. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA ABEH, 6., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: ABEH, 2012. p. 1-15.

O PODER DE NOMEAR E A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE MASCULINIDADES EM APLICATIVOS DE INTERAÇÃO AFETIVO-SEXUAL NO BRASIL

Francisco Arrais Nascimento
Luis Fernando Herbert Massoni
Daniel Martínez-Ávila
Fábio Assis Pinho

1 INTRODUÇÃO

Devemos observar a sexualidade humana não apenas como uma prática, uma forma de desejo polimorfa e multifacetada ou um afeto que não se baliza unicamente pelos padrões éticos e morais constituídos pela sociedade, mas como um domínio plural e volátil, dadas as suas multifacetadas manifestações e representações. Uma vez que as sexualidades, enquanto construtos sociais, não se apresentam de forma fixa e imutável, pode-se vislumbrar que o que a "*scientia sexualis*" construiu além dos possíveis diálogos com as "memórias subterrâneas" (POLLAK, 1989) que mediam a subversão da lógica imposta pela memória oficial nos últimos séculos silenciosamente lança luz sobre zonas de sombra que a sociedade tentou, no decorrer da história, silenciar, ao negar voz a certos grupos sociais que não comungavam com a norma vigente, como é o caso do domínio em questão, "[...] onde silenciar sobre a homossexualidade ou sua outra forma, a dissimulação, respondem ao receio de rejeição ou de julgamento moralizador malévolo" (POLLAK, 1990, p. 103). A negação da visibilidade às representações sobre tais estratos sociais desviantes influenciou em seu apagamento na história e,

consequentemente, o fenômeno do esquecimento se manifestou enquanto instrumento componente de um dispositivo de controle social.

Compreende-se que a sexualidade e a própria construção social do sexo se configuram como dispositivos disciplinares e biopolíticos que se instauram enquanto técnicas políticas necessárias para o governo das massas, ajustando-as à dinâmica da produção e do consumo em ascensão na sociedade regida sob o sistema econômico capitalista, onde a vida "[...] só é útil porque é, ao mesmo tempo, sã e dócil, ou seja, medicalizada e disciplinarizada" (REVEL, 2006, p. 55-56). Revela-se, assim, a tentativa de dominar os sujeitos, tornando-os politicamente dóceis e economicamente produtivos, inscritos em uma dinâmica de poder que se arraiga em um conjunto de "dispositivos" que suscitam a percepção de discursos hegemônicos que regulam, instauram normas e produzem "verdades", prevalecendo e sendo perpetuados (FOUCAULT, 2000).

Diante disso, compreende-se que o segmento da população composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Pessoas em inconformidade com o gênero e praticantes de modalidades alternativas de sexualidades (LGBTQI) teve a construção de suas representações permeada por discursos consolidados não apenas por meio de sermões, leis e edificações. A tríade pecado-crime[82]-doença[83] aufere largo espaço sobre tudo o que fora

[82] Relações entre pessoas do mesmo sexo são consideradas crime em 73 países, segundo dados de 2016 da associação *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (ILGA). As punições variam de multas e prisão à pena de morte.

[83] Segundo a Resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia, "[...] a homossexualidade não constitui doença, distúrbio nem perversão [...] os

construído acerca das homossexualidades, que ao serem enquadradas no desvio da norma vigente acerca das sexualidades, foram hipererotizadas, tornando impossível uma dissociação do sujeito de sua prática erótica e, consequentemente, uma existência ou mesmo uma representação fora da orientação do desejo dos praticantes de modalidades alternativas de sexualidades que, por sua natureza, desviam da norma eleita, tendo como centro a prática, para além de outras características constitutivas do sujeito.

A "nomeação" ou ato de nomear se configura enquanto uma das questões centrais ao se tratar da relação entre linguagem e realidade, uma vez que, sem ela, a existência fica comprometida e fadada ao esquecimento e/ou, consequentemente, ao apagamento, enquanto vertente mais violenta do dispositivo de controle social. Ao se indagar sobre o porquê iniciar o debate acerca do poder de nomear adentrando ao domínio das sexualidades sobre o viés da identidade, chega-se ao ponto afirmado por Cunha Jr (2005, p. 256) em que "[...] nas sociedades de democracias liberais, o reconhecimento das identidades dos grupos sociais se constitui numa justificativa para o acesso aos direitos individuais e coletivos específicos". Diante disso, pode-se compreender que

---

psicólogos deverão contribuir com seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas. [...] (Eles) não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. [...] não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades e nem [...] se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica".

o nome é o alicerce para que a identidade surja, é ele quem diferencia as coisas e seres no mundo. Compreende-se, assim, que os corpos, tal como as identidades, são construídos a partir dos discursos, que se articulam ao redor dos nomes. Para Silva (2007, p. 76), "[...] identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística". Logo, um corpo discursivamente construído não pode ser desvinculado dos atos linguísticos que o nomeiam e constituem. Observa-se, assim, que identidade e diferença acontecem simultaneamente, sendo produtos de um mesmo processo, pois ao se identificar (nomear) algo, dar-se-á início ao processo de identificação. Tal processo é ancorado na negação, pois dizer que se é algo ou se identificar sob um nome significa negar e ocultar vários outros aspectos que não aparecem de imediato. Essa negação e o que está oculto no nome não estão explícitos no nome; o que aparece de forma explícita no nome é o predicativo ou complemento que o acompanha (MOREIRA, 2010). Compreende-se que "a articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momento de transformações históricas" (BHABHA, 1998, p. 21).

Diante disso, tem-se como objetivo identificar as autonomeações praticadas em aplicativos de interação afetivo-sexual, de forma a compreender a classificação do domínio das homosexualidades masculinas, modalidades alternativas de sexualidade e de desejo no Brasil. Tal classificação é desenvolvida não por especialistas, mas sim pelos próprios sujeitos (classificação natural), como um ato de autoempoderamento que influencia de forma direta nas representações sobre si mesmos. A partir dessa análise, que envolve representação em seu viés linguístico (a terminologia

empregada pela comunidade discursiva), mas também em seu sentido social (as identidades construídas a partir de tais termos), propõe-se uma análise das práticas de autonomeação e autoidentificação desses sujeitos através das informações que publicam em seus perfis nesses dispositivos tecnológicos de interação social.

2 REPRESENTAÇÕES, SEXUALIDADE, GÊNERO E O PODER DE NOMEAR

Em uma sociedade regida por uma divisão social marcadamente binária e oposicional, quem fala e de onde se fala são questões centrais que revelam os interesses por trás do que é falado. Como destaca Bourdieu (1996, p. 87), "[...] o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz"; isso evidencia que o sujeito da fala, na posição social por ele ocupada, fará com que seu discurso seja validado, preservado e disseminado. Moreira (2010, p. 2919) ressalta que, no ato de nomear, "[...] as posições sociais de quem nomeia e do que é nomeado devem ser obedecidas, e essas posições revelam quem tem poder e autoridade para nomear e quem, ou o que, está subordinado a esse poder".

Pode-se perceber que, assim como as identidades, o gênero e até a própria sexualidade são normatizados por meio de mecanismos e políticas de coerção do corpo, enquanto algo discursivamente construído, gerando, com isso, toda uma gama de sujeitos que fazem uso da "performance" como elemento de resistência ou mesmo de proteção contra as sanções impostas pela norma vigente. É fundamental ressaltar que a "performance" não ocorre sempre de maneira consciente; quando falamos de determinados conceitos, os dispositivos de coerção social e a biopolítica dos corpos e de produção deles são

tão dissolvidos na sociedade que acabam sendo internalizados pelos sujeitos sem que se perceba a extensão de sua ação sobre o seu corpo. Segundo a interpretação da obra de Butler por Salih (2012, p. 232):

> Na medida que a nomeação da 'menina' é transitiva, isto é, em ela inicia o processo pelo qual é imposto um certo 'tornar-se menina', o termo ou, mais precisamente, o seu poder simbólico, determina a formação de uma feminilidade corporalmente encenada que nunca preenche plenamente a norma. Essa é, entretanto, uma 'menina' que está obrigada a 'citar' a norma para se qualificar e se manter como um sujeito viável. A feminilidade não é, então, a consequência de uma escolha, mas a citação forçada de uma norma, cuja complexa historicidade é indissociável de relações de disciplina, regulação, punição.

Denizart (1997, p. 9) afirma que "[...] a sexualidade é 'uma fantasia passageira', a ser usufruída como bem a entendemos", mas tal discurso é compreendido sob a óptica social, que concebe que toda construção, seja de um sujeito ou de uma identidade, envolve certo grau de normatização, cujo efeito é a produção de excluídos (MISKOLCI, 2009). Cabe ressaltar que a intenção de criar corpos sexuados e neles inserir a dita "natural binaridade" (masculino e feminino), utiliza-se de todo um aparato composto por instituições e dispositivos de coerção, adestramento e controle, onde se ancora a gênese de uma realidade baseada na negação, consolidando estereótipos que certificam o padrão heteronormativo de masculinidade e/ou feminilidade (BADINTER, 1993).

No entanto, a sexualidade é o comportamento humano menos natural, pois sendo os percursos da sexualidade constituintes de formas de expressão, de prazer, de visibilidade e de relação social, estão recobertos de símbolos, rituais e valores que estruturam e dão coesão às práticas e instituições sociais (PRADO; MACHADO, 2008). Alicerçando-se sob esse discurso, pode-se observar o emergir de identidades de gênero, orientações sexuais e definições de gêneros binários e não-binários que compõem toda uma tessitura complexa e embrincada enquanto características do domínio das sexualidades humanas.

Essa ampla tipologia amplia as fronteiras do fenômeno e lança luz sobre as zonas de sombra da sociedade, fazendo-se perceber o aparato sociocultural do qual emergem atores que podem modificar a forma como as relações estabelecidas socialmente são representadas, visualizadas e compreendidas, para além da narrativa histórica eleita que apresenta preconceitos (ALLPORT, 1954) e antipatias (BERMAN, 1993), sendo guiada por proselitismos sociais e, com isso, contribuindo para a certificação de estereótipos.

Albuquerque Jr. (2010, p. 30), ao discorrer acerca do "discurso da estereotipia", é enfático quando afirma que tal discurso:

> [...] é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais

> são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo.

Assim, personagens como o "negão da piroca", a "*maricona*", a "*bombadeira*", a "madrinha", o policial ("*alibã*"), vivificam e dão contornos a existências marginais alicerçadas em estereótipos construídos sobre estigmas que limitam a existência desses corpos a um papel predefinido pela sociedade que os excluiu ou são criados a partir das margens nas quais os mesmos foram alocados. Esse fenômeno alarga a compreensão de Castle (1999, p. 201) ao firmar que:

> O travesti erotizou o mundo. Não só as pessoas se livraram de suas inibições como também podiam experimentar, hipoteticamente pelo menos, um novo corpo e seus prazeres. A troca de roupa era também uma troca de desejos. O resultado era uma fuga do 'natural' – de tudo o que fosse culturalmente preordenado – para novos domínios da desordem voluptuosa.

Gonçalves (2017, *online*) afirma acerca da função social dos corpos trans e travestis que, sob o aspecto hipererotizado, existem "[...] somente para servir a satisfação sexual 'clandestina' de homens e mulheres que as procuram na surdina e as rejeitam no convívio social", e de Trevisan (2000, p. 421-422) que considera que tais sujeitos "[...] acima de tudo, não passavam de exóticos objetos de consumo". Logo, percebe-se uma construção que negocia as fronteiras do desejo, onde ora são ampliadas auferindo não apenas lastro para o desenvolvimento da identidade para além da vasão do desejo, ora se tem um produto de consumo em uma economia de corpos criados com o único intuito de satisfazer o desejo

daqueles que os buscam e ao mesmo tempo negam sua existência.

O domínio das homossexualidades ainda faz emergir sujeitos como o cliente, o cafetão, a cafetina, entre outros que transitam e habitam campos geográficos e espaciais reais e simbólicos que se constroem e desfazem nas ruelas, esquinas e vãos da moralidade, constituindo o domínio das homossexualidades enquanto um domínio que coexiste com o mundo real, certificando uma existência condicionada, marcada pela violência e exclusão. Butler (2002) define tais sujeitos como corpos abjetos, aqueles cujas vidas são consideradas ilegítimas e, portanto, quase impossíveis de se materializar, destacando ainda que o corpo abjeto "[...] não se restringe de modo algum a sexo e a heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas" e "[...] cuja materialidade é entendida como não importante" (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161). Como destaca Britzman (1996, p. 74), cada grupo, comunidade ou mesmo sociedade vivencia um processo social em que o passado é reconstruído, e de forma distinta da história, uma vez que esta se pauta mais especificamente naquilo de que se tem registro, independentemente de sua vivência efetiva.

Para que se possa compreender a atuação do poder de nomear enquanto parte do dispositivo de controle social, faz-se necessário adentrar ao domínio dos estudos acerca da memória, que abrangem toda uma densa trama capaz de atravessar diversas áreas do conhecimento, dada a natureza etérea do objeto de estudo. Logo, ao imergir em tal domínio e compreender como o mesmo é constituído, entende-se que tal objeto atua de forma multifacetada e em campos distintos, configurando-se enquanto um complexo rizomático influenciado por variáveis que revelam um liame simbiótico,

guiado pelas relações de poder que vigoram na sociedade, segundo o período histórico, o contexto cultural, o espaço geográfico e os atores ou comunidades discursivas envolvidas.

Logo, sob a óptica dos sujeitos (pertencimento), Assmann (2011, p. 146) reitera que a memória cabe "[...] a portadores vivos com perspectivas parciais; a história, ao contrário, 'pertence a todos e a ninguém', é objetiva e, por isso mesmo, neutra em relação a identidade". Para Le Goff (2003, p. 13), a "matéria fundamental da história é o tempo", diferentemente da Memória que, segundo Ricoeur (2007), tem por objeto a lembrança, tendo a recordação como processo de busca dessa lembrança. É imprescindível compreender que em tal processo de busca o importante não é quem se lembra, mas sim o que é lembrado.

Diante de tal concepção, pode-se compreender a natureza político-ideológica do domínio da Memória, de onde emergem relações de poder envoltas em cenários que se interseccionam, hierarquizam-se em um movimento direcionado ao centro hegemônico, com o intuído de se tornarem a norma. Burke (1991, p. 297) discorre acerca de tal processo, onde:

> Frequentemente se diz que a história é escrita pelos vencedores. Seria possível dizer, de igual modo: a história é esquecida pelos vencedores. Eles podem permitir-se esquecer o que os vencidos, que não se conformam com os acontecimentos, veem-se condenados a ter em mente, a reviver e reconsiderar, sob a perspectiva do que poderia ter sido diferente.

Logo, ao suscitar a percepção de que existem discursos hegemônicos que regulam, normatizam, instauram normas e

produzem "verdades" e assim prevalecem e são perpetuados, Le Goff (2003, p. 426) reitera que:

> [...] tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Assim, Silva e Anhezini (2011, p. 652) inferem que "[...] tornar-se senhor da memória, seja ela própria ou alheia, é um ato político e que está diretamente ligado à formação e à conservação das identidades". Diante disso, Jelin (2002, p. 6, tradução nossa) conclui que:

> [...] é então um espaço de luta política, e não poucas vezes essa luta é concebida em termos da luta 'contra o esquecimento': recordar para não repetir. Os *slogans* podem nesse ponto ser um pouco complicados. A 'memória contra o esquecimento' ou 'contra o silêncio' esconde o que na realidade é uma oposição entre distintas memórias rivais (cada uma delas com seus próprios esquecimentos). É na verdade 'memória contra memória'.

Diante disso, compreende-se o esquecimento como a cessação da memória que se tinha, tratando-se de uma ação involuntária que significa deixar de conservar na memória alguma informação anteriormente adquirida. Entretanto,

voltando-se para a questão acerca dos silenciamentos, compreende-se diante do que fora exposto que os silenciamentos são dispositivos para a promoção do esquecimento. Sob as linhas de Foucault (2000, p. 144), dispositivo é conceituado como:

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.

Tal conceito fora traduzido para o campo da Ciência da Informação (CI) por González de Gómez (2003, p. 61), a respeito do qual afirma que tem como referência:

> O modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder.

Trazendo toda essa discussão para o universo da Organização do Conhecimento enquanto espaço mediador

entre um conhecimento produzido pela sociedade e a apropriação dele para que um novo conhecimento possa ser construído, tem-se o "poder de nomear" do indexador, enunciado por Olson (2002). Ao ser permeado por escolhas que refletem estruturas de valores, pode tanto compactuar quanto romper com o silêncio, este muitas vezes promovido em forma de "ocultação" ou de "esquecimento", que podem ser impostos a grupos sociais, comunidades discursivas e/ou sujeitos, que se distanciaram ou desviaram da norma vigente e, com isso, são alocados à margem da sociedade, revelando uma segregação por conta de seu "distanciamento" ou "desvio" do centro hegemônico.

Isso revela um processo eletivo – e, por decorrência, ideológico – em que um conceito ou um conjunto deles, ao ser alçado a uma posição de descritor, evidencia uma posição política, mesmo que não se tenha plena consciência disso. Espera-se, ainda, que tal representação venha a dialogar com as demais e a influenciar pessoas (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011; ARBOIT, 2014). Desse modo, a linguagem é um processo marcado por representações, tanto no sentido linguístico, como no sentido social. Linguístico porque o termo utilizado em um discurso é sempre representante de uma ideia, de um conceito. Social porque a escolha de qual termos utilizar está amparada em uma concepção que se tem ou que se pretende demarcar acerca da ideia representada.

Representar uma ideia é um meio de recriação da realidade através de um sistema de símbolos e ideias que ordenam a ação no mundo material e social, convencionalizando e categorizando objetos, pessoas e acontecimentos (MOSCOVICI, 2003). As representações classificam o mundo, codificam e nomeiam os fenômenos com os quais os sujeitos e grupos sociais se deparam no cotidiano –

inclusive a si próprios, constituindo representações sobre si. A perspectiva moscoviciana explica que as representações são estruturas dinâmicas que operam relações e comportamentos, construindo-se menos por influência da razão do que da memória e da convenção social.

As representações sociais conformam a realidade de um modo que se caracterizam como sistemas empíricos observáveis, revelando contradições da organização social em que os sujeitos estão inseridos, não sendo necessariamente consistentes, pois mesclam dominação e resistência (JARDIM, 1996). Assim, representações sociais são um campo de disputas, na medida em que sofrem constantes tensões entre diferentes sujeitos ou grupos sociais, que desejam perpetuar suas concepções de mundo.

A linguagem é aqui pensada enquanto elemento construtor de representações, tendo em vista o papel da comunicação na constituição de representações sociais, pois sua recepção e produção ocorre imersa em um ato comunicativo. Conforme Jovchelovitch (2004), a construção das representações se configura como uma mediação entre o sujeito e o objeto representado e o sujeito e o outro – ou seja, mais do que uma representação do objeto para si próprio, os sujeitos representam o objeto a partir de suas interações com outros indivíduos.

Desse modo, a análise de processos comunicativos e fenômenos linguísticos possibilita a compreensão sobre as representações que os sujeitos constroem sobre si mesmos e sobre o mundo, sempre tendo em vista que sobre elas incidem vontades e desejos, o que as faz estarem constantemente sob tensão. No domínio das homossexualidades e das relações de gênero, uma análise terminológica permite aprofundar conhecimentos sobre as relações de poder e dominação desse

âmbito, bem como os estereótipos e processos de exclusão que alguns sujeitos produzem ou reproduzem através dos termos que utilizam.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é classificado como qualitativo e de cunho documental, apoiado em pesquisa bibliográfica, sob a forma de cartografia. A mesma se constrói à medida que os afetos se manifestam, criando um território e, consequentemente, uma paisagem psicossocial cartografável (ROLNIK, 1989; GUATTARI; ROLNIK, 1996). Compreende-se que os objetos de análise carregam em si sua própria teoria e que, se teoria é cartografia, tentou-se compreender as estratégias de manifestação do desejo no campo social.

A compreensão do domínio das homossexualidades, como se pode observar, é ponto essencial para o entendimento do estudo aqui apresentado. Ao adentrar o domínio em questão, o pesquisador se depara com uma tessitura complexa e rebuscada construída sob a égide das relações de poder instauradas no âmbito social com o intuito da promoção da dominação dos corpos e, consequentemente, dos desejos dos sujeitos para além da manutenção da hegemonia de grupos dominantes.

Sob o recorte das masculinidades homossexuais e modalidades alternativas de sexualidade no Brasil, guiando-se sob o viés pós-estruturalista desconstrucionista, abordagem mais adequada segundo o viés dos autores para um intercurso margem-centro, por se tratar de construir e representar uma categoria social dominada. Essa categoria é constituída em termos negativos em função da transgressão à norma, devendo-se levar em consideração que sua representação envolve o

rompimento com as categorias de percepção que fundamentam a inferioridade (BOURDIEU, 2002). Ressalta-se que

> [...] o dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 2000, p. 246).

Logo,

> [...] desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de 'trabalho de terreno'. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal. (DELEUZE, 1996, p. 1).

Posto isso, compreende-se que o rompimento com os padrões estabelecidos pela norma permitiu que experiências vividas de forma tácita ou dissimulada ganhassem visibilidade a partir de sua enunciação pública e que se construíssem em signos de pertencimento a um grupo social, a uma identidade sob o viés desconstrutor do dispositivo de controle proposto por Deleuze (1996). O autor compreende a cartografia como um método para além de seus usos limitados dentro da Geografia,

onde a aloca como uma alternativa para "desemaranhar" as linhas que compõem um dispositivo, compreendido enquanto uma tessitura complexa e embrincada que fora construído e ressignificado no âmbito social sob camadas de construção histórica, como forma de permanência de forma funcional e subserviente na relação de poder/saber (FOUCAULT, 2013).

O *corpus* da pesquisa fora cartografado utilizando dois aplicativos *mobile* de interação social utilizados por homens que buscam se relacionar afetivo-sexualmente com outros homens, a saber: o *Scruff* e o *Grindr*. Os aplicativos não foram eleitos de forma aleatória, mas sim por representarem os maiores números de perfis em âmbito nacional, sendo o Brasil o segundo país em número de usuários ativos ainda no ano de 2013, com cerca de 5,5 milhões de usuários ativos no *Grindr*. Cabe ressaltar ainda que se optou por aplicativos que fossem direcionados ao público masculino, sendo um direcionado, mas não exclusivo, a um grupo especifico de usuários, no caso os *bears* (ursos) e seus admiradores e outro generalista para melhor vislumbrar as representações do universo LGBTQI.

Em um primeiro momento do tratamento dos dados, recorreu-se à técnica de Mineração de Textos por meio do *software Voyant Tools*, permitindo a visualização de correlações, coocorrências, fluxos e dispersão de temáticas textuais. As ferramentas utilizadas para este estudo foram a nuvem de *tags* e o gráfico de *links*, compreendendo o *corpus* de 1.732 palavras extraídas de 1.005 títulos de perfis de usuários do aplicativo *Scruff* e 2.241 palavras extraídas de 1.500 perfis de usuários do aplicativo *Grindr*. Nas nuvens de *tags* e nos gráficos de *links*, os termos mais recorrentes aparecem em destaque, enquanto que as cores são empregadas como mero acessório estético, sem representar categorizações específicas.

Em um segundo momento, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) para a identificação dos principais assuntos contemplados no *corpus*, alocando as categorias identificadas. Ressalta-se que as heterossexualidades foram incorporadas ao estudo, em função da própria construção social. Compreende-se que a diferença não atua isolada da norma, mas estabelece uma relação simbiótica onde uma não pode existir sem a outra, pois a posição de uma é certificada pela outra. Esta classificação e as bases teóricas que a sustentam são consistentes com anteriores estudos sobre representações de desejo *queer* em aplicativos e sites *online* (KEILTY, 2012a; 2012b; 2013), onde se indicava que a disciplina social entre os membros de determinadas subculturas sexuais contribui na construção destas classificações, refletindo, muitas vezes, a nomenclatura das temáticas, sujeitos e desejos nas subculturas em uma complexa relação com a cultura dominante.

4 A AUTONOMEAÇÃO EM APLICATIVOS DE RELAÇÃO AFETIVO-SEXUAL ENTRE HOMENS NO BRASIL

No âmbito das homossexualidades, os sujeitos são classificados segundo as definições de suas orientações sexuais, características físicas, práticas e construções históricas, entre outros. Pode-se perceber que as classificações emergem do contexto social como movimentos de resistência não apenas contra o que fora construído sobre e acerca das homossexualidades, mas ressignificando toda uma gama de aspectos em um movimento da margem em direção ao centro. Tal movimento insurge como forma de resposta aos movimentos contrários (centro-margem) que alocaram toda uma gama de sujeitos nas bermas da sociedade, construindo e

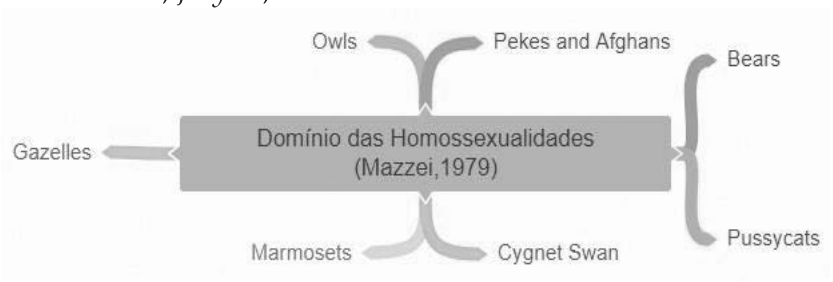
refinando hierarquias e distribuindo esses sujeitos em níveis diferenciados de abjeção. Pode-se perceber que, mesmo nas margens onde foram alocados os sujeitos, ainda se utilizam os padrões estabelecidos pela norma para diminuir o impacto da segregação sobre o seu corpo.

A exemplo do que fora falado, o movimento *Bear* tem suas origens em São Francisco da Califórnia, nos Estados Unidos, na década de 1970, juntamente com o movimento *gay* liderado por Harvey Milk (1930-1978), como forma de contestação à discriminação daqueles que não se enquadravam no padrão que orientava o que era marginal em uma norma heterossexual – a saber, aqueles que não apresentavam o modelo estético corporal "sarado-loiro-platinado" californiano dos anos 1970. Ou ainda, toda uma hierarquia simbólica que rege a estrutura comportamental de grande parte dos homossexuais masculinos que acreditam em afirmações como a de que ser passivo é ser inferior ou ser afeminado lhe diminui frente à sociedade, entre outros estigmas que rechaçam toda forma de construção que não siga os padrões estabelecidos pelas masculinidades tóxicas, arraigando-se no machismo estrutural que tem suas origens no patriarcado. Assim, compreende-se que toda política identitária é "anti-diversitária", uma vez que a identidade não apenas não comporta, mas sim segrega toda e qualquer singularidade. Logo, toda diferença é uma (des)identidade, uma vez que, ou o sujeito adota a moral da identidade ou a ética da diferença.

Diante disso, a segmentação no domínio das homossexualidades passa a ser percebida quando, na edição de 26 de julho de 1979 do *The Advocate*, George Mazzei publica o artigo intitulado *Who's Who at the Zoo?*, onde esboça uma classificação bem-humorada do universo LGBTQI, dividindo este em sete categorias a partir de características físicas e comportamentais dos sujeitos, aproximando-os de animais

(Figura 1). Foi a primeira vez que o termo "urso" fora cunhado para designar determinada parcela da comunidade LGBTQI.

Figura 1 – Classificação do Universo LGBTQI apresentada no *The Advocate*, *July 26*, *1979*.



Fonte: elaborado pelos autores (2018), a partir do *The Advocate, July 26, 1979*.

A classificação de Mazzei (1979) lança luz sobre o domínio das homossexualidades, que se apresenta como um cenário balizado por todo um construto social multifacetado, dissidente e fronteiriço complexo que atua não somente como forma de legitimação do outro, mas se constitui como forma de resistência para além das abordagens centradas nas "[...] formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro", alcançando "[...] suas extremidades, em suas ramificações, onde ele se torna capilar" (FOUCAULT, 2000, p. 182).

Tal classificação, em tempos hodiernos, apresenta desdobramentos que incluem as heterossexualidades para além das inúmeras formas de vivências que não se limitam às imposições da norma, uma vez que Rich (1993) e Butler (2002) afirmam que a heteronormatividade é uma "ordem compulsória" que exige dos sujeitos uma coerência total entre um sexo, um gênero e uma conduta/desejo/afeto, que são obrigatoriamente heterossexuais. Diante disso, se podem

vislumbrar fluxos de poder sob a forma de afirmação e de resistência em identidades que emergem enquanto dobras que "borram" as fronteiras entre o que fora estabelecido e o que ainda não se sedimentou de forma a gerar um conhecimento devido à ignorância dos sujeitos frente a este domínio.

Percebe-se a insurgência de termos como *GOy*[84], *highsexual*[85] e classes que sofreram deslizamento de sentido para melhor compreender o contexto social no qual os sujeitos estão inseridos, como dos Homens que fazem sexo com Homens (HsH). Esses três exemplos emergem no contexto das sexualidades enquanto práticas de desejo que não se identificam com as homossexualidades, mas sim com as heterossexualidades sob a forma de dobra delas, fazendo com que uma gama de sujeitos anteriormente negligenciados por borrarem as fronteiras entre as orientações sexuais sejam visualizados e tenham espaço.

Nesse estudo, pode-se vislumbrar que os termos utilizados por parte desses homens para se representarem nos aplicativos (Figura 2 e 3) sofrem deslizamentos de sentido, evidenciando que eles não desejam se representar como "*gays*" ou "homossexuais". Eles fogem desses rótulos através da maior visibilidade que dão às características físicas, às posições afetivo-sexuais, às orientações do desejo e características

---

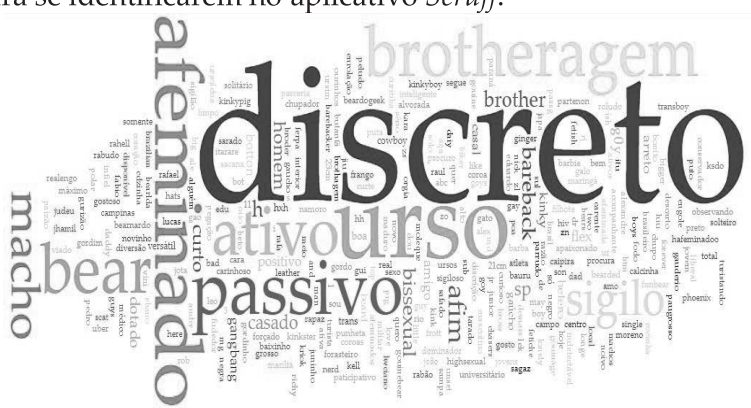
[84] *G0y* ou *GØy* é um neologismo criado para se referir a indivíduos do sexo masculino que alegam não se identificar com a homossexualidade e a bissexualidade, mas que também não se identificam com a identidade hétero normativa vigente, visto que mantém relacionamentos com pessoas do mesmo sexo. A designação de relações, nesse caso, não inclui intercurso anal, ou seja, não ocorre penetração.

[85] O termo *highsexual* está presente no *UrbanDictionary* (site que registra expressões e gírias em inglês) desde 2009. O termo é utilizado para designar homens que, ao fazer uso de drogas, desenvolvem o desejo homossexual momentâneo.

arraigadas em padrões heteronormativos, fazendo uso de marcadores sexuais para se desvencilhar de todos os estigmas que recaem sobre esses sujeitos.

A exemplo do que está sendo colocado, pode-se apontar o termo "*brotheragem*", onde o termo *brother*, comumente utilizado como adjetivo, sofre um deslizamento de sentido, transformando-se em uma prática, a "*brotheragem*", utilizada para representar o ato sexual pretendido como uma parceria entre dois homens (*brothers*), afastando-os de alguma concepção romântica ou afetiva que poderia estar relacionada a tal ato. Do *corpus* do estudo, emergem ainda os termos "discreto", "sigiloso", "homem" e "macho", evidenciando a vontade desses sujeitos de reforçarem suas masculinidades, distanciando-os dos estereótipos que eventualmente recaiam sobre a comunidade LGBTQI.

Figura 2 – Nuvem de *tags* com termos adotados pelos usuários para se identificarem no aplicativo *Scruff*.


brotheragem
discreto
afeminado
macho
urso
ativo
passivo
bear
sigilo
brother
barebacker
homem
casado
bissexual
afim
sp
dotado
curto
versátil
grosso
peludo
novinho
solteiro
observando
hafeminadoo
total
phoenix
calcinha
procura
calipira
adeira
bauru
dad
son
pai
amo
moreno
single
centro
campo
gosto
sagaz
universitário
highsexual
dominador
forasteiro
nerd
kell
participativo
rabão
barebacker
gangbang
bb
bareback
pegação
pegar
pegação
pegação
pegação

Outros termos como "Negão da Piroca", "Negro Dotado", "Mulato", "Moreno Dotado", dentre outros, trazem em seu simbolismo significados que vão além de características físicas e raciais, pois revelam ecos discursivos que atuam como marcadores sociais da diferença norteados sob o viés de raça que atravessa a construção histórica da própria sexualidade no país, onde o marcador raça é o operador das demais formas de diferenciação e desigualdade.

O negro no Brasil não foi apenas a mão de obra escravizada que serviu de lastro para a manutenção da economia escravagista. No âmbito das sexualidades, ocupando zonas de sombra que, apesar de reconhecidas, não auferem o espaço de direito e, em tempos hodiernos, ainda tem sua sexualidade regida por ecos discursivos que têm sua gênese no discurso da norma machista, heteronormativa e escravagista, que aloca o corpo negro na condição de não humano, esvaziando o sujeito de sua natureza e de todos os desejos, inserindo assim no "objeto" a fetichização e certificando a hipererotização do corpo negro em uma reconfiguração do binômio "servilismo" e "prazer". Carneiro (2005, p. 23) discorre que:

> O que poderia ser considerado histórias ou lembranças do período colonial permanecem vivos no imaginário social e adquirem novas roupagens e funções em uma ordem social supostamente democrática que mantém intactas as relações de gênero, segundo a cor e a raça instituídas no período escravista.

Percebe-se que o marcador de raça, neste caso, atua para além do viés anatômico embasado em conhecimentos não

científicos para engessar a posição do negro em função falocêntrica, logo ativa, masculina e de grande voracidade sexual, impossibilitando qualquer outra vivência do sujeito fora desse modelo preestabelecido.

Figura 3 – Nuvem de *tags* com termos adotados pelos usuários para se identificarem no aplicativo *Grindr*.



Fonte: elaborado pelos autores a partir do uso do *software Voyant Tools* (2019).

O que fora colocado sobre a nuvem de *tags* criada a partir dos perfis do *Scruff* (Figura 2) também fora observado na nuvem de *tags* dos termos coletados nos perfis do *Grindr* (Figura 3*)*, no entanto, termos regionais como "Frango", além de técnicas e práticas como o "*gouinage*", que se relaciona com a subclassificação dos *G0y*, auferem largo espaço e ganham visibilidade nas relações estabelecidas entre os termos e seus usos, como se pode visualizar nos Gráficos de *links* (Figura 4 e 5).

Figura 4 – Gráfico de *links* com termos adotados pelos usuários para se identificar no aplicativo *Scruff*.



Fonte: elaborado pelos autores a partir do uso do *software Voyant Tools* (2019).

Figura 5 – Gráfico de *links* com termos adotados pelos usuários para se identificar no aplicativo *Grindr*.



Fonte: elaborado pelos autores a partir do uso do *software Voyant Tools* (2019).

O que ficara oculto na nuvem de *tags* de ambos os aplicativos é evidenciado nos Gráficos de *links* criados a partir dos termos que compõem a corpora deste estudo, pois as relações estabelecidas entre os termos revelam não apenas uma proximidade das representações eleitas pelos usuários de ambos os aplicativos: ao visualizar os gráficos, pode-se perceber que alguns termos são comuns em ambos, tais como "discreto", "sigilo", "*bear*" (urso); no entanto, outros termos como "sem penetração" e "*gangbang*" emergem, indicando indícios de características dos padrões das práticas dos próprios usuários, de forma a diferenciá-los.

Logo, pode-se compreender que, apesar de serem aplicativos de interação afetivo-sexual, tendo este estudo utilizado amostra composta apenas por sujeitos do sexo masculino, existem características que extrapolam as fronteiras dos aplicativos, dando origem a uma representação dos sujeitos alocada em padrões de masculinidade. Também se podem perceber discursos e práticas que ganham contornos nas margens, uma vez que os padrões morais estabelecidos pela sociedade os rechaçam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao identificar termos utilizados para nomear, organizar e celebrar as identidades, as comunidades LGBTQI tomam para si o poder de nomear: não como intermediários de informação que se esforçam pela objetividade e neutralidade, mas como membros comprometidos de uma comunidade marginalizada, frente à construção histórica, que fora marcada pelos traços do patriarcado, balizando-se por preceitos do machismo e de uma construção binária de gênero que aloca a heteronormatividade como norma compulsória.

Na última década do século XX e na primeira década do século XXI, percebeu-se uma crescente libertação e autoafirmação auferida pelos ganhos no campo social e do direito pelos movimentos sociais que atuam em tal cenário. Compreende-se que os sujeitos representados nos perfis analisados exerceram o poder de se definir – "o poder de nomear" – e, ao fazê-lo, criaram um sistema metafórico de grande variedade, diversidade e refinamento linguístico, que atravessou as limitações de seu tempo e lugar específicos e, paradoxalmente, utilizou esse tempo e lugar específicos para criar um vocabulário e uma visão de mundo, que é exclusiva para si mesmos. Tais representações arraigam-se de forma verossimilhante, pois foram construídas por aqueles que vivenciam tal contexto e podem construir um refinado sistema de classificação orientado pelas vivências dos sujeitos que a vivenciam.

As discussões em torno da terminologia utilizada por um grupo social vão muito além da simples constatação dos termos e formas de nomeação e autonomeação desses indivíduos. Parte considerável dos termos empregados por esses homens evidencia o seu desejo de se distanciarem das representações que recaem sobre a população LGBTQI. Obviamente, não cabe a esse estudo uma crítica sobre essas escolhas, na medida em que a construção identitária de cada um é uma questão individual e cada sujeito deve ser respeitado na forma como se identifica, pois ninguém é obrigado a assumir uma identidade da qual não se sente pertencente. Entretanto, termos estão diretamente relacionados a símbolos e refletem práticas socioculturais, sendo empregados para representar um determinado fenômeno ou objeto sempre influenciados por intencionalidades. Assim, questiona-se se esses homens que, mesmo sendo praticantes de relações afetivo-sexuais com

outros homens, não se sentem pertencentes ao mundo LGBTQI, assumem uma postura de respeito e engajamento social pela luta dessa comunidade por igualdade de direitos ou simplesmente mantém-se indiferentes às demandas dessa população, buscando afastar-se dela – ou então rechaçá-la.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ALLPORT, Gordon. **The nature of prejudice**. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.

ARBOIT, Aline Elis. Epistemologia da documentação: provocações necessárias. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 382-388, 2014.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições70, 2011.

BERMAN, Sanford. **Prejudice and antipathies**: a tract on the LC subject heads concerning people. Jefferson: McFarland & Company Inc. Publishers, 1993.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

BURKE, Peter. Geschichte als soziales gedächtnis. *In*: ASSMANN, Aleida; HARTH, Dietrich (Org.). **Mnemosyne, formen und funktionen kultureller erinnerung**. Frankfurt: Fischer Wissenschaft, 1991.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importam**: sobre os limites materiais e discursivos do sexo. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Ennegrecer al feminismo: la situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género. **Nouvelles Questions Féministes**, Lausanne, v. 24, n. 2, p. 21-26, 2005.

CASTLE, Terry. A cultura do travesti: sexualidade e baile de máscaras na Inglaterra do século XVIII. In: ROSSEUAU, George Sebastian; et al. (Org.). **Submundos do sexo no iluminismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CUNHA JR, Henrique. Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descente na cultura brasileira. *In*: ROMÃO, Jeruse. **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. p. 249-273.

DELEUZE, Gilles. O que é dispositivo? *In*: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Passagens, 1996.

DENIZART, Hugo. **Engenharia erótica**: travestismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a história da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

GONÇALVES, Renato. A marquesa de Sade. **Revista Bravo!** 19 out. 2017. Disponível em: https://medium.com/revista-bravo/a-marquesa-de-sade-1800f481d7cb. Acesso em: 10 maio 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 60-77, 2003.

JARDIM, José Maria. Informação e representações sociais. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 15-30, jan./abr. 1996.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. España/Argentina: Siglo XXI, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

KEILTY, Patrick. Sexual boundaries and subcultural discipline. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 6, p. 417-431, 2012a.

KEILTY, Patrick. Super tagging in the development of sexual nomenclature and social organization online. **Advances in Classification Research Online**, v. 23, n. 1, p. 17-20, 2013.

KEILTY, Patrick. Tagging and sexual boundaries. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 5, p. 320-324, 2012b.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MAZZEI, George. Who's Who at the Zoo? **The Advocate**, 26 jul. 1979.

MISKOLCI, Richard. O armário ampliado: notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190, 2009.

MOREIRA, Thami Amarílis Straiotto. O ato de nomear: da construção de categorias de gênero até a abjeção. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 14., Rio de Janeiro, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011. p. 2914-2926.

MOSCOVICI, Serge. **As representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits or subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989.

POLLAK, Michael. **Os homossexuais e a AIDS**: sociologia de uma epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

REVEL, Judith. Nas origens do biopolítico: de vigiar e punir ao pensamento da atualidade. *In*: GONDRA, José Gonçalves; KOHAN, Walter Omar (Org.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 51-62.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *In*: GELPI, Barbara Charlesworth; GELPI, Albert (Ed.). **Adrienne Rich's poetryand prose**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 73-102.

SILVA, Zélia Lopes da; ANHEZINI, Karina. **A escrita histórica e suas múltiplas faces**. Assis: FCL - Assis UNESP - Publicações, 2011.

TREVISAN, João Silvério. Travestis tipo exportação. *In*: **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000. p. 417-425.

DESINFORMAÇÃO EM IDENTIDADE DE GÊNERO: ANÁLISE DE CONTEÚDO NO *TWITTER*

Gabriel Teixeira

1 PONTO DE PARTIDA PARA INQUIETAÇÃO

A sociedade contemporânea tem passado pelo processo de midiatização, seja nas fontes de informação, seja na forma como estas são disseminadas. O contexto midiático, para Gomes (2016), preocupa-se com o avanço das tecnologias frente à mudança nos meios de comunicação e mudanças socioculturais. A midiatização pode implicar no fluxo e na disseminação de expressiva quantidade de conteúdo disponibilizado nas redes sociais digitais (LÉVY, 2000), por consequência de dois movimentos observados como simultâneos e dialéticos, são eles: inter-relação e interconexão, mediante o uso dos meios de comunicação digitais; configuração de novo ambiente de interações sociais integrante da contemporaneidade (GOMES, 2016).

A desinformação gerada pela midiatização da informação, isto é, velocidade de acesso somada aos recursos de compartilhamento de conteúdos disponibilizados em redes digitais, e o impacto que promovem ao seu direcionado grupo discursivo, o de gênero, que representa sujeitos de uma sociedade pós-identitária (será abordado mais a frente), é das preocupações centrais deste plano de estudo. Com a definição da problemática, pode-se lançar algumas indagações, apresentadas a seguir.

Uma questão primordial seria: qual o impacto que a desinformação, mediante a veiculação de notícias falsas ou imprecisas, por meio de mídias sociais digitais de grande alcance, causa na discussão sobre identidade de gênero na sociedade contemporânea? Outra questão seria: qual o teor (conteúdo) presente na construção do discurso sobre identidade de gênero presente nas informações produzidas e veiculadas nas mídias sociais digitais e quais seus produtores?

Desse modo, percebe-se que a sociedade contemporânea é permeada pelo espectro da desinformação, aspecto que ronda os indivíduos imersos nas redes (mídias sociais digitais) e se indaga como isso pode representar uma ameaça a discussões sociais, como a de gênero, que historicamente são submetidas à prova do conservadorismo e da má interpretação e, em virtude disso, a não aceitação, o preconceito, o ódio. O risco está em impedir que tal temática seja amplamente debatida e (re)conhecida pela sociedade e, assim, evitar que haja atrasos e retrocessos em seu desenvolvimento, tirando-a da obscuridade e da marginalização imposta por determinados setores organizados da sociedade.

Pelo prisma informacional, o campo da desinformação levanta sérias questões a respeito da veracidade, confiabilidade, imparcialidade e credibilidade de conteúdos e suas respectivas plataformas de vinculação (seja qual for o tipo da mídia), em aspecto teórico, e meios estratégicos para a identificação, classificação, análise e, posteriormente, combate aos conteúdos que ofereçam possível teor enganoso, em aspecto prático.

Assim, o objeto desse estudo está em traçar uma análise de conteúdo em um recorte de conteúdos extraídos de perfis com temáticas contrárias à identidade de gênero, selecionadas na mídia social digital *Twitter*, possível responsável por produzir e disseminar tais informações, e avaliar seu nível de

desinformação e o quanto podem impactar nas atuais discussões sobre identidade de gênero.

Como objetivos específicos, pretende-se: (a) debater a questão de identidade de gênero à luz de estudiosas(os) no campo, entre eles Judith Butler, Sara Salih e Guacira Lopes Louro; (b) relacionar a discussão de gênero com as práticas informacionais contidas nos aspectos práticos das mídias sociais digitais; (c) selecionar páginas e estabelecer um recorte de tempo para coleta do conteúdo a ser analisado; (b) tecer análise de conteúdo, com base nos dados anteriormente extraídos; (e) apresentar os possíveis impactos que tais conteúdos causam para discussão da temática sobre identidade de gênero na sociedade, tanto de forma favorável, quanto de forma não favorável.

2 NEM TUDO QUE ESTÁ NA INTERNET É VERDADE

Não é incomum ouvir a expressão "se 'tá' na internet é verdade". Tal frase costuma ser amplamente utilizada de forma irônica entre os usuários de mídias digitais em seus *posts* ou em suas falas. Contudo, vale uma reflexão. A expressão aparentemente utilizada de modo descontraído e como figura de linguagem irônica, pode tomar proporções sérias se observarmos com outros óculos, o do lado mal-intencionado da rede. Pode-se afirmar que para muitos, nos últimos tempos, muita informação, mesmo que falsa, circulando na rede é considerada verdade. Portanto, é preciso discorrer sobre redes, práticas, competência em mídias e em informação para dar sentido a essa reflexão.

Como um dos fatores determinantes nesse cenário de midiatização, já citado, é a lógica das redes pontuada por Castells (1999; 2003), em que estas se constituem pela

complexidade de interações e de modelos imprevisíveis resultantes destas, além do quadro de estratégias e escolhas realizadas pelos indivíduos enquanto atores sociais nesse contexto. Entende-se por atores sociais os indivíduos que estabelecem relações de conexões em sociedade (PORTUGAL, 2007). Pode-se associar os conceitos supracitados à definição de autocomunicação de massa que, nas palavras de Castells (2009, p. 88), consiste em uma forma "[...] de comunicação interativa caracterizada pela capacidade de enviar mensagens de muitos para muitos, em tempo real e em momento concreto [...]".

No entanto, infere-se que o acesso midiático às redes sociais digitais e, consequentemente, a uma variedade de conteúdos pode possibilitar que o indivíduo, este pouco crítico em informação, esteja em contato com assuntos produzidos e vinculados de forma equivocada ou até mesmo falsa. Assim, para Moeller *et al.* (2011), no documento oficial da Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) intitulado *Towards Media and Information Literacy Indicators,* que trata sobre a iniciativa *Media and Information Literacy* (MIL), é completamente necessário viabilizar a todos os indivíduos meios que lhe confiram conhecimento, habilidades e atitudes a fim de que tenham maior competência tanto na vida cotidiana quanto na mídia e na informação. Olinto, Sugahara e Bernuci (2018) fazem coro ao documento da UNESCO ao pontuar que a iniciativa promove uso consciente (crítico) da informação, além de ser medida importante para o uso e o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na sociedade contemporânea. Isso faz ponte para a preocupação com a competência crítica em informação, pois se abre novo patamar para questões ligadas às formas de aprendizado, em que o indivíduo se torna protagonista do processo em busca de sua autonomia ao considerar a atualidade

política em que se insere e não apenas pelas técnicas alternativas impostas (ELMBORG, 2006).

É interessante ressaltar o pensamento do teórico brasileiro Paulo Freire que, segundo Bezerra, Schneider e Brisola (2017), impulsionou a discussão da teoria a respeito da competência crítica a diversos autores, entre eles o citado Elmborg. Segundo Freire (1967), é essencial concentrar esforços na educação das massas que venha a perpassar o modelo educacional alienante em voga, até que se alcance um modelo prático para libertação do indivíduo.

Contudo, a midiatização das redes sociais digitais pode gerar desinformação e resultar na propagação de discursos equivocados, muitos destes carregados de teor de ódio. Entende-se a desinformação pela perspectiva de Fallis (2015), no sentido de informações enganosas/equivocadas. Apresentam-se dois níveis para esse conceito: o de *disinformation* e o de *misinformation*; no primeiro caso, observa-se a produção intencional e arbitrária de informação falsa para impactar de forma não positiva um indivíduo ou grupo; no segundo, vê-se a disseminação da informação falsa, porém de forma inconsciente pelos indivíduos que não identificaram o teor prejudicial do conteúdo (FALLIS, 2015).

A Prática Informacional pode ser entendida por dois fatores essenciais: comportamento informacional e comunidades de prática, conforme coloca Savolainen (2007) que alerta, com base em Talja (2005), para uma abordagem social onde se deve considerar o ambiente e o contexto. Na perspectiva de Tuominen, Talja e Savolainen (2005), o conceito de Prática Informacional se baseia nas atividades de busca e uso da informação no contexto comportamental e, dessa forma, abarcam questões sociais de determinados grupos ao invés de lacunas individuais. Para Savolainen (2007, p. 120), "Todas a

práticas humanas são sociais e originam-se de interações entre os membros de comunidade". Em síntese, a Prática Informacional reflete o comportamento de um grupo ante determinada lacuna informacional e sua ação para buscar supri-la (SAVOLAINEN, 2007).

No que se refere a estudos de Prática Informacional, foi identificado que a Competência em Informação (CoInfo) é uma das práticas estudades no âmbito da CI. Pode-se entender a CoInfo pelas bases da *Information literacy* conforme visto nas definições de Dudziak (2003; 2010) e Gasque (2013). A primeira aponta que o processo de CoInfo acontece quando há "[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional [...], de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida" (DUDZIAK, 2003, p. 28). Para Dudziak (2010, p. 8), ser competente em informação é estar integrado com uma variedade de mídias/suportes informacionais (revistas, televisão, internet, etc.), além de ter ciência do modo de acessar redes formais e informais de informação e como se comportar diante destas. Gasque (2013, p. 5-6) conceitua a CoInfo como:

> [...] capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação. Ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos.

Em síntese, a CoInfo reúne uma série de noções informacionais com o intuito de proporcionar aos indivíduos maior autonomia em relação aos recursos de busca e recuperação da informação, em variados suportes, de modo a ampliarem as reflexões acerca da informação e o aprendizado na vida cotidiana.

Portanto, a expressão que abre essa seção é passível de detalhamento. Nem tudo que está na internet é verdade. Existem informações que cumprem com a função de transmitir algo; porém, existem informações que contribuem para destruição e marginalização desses grupos na sociedade em que se vive hoje.

3 O CONCEITO ADEQUADO É IDENTIDADE DE GÊNERO

Ao realizar uma simples busca com o termo "identidade de gênero" em buscadores como o *Google*, é possível recuperar reportagens, artigos e vários documentos sobre a temática. Se realizar a mesma busca com termo "ideologia de gênero" o resultado é outro, em que é possível que o material recuperado divulgue a fala de personagens públicos atacando de modo odioso e até criminoso a tal da "ideologia de gênero", e consequentemente o grupo de gênero. Vê-se isso ou coisa pior. Assim, considera-se que o termo que de fato tem um conceito que se conecte com a realidade dos fatos é o de **identidade de gênero**. Cabe ressaltar que, nessa perspectiva, as questões relacionadas à discussão de gênero na atual sociedade contemporânea, absorta no processo de midiatização, sofrem grande risco de impacto desfavoráveis dado o caráter ofensivo dos conteúdos falsos que circulam na rede.

Gênero pode ser entendido pelo debate da filósofa considerada pós-estruturalista (SALIH, 2017), Judith Butler, que possui ampla repercussão nas teorias de identidade de gênero e *queer*. O pós-estruturalismo pode ser entendido como uma filosofia desconstrutivista, que questiona as bases metafísicas ocidentais ao confrontar e se opor a questões binárias na sociedade (SALIH, 2017).

Para Butler (1986, 1990), gênero é um processo em construção que não possui um fim definido e, dessa forma, refere-se a algo que o sujeito **faz** muito mais do que ele o **é**, e constitui-se como não natural ao partir da premissa de que se trata de uma escolha na qual se interpreta as formas existentes de gênero e se adota a maneira do sujeito. Na visão butleriana, gênero também pode ser entendido como uma sucessão de atos/ações do sujeito ao viver em sociedade, pois definitivamente não há como desassociar o sujeito da sociedade (SALIH, 2017).

A expressão *queer*, nas palavras de Louro (2016. p. 39), pode ser entendida como algo "[...] estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário". Porém, historicamente, tal expressão é empregada de modo a insultar indivíduos que rompem com a heteronormatividade (LOURO, 2016), invocado repetitivamente ao longo de épocas, até se tornar forte ao ponto de conferir àqueles aos quais se destinava um patamar desprezível na esfera social (BUTLER, 1990; LOURO, 2016). Pós-identidade consiste em uma política de crítica e oposição à binariedade observada no comportamento heterossexual/homossexual, que ocupa o centro das práticas sociais e tende a normatizar a relações entre os sujeitos (LOURO, 2016).

4 METODOLOGIA

Adota-se como procedimento metodológico pesquisa aplicada, de natureza exploratória e abordagem qualitativa. A técnica para coleta e análise de dados é a análise de conteúdo. A análise de conteúdo, segundo Bauer e Gaskell (2008, p. 191), constitui "[...] técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada", assim como para Holsti (1969, p. 14), ao conceituar esse método como "[...] técnica para fazer inferências através da identificação objetiva e sistemática de características específicas de mensagens".

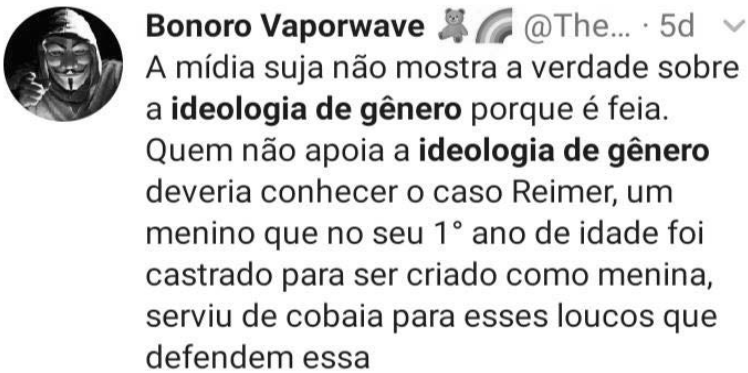
O estudo seguiu os seguintes passos para coleta dos dados no *Twitter*. Mas, antes é importante discorrer brevemente sobre essa mídia social digital específica, que segundo Santana e Teixeira (2017):

> Fundado em 2006, o Twitter é uma rede social no formato microblogging, nele os usuários podem compartilhar informações, desde que o conteúdo de cada postagem não ultrapasse 140 caracteres. O site se destacou entre os usuários de redes sociais por seu formato diferente do usual, a possibilidade de se conectar com perfis ligados aos interesses dos usuários e a objetividade com que os assuntos são tratados. Com a criação das hashtags, o Twitter inovou na maneira que usuários de redes sociais poderiam recuperar informações armazenadas na rede.

O primeiro passo foi acessar o *Twitter* por meio do perfil do autor; este perfil possui cadastro desde 2009; porém, estava

com suas interações reduzidas por um período de cerca de 4 meses, entre março e julho de 2019. O segundo passo foi entrar na ferramenta e explorar e realizar a busca pelo termo identidade de gênero, sem aspas ou qualquer tipo de indexador. A intenção era apenas recuperar *tweets* que mencionam o termo na mensagem. Nesse passo, foram considerados os *tweets* classificados como destaques pelo próprio *Twitter*. Os destaques levam em conta o alcance do *tweet* nos *feeds* (visualização, clique e interação) e o tempo (TWITTER, 2019). Desse modo, foram recuperados 35 *tweets* entre os meses de junho e julho de 2019. O passo seguinte, ainda antes de analisar os dados, foi a tentativa de utilizar a *hashtag* **#IdeologiaDeGenero** a qual recuperou poucos resultados relevantes, a maioria em espanhol. Contudo, ao utilizar a hashtag **#IdeologiaDeGeneroNao** foram recuperados 16 *tweets* na categoria destaques, em que o mais antigo data de 31 de dezembro de 2018. Finalmente, a análise de conteúdo realizada considerou o *corpus* (BAUER; GASKELL, 2008) presente no *tweet* em confronto com os conceitos fundamentados da seção 3 sobre identidade de gênero deste estudo para verificar a repetição/incidência de argumentos contidos nestes. O exemplo a seguir ilustra a forma como foi feita a análise (Figura 1).

Figura 1 – *Tweet* extraído na coleta de dados no *Twitter* em 2019.

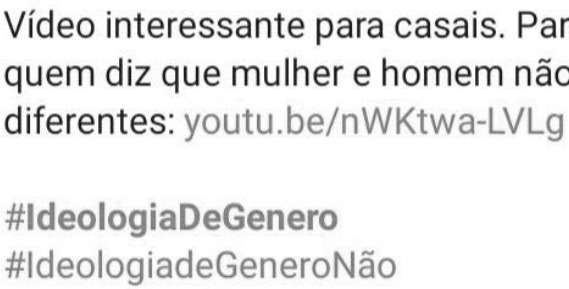


Fonte: reprodução *Twitter* (2019).

No *tweet* acima é possível perceber desde o avatar (foto de perfil) e o nome (Bonoro Vaporwave) que a mensagem parte de um grupo de extrema direita completamente avesso a pautas identitárias, além do tom de deboche, isso pela foto com máscara e os *emojis* que complementam o nome que fazem alusão ao estilo Vaporwave. O estilo Vaporwave, oriundo da música eletrônica oitentista foi popularizado pela busca do original, em que os álbuns musicais eram assinados por pseudônimos e aderido por militantes de esquerda (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Importante elucidar que o álbum que colocou o estilo em evidência foi o *Floral Shoppe* assinado por Macintosh Plus, conhecida como Vektroid ou Ramona Xavier, mulher trans, DJ e designer gráfica estadunidense (IHATFLASH, 2018). No entanto, este estilo está sendo cooptado e apropriado por militantes de extrema direita (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Outros aspectos estão de fato presentes no *corpus* da mensagem que não define exatamente o que é a ideologia de gênero. Associam ao termo a narrativa de uma violência gigantesca e psicótica, o caso de David Reimer,

no Canadá na década de 1960, na tentativa de qualificar como conceito de ideologia de gênero, em detrimento ao de identidade de gênero. Embora de modo algum reflita a realidade. Outro *tweet* que serve de exemplo para ilustrar a análise de conteúdo (Figura 2).

Figura 2 – *Tweet* extraído na coleta de dados no *Twitter* em 2019.



Fonte: reprodução *Twitter* (2019).

Neste *corpus*, confronta-se a contraposição do perfil a um dos conceitos fundamentais em identidade de gênero. Na mensagem se lê "Para quem diz que mulher e homem não são diferentes", que por sua vez na teoria postulada por Judith Butler, gênero seria algo construído histórica e socialmente independentemente do sexo biológico (BUTLER, 1990). No caso da mensagem, é veiculado um vídeo em que o conceito é atacado por um líder religioso, que justifica gênero única e exclusivamente por sua origem biológica.

Na próxima seção serão discutidos os resultados das análises feitas no material coletado que somaram um total de 51 *tweets*.

5 O LADO DE LÁ DA REDE

O exercício de furar a bolha e sair do aparente conforto que é estar relativamente seguro numa rede de interações é sem dúvida dilacerador em vários aspectos. O lado de lá, expressão adotada durante a série de debates políticos do ano 2018 e perfeitamente pertinente, é repleto de atravessamentos, conforme apontam os resultados deste estudo. A seguir, seguem os aspectos percebidos nos *tweets* analisados organizados por: elementos, conteúdo, *hashtags* e alcance. Tal organização se faz importante para melhor estruturar o texto quanto à sua leitura e compreensão.

Com base nos elementos, é interessante mencionar que na maioria dos *tweets* analisados, percebeu-se a presença de elementos tais como avatares falsos (fotos com máscaras e escudos), *emojis* (figurinhas/ilustrações), fotos de manifestações de extrema direita e vídeos. A maioria dos *emojis* representam a bandeira do Brasil, em número excessivo, em seguida da bandeira dos Estados Unidos e da bandeira do Estado de Israel. As duas nações e suas políticas externas, mesmo com vários aspectos impopulares, são amplamente apoiadas pelos perfis que compõem o grupo pró-governo. Os nomes de alguns perfis também são importantes e cabe destacar: Realitysan, #DeportaGreenwald, B17 Shop, Cristianismopolitico, Política, Karen Agenda 17 da CIA, Opiniões Direitas, Capitão Voltou, Bonoro Vaporwave, ThiaDoZap#DireitaSegueDireita, Robô do Bolsonaro, Ação Orleanista. Esses elementos corroboram com a análise de conteúdo, pois identificam e caracterizam o grupo as quais fazem parte.

Antes de apresentar os resultados dos conteúdos dos *tweets*, é necessário salientar que a fundamentação teórica utilizada para confrontar com *corpus* extraídos dos *tweets*,

encontra-se na terceira seção deste estudo, em que se discorreu sobre o conceito de identidade de gênero à luz de Judith Butler (1986, 1990), Sara Salih (2017) e Guacira Lopes Lobo (2016). Também é necessário pontuar inicialmente que os tópicos a seguir variam de assuntos extremamente graves e ofensivos até questões mesquinhas e estapafúrdias.

Os fragmentos mais recorrentes nos *tweets* analisados qualificaram o termo ideologia de gênero como um conceito para prática abominável de violência infantil. Os *tweets* majoritariamente depositam a culpa no brutal assassinato do menino Rhuan na ideologia de gênero. Assim, o termo ideologia de gênero passa a estar associado a tais práticas violentas e, dessa forma, constituir o seu conceito. O que contribui para ampliar o desconhecimento sobre as pautas identitárias e, consequentemente, a concepção errada da mesma sob o termo ideologia. Nesse mesmo ínterim, percebe-se que o discurso de ódio contra lésbicas especificamente, ganha força dado que era orientação sexual da mãe e madrasta do menino Rhuan. A agenda de ódio vendida pelo conceito errôneo de ideologia de gênero, evidentemente tenta generalizar a situação ao buscar equiparar a situação, na qual as lésbicas de modo geral seriam uma ameaça às crianças. Ainda nesse tópico de análise, há comparações a respeito da suposta falta de destaque pela mídia para o caso do menino Rhuan com o assassinato de Marielle Franco. Segundo os *tweets*, o assassinato da vereadora, que até hoje não teve resposta, teve maior cobertura. Novamente, qualificam a ideologia de gênero culpada, também, por esse motivo. Para a maioria das mensagens que se extraiu o conteúdo, a ideologia de gênero mata.

Boa parte dos fragmentos vociferam que a ideologia de gênero é uma ameaça para os papéis de gênero convencionais e celebram a afirmação da Ministra de Mulheres, Família e

Direitos Humanos, Damares Alves, em que meninos vestem azul e meninas vestem rosa. Os *tweets* fazem referência à frase para enfaticamente colocaram a razão biológica como grande verdade nesse sentido. Assim, qualificaram à ideologia de gênero outro conceito como estando avessa ao sexo biológico na determinação dos papéis de gênero na sociedade. Nesse mesmo tópico, as mensagens são categóricas ao afirmarem que não existe um x que definia sexo, isso porque, tem-se usado o x em diversas ocasiões para dar visibilidade a grupos de gênero que não se identificam com o artigo a ou o. Porém, para os autores dos *tweets* o que define gênero seria o órgão genital, ou seja, a biologia. Os perfis pedem o fim da ideologia que prega que não existe sexo e deixam claro que existem grandes diferenças entre mulheres e homens. Percebe-se confusão e controvérsia nos *tweets* desse tópico, pois a teoria da seção 3 coloca apenas que gênero é parte de uma construção social e que o sexo não definiria sumariamente o ser e faz isso sem generalizar, além de tirar a discussão de um binarismo que limita o autoconhecimento do ser e sua composição.

Foram observados *tweets* em que há uma desqualificação do conceito de identidade gênero, que acaba por qualificar e atribuir (mais um) conceito à ideologia de gênero. Percebe-se que nesses *tweets* há equivocada interpretação referente ao ser socialmente construído e o rompimento com a heteronormatividade. Segundo os perfis e o que se interpreta como conceito de ideologia de gênero, o indivíduo pode ser o que ele quiser ser, por exemplo, se o indivíduo quisesse "virar" uma planta, pela ideologia de gênero ele poderia. Isso contribui para trazer uma noção rasa do que dizem as teorias identitárias e, além de difundir essa noção errônea no senso comum do conservadorismo, potencializam o desconhecimento a respeito dessa questão. Importante mencionar que os perfis que

vinculam esse tipo de comparação compartilham o mesmo estereótipo, homens, de classe média, brancos, héteros e cristãos.

Boa parte dos *tweets* tendem a desqualificar e fortalecer a descrença na mídia jornalística nesse sentido específico, e aponta esta como uma das principais vilãs para ascendência da ideologia de gênero. Nos fragmentos observados a "extrema imprensa", assim denominada, possui papel fundamental na influência ao "gayzismo" e ao enaltecimento dessa "nefasta" ideologia de gênero. Segundo os perfis, os "lacradores", adjetivo pejorativo cunhado para definir perfis que confrontam as ideias conservadoras, não se manifestam quando a mídia não noticia algo por eles considerado relevante. O caso mais recente, foram as declarações do presidente da república sobre o trabalho infantil, amplamente defendido pelos *tweets* observados. Para eles, os "gayzistas" acham comum ensinar ideologia de gênero nas escolas para crianças, mas o valor do trabalho não. Percebe-se aí um gravíssimo problema de noção da realidade material e de desigualdade social, em que para um grande grupo hegemônico na sociedade, é melhor que crianças sejam escravizadas (crianças de outro recorte social) do que aprendam desde cedo o termo e o conceito corretos: identidade de gênero.

Entre os *tweets* ainda é possível verificar campanha contra direitos dos grupos de gênero. O uso do nome social, por exemplo, não é respeitado e, pelo contrário, reprimido por perfis que se identificaram na mensagem como professores. A aposentadoria para mulheres trans também é questionada, pois pela qualificação do termo da ideologia com o conceito biológico, os perfis enfatizam que não são mulheres e, portanto, não merecem a aposentadoria. Assim como, o perfil de um político de extrema direita, com o *tweet* favoritado milhares de

vezes, qualifica ideologia de gênero como pseudociência segundo o (péssimo) exemplo da universidade da Hungria. Notícias falsas sobre o ex-candidato à presidência, Fernando Haddad, como um dos precursores e disseminadores da ideologia de gênero para as crianças brasileiras, também compõem os *tweets* analisados, isso decorrido mais de oito meses do processo eleitoral. Há a divulgação de palestras, realizadas por pastores, com a intenção de discutir os malefícios da teoria de gênero. Os *tweets* também apontam que os defensores, e consequentemente destruidores, da tradicional família brasileira são os comunistas e suas pautas abortivas e a ideologia de gênero, além de ridicularizarem as figuras performáticas das Drag Queens. Percebe-se uma quantidade de conteúdos produzidos sem a menor fundamentação para desqualificar e ampliar o desconhecimento sobre o conceito de identidade de gênero

Referente às buscas realizadas com a *hashtag* **#IdeologiaDeGeneroNao**, foi possível observar grande quantidade de outras *hashtags* no mesmo *tweets*, até mesmo *tweets* apenas com *hashtags*. O teor das *hashtags* confirma a característica conservadora e reacionária que é o estandarte majoritário deste grupo. As *hashtags* além de manifestarem pautas impopulares dão apoio e incentivam ao governo vigente. Interessante pontuar que as *hashtags* do período das eleições de 2018 ainda estão sendo replicadas em *tweets*, o que se faz possível presumir a utilização de bots em disparos de mensagens. No entanto, não é possível afirmar que há uma *hashtag* comum utilizada como indexador para o termo ideologia de gênero a não ser a supracitada. O grande volume de *tweets* que citam o termo utilizam *hashtags* não relacionadas ou não as utilizam.

Com relação ao alcance é preciso elucidar que boa parte dos *tweets* coletados na mídia não apresentem grande número de *retweets* e favoritos (*like*). Contudo, outra parte bem satisfatória, infere-se ter um alcance bem expressivo por terem ultrapassado mais de 14,5 mil favoritos e 3 mil *retweets*. Pela medição estatística de alcance de um *tweet* que considera o engajamento, isto é, visualização, clique, interação e tempo, o *tweet* pode ter sido replicado para milhares de *feeds*, quem não necessariamente tenho *retweetado* ou favoritado. Prova disso é um vídeo vinculado por um "líder" religioso, que teve 14,5 mil favoritadas, mas que alcançou mais de 4 milhões de visualizações no *Twitter*.

Esse conjunto de resultados refletem pontos, ideias, pautas e reivindicações absurdas, sérias e graves, de um lado da rede que seleciona aquilo que quer ver e naquilo que quer acreditar e tomar como verdade absoluta. São argumentos sem base teórica consistente, comunicadas com muita agressividade e gritaria. Na próxima seção serão tecidas considerações para esse tipo de (des)informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em tudo que fora visto na seção anterior, pode-se afirmar que as informações produzidas, vinculadas (postadas), disseminadas e retuitadas por indivíduos, evidentemente pertencentes a grupos de extrema direita, impactam com força na discussão sobre identidade de gênero na sociedade contemporânea. Impactam, pois perpetuam ideias completamente equivocadas do que na verdade diz o conceito de identidade de gênero e, portanto, contribuem para opressão e violência aos indivíduos que compõem esse grupo.

Impactam de modo não favorável, pois o teor presente no conteúdo que produzem, prevalece um senso comum deliberado sobre argumentos sem nenhuma fonte ou embasamento teórico. Laçam trevas em cima da teoria por meio de seus "gritos" e *emojis* na tentativa de tornar obscuro os conceitos em torno do de identidade de gênero, como *queer*, por exemplo. Invisibilizam conceitos que buscam representar e não excluir. Replicam informações, as quais é possível inferir a origem (as máquinas de *fake news*), mas se consegue provar o quanto inspiram os conservadores para direcionamento de seu argumentos: enfraquecer a discussão sobre identidade de gênero e marginalizar os grupos de gênero e os indivíduos neles compreendidos, com a intenção de os oprimir e destruir suas narrativas.

Utilizam de uma visão equivocada, mal interpretada e tacanha para desqualificar um conceito que vem sendo estudado há décadas por filósofos e demais estudiosos no campo das ciências sociais e humanas. O conceito que tenta compreender e representar cada vez mais a crescente busca por pertencimento dentro de uma sociedade que historicamente vive à luz de um conservadorismo ferrenho e fundamentalista.

O *tweets* coletados e analisados apontam, em síntese, o desconhecimento da teoria acerca da identidade de gênero e *queer* e a não compreensão de seus conceitos básicos. Transformam a identidade em ideologia e, assim, tentam responsabilizar esta por uma série de violências absurdas como forma de desmoralizar os grupos que reivindicam espaços de representatividade e liberdade. Contudo, é necessário considerar que tal conservadorismo é herança histórica de um dado momento em que os indivíduos foram convencidos de uma única verdade e, desse modo, gerações levaram adiante

esse discurso preconceituoso e irrevogável, hoje retrógrado, e que viraram produto do que se vê, vive e *tweeta*.

Os próximos passos deste estudo tendem, além de acompanhar o fluxo de *tweets* sobre ideologia de gênero, expandir a coleta no próprio *Twitter* assim como em outras mídias sociais digitais e observar como tem se dado o confronto do conceito de ideologia de gênero e identidade de gênero.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Gender Trouble**: feminism and the fusion of identity. New York: Chapman & Hall, 1990.

BUTLER, J. Sex and gender in Simone de Beauvoir's second sex. **Yale French Studies**, New Haven, n. 72, p. 35-49, 1986.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2008.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; BRISOLA, A. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 7-16, jan./abr., 2017.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 243 p.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 1999. 617 p.

CASTELLS, M. **Comunicación y poder**. São Paulo: Alianza Editorial, 2009. 553 p.

DUDZIAK, E. A. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr., 2003.

DUDZIAK, E. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito

mundial. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 1-22, jul./dez., 2010.

ELMBORG, J. Critical information literacy: implications for instructional practice. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 32, n. 2, p. 192-199, mar., 2006.

FALLIS, D. What is disinformation? **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 79 p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

GASQUE, K. C. G. D. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun., 2013.

GOMES, P. G. Midiatização: um conceito, múltiplas vozes. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 23, n. 2, não paginado, maio/ago., 2016.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a seaxualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 92 p.

MOELLER, S.; et al. **Towards Media and Information Literacy Indicators**. Paris: UNESCO, 2011.

OLINTO, G.; SUGAHARA, S.; BERNUCI, N. ICT Access and Use by Teachers and Information Professionals: Perspectives and Constraints for the Development of Media and Information Literacy in Brazil. *In*: BARBOSA, S. D. J. et al. **Communications in Computer and Information Science**. New York: Springer International Publishing, 2018.

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Coimbra: Oficina do CES/Universidade de Coimbra, 2007.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria *queer***. Tradução: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 235 p.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the "umbrella concepts" of information-seeking studies. **The library quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, abr., 2007.

TUOMINEN, K.; TALJA, S.; SAVOLAINEN, R. The social constructionist viewpoint on information practices. *In*: FISHER, K.; ERDELEZ, S.; MCKECHNIE, L. **Theories of information behavior**. New Jersey: Information Today, 2005.

VIVÊNCIAS COTIDIANAS DE HOMENS TRANS NO *FACEBOOK*: QUAIS NARRATIVAS?

Jean Fernandes Brito
Daniel Martínez-Ávila

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo é fruto da pesquisa em andamento de doutorado do primeiro autor, desenvolvida no âmbito da Universidade Estadual Paulista (UNESP) no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), que discute as Mídias Sociais como ambientes de sociabilidade e ativismo da comunidade LGBTQ.

As mídias sociais se constituem como um espaço de poder na era das redes. Elas se posicionam como o universo do núcleo informacional, pois possibilitam aos sujeitos informacionais utilizarem seus ambientes como divulgação dos seus interesses e necessidades informacionais (FOUCAULT, 2003). Diante disso, as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e *Queer* (LGBTQ) se apoderam dessas mídias como ambientes de sociabilidade e ativismo, como ambientes de poder e de transformação política.

Nesse ínterim, a pesquisa tem como enfoque os homens trans e as suas narrativas no *Facebook*. Pesquisas anteriores e estudos apresentados por Brito (2019) afirmam que as pessoas trans têm uma participação mínima nos conteúdos criados e disponibilizados em ambientes informacionais para a comunidade LGBTQ. Aqui, entende-se ambientes informacionais digitais como uma vasta tipologia, como

aplicativos, redes sociais, *websites* (CAMARGO; VIDOTTI, 2011).

A representação e a participação de homens trans nas atividades cotidianas, por mais que sejam aceitos minimamente na sociedade, são enraizadas de forma preconceituosa por parte até mesmo da "comunidade gay", conforme discute Almeida (2012). Nesse sentido, ampliando estudos nessa temática e como fora apresentado no título, configura-se a seguinte questão de pesquisa: quais são as narrativas de homens trans no *Facebook*? O que dialogam?

Assim, o objetivo deste estudo é analisar as narrativas de homens trans, usando como objeto de estudo o grupo da mídia social *Facebook* intitulado*:* "Homens trans e simpatizantes", por meio do método da netnografia, de modo a entender como essas narrativas são construídas a partir das suas vivências cotidianas e necessidades informacionais.

Righeto (2018) discute que as a narrativas devem considerar as experiências de todos os envolvidos, apresentadas por meio de textos ou até mesmo a observação do pesquisador no universo. Ainda na visão de Righeto (2018), o pesquisador ou o ouvinte se torna o próprio ser discursivo, por já ter incorporado a história ouvida como uma experiência adquirida nesse contexto. Vale destacar que as narrativas aqui apresentadas são *posts*, textos identificados no grupo em questão.

Para melhor entendimento desta pesquisa, ela está estruturada em cinco seções, senda esta as considerações iniciais da investigação, apresentando os objetivos e justificativa. A segunda seção discute abordagens conceituais de mídias sociais e o posicionamento no *Facebook* nesse discurso; a terceira seção apresenta uma tessitura e um diálogo sobre gênero e sexualidade de homens trans; a quarta seção

orienta a discussão dos aspectos metodológicos; a quinta seção apresenta as contribuições da pesquisa; e por fim, na seção 6 as considerações finais do estudo.

2 MÍDIAS SOCIAIS

A internet e a *web* sociabilizam as ferramentas de comunicação, tornando possível a comunicação entre as pessoas, a qualquer hora e lugar. As redes sociais se destacam na difusão das informações, do conhecimento, do compartilhamento, da construção coletiva de ideias, e da potencialização de movimentos emergidos das classes sociais. Consequentemente, apontamos o desenvolvimento de comunidades virtuais (RECUER0, 2009).

Marteleto e Silva (2004, p. 41) dizem que "[...] as redes são sistemas compostos por "nós" e conexões entre eles que são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação". Para entender um pouco como esse sistema funciona, ele deve ser comparado com o das telecomunicações. O seu funcionamento é semelhante ao da rede da internet, lembrando que muitos computadores conectados à internet, no Brasil, têm como fonte de conexão a rede telefônica.

Nesse contexto, os laços proporcionam a criação de grupos sociais nas redes, no *Facebook, Myspace, Twitter*, dentre outras. Esses grupos são formados por afinidades entre os atores (pessoas). Essas afinidades podem ser por gostos semelhantes, por grau de parentescos, por amizades feitas fora do mundo virtual, dentre outros elementos que constrõem laços de afinidade e de amizade. Apesar das afinidades fora da virtualidade produzir um *link* para as relações virtuais, a

virtualidade ainda permite a criação de perfis que oferecem liberdade, ser quem desejar no mundo digital:

> [...] **são espaços de interação, lugares de fala, construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade**. [...] A percepção de um weblog como uma narrativa, através de uma personalização do outro, é essencial para que o processo comunicativo seja estabelecido. Aquele é um espaço do outro no ciberespaço. Esta percepção dá-se através da construção do site, sempre através de elementos identitários e de apresentação de si. (Recuero, 2009, p. 26, grifo nosso).

Diante disso, torna-se fundamental apresentar dados e informações que representem a pessoa no ciberespaço. Por meio dessa descrição do perfil, bem como a aparência da página na rede social, apontam-se os gostos e as características peculiares, tornando possível a comunicação entre os atores na rede.

As mídias sociais se consolidam como um espaço propício para as práticas colaborativas e para o atual contexto comunicacional, onde cada vez mais, cria-se uma imagem, mostra a sua cultura e conquista fãs virtuais e na vida real, possibilitando assim espaço de sociabilidade (FRANÇA; CARVALHO, 2017).

Recuero (2009, p. 27) assinala que não se trata apenas de uma representação no ciberespaço e sim de apropriações:

> Essas apropriações funcionam como uma presença do "eu" no ciberespaço, um

> espaço privado e, ao mesmo tempo, público. Essa individualização dessa expressão, de alguém "que fala" através desse espaço é que permite que as redes sociais sejam expressas na Internet.

Na Sociedade da Informação em que se vive atualmente, uma grande necessidade de exposição se faz presente no ambiente virtual, como meio de existência no mundo digital, e que proporciona o crescimento da sociabilidade na *web*. A linguagem escrita se mostra de extrema importância para determinação do perfil nas redes sociais. Nesse contexto, apresenta-se o *Facebook,* uma rede social que estabelece relações entre os usuários, por meio de grupos, páginas, mensagens e relações entre os usuários dessa rede.

O *Facebook* foi criado em 2004 por Mark Zuckerberg e desde então se tornou uma das redes sociais mais acessadas por todo mundo. O processo de interação nessa mídia vai além do simples contato, ou relacionado, mas o nó que é criado pertence a uma sociedade ativa e de sociabilidade (FACEBOOK, 2019).

Algumas interações nas mídias sociais como "postar", "twittar", "curtir", "comentar", "compartilhar", "seguir", "amar", "rir", "ficar bravo" ou "decepcionado!", são algumas das linguagens criadas e ações realizadas nas redes sociais existentes atualmente no *Facebook.* Além dessas linguagens, a folksonomia[86] das *hastags* se apresenta ainda mais como um espaço de militância e tessituras na busca e divulgação da informação.

[86] Folksonomia é uma forma relacional de categorizar e classificar informações disponíveis na *web*, sejam elas representadas por meio de textos, imagens, áudio, vídeo ou qualquer outro formato (SILVA; BLATMAN, 2007).

A comunidade LGBTQ apresenta uma diversidade linguística específica de sua comunidade (Vocabulário Pajubá) e os ambientes informacionais digitais devem estar adequados às necessidades, para que o público venha construir o seu ativismo e espaço de sociabilidade *web* (BRITO, 2019). A internet se torna um meio essencial de expressão e organização para esses tipos de manifestações, que coincidem numa dada hora e espaço, provoca seu impacto através do mundo da mídia, e atua sobre instituições e organizações (empresas, por exemplo) por meio das repercussões de seu impacto sobre a opinião pública (CASTELLS, 2016).

Para se entender melhor a apropriação com enfoque na transexualidade nas mídias sociais, na próxima seção, destaca-se os estudos de gênero, sexualidade com enfoque nos homens trans.

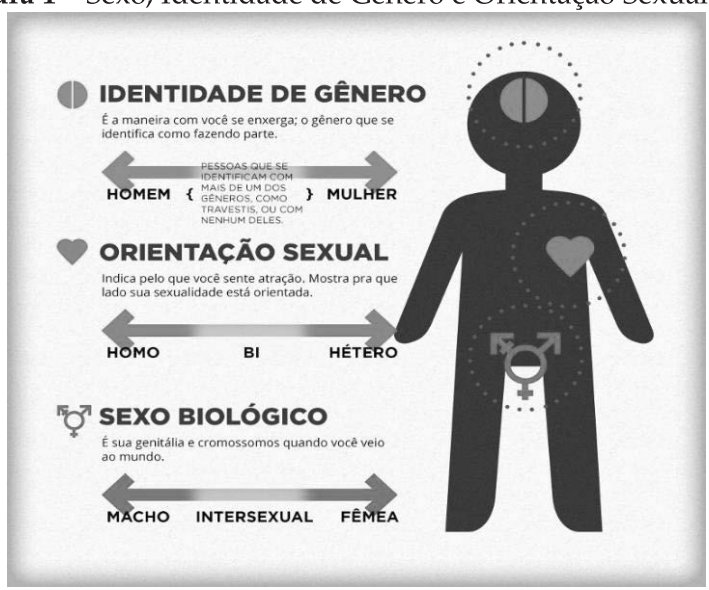
3 SEXUALIDADE E TRANSEXUALIDADE

Aprimorando as ideias de Foucault (2012), Pinho (2010, p. 13) destaca que "A homossexualidade, por ser historicamente datada, depende da noção de sexualidade; dessa maneira, a palavra sexo abarca, atualmente, questões relativas à conduta, ao prazer, à anatomia e às funções biológicas". Dentro desse contexto, a sociedade se volta para a questão das diferenças entre a homossexualidade e a heterossexualidade, e o conceito dualista classificatório de homem e mulher, atração sexual normal e anormal, passa a ser visto como questões preconceituosas, de seres que não aceitam tal mudança (FOUCAULT, 2012).

Além disso é necessário, primeiramente, entender as diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual. Sexo é um aspecto biológico da identidade sexual e é determinado pelas

características físicas que diferenciam homens e mulheres. Assim, orientação sexual é o aspecto relativo à atração sexual e afetiva em relação a outras pessoas. E gênero, no conceito de identidade do indivíduo, é um conceito histórico e cultural, e se trata de uma construção social, que compreende a escolha do indivíduo em relação a como ela se sente (NUNAN, 2003; Figura 1).

Figura 1 – Sexo, Identidade de Gênero e Orientação Sexual.



Fonte: https://blog.livrariaflorence.com.br/identidade-de-genero-e-orientacao-sexual/.

As pessoas podem ser cisgêneras, ou seja, possuírem e se sentirem com o mesmo sexo ao que lhe foi atribuído ao nascimento, ou transgêneras, sentirem-se diferentes do sexo atribuído biologicamente em sua dualidade, feminino ou masculino (PINHO, 2010). No contexto da identidade de gênero, a transexualidade envolve um fenômeno complexo,

uma vez que ela apresenta elementos que não fazem parte do sexo biológico do cotidiano das pessoas (ARÁN, 2006).

A vivência das pessoas LGBTQ se configura no seu cotidiano como um espaço de resistência e cidadania, por não representarem um padrão exposto pela sociedade heteronormativa atual (ALMEIDA, 2012). Baseando-se em Vieira Junior (2018) e Arán (2006), a transexualidade é um fenômeno complexo e não é reduzível a esse tipo de essencialidade; da mesma forma, o processo identitário trans se vê transversalizado de maneira que há uma diversidade de pessoas trans ocupando todos os espaços, inclusive as mídias que são o foco desta pesquisa.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa se apresenta como natureza qualitativa, do tipo descritiva e aplicada, tendo como aplicação e escopo o método da netnografia como processo de coleta e análise dos dados. Segundo Almeida, Sousa e Oliveira (2018), a netnografia é entendida como um ramo da etnografia que estuda tecnologias e o comportamento de grupos sociais na internet.

Para Amaral, Natal e Viana (2008), a netnografia dá importância às práticas no ambiente midiático, aos processos de sociabilidade e aos fenômenos comunicacionais que envolvem as representações dentro dos ambientes informacionais digitais. Na pesquisa ora apresentada, a netnografia foi capaz de subsidiar de forma sistemática a coleta e análise das narrativas dos homens trans.

A etnografia virtual, além da diversidade de métodos aplicáveis (análises quantitativas e estatísticas, análise de redes sociais, análise de discurso *online*, análise de conteúdo, grupo

focal *online*), pode ser empregada para a investigação de um infinito número de objetos comunicacionais na internet. São características de destaque a vivência em campo, a possibilidade de utilização de múltiplas técnicas de pesquisa e a narrativa personalizada (DANTAS; NETO, 2015).

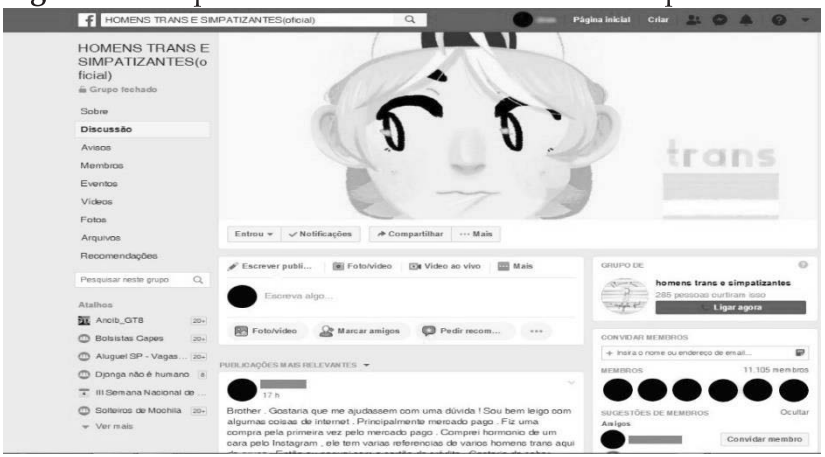
Diante disso, o universo de pesquisa é o grupo do *Facebook,* intitulado: Homens Trans e Simpatizantes onde foram observadas as interações e as narrativas dos homens trans. As narrativas foram selecionadas pelo próprio pesquisador, o qual ficou imerso na mídia social durante o mês de maio, mais precisamente entre os dias 1 a 28 de maio de 2019. Foram coletadas e analisadas seis narrativas. Foram excluídas as narrativas (postagens) que tinham cunho apenas de entretenimento, como *gifs* de saudações e mensagens sem um vínculo de discussão.

As narrativas coletadas foram intituladas por letras, assim sendo: A, B, C, D e E, sem a identificação dos sujeitos informacionais.

Na Figura 2, apresenta-se a página principal do grupo "Homens Trans Simpatizantes".

O grupo, atualmente, possui mais de 11 mil membros e apresentam relatos sobre as suas vivências e como se dá o processo da transexualidade no seu cotidiano. Vale destacar que as narrativas foram agrupadas por categorias de acordo com as temáticas descritas no grupo. Sendo assim, na próxima seção serão apresentadas a análise e discussão dos resultados desta pesquisa.

Figura 2 – Grupo do *Facebook*: Homens Trans e Simpatizantes.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O processo de análise dos dados se deu por meio da observação direta, apoderando-se de estudos da netnografia. Como apresentado anteriormente, foram selecionadas seis narrativas que são descritas a seguir.

- **NARRATIVA A:**
  Meninos e meninas. Eu me assumi pra minha mãe que sou trans. Ela olhou pra mim e disse Q ótimo meu bb eu já sábia. Ela disse que vai me apóia em tudo que for preciso pra mim ser feliz. Minha mãe é tudo pra mim 😍♡

- **NARRATIVA B:**
  Alguém que tenha feito a MASTECTOMIA e possa me ajudar sobre como comprar o colete pós cirúrgico?

- **NARRATIVA C:**
  Bom dia. Sobre a carteira de trabalho depois de retificar os documentos; eu tenho que tirar segunda via ou tirar uma nova? (Tenho registro na carteira).

- **NARRATIVA D:**
  Boa noite, meninos! Quem aqui de São Paulo pode me indicar uma igreja inclusiva pra ir?
  Eu e meu marido somos crentes e queremos ir! Conhecer trans crentes pra trocar ideia, falar de Deus e fazer amizades.

- **NARRATIVA E:**
  Alguém pode me indicar um médico que atenda homens trans na grande São Paulo? Procurando Recomendações.

- **NARRATIVA F:**
  Olá pessoas....
  Fui vítima de agressão pelo meu padrasto e disse que eu sempre serei menina pois não tenho pinto. Não aguento mais. Alguém pode me ajudar a ir na delegacia? ☹

As narrativas descritas acima podem ser divididas em categorias; nessa perspectiva, os assuntos tratados são de diversos domínios, indo além de questões de família, saúde até mesmo narrativas que elucidam preconceito. No Quadro 1, apresenta-se um agrupamento das narrativas por assunto.

Quadro 1 – Apresentação de assuntos das narrativas coletadas no estudo.

Assuntos envolvidos	Narrativas
Religião	Narrativa D
Vivência familiar	Narrativa A e F
Saúde	Narrativa E e B
Retificação de documentos	Narrativa C

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A narrativa A explicita uma vivência muito positiva na qual ele relata a aceitação da mãe no que diz respeito à sua identidade de gênero. Isso destaca e conforta os outros homens trans de como a aceitação da família nesse discurso é fundamental nesse processo, já que a sociedade os oprime fortemente.

A narrativa B faz um questionamento sobre a cirurgia da Mastectomia (cirurgia de retirada dos seios); essa cirurgia já é possível pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Conhecida também como Mastec é um sonho para muitos homens trans, como costuma ser algo libertador. No grupo muitos apresentam vídeos contando as suas experiências e como essa ideia de liberdade é desenhada após o procedimento cirúrgico.

A narrativa C diz respeito ao um questionamento sobre a retificação da carteira de trabalho após a alteração de nome social. A preocupação se dá pois o mesmo já possui registro na carteira. A retificação de documentos é algo primordial para as pessoas LGBTQ, pois carrega a sua nova identidade, o nome social.

Bento (2014, p. 166) relata que o nome social:

> traz dados para análise que nos permitem pensar como as elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual se apropriam da estrutura do Estado para frear e impedir a ampliação e a garantia de direitos plenos às populações excluídas. Vale ressaltar, para fugir de análises dicotômicas e binárias, que ao lidar com a noção de "elite" não estou considerando-a como um todo homogêneo e contínuo.

A retificação de documentos vai além da ideia de um símbolo como um nome social, mas uma conquista de resistência, sociabilidade. Nos ambientes de trabalho, as conquistas de homens trans com os novos documentos fomenta essa visibilidade na sociedade atual.

A narrativa D apresenta um questionamento de um casal gay, na qual foi apresentado por um deles um questionamento sobre a existência de igrejas inclusivas, ou seja, aqueles templos que aceitam a comunidade LGBTQ. Além disso, enfatizam a necessidade desse ambiente (igreja) ser um espaço de amizade e construção de vivências com todos.

Entre esses movimentos religiosos, estão as igrejas inclusivas para a comunidade LGBTQ, que nasceram nos Estados Unidos (EUA) por meados da década de 1960 e encontraram no Brasil espaço para crescer no forte movimento de dissidência que é registrado entre as igrejas protestantes (DA SILVA; SIMIÃO; SILVA, 2017). Destaca-se um grande número de templos religiosos na cidade de São Paulo como aponta o Guia Gay São Paulo (2019), conforme informações no menu igrejas; são sete igrejas inclusivas espalhadas por toda a capital, sendo a grande maioria concentradas no centro, como Santa Cecília, Sé e República.

A narrativa E busca recomendações sobre médicos que atendam os homens trans. O relato de muitos no grupo por meio de comentários, descreve o preconceito de médicos que não queiram atender, por não terem a aparência feminina. Relacionando-se com a narrativa A, que também apresentou um posicionamento sobre a saúde, entendemos que o corpo para os homens trans, representa algo muito significativo.

Méllo (2012) explica que de todos os modos, persistem os usos do corpo como uma massa moldável. O autor descreve a ideia de corpo como uma massa sendo natural e podendo ser aperfeiçoada por meio de diversos aspectos, destacando cirurgias plásticas, alimentação, exercícios físicos, entre outros.

No enfoque da transexualidade, a ideia de corpo como massa, apresentada por Méllo (2012), configura-se como uma parte primordial para a construção do corpo transexual, a visão que é estabelecida e tomada mostra o desenho e a importância social.

Por fim, a narrativa F descreve uma realidade de violência na família. Um rapaz descreve que foi vítima de violência por meio do padrasto, dizendo que ele nunca será homem por não apresentar a genitália masculina. Dantas e Neto (2012) comentam que a violência contra as pessoas LGBTQ pode assumir uma forma física e simbólica. A violência simbólica promove e fortalece a exclusão das pessoas, colocando-as em uma situação inferior aos demais.

As narrativas aqui apresentadas não esgotam a discussão de todas as vivências e experiências de homens trans, apenas se restringiu ao grupo de homens trans e simpatizantes do *Facebook*, elucidando algumas temáticas envolvidas nesse processo se sociabilidade por meio dos lugares de fala no âmbito das mídias sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas sobre as vivências de homens trans no *Facebook* aqui apresentadas refletem a importância das mídias sociais nesse processo de ativismo como forma de sociabilidade nesses ambientes informacionais. As pessoas transexuais utilizam das tecnologias de informação e comunicação, em especial as mídias, como um canal de difusão de informações, a fim de atender suas necessidades, reforçando ainda o posicionamento e a sua configuração social tão necessária nos dias atuais.

Estudos futuros podem se dedicar a outros ambientes de midas sociais, envolvendo tipologias de grupos e características da comunidade LGBTQ, bem como a inserção de aplicação de outros métodos que desenham as narrativas como espaços de sociabilidade e ativismo digital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. Homens trans: novos matizes na aquarela da masculinidade? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

ALMEIDA, G.; SOUSA, A.; OLIVEIRA, H. P. C. Arquitetura da Informação no contexto de gênero: uma análise do website da Secretaria Especial de Política para Mulheres. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 5, n. 3, p. 30-42, 2018.

AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. A Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Comunicação Cibernética**, ano 13, n. 20, p. 34-40, 2008.

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 9, n. 1, p. 49-63, 2006.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea: Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BLATTMANN, U.; SILVA, F. C. C. da. Colaboração e interação na Web 2.0 e biblioteca 2.0. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 191-215, jul./dez. 2007.

BRITO, J. F. **Arquitetura da Informação em websites de turismo LGBTQ**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

CAMARGO, L. S. A.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Arquitetura da Informação**: uma abordagem prática para o tratamento de conteúdo e interface em ambientes informacionais digitais. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede**. 17. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

DANTAS, M. L. G.; NETO, A. F. P. O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no facebook "Rio sem Homofobia-Grupo Público". **Cadernos do Tempo Presente**, n. 19, p. 27-41, 2015.

DA SILVA, J. B.; SIMIÃO, J. H.; DA SILVA, M. R. Entre o mercado religioso e a fé inclusiva: igrejas LGBT como nicho de mercado. *In*: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ECLESIAL, 12., 2017, Campinas. **Anais...** Campinas: Pontifícia Universidade Católica, 2017.

FACEBOOK. **Sobre**. S.l., 2019. Disponível em: https://pt-br.facebook.com/pg/FacebookBrasil/about/. Acesso em: 25 jun. 2019.

FOUCAULT, M. **Estratégia, Poder, Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. **A História da sexualidade I**: a vontade de saber. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FRANÇA, M. N.; CARVALHO, A. M. G. de. Monitoramento de mídias sociais em bibliotecas universitárias públicas federais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2018, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, ANCIB, 2018.

GUIA GAY SÃO PAULO. **Roteiro de Igrejas**. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.guiagaysaopaulo.com.br/roteiro/igrejas/1. Acesso em: 24 jun. 2019

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 197-207, 2012.

NUNAN, A. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai Editora, 2003.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009. 191 p.

RIGHETO, G. **Competência da Informação de pessoas trans da cidade de Florianópolis**. 2010. 359 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

VIEIRA JUNIOR, L. A. **"Quantas curtidas merece essa trans?"**: a recepção da transexualidade nas mídias digitais. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018.

POR UMA VISIBILIDADE TRANS: DINÂMICAS DE PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO *YOUTUBE*, UM ESTUDO A PARTIR DO CANAL DE LUCCA NAJAR

Anna Luiza Werkema
Fabrício José Nascimento da Silveira

1 INTRODUÇÃO

"É com palavras e atos
que nos inserimos no
mundo humano"
(ARENDT, 2008, p. 189).

O site *YouTube* passou, desde sua criação em junho de 2005, por inúmeras mudanças, especialmente em termos de sua interface e em relação às dinâmicas referentes aos processos de interação entre seus usuários. Com isso, deixou de ser um simples repositório de vídeos para se converter em uma rede social como o *Facebook*, o *Instagram* e o *Twitter* (BURGESS; GREEN, 2009).

Por meio dessa reconfiguração, o *YouTube* propiciou àqueles que o utilizam novas possibilidades para criarem e gerirem seus próprios canais, podendo, dessa forma, produzirem e compartilharem informações variadas sobre seu cotidiano ou mesmo refletirem acerca de questões complexas do mundo social tais como: saúde, política, religião, sexualidade, entre outras. Dito isso, e partindo de um interesse pessoal, observamos, no contexto dessa plataforma virtual, a

proliferação contemporânea de inúmeros canais apresentando e discutindo temáticas vinculadas a diferentes aspectos concernentes ao universo das pessoas "trans". Expressão utilizada, conforme Maranhão Filho (2012, p. 91), como um termo "guarda-chuva" para se referir a:

> [...] algumas das pessoas que se declaram em situações de trânsito identitário de gênero. As pessoas trans*, em maioria, podem ser consideradas sujeitos que vivenciam experiências entre gêneros. Por terem um gênero atribuído na gestação e/ou nascimento que não as contemplam (feminino/masculino) e pelo fato de se identificarem com gênero distinto deste, vivenciam experiências entre gêneros.

Produzidos quase sempre como relatos de experiências pessoais, os vídeos compartilhados por esses canais, que em alguns casos possuem milhares de visualizações e seguidores, problematizam os conteúdos diretamente vinculados, por exemplo, ao processo de readequação sexual e de retificação do nome social, ao uso de hormônios, ao preconceito imposto a esses sujeitos e à sua inserção no mercado de trabalho.

Ao fazerem isso, acabam por ressignificar certos sentidos e funções sociais comumente atribuídas a esses canais, fazendo com que eles deixem de ser meros espaços de entretenimento, para se convertem em instâncias de produção e de disseminação de informações personalizadas, voltadas para um público específico. Razão pela qual certos *youtubers*[87]

[87] Termo utilizado para se referir a um usuário frequente do site de compartilhamento de vídeos *YouTube*, designando especialmente àqueles que produzem vídeos para essa plataforma.

arregimentam em torno de si uma legião de seguidores que, ao curtirem, comentarem e compartilharem suas postagens instituem uma rede informal de conversação, mas com vínculos estáveis, entre múltiplos sujeitos. Em função disso, certas dinâmicas de socialização são remodeladas, fazendo emergir no cenário dessa plataforma virtual um espaço de discussão, de circulação e de busca por informações "confiáveis" relativas ao universo transgênero e também acerca de direitos e ações que possam tanto dar visibilidade a esses sujeitos e suas demandas, quanto ampliar suas possibilidades de integração social.

Levando isso em consideração e adotando por premissa que esses canais produzem e disseminam informações não abordadas de forma explícita pelos meios de comunicação tradicionais – televisão, jornais e revistas de grande circulação – consideramos ser necessário e pertinente apreendermos as várias dinâmicas informacionais que se estabelecem a partir desses contextos – canais do *YouTube* dedicados a tratar conteúdos relacionados à realidade cotidiana e às demandas das pessoas trans – e dos sujeitos que os mobilizam – *youtubers*, assinantes dos canais e demais internautas.

Para tanto, e como exercício analítico, o presente capítulo se propõe a investigar as dinâmicas de produção e apropriação da informação suscitadas pelo *youtuber* trans Lucca Najar e as interações estabelecidas entre ele e os internautas por meio dos comentários referentes a quatro vídeos publicados ao longo do mês de abril de 2018, em seu canal no *YouTube*. Em termos metodológicos, o estudo foi elaborado a partir da conjunção de três ações complementares: análise de conteúdo dos vídeos publicados no período acima demarcado; coleta dos comentários suscitados a partir dos vídeos postados; e análise sistemática desses comentários com vistas a se apreender como ocorrem as dinâmicas de produção e apropriação da

informação nesse canal e em qual medida o mesmo contribui ou pode contribuir para a promoção da visibilidade das pessoas trans.

2 INFORMAÇÃO, INTERAÇÃO E VISIBILIDADE SOCIAL

A composição da nossa sociedade atual pode ser tipificada, entre outros aspectos, por meio de desigualdades sociais alicerçadas em diferentes conjunturas políticas, culturais e econômicas. Nesse cenário, qualificadores de gênero, raça, etnia, classe e orientação sexual se relacionam, interagem e são sobrepostos uns aos outros, condição que, em função das hierarquias e dos discursos normatizadores erigidos em torno deles, acabam desvelando, no contexto das relações cotidianas, "marcadores sociais de diferenças"[88]. Isso acontece porque:

> Em primeiro lugar, as diferenças e desigualdades entre os homens não são naturais. Elas são construídas socialmente e precisam ser contextualizadas em termos de tempo e espaço. Em segundo lugar, os marcadores sociais da diferença nunca aparecem de forma isolada, eles estão sempre articulados na experiência dos indivíduos, no discurso e na política. Finalmente, os sistemas de classificação

[88] Expressão constantemente evocada para se referir a "categorias classificatórias compreendidas como construções sociais, locais e históricas, que tanto pertencem à ordem das representações sociais – a exemplo das fantasias, dos mitos, das ideologias que criamos –, quanto exercem uma influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais" (Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença da USP (Numas) *apud* SCHWARCZ, 2019, p. 175).

> estão intimamente ligados às relações de poder. (ZAMBONI, 2013, p. 15).

A partir desses apontamentos, podemos assinalar como marcador social de diferenças a exclusão de certos grupos de sujeitos fomentada por fatores vinculados à raça ou etnia, à classe social, ao território onde se vive, ao trabalho que se executa, à faixa etária, etc. Condição que, no Brasil, marca a história de vida de muitas mulheres, negros, indígenas e da população que integra a comunidade LGBTTTIQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexos e queer), só para citarmos alguns exemplos.

Embora se reconheça a necessidade de problematizarmos os vários fatores que estão na base dessa condição de exclusão, o enfoque do presente capítulo se volta para as pessoas tans[89], buscando apreender como esses sujeitos produzem e se apropriam de informações no ambiente do *YouTube*, e se essas práticas se convertem para eles, em maior ou em menor medida, em estratégias de promoção de visibilidade tanto individual quanto coletiva.

Delimitação que leva em conta o fato desse segmento populacional ser estigmatizado por diversas formas de marginalização social, configurando-se, assim, conforme

[89] Para essa escolha levamos em consideração o fato que que, segundo Lilia Moritz Schwarcz (2019, p. 199), tal segmento parece representar uma ameaça para certos setores da sociedade brasileira que ainda se orgulham em divulgar o predomínio do machismo nas relações sociais "dizendo-se influenciados por religiões que têm na preservação de uma tradição patriarcal e num determinado modelo de família os parâmetros, alegadamente corretos, de ação e convivência". Condição que incide diretamente, por exemplo, no não tratamento por parte dos meios de comunicação tradicionais de temas importantes para esse segmento populacional e também na elevada taxa de assassinato de pessoas trans.

aponta Gonçalves Júnior (2018, p. 21), em dispositivo invisibilizador, normatizador e de recusa à produção, à história e às vivências das pessoas trans.

Não sem razão, pesquisadores como Louro (2004), Bento (2006), Pelúcio (2009) e Miskolci (2009) têm questionado os sistemas normativos que buscam regular a sexualidade por meio de convenções e valores associados a uma correspondência congênita entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, ou, como prefere dizer Berenice Bento (2006), a *tecnologias sociais heteronormativas* moduladas e agenciadas por um regime político binário que "dociliza e domestica" os corpos masculino e feminino por meio de instituições como a escola, a igreja, a família, etc., definindo a heterossexualidade como condição universal, verdadeira, normal e inteligível. Ao fazer isso, essas normas de inteligibilidade reiteram de forma compulsória a heterossexualidade e relega às margens, de acordo com Larissa Pelúcio (2009), os sujeitos que a ela não correspondem. Ainda segundo essa autora:

> Esses corpos que "não importam", porque inadequadamente engendrados, são, por outro lado, imprescindíveis socialmente, pois as fronteiras da normalidade só podem ser claramente demarcadas a partir da instituição desses corpos abjetos. Isto é, aqueles que são alocados pelo discurso hegemônico nas "zonas invisíveis e inabitáveis" onde, segundo Butler (2002), estão os seres que não se "materializam" de fato, por isso, não importam. Aqueles que, vivendo fora do imperativo heterossexual, servem para balizar as fronteiras da normalidade, sendo fruto, portanto, desse discurso normatizador que institui a

> heterossexualidade como natural (PELÚCIO, 2009, p. 206).

A invisibilização desses "corpos que não importam" explicitada por Judith Butler (2003) e tensionada por Pelúcio (2009), constitui-se em referencial importante para se demarcar a marginalização social dos transgêneros, posto que, da mesma forma que outros *corpos transgressores*[90]:

> Todas as construções que "fogem à regra" heteronormativa são conhecidas como "sexualidades desviantes", ou seja, indivíduos que subvertem a norma socialmente estabelecida como padrão e não constroem sua identidade de gênero seguindo estritamente seu sexo biológico (identificar-se como homem por possuir um pênis, ou como uma mulher por possuir uma vagina), ou que não possuem como objeto de desejo o sexo oposto (o homem sentir-se atraído pela mulher e vice-versa) [...] é um corpo que deve ser apagado, posto ser abjeto. (RODRIGUES, 2018, p. 30-32).

Nos termos acima formulados, torna-se evidente que o discurso hegemônico das normas de gênero não permite que as experiências trans sejam reconhecidas, pois estão fora da "normalidade" imposta pelo imperativo heterossexual. Exclusão que se dá em numerosos contextos: o familiar, o escolar, o do mundo do trabalho e até aqueles vinculados aos

[90] "[…] *drag-kings, las bolleras lobo, las mujeres barbudas, los trans-maricas sin polla, los discapacitados-ciborg*..." (PRECIADO, 2003, p. 163).

regimes formais de produção e disseminação da informação, como o sistema público de saúde, por exemplo.

Atentando para isso, análises acerca das dinâmicas de produção e de apropriação da informação empreendidas por esses sujeitos em canais "informais" como a plataforma de vídeos *YouTube*, mostram-se cruciais para uma melhor compreensão desse público e também para a promoção de sua visibilidade social, uma vez que, por meio das interações praticadas nos meios digitais – comentar um vídeo, replicá-lo em outras redes sociais, responder a um comentário, produzir ou demandar a produção de outro vídeo com conteúdo específico, etc. – as pessoas trans podem tornar visíveis certos assuntos, medos e demandas informacionais que, transpondo a esfera individual, se convertem em pautas de um debate público. Dito de outra maneira, como essa relação "se constrói frequentemente de forma mútua: aqueles que publicam e aqueles que acessam influenciam-se reciprocamente" (ZILLER, 2011, p. 105), tais interações no espaço do *YouTube* facilitam a publicização e o compartilhamento de certas informações, prática que impacta diretamente no modo como as pessoas trans se apresentam publicamente e no modo como tratam certos aspectos de seu universo vivencial.

Modalidade de compreensão que se ancora teórica e conceitualmente na proposição segundo a qual:

> O conhecimento compartilhado por meio da sua materialização (informação) permite sua retomada, sua revisão e a reflexão potencializadora da construção de novos conhecimentos ou até mesmo da reconstrução daqueles anteriormente estabelecidos. Nesse sentido, compreende-se aqui a informação como conhecimento

> em estado de compartilhamento, que se caracteriza como produto do esforço de colocar em comum, o que move a ação comunicativa, guardando em si a própria potência promotora de novas ações de comunicação, a partir das quais podem emergir revisões e até a geração de novos conhecimentos. (GOMES, 2017, p. 31).

Ao definir a informação como um fenômeno que carrega em si uma dupla potência – o compartilhamento da diversidade de conhecimentos e o estímulo ao debate e à construção do espaço crítico – Henriette Ferreira Gomes (2017) elabora os fundamentos que nos permitem pensar o *YouTube* como um espaço interativo e comunicativo capaz de promover a comunicação entre pessoas trangêneras, assegurando a publicização de seus conhecimentos e histórias de vida, bem como "a retomada deles a qualquer tempo, possibilitando a sua discussão e revisão, atributos que sustentam o direito de construção, reconstrução ou substituição de verdades" (GOMES, 2017, p. 41). Mais que isso:

> O traçado desse processo sinaliza a existência de percursos complexos de interação entre sujeitos, dos sujeitos e as linguagens, dispositivos e conteúdos informacionais, processo que implica em atividade, movimento, tomada de posição e consequente manifestação de oposições, demandando o nascimento e o exercício do protagonismo social, colocando em foco, como ponto-chave desse processo complexo, a interação humana. (GOMES, 2017, p. 32).

Isso se dá porque, entre outros aspectos, o *YouTube* "permite a cada um ser a própria mídia, celebridades do nosso cotidiano" (BURGESS; GREEN, 2009, p. 9). Por consequência, é comum que sujeitos transgêneros usem essa plataforma de vídeos para falarem sobre assuntos do seu cotidiano e sobre suas experiências individuais, convertendo-se, assim, em porta-vozes e "modelos de comportamento" para um grupo mais amplo, majoritariamente formado por pessoas com trajetórias de vida marcadas pela opressão e pela rejeição social.

Corroborando com esse argumento, Burgess e Green (2009) citam o *YouTube* como um veículo midiático que promove a visibilidade e auxilia no tratamento de assuntos que não são tratados em outros meios de forma expressiva e representativa. Por meio de suas análises torna-se manifesto que:

> [...] o YouTube também nos apresenta uma oportunidade de confrontar alguns dos maiores problemas da cultura participativa: a disparidade de participação e de expressão; as aparentes tensões entre interesses comerciais e o bem comum; e a contestação da ética e das normas sociais que ocorre quando sistemas de crenças, interesses e diferenças culturais entram em conflito. (BURGESS; GREEN, 2009, p. 16).

Dessa forma, ao observarmos as interações praticadas por produtores e internautas no âmbito de certos canais do *YouTube*, tornamo-nos aptos a evidenciar processos dialógicos e colaborativos de produção de conteúdo, que, por sua vez, impactam em suas dinâmicas de apropriação e de disseminação da informação. Nesses termos, para que tais processos possam

ser melhor apreendidos, faz-se necessário definirmos as dinâmicas de apropriação da informação como:

> [...] um processo no qual o sujeito "torna seu" um objeto do mundo, ajustando-o, moldando-o a si, atuando afirmativamente nos processos de negociação com os signos, com a cultura. Nesse processo, o objeto material ou não, sofre um deslocamento espaço-temporal promovido pelo sujeito, que pode alterar ou confirmar o sentido dado pelo seu ambiente de origem, ou seja, pode ressignificar o mundo que lhe chega, a partir de suas percepções, suas expectativas e seus interesses das e pelas atividades. (BATISTA, 2014, p. 229).

Essa forma de apreender o conceito de apropriação da informação somada às demais formulações teóricas aqui sistematizadas nos permitem apontar que o *YouTube*, por intermédio das dinâmicas de produção, apropriação e disseminação da informação por ele suscitadas e concretizadas por meio da interação entre seus usuários, tende a ampliar certos processos vinculados à visibilização das pessoas trans, notadamente em função do fato de alguns *youtubers* arregimentarem em torno de si um grande número de seguidores e por mobilizarem conteúdos e informações especificamente endereçados a esse segmento populacional. Eis o que pretendemos demonstrar em nossas análises, cujos delineamentos metodológicos descrevemos a seguir.

3 PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico aqui delineado abarcou duas etapas complementares. A primeira delas consistiu na seleção do canal do *youtuber* Lucca Najar. Escolha que levou em consideração os seguintes critérios: ser produzido por um homem trans; divulgar vídeos cujas temáticas tratavam de questões relacionadas ao universo trans; estar inscrito dentro da categoria "Pessoas e Blogs" e ter, no momento de levantamento dos dados, 50 mil ou mais usuários inscritos.

Posteriormente, visando-se identificar as interações suscitas e manifestas no/pelo canal, foram coletados os comentários feitos em cada um dos 4 (quatro) vídeos publicados por Lucca Najar no mês de abril de 2018. Em seguida, as temáticas abordadas nos vídeos foram classificadas tendo-se por referência os procedimentos analíticos propostos pela análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2009, p. 31), constitui-se em um "instrumento marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações".

Terminada essa etapa de classificação, os comentários foram agrupados em quatro grandes categorias, a saber:

1. **Elogio:** comentários que são direcionados ao produtor do vídeo, estabelecendo uma relação com suas características físicas e/ou a forma como ele aborda os assuntos;
2. **Agradecimento:** comentários que esboçam certa gratidão ao produtor dos vídeos por ele ter esclarecido determinado assunto e o modo como tal esclarecimento foi feito;

3. **Confissão**: constitui-se em um relato alusivo à vida privada de quem fez o comentário, mas correlacionado ao assunto tratado pelo vídeo;
4. **Dúvidas:** comentários que indagam ao produtor dos vídeos sobre uma experiência pessoal ou sobre questões gerais acerca do assunto tratado.

Dito isso, e conforme será explicitado abaixo, a análise de conteúdo aplicada aos comentários, somada a uma observação relativa ao modo como se dão as práticas de interação no ambiente do *YouTube* nos possibilitou evidenciar certas dinâmicas de produção e apropriação da informação instituídas por meio das interações e relacionamentos suscitados tanto pelo *youtuber* quanto pelo conteúdo de seus vídeos, além de alguns marcadores de sentido que contribuem para a promoção da visibilidade das pessoas trans.

4 QUEM É LUCCA NAJAR E DO QUE TRATA SEU CANAL NO *YOUTUBE*?

Lucca Najar é um *youtuber* transgênero mineiro, de 28 anos, dos quais 24 foram vividos como cisgênero. Em vários depoimentos já afirmou que, em sua infância, não compreendia a sua vontade de se parecer com o pai e que na adolescência criava perfis masculinos falsos nas redes sociais. O ponto de partida para sua identificação e posteriormente transição de gênero se deu em decorrência da dificuldade de encontrar roupas que não apresentassem nenhuma distinção entre os gêneros masculino/feminino.

Criou seu canal no *YouTube* em 10 de abril de 2016. Até o mês de junho de 2018, possuía, aproximadamente, 72 mil inscritos (Figura 1). Em termos gerais, esse espaço virtual é

descrito pelo próprio produtor como um canal sem roteiro definido, mas que se dedica a abarcar mais amplamente as questões vinculadas à transexualidade, tanto a partir de suas experiências pessoais, quanto discutindo temas mobilizados pelos comentários de seus seguidores. Lucca Najar declara que o canal tem por finalidade se constituir em um veículo comunicativo de esclarecimento e de luta:

> **Este é o nosso canal**! Aqui não seguimos um roteiro**, eu falo sobre mim, sobre eu ser um homem trans e tento ao máximo lutar contra todo esse tabu que cerca as pessoas trans.** Não tem muito uma fórmula para explicar a transexualidade, mas sei que com amor, a gente dá um jeito de se respeitar. E aqui, o que não falta é amor e afago. **Vamos tentar ao máximo ir juntos, porque só assim a gente conquista o mundo**! (LUCCA NAJAR, 2016, grifo nosso).

Figura 1 – Canal de Lucca Najar no *YouTube*.



Fonte: youtube.com/luccanajar.

Seguindo as proposições acima demarcadas, os primeiros vídeos produzidos e divulgados no canal abordavam vivências particulares do *youtuber*, especialmente aquelas relacionadas à experiência de transição: os efeitos e os resultados do uso da

testosterona; os problemas enfrentados em relação à família; a mudança para o nome social, entre outros. Após ganhar visibilidade, o número de vídeos publicados foi ampliado e a abordagem acerca da transexualidade, bem como da realidade cotidiana das pessoas trans reorientada. Isso se deve ao fato de Lucca Najar ter passado a privilegiar a interação com seus seguidores, o que pode ser facilmente visualizado por meio do lançamento de vídeos intitulados como #LUCCARESPONDE e #HELPDOLUCCA, estratégia mediante a qual o *youtuber* passou a responder perguntas e a esclarecer dúvidas enviadas pelos seguidores tanto através de comentários feitos em vídeos anteriores, quanto por *e-mail* e/ou mensagens no *Facebook* e *Instagram*.

Levando em consideração todos esses aspectos, e conforme se verá abaixo, as análises aqui empreendidas, além de confirmarem a diversidade dos assuntos tratados nos quatro vídeos estudados, acenam para a força de mobilização que o canal tem, ao estimular em sua audiência formas distintas de interação e ao trazer para o debate público assuntos, dúvidas e anseios compartilhados, em ampla medida, pelas pessoas transgêneras e que são pouco abordados pelos canais formais de informação. Condição que certamente se converte em marcador enunciativo, performativo e estruturante daquilo que estamos chamando aqui de visibilidade trans.

5 POR UMA VISIBILIDADE TRANS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS DINÂMICAS DE PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO FOMENTADAS PELO CANAL LUCCA NAJAR, DO *YOUTUBE*

As análises aqui constituídas se estruturam em dois momentos complementares. No primeiro deles, apresentamos

uma síntese dos conteúdos abordados em cada um dos quatro vídeos selecionados, bem como alguns trechos do discurso estruturado pelo *youtuber* Lucca Najar. Em seguida, conferimos centralidade aos comentários feitos a esses vídeos, os quais foram classificados de acordo com as categorias previamente definidas, ação que nos permitiu apreender como essas dinâmicas de interação acontecem e o que emerge, em termos de discussão, a partir delas.

5.1 DESVELANDO NOSSO OBJETO DE ANÁLISE: OS VÍDEOS DE LUCCA NAJAR

5.1.1 Vídeo 01 – Tirei os peitos: como foi minha primeira vez sem camisa

Esse vídeo, publicado por Lucca Najar em 16/04/2018, relata uma experiência vivida pelo próprio *youtuber*: a sensação de tirar a camisa em público após a realização da cirurgia de mamoplastia (Figura 2). Em termos de conteúdo, são abordados inúmeros assuntos, entre os quais destacamos: o preconceito social em relação ao corpo trans; as dificuldades intersubjetivas dos homens trans quanto ao ato de tirarem a camisa em público por terem sido "socializados como menina"; o acesso à cirurgia de mamoplastia e as cicatrizes decorrentes dessa intervenção; e, também, a aceitação dos amigos em relação a esse processo de readequação física.

Vinculado a esse conteúdo, Lucca Najar responde a um comentário feito em sua página no *Facebook*, rede social na qual sua foto sem camisa havia sido publicada. Segundo o *youtuber*, alguém havia dito que "mesmo depois de ter feito a cirurgia os peitos continuavam femininos" (NAJAR, 2018). A essa pessoa é dedicado o seguinte esclarecimento:

> O que significa esse comentário? Significa que ele quer padronizar os corpos trans, que por si só já não são corpos padrões, né! Então, se o menino trans não tem o peito chapado, ele não tem obrigação de ter, se ele não fez a cirurgia, ele não tem a obrigação, ele só faz a cirurgia se ele quiser, tem pessoas que não querem fazer a cirurgia. Esse padrão de corpo ele não existe nem para as pessoas cis, por que que a gente tá querendo trazer esse padrão para nossos corpos trans? Quem disse que a gente precisa reproduzir esse comportamento masculino, severo da heteronormatividade, que a gente tem que estar o tempo inteiro na academia, bombado e sendo o mais macho possível? Não precisa ser assim [...]. Então, não adianta a gente querer tentar colocar um padrão, principalmente em uma pessoa trans, que não existe um padrão, sabe! Eu sou um cara de vagina e isso por si só já foge da "normalidade social" [as aspas foram atribuídas por Lucca Najar por meio de um gestual] de um corpo que as pessoas esperam" (NAJAR, 2018).

O *youtuber* termina o vídeo afirmando não estar criticando os caras que querem "ser padrão, que querem ir para a academia e ficar bombado, cada um faz as suas escolhas, o problema é quando a gente impõe isso no corpo de outra pessoa" (NAJAR, 2018).

Figura 2 – Vídeo Lucca Najar – Tirei os peitos: como foi minha primeira vez sem camisa.



Fonte: https://youtu.be/De84qb4Gt1U.

5.1.2 Vídeo 02 – Homem trans que engravidou

O vídeo em questão, publicado em 19/04/2018, apresenta e discute cinco casos de homens trans que engravidaram (Figura 3). Por meio dele, Lucca Najar problematiza uma "norma social" que qualifica a gravidez e a amamentação como práticas exclusivamente feminina, estando restrita a mulheres cis.

Mencionando a ampla repercussão midiática e social que esses casos tiveram, Lucca Najar pontua ao longo do vídeo que:

> A gente vive hoje em uma sociedade tão plural, tão diversa que a paternidade, o fato de ter um filho ainda é associado à mulher, e hoje a gente tem que começar a mudar, a pensar de uma outra forma, porque a gente

> tem várias pessoas, diversos gêneros e engravidar não deveria ser algo tão condensado à figura feminina. (NAJAR, 2018).

Ao fazer isso, o *youtuber* chama a atenção para três aspectos importantes que pautam a vida das pessoas trans: a normatização que pesa sobre seu corpo e sua sexualidade; o modo preconceituoso de se tratar as famílias formadas por pessoas trans; e, o despreparo de certas categorias profissionais para lidarem com as demandas específicas desses sujeitos

Figura 3 – Vídeo Lucca Najar – Homem trans que engravidou.



Fonte: https://youtu.be/AycasgCST5k.

5.1.3 Vídeo 03 – Eu tenho vontade de engravidar? Lucca responde

Publicado em 25/04/2018, esse terceiro vídeo possui um formato diferente dos anteriores, posto que os assuntos abordados visam responder à perguntas e comentários feitos pelos seguidores ao "interlocutor" Lucca Najar (Figura 4).

Figura 4 – Vídeo Lucca Najar – Eu tenho vontade de engravidar? Lucca responde.



Fonte: https://youtu.be/F3pqz_RipBo.

Mesclando agradecimentos a comentários elogiosos feitos por seus seguidores com a leitura e a resposta a perguntas de cunho mais problematizador acerca da realidade das pessoas trans, o *youtuber* retoma e aprofunda suas análises acerca de temas específicos como: gravidez de homens trans, cirurgias de

retificação, estigma social e relações familiares. Vejamos alguns exemplos:

> No vídeo passado eu falei sobre 5 homens trans, e o Rafa Santos fez o seguinte comentário: 'Lucca, e com relação ao últero, vc vai fazer a cirurgia para tira-los também, como alguns outros transboys?' Essa cirurgia chama histerectomia e sim, futuramente eu pretendo fazer. (NAJAR, 2018).
>
> O próximo comentário foi feito por THS De Lorenzo: 'Olá Lucca, te acompanho desde antes de você começar tudo. Na verdade eu queria ajuda... Eu quero fazer tudo isso, mas não sei como e nem por onde começar... Valeu... suas dicas e vídeos sempre bons!'. Eu tenho uma playlist tanto aqui no youtube quanto lá no instagram que tem todos os médicos, todos os profissionais, tudo o que eu fiz até hoje para chegar no momento em que eu estou. (NAJAR, 2018).

Esses dois trechos, somados a tantos outros comentários e perguntas, nos permitem visualizar a força das interações estabelecidas entre o *youtuber* e seu público, bem como a referência que ele se tornou em termos da difusão/produção de informações para esse público específico.

5.1.4 Vídeo 04 – Ressignificando xingamentos LGBTQ+

Nesse último vídeo selecionado para compor nossas análises, publicado em 30/04/2018, Lucca Najar e Bruna Pimenta (sua namorada) discutem estratégias para ressignificar certos

xingamentos constantemente atribuídos às pessoas LGBTQ+, como por exemplo: *sapatão, maria chuteira, maria macho, caminhoneira* e *viadinho* (Figura 5).

Figura 5 – Vídeo Lucca Najar e Bruna Pimenta – Ressignificando xingamentos LGBTQ+.



Fonte: https://youtu.be/Zj5m0Ftnhmo.

Após listarem uma série de exemplos de xingamentos acionados para constranger e ofender a dignidade das pessoas que compõem a comunidade LGBTQ+, Lucca Najar e Bruna Pimenta chegam à seguinte conclusão:

> Quando a gente começa a ressignificar essas palavras elas começam a não parecer tanto xingamento assim. Quando você não se ofende, porque não é uma ofensa né, inclusive é um elogio, a pessoa não

> consegue mais utilizar essa palavra como algo que vai te oprimir. [...] O genial é que o preconceito, quando a gente afirma que aquilo que as pessoas usavam para nos oprimir, a gente mostra que anormal não somos nós, anormal não sou eu, anormal não é aquela criança LGBT, e que tudo que vocês estão falando não vai mudar nada, que anormal são vocês que estão no século XXI e que ainda não entenderam que está tudo bem sermos sim trans, sapatão, gay, viado, anormal é você. (NAJAR; PIMENTA, 2018).

Embora esse processo de ressignificação enseje mudanças de comportamentos tanto individuais quanto socialmente estruturados, razão pela qual não se expresse de forma tão clara e rápida, os quatro vídeos aqui sintetizados possuem elementos que nos permitem ratificar que o canal de Lucca Najar de fato atua na promoção da visibilidade das pessoas trans. E isso não se deve exclusivamente ao fato do *youtuber* ser um homem trans ou do grande número de seguidores que ele possui, mas, sobretudo, à forma como ele agencia as temáticas tratadas e à ressonância que certos assuntos provocam naqueles que o assistem.

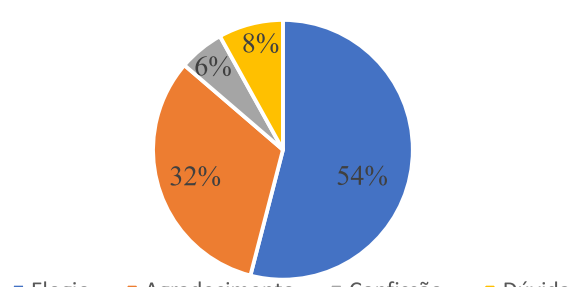
Sendo assim, ao trazer para o debate público dúvidas e problemas específicos das pessoas transgêneras, os quais são, em sua maioria, pouco abordados pelos canais formais de informação, a página de Lucca Najar no *YouTube* se converte em um espaço de interações, de compartilhamento de experiências e de trocas informacionais responsáveis por ampliar conhecimentos acerca de uma condição de vida específica – um homem trans – mas, também, de criar laços de solidariedade

com inúmeros outros sujeitos que se defrontam com os mesmos dilemas, preconceitos e desejos daquele que se vale de uma plataforma digital para tomar a palavra, projetar sua voz em busca de se "inserir no mundo" (ARENDT, 2008, p. 189). Evidências que podem ser comprovadas, ainda, pela leitura dos comentários feitos em cada vídeo publicado, eis o que efetuaremos a seguir.

5.2 REVERBERAÇÕES DOS VÍDEOS DE LUCCA NAJAR EM SEU PÚBLICO: UMA ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS

Essa segunda etapa da análise tem por foco os comentários suscitados pelos quatro vídeos publicados por Lucca Najar em seu canal no *YouTube* ao longo do mês de abril de 2018. Até a data em que esse trabalho foi finalizado, conseguimos aferir um total de 563 comentários, os quais foram lidos, agrupados em uma planilha digital e classificados de acordo com as quatro categorias definidas previamente, são elas: elogio, agradecimento, confissão e dúvidas. Ao fim dessa fase, a Figura 6 abaixo foi gerada.

Figura 6 – Classificação dos comentários.



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Conforme visualizado por meio da Figura 6, a maior parte dos comentários se refere a elogios (54%) e a agradecimentos (32%) feitos diretamente ao produtor dos vídeos. Embora esses números possam, em uma primeira interpretação, enfraquecer nossa defesa de que o canal de Lucca Najar se configura como propulsor de discussões concernentes a processos de visibilização das pessoas trans, a leitura dos comentários traz consigo elementos que comprovam nossa hipótese. Isso porque, majoritariamente, esses elogios e agradecimentos dizem respeito à clareza e à franqueza com que certas temáticas são abordadas, bem como à coragem do *youtuber* em compartilhar publicamente experiências tão pessoais. É o caso dos quatro comentários citados abaixo:

> **Comentário feito por Enfim, Mateus[91] ao vídeo Tirei os peitos: como foi minha primeira vez sem camisa**: "Deve ser uma sensação foda pra caralho, acho que por mais que tente explicar, é imensurável. Parabéns mais uma vez pela conquista, e é nítida sua felicidade".
>
> **Comentário feito por Bernardo Melo ao vídeo Ressignificando xingamentos LGBTQ+**: "Eu queria tanto que esse vídeo tivesse existido na minha época da escola".
>
> **Comentário de Alex Rabelo fazendo referência ao comentário de Bernardo Melo:** Como o Bernardo Melo, aqui mesmo no comentário, disse "Como eu queria que

[91] Os nomes não foram omitidos em função do canal de Lucca Najar ser um perfil público.

> esse vídeo existisse no meu tempo de escola". Como eu queria também... Nossa, meu coração ficou tão quentinho agora. Obrigadx por esse vídeo maravilhoso. Amo vocês.
>
> **Comentário feito por Mara Barros ao vídeo Eu tenho vontade de engravidar? Lucca responde**: "Lucca, você está contribuindo para um mundo melhor. Sou professora e estou aprendendo muito com suas experiências. Elas me fazem ver as diferenças com muito mais naturalidade e empatia. Minha pergunta é: Você já pensou em fazer palestras sobre a transexualidade em ambientes educacionais? Seria muito legal, uma maneira de mostrar que ser diferente é normal, é bom, é necessário. Ah, vc é muito simpático!".
>
> **Comentário feito por Ataner Ataner ao vídeo Homem trans que engravidou**: "Precisei assistir o vídeo duas vezes para entender e por isso percebi que ainda tenho muito a aprender".

Tal como esses, inúmeros outros comentários poderiam ser dispostos aqui como estratégia comprobatória de nossas reflexões; contudo, faz-se necessário, ainda, atentarmos para a eloquência das confissões de alguns dos seguidores do canal, bem como para as muitas dúvidas manifestas por variados sujeitos em todos os quatro vídeos. A título de exemplificação, destacamos os comentários abaixo:

Comentário feito por Yuri Veiga ao vídeo Tirei os peitos: como foi minha primeira vez sem camisa: "Eu desejo ter câncer de mama e dava socos no Peito para tentar desenvolver câncer de mama para poder fazer a cirurgia antes mesmo de me entender como trans, eu pensava em pegar uma navalha e cortar ele todo, parei de pensar essas coisas quando me descobri trans e comecei a pesquisar e entender pq eu pensava em fazer essas coisas e hj em dia o meu maior sonho é fazer a cirurgia".

Resposta de Lucca Najar ao comentário de Yuri Veiga: "Não pensa dessa forma mais, logo você, assim como eu, vai conseguir realizar o seu sonho. E ah, me conta aqui quando chegar lá".

Resposta de Yuri Veiga ao comentário de Lucca Najar: "Lucca Najar aaaaaaaáaa!!! (Minha reação de ver vc respondendo hihi). Graças a Deus, vc, o outro Luca do trans diário e o Ariel modara me ajudaram muito a me entender e passar por tudo isso".

Comentário feito por Arthur Santana ao vídeo Ressignificando xingamentos LGBTQ+: "Esse vídeo salvou a minha vida cara, minha namorada achava estranho eu ser um homem trans e ela queria q eu fosse uma garota lésbica pra ela, eu me submeti a isso e foi horrível, faz alguns dias que terminamos e ainda teve uma Desculpa bem pior. Eu precisava de uma ajuda dessas, o

pior de tudo era as "brincadeiras" que ela fazia... Foi a pior coisa que eu vivi".

Comentário feito por Gabriel Souza ao vídeo Eu tenho vontade de engravidar? Lucca responde: "Oi Lucca, queria muito que a Bruna falasse mais sobre a retificação[92]. Moro fora do meu estado de origem e ninguém sabe me dizer como resolvo. Sei que tem muitos outros nessa situação. Adoro seu canal, parabéns e sucesso".

Comentário feito por Pamela Doce ao vídeo Homem trans que engravidou: "Mas o hormônio testosterona não dificulta a gravidez?"

Resposta de Amanda Souza ao comentário de Pamela Doce: "Pamela Doce, eu também tive essa curiosidade! Mas, caso seja um pro[blema], acredito que haja uma pausa, não sei... Ou se não, esses homens tomem em menor quantidade, né?!?!?! Não sei mesmo".

Resposta de Triz Amlr ao comentário de Pamela Doce: "Pamela Doce, a testosterona dificulta um pouco, mas se o homem trans quiser realmente gerar um filho, ele para com a harmonização. Até que ele consiga gerar um bb".

[92] Processo que visa garantir às pessoas trans a "adequação" e o reconhecimento, sobretudo jurídico, de seu nome social e de seu sexo.

Esse segundo bloco de comentários reforça dois aspectos importantes que intentamos problematizar ao longo desse capítulo, quais sejam: a precariedade do tratamento conferido a certas temáticas atinentes ao universo das pessoas trans por parte dos canais tradicionais de produção e disseminação da informação e os marcadores de sentido e ação por meio dos quais os vídeos publicados pelo *youtuber* Lucca Najar se convertem em instâncias de discussão e de "visibilização" das experiências, dos preconceitos, medos, conquistas e direitos desses sujeitos.

Constatação que pode ser vislumbrada, entre outros aspectos, pelas múltiplas dinâmicas informacionais que se concretizam no contexto do canal. Ali, informações são produzidas, discutidas e ressignificadas. Demandas por conhecimentos específicos e problemáticas gerais são compartilhadas, debatidas publicamente e esclarecidas. Histórias de vida são socializadas e muitas pessoas são acolhidas em sua singularidade, fortificando, com isso, vínculos de afeto e solidariedade.

Dessa forma, se nosso objetivo principal era apreender as dinâmicas de produção e disseminação da informação constituídas no âmbito do canal do *youtuber* Lucca Najar com vistas a questionar se tais dinâmicas contribuem para o processo de visibilização das pessoas trans, ao final desse percurso a conclusão a que chegamos pode ser sintetizada nos seguintes termos: enquanto sujeito transgênero, Lucca Najar agencia em seu canal um conjunto de assuntos, experiências e informações que encontram ressonâncias em seus seguidores, os quais, ao replicarem seus vídeos em suas redes sociais, ao discutirem um post específico, ao responderem a um comentário ou quando trazem para o debate coletivo novas demandas informacionais, tanto o canal quanto esses outros

agentes estão sim contribuindo para a promoção da visibilidade de pessoas trans. Tecemos mais algumas considerações acerca disso nas considerações que se seguem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Henriette Ferreira Gomes (2017) propõe que a informação deve ser pensada e tratada como conhecimento em estado de compartilhamento, razão pela qual conjuga em torno de si uma dupla potência: subsidia as dinâmicas de produção e disseminação do conhecimento e, nesse mesmo movimento, estimula o debate e a construção de um espaço crítico no qual o conhecimento pode ser ressignificado e socializado. Contudo, conforme visto aqui, alguns meios tradicionais de produção e disseminação de informações têm promovido uma invisibilização de conhecimentos demandados por certos grupos e sujeitos sociais. É o que acontece, por exemplo, com as pessoas trans que, em sua maioria, encontram dificuldades para se informar sobre tratamentos hormonais, cirurgias de redesignação sexual, como se inserir no mercado de trabalho ou onde procurar ajuda jurídica em caso de transfobia.

Talvez em função disso temos presenciado uma proliferação de *blogs*, perfis no *Instagram*, comunidades no *Facebook* e canais no *YouTube* dedicados a produzir e a disseminar informações "confiáveis" para públicos específicos. Com isso, partindo de experiências pessoais ou da problematização de acontecimentos cotidianos, essas plataformas virtuais têm se consolidado, cada vez mais, como espaços promotores da visibilização e da deliberação pública de certos conhecimentos, assuntos e/ou situações particulares.

Esse é o caso do canal mantido pelo *youtuber* trans Lucca Najar. Criado em 2016, ele vem atraindo cada vez mais

seguidores tanto em função do modo como trata seus processos de transição, quanto pelo agenciamento de temas pouco explorados e raramente tensionados em outros contextos. Soma-se a isso, o fato de seus seguidores reconhecerem nele uma referência em termos de visibilização social. Mas o que isso tem a ver com a ampliação da visibilidade de outras pessoas trans?

Ao deslocar para a esfera pública o debate sobre as múltiplas questões que circunscrevem a transexualidade e que marcam a vida das pessoas transgêneras, Lucca Najar suscita novas dinâmicas de produção e disseminação da informação, bem como coloca em interação sujeitos que compartilham dos mesmos medos, desejos e experiências de vida, criando, assim, vínculos de afeto, respeito e solidariedade. É claro que tal realidade não é vivenciada sempre de forma positiva, uma vez que o preconceito e o conservadorismo em relação a esse debate ainda se faz muito evidente; contudo, ao assinalar que seu canal é de tod@s e que tod@s podem caminhar junt@s, Lucca Najar acaba por empoderar muitas pessoas que até então não tinham voz e, por consequência, não apareciam para o mundo. Afinal, como ele mesmo diz "quando a gente empodera pessoas como nós, já estamos fazendo o mundo um pouco mais habitável" (NAJAR, 2018).

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BATISTA, Carmem Lúcia. **Mediação e apropriação da informação pública:** a educação fiscal. 2015. 273 f. Tese (Doutorado em Ciência

da Informação) – Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **Youtube e a revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa está transformando a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009. 234 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-43.

GONÇALVES JÚNIOR, Sara Wagner Pimenta. Morte anunciada: reflexões de uma mulher travesti sobre assassinato de Dandara. *In*: JESUS, Dánie Marcelo de Jesus [et al.]. **Corpos transgressores**: políticas de resistência. Campinas: Pontes, 2018. p. 17-21.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Inclusão de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes. **Revista Oralidades**, São Paulo, n. 11, p. 89-116, 2012.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, 2009.

MONTAÑO, Sonia. Construção do usuário na cultura audiovisual do YouTube. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 1-24, 2017.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PRECIADO, Beatriz. Multitudes queer: notas para una política de los "anormales". **Multitudes**, Paris, n. 12, p. 157-166, 2003.

RODRIGUES, Gabriel de Oliveira. Corpos como objetos abjetos. *In*: JESUS, Dánie Marcelo de Jesus [et al]. **Corpos transgressores**: políticas de resistência. Campinas: Pontes, 2018. p. 23-34.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TRIVINHO, Eugênio. Espaço público, visibilidade midiática e cibercultura: obliteração estrutural da esfera pública no cyberspace. **Revista Famecos (online)**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 266-277, 2010.

YOUTUBE. **Sobre o YouTube**. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/. Acesso em: 10 jun. 2019.

YOUTUBE. **Termos de serviço**. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/t/terms. Acesso em: 10 jun. 2019.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)**, São Paulo, v. 1, p. 14-18, 2014.

ZILLER, Joana. **Qualidade da informação e produsage:** semiótica, informação e o usuário antropofágico. 2011. 309 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES

AMANDA LARA FERREIRA NOBRE

Graduanda em Psicologia – Universidade Federal da Paraíba.

ANA CLAUDIA PERPÉTUO DE OLIVEIRA

Atualmente, é Professora Auxiliar do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui mestrado e doutorado em Ciência da Informação pela UFSC. Especialista em Gestão de Pessoas nas Organizações, também pela UFSC. Possui graduação em Biblioteconomia pela UFSC e em Ed. Artística – hábilitação em Música pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Tem como interesse de pesquisa assuntos relacionados à ética em unidades de informação, relações entre biblioteconomia e arte, ação cultural, políticas públicas de leitura e escrita, exclusão/inclusão em unidades de informação e centros e acervos culturais. Integra o Grupo de Pesquisa Informação, Tecnologia e Sociedade, da UFSC.

ANNA LUIZA WERKEMA

Graduada em Biblioteconomia e mestranda em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG. Tem experiência em atividades arquivísticas, repositórios digitais, bibliotecas escolares e universitárias. Participou do projeto Memória, Verdade e Justiça na Comissão da Verdade em Minas Gerais (2017-2018). Áreas de estudo: Estudos de gênero, Mídias Sociais, Direitos Humanos e Biblioteconomia.

ASY PEPE SANCHES NETO

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, Mestre em Ciência da Informação e doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). O pesquisador centra suas atividades intelectuais na compreensão do valor informativo e político do documento e da documentação sobretudo quanto a construção social e política de minorias e marginais; na questão do acesso e produção de informação e documento; nas metodologias

científicas e construção de trabalhos acadêmicos; nos estudos de usuários; e no reflexo dos estudos e publicações do que se conveniou chamar de Campo Informacional à sociedade moderna.

BRUNO ALMEIDA DOS SANTOS

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2018). E possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (2014). Pesquisador do grupo de pesquisa GEINFO Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento e Coordenador da área de cultura da Aliança Nacional LGBTI. Tem experiência na área de Ciência da Informação atuando principalmente em temas como: Transinformação; Percurso Informacional; Gênero, Sexualidade, Raça, Etnia e Informação; Informação, Cidadania e Cultura; Estudo Usuários e de Comunidade; Acesso, Busca e Uso da Informação e Unidades e Fontes de Informação, assim como tem interesse nas disciplinas de Iniciação da Pesquisa Científica e Metodologia da Pesquisa Científica.

CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Gestão Pública (2011) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (2007), foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do MEC onde desenvolveu vários projetos de pesquisa e extensão, participando de projetos sobre Epistemologia da Biblioteconomia, Mercado de trabalho e Panorama da Leitura no Nordeste. Foi presidente do Diretório Acadêmico (DA) do curso de Biblioteconomia e membro do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFMA durante a graduação. Membro da Diretoria Executiva da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) no cargo de Diretor Regional

Nordeste, atuou como tutor do curso Mediação em EaD pela Uemanet. Representou o estado do Maranhão como delegado do segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas para composição do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura (2012). Conselheiro Estadual de Cultura do Estado do Maranhão (2015-2017). Membro do Grupo de Estudos Política, Lutas Sociais e Ideologias – GEPOLIS e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Educação, Gênero e Movimentos Sociais – DANDARA. Membro da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBPP) da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Desenvolve pesquisas sobre as temáticas de Políticas de Livro e Leitura, Política de Informação Científica e Gênero.

DANIEL MARTÍNEZ-ÁVILA

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Possui graduação em Biblioteconomía y Documentación pela Universidad Carlos III de Madrid (2005), Licenciado en Documentación pela Universidad Carlos III de Madrid (2007), Mestrado em Investigación en Documentación pela Universidad Carlos III de Madrid (2009), e Doutorado internacional pelo Programa Oficial de Doctorado en Documentación pela Universidad Carlos III de Madrid (2012). Foi Pesquisador e Instrutor Adjunto na University of Wisconsin-Milwauke até setembro de 2014 e Professor Assistente Doutor da Universidad Carlos III de Madrid até setembro de 2013 e desde setembro de 2019. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização da Informação. Membro do International Society for Knowlege Organization (ISKO) Scientific Advisory Board.

DENISE BRAGA SAMPAIO

Professora Assistente do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI-UFBA). Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI-UFPB).

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI-UFPE). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará DCI-UFC). Áreas de interesse: Memória, Competência em Informação, Mediação da Informação e Práticas Informacionais. Membro dos Grupos de Pesquisa IMcluSos – Informação, Memória, Tecnologia e Sociedade e RIEV – Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violência.

FÁBIO DE ASSIS PINHO

Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação, atuando nos cursos de Graduação em Biblioteconomia, em Gestão da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado e Doutorado Acadêmicos) da Universidade Federal de Pernambuco. Possui Graduação (2002) em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos, Mestrado (2006) e Doutorado (2010) em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Foi Subchefe (2009-2011) e Chefe (2011-2013) de Departamento. Foi Secretário (2015-2017) e Conselheiro Fiscal (2011-2015) da ISKO - International Society for Knowledge Organization (Brasil). Foi Vice-Coordenador do GT2 da ANCIB (2014-2016). Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE (2014-2017) e Membro do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da ANCIB (2014-2017). É Líder do Grupo de Pesquisa: Organização e Representação do Conhecimento. É Coordenador Adjunto da CAPES (Área: Comunicação e Informação) e Pesquisador em Produtividade 2 do CNPq. Tem interesse nas linhas de pesquisa de Organização e Representação do Conhecimento e Memória da Informação Científica e Tecnológica.

FABRÍCIO JOSÉ NASCIMENTO DA SILVEIRA

Bibliotecário, Mestre e Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI/UFMG. É professor Adjunto do curso de graduação em Biblioteconomia da ECI/UFMG e também do Programa de Pós-

Graduação em Ciência da Informação dessa mesma universidade. Tem experiência nas áreas de Biblioteconomia e de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: Biblioteca pública e identidade; Biblioteca pública e estudos de subalternidade; História do livro e das bibliotecas, Leitura, história da leitura e formação do leitor, e Diretrizes para a formação do bibliotecário no Brasil e nos países em desenvolvimento.

FRANCISCO ARRAIS NASCIMENTO

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2015) e graduado em Administração pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2012). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização da Informação e do Conhecimento, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidades, análise documentária, tratamento temático da informação.

GABRIEL TEIXEIRA

Mestrando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pelo IBICT/ECO-UFRJ. Graduado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Técnico em Eletromecânica pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Departamento Regional de Santa Catarina (2013). Atualmente é bolsista de apoio técnico à pesquisa 1A (CNPq). Membro da Rede de Competência em Informação do Estado do Rio de Janeiro e do grupo de pesquisa LabCoInfo.

GISELE ROCHA CÔRTES

Graduada em Pedagogia (1996) e Ciências Sociais (1998) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui Mestrado (2002) e Doutorado (2008) em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente, é professora associada do Departamento de Ciência da Informação da

Universidade Federal da Paraíba e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Atua nos seguintes temas: Organização Acesso e Uso da Informação, Mediação da Informação e Relações de Gênero. Atua como vice-coordenadora do GT3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação da ANCIB (Gestão 2018-2020). Vice-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI).

GILBERTA SANTOS SOARES

Possui graduação em psicologia pela Universidade Regional do Nordeste, atualmente, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campina Grande/PB, com formação em psicologia social pela Universidade Federal da Paraíba (1988) e em psicologia clínica – psicoterapia corporal na abordagem biossíntese, pelo Centro Brasileiro de Biossintese/RJ. Possui mestrado em sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1998) e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM/ UFBA (2014). Tem experiência na área de psicologia e sociologia, com ênfase em psicologia social e saúde, atuando principalmente com os seguintes temas: gênero, sexualidades, subjetividades, políticas públicas, saúde e movimentos sociais. Atuou no movimento feminista da Paraiba e do Brasil e é sócia fundadora da Organização não governamental Cunhã Coletivo Feminista/PB. Atualmente, atua como secretária da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba.

GLÁUCIO BARRETO DE LIMA

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (2007), Especialista em Pesquisa Científica pela Universidade Estadual do Ceará (2010), Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (2014). Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (2018). Atua em Biblioteca Universitária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Desenvolve pesquisas na área de informação,

principalmente nos seguintes temas: Informação e Sociedade, Informação Ambiental, Educação, Informação e Gênero, Informação Queer, Filosofia e Infoexclusão.

GUILHERME GOULART RIGHETTO

Bibliotecário/Documentalista (CRB 14/1622) e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Mestre em Ciência da Informação (2018) e Bacharel em Biblioteconomia (2015) pela mesma instituição. É integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência em Informação (GPCIn). Possui interesse e têm como escopo de pesquisa as temáticas de competência em informação, pessoas trans e população LGBT+, minorias sociais, gênero e vulnerabilidade social. Possui experiência em levantamento de dados e pesquisa acadêmica.

HENRY PONCIO CRUZ DE OLIVEIRA

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP (2014). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB (2010). Graduado em Física pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Técnico em Eletrônica pela Escola Técnica Federal da Paraíba (IFPB) (1996). Professor Adjunto no Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ex-Cordenador de Inovação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da UFCA – PRPI-UFCA (2015). Coordenador do Portal de Periódicos da UFPB (2015-atual). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB (Gestão 2016-2010 e Gestão 2018-2020). Vice-Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ANCIB (Gestão 2018-2020). Avaliador em periódicos Científicos em Ciência da Informação. Parecerista ad hoc em editoras universitárias. Desenvolveu pesquisa com fomento do CNPq via edital Universal (2014-2017). Pesquisador em temáticas relacionadas Informação e Tecnologias na Ciência da Informação, com especial ênfase nos

fundamentos teóricos da Ciência da Informação, na Arquitetura da Informação Pervasiva, nas Ecologias Informacionais Complexas, nos Livros Eletrônicos, nos Periódicos Científicos Eletrônicos, na Ansiedade da Informação Digital e Stress Digital.

IZABEL LIMA DOS SANTOS

Atualmente, faço Mestrado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Sou Especialista em Gestão Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2017) e Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (2013). Exerço o cargo de Bibliotecária na Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC), da Universidade Federal do Ceará. Áreas de Interesse: Biblioteca Universitária; Serviço de Referência; Mídias Sociais; Estudos Históricos e Epistemológicos da Biblioteconomia e Ciência da Informação; Tecnologias da Informação e da Comunicação.

ISMAELLY BATISTA DOS SANTOS SILVA

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (2016 – PPGCI/UFPB), Bacharela em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (2013). Desenvolve pesquisas nas áreas temáticas de Gestão, Cultura e Difusão em Acervos Documentais; Gestão Aprendente e Capacitação Socioprofissional; Consultoria, Produtos e Serviços de Informação; Ergonomia, Qualidade e Organização de Unidades de Informação.

JACQUELINE RIBEIRO CABRAL

Jacqueline Ribeiro Cabral atua como docente adjunta no Departamento de Ciência da Informação (UFF). Realizou estágio pós-doutoral em Sociologia no IUPERJ como bolsista da CAPES (2014-2015), e obteve os títulos de doutorado em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz (2012), mestrado em História pela UERJ (2003),

especialização em História do Brasil pela UFF (2001), bacharelado e licenciatura em História também pela UFF (1999), e bacharelado em Arquivologia pela UNIRIO (2015). Possui experiência profissional em história das ciências e seus interesses dentro do campo informacional são: direitos humanos; diversidade cultural; história dos arquivos e da arquivologia; memória social. Coordena o grupo de estudos, pesquisas e extensão Informação, Memória, Documento. É integrante dos grupos Informação, Memória e Sociedade (IMeS/IBICT) e Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros (Degenera/UERJ).

JEAN FERNANDES BRITO

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2019). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2017-2019). Bacharel em Biblioteconomia pela Unesp (2015). É Membro dos Grupos de Pesquisas Novas Tecnologias em Informação (GPNTI-Unesp) sendo bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Desenvolvimento Pessoal (CAPES) da linha de pesquisa Produção e organização da Informação e do grupo de pesquisa Informação, Tecnologia e Inovação (ITI RG) vinculado a UFSC. Além disso é membro do grupo de pesquisa Diplomática e Arquivística (UFF/Unesp). No âmbito da Atuação Profissional: Atuou durante quatro anos como Professor na Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI) promovido pela Unesp de Marília. Foi Professor, Bibliotecário e Documentalista do Centro de Ensino Superior de Primavera (CESPRI) (2016) e Professor de Literatura em Língua Portuguesa na Associação Cultural e Educativa de Primavera (ACEP) – Sistema Positivo (2016). Tem interesse de pesquisa nas temáticas: Arquitetura da Informação digital, Tecnologias de Informação e Comunicação, Usabilidade, Mídias Sociais, Ambientes. informacionais digitais, Linguagens, Informação e Tecnologia.

LAELSON FELIPE DA SILVA

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Ciência da Informação pela UFPB.

Graduado em Ciências Contábeis pela UFPB. Com estudos aprofundados na área de Gênero e Ciência da Informação. Sua produção está ligada à disseminação de dados estatísticos sobre a composição de populações subalternizadas, sobretudo, populações de LGBTs com ênfase nas identidades travesti e transexual. Tem se dedicado também a análise das práticas informacionais dos sujeitos supracitados abordando as problemáticas inerentes ao trânsito/ legitimação de gênero nas relações destes com a informação.

LUÍS FERNANDO VANIN

Graduado no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assistente de biblioteca da empresa PROSUL-Florianópolis/SC.

LUIS FERNANDO HERBERT MASSONI

Doutorando e mestre (2017) em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS). Bacharel em Biblioteconomia (2015) e estudante de Museologia (UFRGS). Integra, desde 2013, o Grupo de Pesquisa em Representações, Memória Social e Cidadania, liderado no CNPq pelo prof. Dr. Valdir Jose Morigi. Tem experiência em pesquisa e extensão na área de Ciência da Informação, com ênfase no estudo das práticas informacionais e a cidade contemporânea. Realiza estudos focados na mediação e disseminação da informação, especialmente a informação produzida e compartilhada pelos cidadãos por meio de mídias virtuais. Tem especial interesse nas temáticas: representações sociais, práticas informacionais, práticas socioculturais, informação e memória social, informação e cidade contemporânea, cidades virtuais, cidades digitais, memória virtual, memória da cidade, imaginários urbanos, patrimônio cultural, cultura e folksonomia.

MARIA CLEIDE RODRIGUES BERNARDINO

Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília (UnB); Mestra em Linguística, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Possui especialização em Gerenciamento de Bibliotecas Públicas e Escolares pela Universidade de Brasília (UnB)

Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Regional do Cariri (URCA); e Graduação em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professora do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e do Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB) da UFCA; Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: bibliotecas públicas, escolares, leitura e formação de leitores.

MARIZELE COUTINHO SANTOS

Graduanda no 4º período do Curso de Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba; Presidente do Centro Acadêmico do Curso de Arquivologia da UFPB; Bolsista PIBIC-CNPq UFPB; trabalhou nas organizações das Semanas Acadêmicas ArquiBiblio de 2016.2; 2017.1; 2017.2

NATHÁLIA LIMA ROMEIRO

Licenciada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestra em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/ECO-UFRJ. Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG. É organizadora do livro "O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação" (2018) e "O Protagonismo da Mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação" (2019) em conjunto com Franciéle Carneiro Garcês da Silva e do livro "Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação" (2019) em parceria com Bruno Almeida e Carlos Wellington Martins. Participa do grupo de pesquisa Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes e no Satélite em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2O.sat) vinculado ao Ecce Liber. Áreas de estudo: Estudos de gênero, Violência contra a mulher, Direito da Mulher, Mídias Sociais,

O protagonismo da mulher na ciência, Ensino de Biblioteconomia e, Licenciatura em Biblioteconomia.

PABLO GOMES

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciência da Informação pela UFMG. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará – UFC e Administração de Empresas pela Faculdade JK – Anhanguera (2010). Bibliotecário das Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central – Facipalc. Atuou como Bolsista de extensão e depois prestador de serviços para o Núcleo de Tecnologias e Educação a Distância – Nuteds/UFC. Trabalhou como Assistente Administrativo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na Coordenação de Informação e do Conhecimento/Biblioteca. Estudante do Grupo de Pesquisa Competência e Mediação nos Ambientes de Informação/UFC. É também integrante do Grupo de Pesquisa em Competência e Mediação em Ambientes de Informação.

RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DOS SANTOS

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Especialista em Gestão Universitária e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará. Bibliotecário na Biblioteca Central do Campus do Pici (UFC). Editor da revista Perspectiva Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (UFPB). Editor do Blog De Olho na CI, projeto vinculado ao Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI da UFPB. Membro do Grupo de Pesquisa Informação e Inclusão Social (UFPB). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nas seguintes áreas: Metodologia científica, Bibliotecas universitárias, Competência em informação, Informação e Diversidade sexual, Educação de usuários e Normalização científica.

RAMON MACIEL

Mestre em Sistemas de Gestão, Escola de Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense (2015). Especialização em Gestão de documentos e informações, pela AVM Faculdades Integradas (2014). MBA em Organizações e Estratégia – Universidade Federal Fluminense (2015). Graduado em Arquivologia pela UNIRIO (2014). Atualmente arquivista na Universidade Federal da Paraíba. Membro do Conselho Nacional de Política Cultural – MINC (2016-2017). Possui graduação em Logística pela Universidade Paulista (2012).

THAYRON RANGEL

Doutorando do Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), Mestre em Ciência da Informação do PPGCI-IBICT/UFRJ, Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Graduado em Biblioteconomia com ênfase em Memória Social pela mesma universidade, Extensão Universitária em Formação de Docentes para a Educação On line, pelo IFRJ, Extensão em Instituições de Memória e Documentação, pela FIOCRUZ e em Estrutura de Engenharia em Petróleo, Gás e Derivados (2012) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Atualmente é Especialista Técnico da Coordenação-Geral de Gestão de Documentos do Arquivo nacional (COGED/AN) e Professor do curso de Pós-Graduação, stricto sensu, de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, na UNISUAM. Tem interesse no campo de diálogos e análises sobre informação, memória e formação profissional; aspectos políticos e econômicos do controle da informação, com foco nos profissionais de informação, nas áreas de Arquivologia e Biblioteconomia. Possui ainda, interesse nas áreas de Gestão de Documentos, Estudos de Usuário e Usos Informacionais em unidades de informação.

THAIS DOS SANTOS RODRIGUES

Bibliotecária – Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária. Conselheira do CRB 13. Fotógrafa/Cinegrafista.